



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Rafael Rocha da Rosa

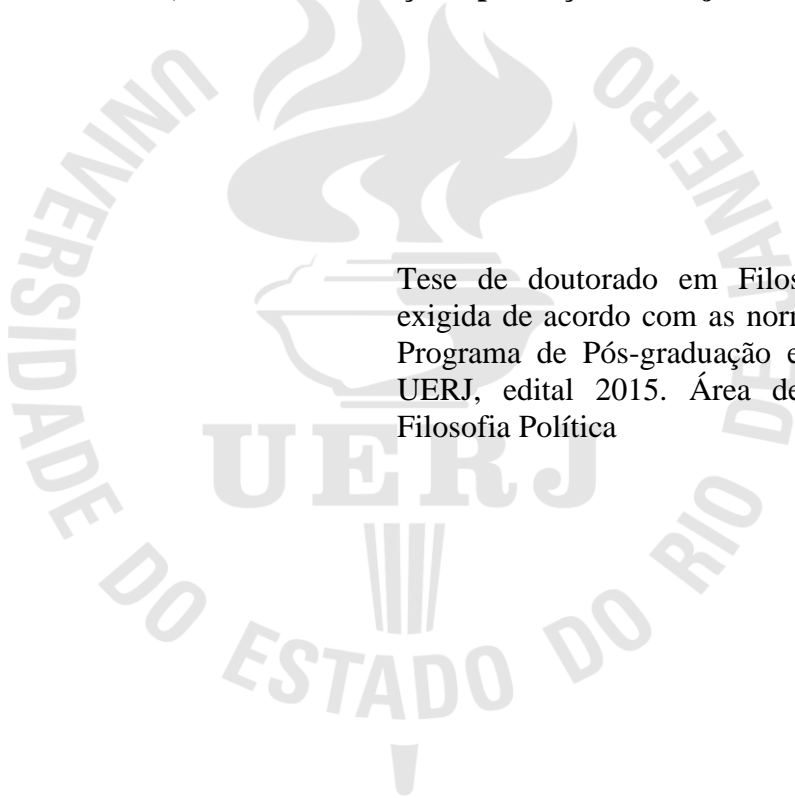
Razão neoliberal, desdemocratização e produção de subjetividades

Rio de Janeiro

2019

Rafael Rocha da Rosa

Razão neoliberal, desdemocratização e produção de subjetividades



Tese de doutorado em Filosofia, avaliação exigida de acordo com as normas exigidas do Programa de Pós-graduação em Filosofia da UERJ, edital 2015. Área de concentração: Filosofia Política

Orientadora: Rosa Maria Dias

Coorientadora: Tatiana Roque

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

R788 Rosa, Rafael Rocha da.
O exame na produção de políticas curriculares: a avaliação contextualizada /
Rafael Rocha da Rosa. – 2019.
175 f.

Orientadora: Rosa Maria Dias.
Coorientadora: Tatiana Roque.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Filosofia – Teses. 2. Neoliberalismo – Teses. 3. Subjetividade – Teses. I.
Dias, Rosa Maria. II. Roque, Tatiana. III. Universidade do Estado do Rio de
Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

CDU 1::329.12

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Rafael Rocha da Rosa

Razão neoliberal, desdemocratização e produção de subjetividades

Tese de doutorado em Filosofia, avaliação exigida de acordo com as normas exigidas do Programa de Pós-graduação em Filosofia da UERJ. Área de concentração: Filosofia Política

Aprovada em 17 de setembro de 2019.

Banca examinadora.

Prof.^a Dra. Rosa Dias (orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof.^a Dra. Tatiana Roque (coorientadora)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.^a Dra. Tereza Calomeni
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Rafael Haddock-Lobo
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Crisóstomo Lima
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Rodrigo Guerón
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Rio de Janeiro

2019

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha querida mãe, por todo apoio e incentivo.

AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa só foi possível graças a uma série de pessoas e fatores.

Agradeço à minha companheira de vida, Thayana, por tornar a vida diária leve e alegre e também por compartilhar cada sonho e cada batalha. Estar ao seu lado me deu forças nos períodos de maior aflição e sua tranquilidade transmitiu a segurança necessária para que eu pudesse perseverar.

Agradeço à minha família. À minha mãe por todo incentivo e por compartilhar as alegrias e angústias que essa pesquisa de doutorado gerou. Agradeço a meu pai. Agradeço ao meu irmão e minha cunhada, por todo apoio nos momentos mais difíceis e por nossos momentos de risos e descontração.

Agradeço aos meus amigos, Diogo, Bebeto, Lidiane, Ricardo pelos risos e alegria que rola quando estamos juntos. E também a Roberta Lyana, pelas conversas e partilha das aflições da pesquisa.

Meu profundo agradecimento à professora Rosa Dias, que tornou a realização desse sonho possível. Sempre apoiando, incentivando, estimulando, encorajando e dando a liberdade necessária para o desenvolvimento desta pesquisa. Referência enquanto professora e pesquisadora nos anos de mestrado, foi um privilégio ter sido seu orientando. Muito obrigado!

Agradeço à coorientadora Tatiana Roque, que abriu um mundo de possibilidades e por apontar o caminho para a crítica e para a ação.

Agradeço aos integrantes da banca que aceitaram o convite, em meio a tantos afazeres e responsabilidades acadêmicas. É motivo de grande felicidade e orgulho contar com Crisóstomo Lima e Tereza Calomeni, professores da minha época de graduação. Agradeço ao Rafael Haddock-Lobo e ao Rodrigo Guéron, é um privilégio contar com professores que oferecem novas perspectivas sobre a Filosofia Contemporânea.

Agradeço à UERJ, que trouxe experiências, vivências e sonhos que marcaram minha vida.

Agradeço a Capes por financiar esta pesquisa.

Somos íntimos desse incessante sucateamento de modos de existência promovido pelo mercado que faz e desfaz mundos.

Suely Rolnik.

Ainda existem no mundo forças extraordinárias que enfrentam a imposição de uma forma de vida concebida exclusivamente em termos capitalistas.

Silvia Federici.

RESUMO

ROSA, Rafael R. **Razão neoliberal, desdemocratização e produção de subjetividades.** 2019. 175 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

O tema desta tese é neoliberalismo e subjetividade. Nosso objetivo geral é, a partir de uma perspectiva foucaultiana, analisar seu modo de funcionamento, suas estratégias e seus efeitos sobre a população e os indivíduos. Nosso objetivo específico é investigar a forma como instituições, comportamentos, modos de viver e visões de mundo são modulados a partir do mercado, princípio orientador do neoliberalismo. Este, em nossa hipótese, produz um sistema de governo que emprega técnicas do poder pastoral na condução das condutas, elabora uma ética empreendedora, com preceitos mercadológicos, que pretende sincronizar todas as esferas da vida a seus discursos e suas práticas e se tornar um princípio de realidade, definindo o valor de verdade a partir da economia. Ademais, ao ordenar o mundo através forças econômicas como a concorrência e os riscos do mercado, o neoliberalismo exige uma conduta específica, uma subjetividade afinada a seus interesses. Desse modo, a dívida é considerada uma técnica de governo nos processos de subjetivação. O que justifica esta pesquisa é a urgência em compreender, transformar e reverter os efeitos deletérios que o neoliberalismo produz, como a dissolução das democracias. O crescimento mundial de grupos extremistas, de discursos do ódio, de intolerância, racismo, xenofobia e misoginia expressam a dimensão da problemática que se instaurou nas sociedades contemporâneas. Seu entendimento é vital para sua superação. A produção de bens comuns, de laços de solidariedade, coletividade, igualdade e liberdade são valores essenciais para reordenar novas razões de mundo.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Subjetividade. Desdemocratização. Dívida.

ABSTRACT

ROSA, Rafael R. **Neoliberal reason, de-democratization and production of subjectivities.** 2019. 175 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

The theme of this thesis is neoliberalism and subjectivity. Our general objective is, from a foucaultian perspective, analyze its mode of operation, its strategies and its effects on the population and individuals. Our specific goal is to investigate how institutions, behaviors, ways of life and worldviews are modulated from the market, guiding principle of neoliberalism. This, in our hypothesis, produces a system of government that employs techniques of pastoral power in the conduct of conduct, elaborates an entrepreneurial ethic, with marketing precepts, which aims to synchronize all spheres of life to their discourses and practices and become a principle of reality, defining the value of truth from the economy. Moreover, in ordering the world through economic forces such as competition and market risks, neoliberalism demands specific conduct, subjectivity in tune with its interests. Thus, debt is considered a governance technique in the processes of subjectivation. What justifies this research is the urgency to understand, transform and reverse the deleterious effects that neoliberalism produces, such as the dissolution of democracies. The worldwide growth of extremist groups, hate speech, intolerance, racism, xenophobia and misogyny express the dimension of the problematic that has emerged in contemporary societies. The understanding is vital to your overcoming. The production of the commons, ties of solidarity, collectivity, equality and freedom are essential values to reorder new world reasons.

Keywords: Neoliberalism. Subjectivity. De-democratization. Debt.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 GOVERNAMENTALIDADE E SUBJETIVAÇÃO NEOLIBERAL	17
1.1 Dispositivos de segurança da população	21
1.2 Pastorado como técnica de governo	31
1.3 Biopolítica e neoliberalismo	47
2 SOCIEDADE NEOLIBERAL E DESDEMOCRATIZAÇÃO	64
2.1 Introdução	64
2.2 Biopolítica revisitada	64
2.3 Razão neoliberal: origens, estratégias e efeitos	75
2.4 O precariado e o neoliberalismo de baixo para cima	99
3 FINANCEIRIZAÇÃO DA VIDA, NECROPOLÍTICA E DÍVIDA: PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO	107
3.1 Introdução	107
3.2 Financeirização da vida e a política de morte	109
3.3 Dívida e processos de subjetivação	130
3.4 As bruxas e a divisão sexual do trabalho	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS:	160
REFERÊNCIAS	172

INTRODUÇÃO

Não sou cliente, consumidor ou usuário do serviço. Não sou preguiçoso, parasita, mendigo nem ladrão. Não sou um número de CPF ou um clique numa tela. Paguei o que devia com orgulho, nada a menos. Não empino o nariz, mas olho meu vizinho nos olhos e ajudo se puder. Não aceito nem peço caridade. Meu nome é Daniel Blake. Sou um homem, não um cão. E, como homem, exijo meus direitos. Exijo que me tratem com respeito. Eu, Daniel Blake, sou um cidadão. Nada mais e nada menos.

KEN LOACH. Eu, Daniel Blake.

O tema desta pesquisa é a racionalidade neoliberal a partir da perspectiva foucaultiana. Considerando a expansão da lógica de mercado e da economia, tanto para a política quanto para a vida social, almejo compreender o modo como o neoliberalismo produz sujeitos governáveis em conformidade com seus interesses. Esse esforço é justificado pela urgência de novas formas de vida, de relações pessoais, de trabalho, de outras subjetividades, sobretudo de uma nova política. O cenário árido em que se encontram as instituições democráticas exige renovações nesses campos. Para Michel Foucault, “talvez, o mais evidente dos problemas filosóficos seja a questão do tempo presente e daquilo que somos neste exato momento. Talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos”. Ao analisarmos a contemporaneidade, a partir da década de 70 a aliança entre governos e grandes corporações garantiu às empresas o domínio do mercado, da política e seus efeitos nocivos evidenciam seu projeto: precarização, fim de conquistas trabalhistas, revogação de direitos sociais, terceirização, privatização, generalização da concorrência, redução dos serviços públicos, desemprego, contração salarial.

Na América Latina, território experimental dessas práticas governamentais, “neoliberalismo” exprime um ordenamento político que promoveu reformas estruturais agudas que desmantelaram empresas estatais e marcaram profundamente os países latino-americanos (GAGO, 2018). Nos Estados Unidos, o vínculo entre neoliberalismo e neoconservadorismo produz forte desconfiança em relação ao governo e sujeitos insensíveis em relação à veracidade dos fatos, às liberdades políticas e igualdades entre os cidadãos (BROWN, 2006). Além disso, os estudantes norte-americanos contraem dívidas antes de sua inserção no mercado de trabalho: a cada três universitários, dois concluem a graduação

endividados, quase 40 milhões de pessoas (LAZZARATO, 2014). Na Europa, avança o programa neoliberal de postular o mercado como princípio legislador, cujo resultado seria o recrudescimento do poder legislativo (DARDOT E LAVAL, 2016). Apesar dessas críticas, considerar o desenvolvimento neoliberal de forma homogênea seria inviável devido às variações do mercado e aos diferentes graus de aplicação de suas diretrizes nos diversos países, o que não impede o reconhecimento de alguns epicentros, como Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha (HARVEY, 2005).

Ainda em relação à política, o neoliberalismo seria um tipo específico de razão com uma pretensão totalizante, a de enformar os aspectos existenciais nos moldes econômicos, que, por sua vez, fragmentaria princípios basilares da democracia (BROWN, 2015). De acordo com Johanna Oksala, (2013, p. 67) “a racionalidade econômica deve ser a racionalidade da sociedade inteira”. Nesse propósito, uma de suas principais estratégias seria sua forma de subjetivação, fabricando sujeitos cujos valores obedeceriam à lógica de mercado, para então conduzir suas condutas. Tais indivíduos orientariam suas escolhas visando o incremento de suas capacidades, vendo a si mesmo como um empreendedor de si mesmo rumo ao êxito financeiro (HAMANN, 2009).

Segundo Pierre Dardot e Christian Laval, (2016, p. 07) “o neoliberalismo transformou profundamente o capitalismo, transformando profundamente as sociedades [...] combatê-lo exige não se deixar iludir, fazer uma análise lúcida dele”. Assim, a filosofia teria uma função vital: de diagnóstico do presente, que exige atenção à razão política, examinando os dispositivos que empregam no exercício do poder.

Essa tarefa, de inspiração nietzschiana, Michel Foucault reivindica para caracterizar suas pesquisas e seus cursos ministrados no final de década de 1970, no *Collège de France*, constituem a fundamentação teórica central desta tese. O filósofo francês investigava a emergência das forças que movimentavam nossa atualidade para explicitar o que não percebíamos nela, devido à proximidade. Seu objetivo era fazer com que notássemos os acontecimentos do presente, refletíssemos e formulássemos uma crítica (ARTIÈRES, 2004).

Conforme Paolo Adorno (2004, p.46), “é necessário elaborar esses problemas locais de maneira que eles suscitem questões para a política, que ponham em discussão evidências que, na realidade, não o são”. Assim, a produção acadêmica foucaultiana sobre governo e neoliberalismo seria vital para a compreensão de nosso tempo, do vínculo entre sociedade, economia e política na tarefa de gerir a população produzindo subjetividades. Segundo Oksala (2013), a ontologia do presente elaborada por Foucault gerou recursos conceituais de valor inestimável para uma crítica filosófica da razão neoliberal.

Numa conferência de 1979, denominada “*Omnes et Singulatim*”,¹ Foucault ressaltou a importância de estarmos alertas quanto aos excessos de poder praticados pela razão governamental. Esse tema foi abordado em seus cursos, que compõem o cerne dessa pesquisa, intitulados *Segurança, território, população* e *O nascimento da biopolítica*. Neles estudou a composição das formas de governo das sociedades ocidentais modernas e seus desdobramentos na contemporaneidade.

Em sua hipótese, ao absorver a prática do poder pastoral, concepção cristã que almeja guiar o indivíduo rumo à salvação, e conjugá-la com a razão de Estado², que revigora o poder estatal, a governança do século XVI repercutiria de modo individualizante e totalizante. (SENELLART, 1995.) Dessa operação surgiria o estado de polícia, no século XVII, que agregaria práticas pastorais no exercício do governo dos indivíduos e que se difundiu até nossos dias.

Para tratar da arte de governar em vigor em nossas sociedades contemporâneas, Foucault empregou o conceito de governamentalidade,³ herdeira das técnicas pastorais cristãs, de condução do corpo e da alma, e do Estado de polícia. Essa concepção extrapola a compreensão do governo enquanto instituição que detém o monopólio do uso da força e abarca o conjunto de saberes, estratégias e recursos aplicados na coerção dos indivíduos. Sua genealogia remonta à razão de Estado, tipo de racionalidade a ser empregada no governo dos indivíduos pelo soberano, e à economia política, cerne do liberalismo como razão política.

O liberalismo como objeto de estudo desponta na analítica foucaultiana em *O nascimento da biopolítica*, dando continuidade às suas pesquisas sobre governamentalidade. Esse conceito viabilizou a análise do liberalismo enquanto um poder-saber, para além de uma teoria exclusivamente econômica ou política, como um “princípio e método de racionalização do exercício do governo – racionalização que obedece, e aí se encontra sua especificidade, à regra interna da economia máxima” (FOUCAULT, 2008b, p. 323). Em oposição à lógica interna das artes de governar que visavam a expansão das forças estatais, o liberalismo almeja a redução da esfera de ação do Estado. E estabelece o mercado como ponto privilegiado para

¹ “A partir de Kant, o papel da filosofia foi o de impedir a razão de ultrapassar os limites do que é dado na experiência; mas, desde essa época – quer dizer, com o desenvolvimento dos Estados modernos e a organização política da sociedade –, o papel da filosofia foi também o de vigiar os abusos do poder da racionalidade política, o que lhe dá uma esperança de vida bastante promissora”. FOUCAULT, 2012, p. 356.

² “a emergência de um certo tipo de racionalidade na prática governamental, um certo tipo de racionalidade que permitiria regrar a maneira de governar com base em algo que se chama Estado”. (FOUCAULT, 2008b, p.06).

³ “conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança”. (FOUCAULT, 2008a, p.143).

criticar os excessos do governo, posto que teria suas próprias leis internas que orientariam as ordenariam o mundo natural.

O interesse do autor incide, nessa conjuntura, sobre a racionalidade investida na condução das condutas, na gestão dos indivíduos no que tange a sua subjetividade. Cumpre “saber de qual maneira nossos corpos, nossas condutas cotidianas, nossos comportamentos sexuais, nosso desejo, nossos discursos científicos e teóricos se relacionam a vários sistemas de poder, que são eles mesmos interligados entre si” (FOUCAULT, 2013), ou seja, a maneira como o poder governamental fabrica modos de subjetivação – cume do pensamento foucaultiano, segundo Lazzarato (2013, p. 155).

Consoante o sociólogo e filósofo italiano, o processo de subjetivação já foi postulado pelas escolas filosóficas da Antiguidade grega, pelo cristianismo e pelos movimentos revolucionários dos séculos XVIII e XIX. Na contemporaneidade, os modos de ser e os processos de subjetivação passam a ser propostos pelas “companhias, a mídia, a indústria cultural, as instituições do estado de bem-estar social e as agências de seguro-desemprego” (LAZZARATO, 2013, p. 157). A forma de governo neoliberal conecta produção e condução das condutas e classifica modos de existência de acordo com a renda, a herança, o mérito, o trabalho: cada um desses itens prescreve certo modo de ser.

O indivíduo, nesse contexto é concebido enquanto *homo oeconomicus*, um sujeito de interesses, capacitado para competir e produzir numa economia de mercado. E a governamentalidade neoliberal produz esse tipo de sujeito econômico, constituído por motivações e propensões distintas do sujeito de direitos, característico da sociedade disciplinar e do poder soberano (HAMANN, 2009). A partir de seus interesses, suas escolhas seriam pensadas numa perspectiva econômica, raciocinando e calculando as opções que melhor lhe preparariam enfrentar e suportar adversidades de origem sociopolíticas.

Nessa tarefa, o gerenciamento dos recursos pessoais seria vital e Foucault lança mão da teoria do capital humano para exprimir a extensão da perspectiva econômica para o corpo social: o comportamento humano deveria seguir estratégias e investimentos que aumentassem sua capacidade de produção e consumo através da gestão de suas aptidões direcionada para a concretização de determinados objetivos. Por conseguinte, o sujeito deveria agir como um empreendedor de si mesmo.

O empreendedor de si é aquele que assume os riscos do mercado, que está apto para a livre e selvagem concorrência, valendo-se de seu capital humano para ser bem-sucedido e vencer. Segundo Dardot e Laval o neoliberalismo disseminaria preceitos como competitividade, realização pessoal, integrando da vida pessoal e profissional e o

aprimoramento perpétuo para manter-se eficaz e ser um forte concorrente. Conforme os autores, “a empresa é promovida a modelo de subjetivação: cada indivíduo é uma empresa que deve se gerir e um capital que deve se frutificar” (2016, p. 378). Assim, o neoliberalismo imprimiria uma subjetividade atrelada ao sucesso como valor supremo, introduzindo a cultura da avaliação e do resultado, impondo uma norma contábil, instaurando a competição como princípio político, mercantilizando as relações sociais, submetendo-as à regra da maximização do lucro e à realização de interesses particulares.

Isto posto, o aspecto comportamental expressa o estabelecimento da interpretação econômica sobre o agir humano, haja visto que considera as condutas racionais como econômicas. A crítica foucaultiana resulta no entendimento de governo enquanto razão, que aplicaria técnicas para a condução do comportamento humano numa perspectiva dupla: subjetivação e assujeitamento, a saber, o governo de si e dos outros. No primeiro caso, o trabalho executado sobre si próprio visando a produção de um tipo específico de sujeito e o segundo, uma política sobre a vida do contingente populacional (HAMANN, 2009). Uma racionalidade governamental responsável pelo estabelecimento de um processo normalizador e uma vigilância que respeitaria as imposições do mercado, vinculando poder político e econômico. Uma biopolítica⁴, portanto.

Essa ideia teria uma tradição e história própria, criada pelo cientista político sueco Rudolf Kjellén cuja obra principal sobre o tema é *Staten som lifsform*, publicada em 1916 (WALLENSTEIN, 2013). A intervenção foucaultiana nessa concepção abriu uma pluralidade de campos de estudos e a produção de vasta bibliografia de autores e autoras como Negri, Hardt, Agamben, Gago, Brown, Dardot e Laval, Lazzarato, Lemke, entre outros.

Este conceito surge nas pesquisas de Foucault em 1976, nas obras *A história da sexualidade volume I* e no curso *Em defesa da sociedade*. Nessa conjuntura, biopoder seria estruturado por três pilares de ação: num nível micro, o processo de individualização no interior do contingente populacional, compreendido como uma multiplicidade viva de sujeitos; numa escala macro, a própria população, ao considerar as pessoas a partir de estatísticas sobre questões de saúde coletiva, taxa de natalidade, taxa de mortalidade, etc; por fim, a constituição da família como vínculo entre o indivíduo e a população, a produção do

⁴ “Este ano eu gostaria de começar o estudo daquilo que eu havia chamado, um pouco no ar, de biopoder, isto é, essa série de fenômenos que me parece bastante importante, a saber, o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana”. (FOUCAULT, 2008a, p. 03)

sexo como força individualizante, isto é, sua normalização para a constituição da família no interior do corpo social. (WALLENSTEIN, 2013).

Já nos cursos tratados nesta pesquisa, *Segurança, território, população e O nascimento da biopolítica*, essa concepção ganha outros direcionamentos e é associada à gênese do Estado moderno. O autor trata do grau de relevância que a economia possui para essa nova arte de governar, que se orienta a partir do modelo familiar:

a palavra economia designa originalmente o sábio governo da casa para o bem comum de toda a família. Problema, diz Rousseau: como esse sábio governo da família poderá, *mutatis mutandis*, e com as descontinuidades que serão observadas, ser introduzido na gestão geral do Estado? Governar um Estado será, portanto, aplicar a economia, uma economia no nível de todo o Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, às riquezas, à conduta de todos e de cada um uma forma de vigilância, de controle, não menos atenta do que a do pai de família sobre a casa e seus bens. (FOUCAULT, 2008a, p. 126-127)

As relações entre população, território e riqueza demandam, conforme o autor, uma ciência capaz de intervir nessas esferas e produzir uma realidade a partir do viés econômico. Assim a economia política eclode como saber e técnica de governo produtora do sujeito de interesses e orientada para a população, coeficiente decisivo para o cálculo governamental. Sua origem remontaria à passagem do século XVI para o XVIII, onde surgiu uma arte de governar com outros objetivos que não era a defesa, a manutenção e a expansão do território, muito menos a maximização do poder estatal e sim o governo dos homens num cálculo populacional.

Ademais, a economia política seria responsável pela produção do mercado como um recurso essencial para a política, que incide sobre a vida individual e populacional, de forma a vincular o bem-estar populacional ao bem-estar do mercado. O crescimento econômico, o aumento da produtividade e a aquisição de bens materiais assegurariam satisfação à população, alvo da racionalidade política liberal. “É preciso governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado”, escreve Foucault (2009, p.125). Sua hipótese, superando uma interpretação meramente histórico-social ou histórico-econômica, concebe o liberalismo e o neoliberalismo como uma matriz produtora de realidade através de regimes de verdade, sincronizando saber e poder. Conforme o autor:

Quando digo regime de verdade, não quero dizer que a política ou a arte de governar, por assim dizer, finalmente, alcança nessa época a racionalidade. Não quero dizer que se atingiu nesse momento uma espécie de limiar epistemológico a partir do qual a arte de governar poderia se tornar científica. Quero dizer que esse momento que procuro indicar atualmente, que esse momento é marcado pela articulação, numa série de práticas, de um certo tipo de discurso que, de um lado, o constitui como um conjunto ligado por um vínculo inteligível e, de outro, legisla e

pode legislar sobre essas práticas em termos de verdadeiro ou falso. (FOUCAULT, 2008b, p.25)

Para que um governo seja considerado bom, seu funcionamento deve ser guiado pela verdade e o mercado seria o lugar de verificação, isto é, os dados e análises econômicas seriam os eixos norteadores das ações governamentais. Assim o liberalismo se firmou como princípio de inteligibilidade, uma tecnologia empregada no governo das condutas.

Por conseguinte, as pesquisas apresentadas por Foucault no *Collège de France*, especificamente *Segurança, território, população* e *O nascimento da biopolítica* fornecem um material fértil para a elaboração de uma crítica do neoliberalismo, apesar de suas insuficiências no que se refere às inovações geradas pelos processos de financeirização e na compreensão da razão neoliberal em países periféricos. Segundo Lemke (2017, p. 07), os objetivos do autor nesses cursos seriam “os processos de longo prazo de coevolução do estatuto do Estado moderno e da subjetividade moderna”. A fim de analisar essa questão e seus desdobramentos, esta tese foi organizada da seguinte forma:

O primeiro capítulo trata das dos cursos de 1977 e 1979, apresentando as hipóteses e argumentações do autor. Nessa etapa, interessa expor o arcabouço teórico do filósofo francês e a genealogia do Estado moderno para, a partir dele, abordar a crítica contemporânea à biopolítica, à governamentalidade, ao neoliberalismo, conteúdo do segundo capítulo. Nesse estágio da pesquisa serão analisados os estudos contemporâneos herdeiros de Foucault. O objetivo é compreender o funcionamento da razão neoliberal, sua forma de governo e a sociedade que produz, orientada pela competição e pelos riscos do mercado. A partir das pesquisas de Wendy Brown, Dardot e Laval, abordaremos as origens dessa racionalidade e seus efeitos: a destruição dos serviços públicos, a dissolução da democracia e a disseminação do neoconservadorismo, que, por sua raiz patriarcal, ameaça viabilizar novas formas de fascismo. Outro efeito é a emergência do o precariado, nova categoria de pessoas, demonizada e temida, alçada à nova classe perigosa, como no subtítulo da obra de Guy Standing⁵. Despojados de garantias trabalhistas que lhes assegurem qualidade de vida, se afundam em dívidas para ter algum acesso à saúde, à educação e ao consumo.

Ainda no segundo capítulo analisaremos ama perspectiva demasiadamente rica, proposta por Verônica Gago sobre o jogo entre as apropriações e transformações que os indivíduos efetuam sobre as práticas neoliberais. A autora estudou a feira *la salada* e o modo particular com as pessoas constituíram redes de cooperação e colaboração ao mesmo tempo em que competiam pelo mercado de venda de produtos considerados ilegais. A pesquisa da

⁵ STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

autora enriquece o debate desta tese ao apresentar um ponto de vista que explora o modo como o discurso neoliberal encontra eco e se dissemina em populações empobrecidas.

No último capítulo abordaremos a financeirização da vida, a necropolítica e a dívida. Estes conceitos serão postos em perspectivas para a compreensão da razão neoliberal e seus dispositivos de governo das populações e na produção de subjetividades. A partir conceito de biopolítica, analisaremos a entrada da lógica financeira no cotidiano, que marca a passagem da figura subjetiva do empresário de si para o empreendedor de si. Estudaremos o modo como essa mentalidade produz morte ao exigir a exposição ao risco de morte determinados tipos de indivíduos. Por isso nosso interesse em averiguar o possível vínculo entre neoliberalismo, insegurança social e o estímulo do desejo à violência e à dominação, tanto de mulheres quanto do precariado.

Em nossa hipótese, o surgimento de uma onda neoconservadora e neofascista em escala planetária estaria ligado, entre outros fatores, ao ressentimento do patriarcado em relação a conquistas sociais ampliadas pelo estado de bem estar social, como redução das desigualdades, ascensão social de grupos minoritários, protagonismo feminino e a visibilidade da comunidade lgbtq+. Sua superação dependeria da produção de novas subjetividades, cujas raízes mais fortes apontam para a perspectiva feminina, conteúdo do terceiro capítulo. Assim, exploraremos a íntima relação entre a violência e o capitalismo, em suas origens, propostas por Silvia Federici em “*Calibã e a bruxa*”⁶.

⁶ “Como demonstra essa breve história das mulheres e da acumulação primitiva, a construção de uma nova ordem patriarcal, que tornava as mulheres servas da força de trabalho masculina, foi de fundamental importância para o desenvolvimento do capitalismo”. (FEDERICI, 2017, p.232).

1 GOVERNAMENTALIDADE E SUBJETIVAÇÃO NEOLIBERAL

A governamentalidade é uma técnica que possui uma longa história, mas o desenvolvimento do capitalismo faz do biopoder sua própria técnica de regulação, de controle e de produção da subjetividade [...] Estado e governamentalidade são instituições do capital.

Lazzarato

O curso ministrado entre 1977 e 1978, *Segurança, território, população*, teve como objeto a entrada do tópico ‘população’ no cálculo administrativo e regulatório do conhecimento político. O autor analisou o surgimento de novos problemas, objetivos e técnicas na moderação do contingente populacional por parte do governo. Examinar tal noção seria a etapa inicial para o entendimento desse saber político, não apenas compreender, definir e responder à pergunta: o que é governo? E sim questionar acerca dos procedimentos que viabilizam a condução dos indivíduos em determinada sociedade.⁷

Nessa tarefa, o autor empregou o método genealógico para encontrar os elementos e mecanismos que originaram as artes de governar que determinaram o exercício do governo nas sociedades contemporâneas. Não seria pela força ou submissão e sim pela produção de modos de vida, pela garantia de meios necessários à satisfação dos interesses pessoais, pelos dispositivos empregados para guiar as condutas individuais em conformidade com a mentalidade populacional.

Ao tratar do governo, o filósofo francês concebe a formação do Estado e os mecanismos de subjetivação como um único processo. Suas origens remontariam, segundo Foucault, ao poder pastoral que, “se encarrega da alma dos indivíduos na medida em que essa condução das almas também implica uma intervenção, e uma intervenção permanente na condução cotidiana, na gestão das vidas, mas também dos bens, nas riquezas, nas coisas” (FOUCAULT, 2008a, p.204), ou seja, um mecanismo responsável pelo “governo dos homens”, que teria por função guiar as consciências. Seu exercício estaria ligado muito mais à população do que a um território fixo. Sua função seria individualizar, valorizando, paradoxalmente, tanto o singular quanto o coletivo, certificando segurança e salvação a todos.

⁷ Conforme Veiga-Neto, é fundamental: “conhecermos os modos pelos quais somos governados e nos governamos, bem como os limites em que se dão as ações de governo – ou, como prefiro dizer, se dão tais governamentos. Ainda que não seja condição suficiente, saber como nos governam e como nos governamos é condição necessária para qualquer ação política que pretenda colocar minimamente sob suspeita aquilo que estão fazendo de nós e aquilo que nós estamos fazendo de nós mesmos, justamente num mundo em constantes transformações, onde tudo isso se torna mais difícil e perturbador”. (VEIGA-NETO, 2011a, p.37-52).

Segundo o filósofo francês, a introdução do poder pastoral no Ocidente foi levada a cabo pelo cristianismo, que condicionou a salvação ao governo das almas.⁸ O pastorado cristão se tornou um sistema de poder, haja visto que engendrou um movimento onde uma religião agregou determinada congregação. Esta, por sua vez, fundou uma instituição: a Igreja: “uma instituição que aspira ao governo dos homens em sua vida cotidiana a pretexto de levá-los a vida eterna no outro mundo, e isso na escala não apenas de um grupo definido, não apenas de uma cidade ou de um Estado, mas de toda a humanidade” (FOUCAULT, 2008a, p.196). Na hipótese foucaultiana, o Estado moderno seria o produto da mescla entre o poder pastoral e o político. Segundo Inês Araújo:

Foucault recua na história até o poder pastoral, cuja genealogia remonta as primeiras civilizações orientais. E essa análise o leva até as noções mais atuais de governamentalidade e de conduta de toda uma população, na qual surge um novo tipo de subjetivação, e cujo solo é o liberalismo. O liberalismo é visto como o pano de fundo da biopolítica e é uma consequência da ‘arte de governar’ dos séculos XVI e XVII que vai até meados do século XVIII, quando se transforma pela ação de um novo jogo, o da economia política, próprio do liberalismo. (ARAÚJO, 2009, p.43)

Logo, governar a população e sua conduta exigiu uma racionalidade capaz de analisar a consciência dos indivíduos e produzir subjetividades em conformidade com seus interesses. Nesse fito, o poder pastoral foi cooptado pela nova razão de governo emergente, a saber, o liberalismo. Interessa nesse capítulo explorar as questões que o pastorado suscita, como os efeitos da crise desse poder de governar as almas e a vinculação entre governo das almas e o governo das condutas produzido pelo poder pastoral. Este dirige as consciências de forma penetrante e incessante, sendo a base da governamentalidade em vigor.

O autor explora os desdobramentos da crise geral do pastorado, derivada do término do feudalismo, que levou a novos alicerces políticos e novas relações socioeconômicas. Dessa crise emergiram reflexões sobre outras possibilidades de direção espiritual, vínculos alternativos entre pastor e rebanho, o questionamento sobre a maneira de conduzir-se e conduzir e o modo de governar e ser governado⁹.

⁸ “é uma forma de poder cujo objetivo final é assegurar a salvação individual e no outro mundo [...] esta forma de poder não pode ser exercida sem o conhecimento da mente das pessoas, sem explorar suas almas, sem fazê-lhes revelar os seus segredos mais íntimos. Implica um saber da consciência e a capacidade de dirigi-la”. (FOUCAULT, 1995, p. 237)

⁹ Segundo Candiotti, “Para Foucault, as artes de governar que explodem no século XVI e se difundem até o final do século XVIII não são manuais de conselhos ao príncipe ou tratados de ciência política [...] na pastoral católica e protestante, tem-se o governo das almas e das condutas; na pedagogia do século XVI, o problema do governo das crianças; na política, a questão do governo do Estado pelos príncipes. As questões fundamentais passam a ser: como se governar, como ser governado, como governar os outros, como fazer para ser o melhor governo possível?”. (CANDIOTTO, 2010, p. 35).

Tais considerações viabilizaram, na passagem do século XVI ao XVII, a eclosão da razão de Estado, arte de governar que teria o Estado como fundamento e esfera de ação. Essa racionalidade ganha corpo através da polícia e da tecnologia diplomático-militar. O primeiro, conforme Foucault, “é o conjunto dos meios necessários para fazer crescer, do interior, as forças do Estado” e o segundo visa “garantir e desenvolver as forças do Estado por um sistema de alianças e pela organização de um aparelho armado” (1997, p. 42). Ambas seriam vinculadas pelo comércio e pela circulação monetária, posto que o desenvolvimento econômico seria viabilizado através do crescimento do contingente populacional e a mão de obra conseqüentemente, e com isso o par produção e exportação, assim como o aumento do exército. Em função disso, essa racionalidade política visaria o governo dos homens enquanto população e não apenas a manutenção territorial ou expansão do poder soberano.

Foucault explica que o seminário de 1978 tratou de certos desdobramentos da *Polizeiwissenschaft*, termo amplamente utilizado na Alemanha no século XVIII, que visa a consolidação e expansão do poder estatal, garantindo maior felicidade a seus súditos, mantendo a ordem e a disciplina. A razão de Estado, por sua vez, germinou o que Foucault denominou “governamentalidade” política, a saber, a incidência do poder soberano sobre a conduta dos indivíduos que integram sua população.

O eixo que dá título ao seminário de 1978, segurança, território, população, sofre uma alteração com o advento da noção de governo. O filósofo insere nova problemática, que gera uma reviravolta tamanha em sua proposta inicial, que considerou dar outro título, mais coerente, ao seu projeto desse ano: “História da “governamentalidade” (FOUCAULT, 2008b, p. 143).

A introdução desse conceito descortina um campo de possibilidades e desdobramentos para sua pesquisa, cujo enfoque passa a ser a genealogia do Estado moderno e sua análise no campo dos micropoderes. Essa ampliação do escopo investigativo reflete o lugar e a relevância do Estado na gestão do contingente humano, visto que teria recursos para essa finalidade, diferentemente da disciplina, na esfera institucional.

Foucault apresenta o conceito de governamentalidade primeiramente na quarta aula do seminário de 1978. Nesse contexto, o autor designa um sistema de poder baseado na economia política, direcionado à população, que utiliza dispositivos de segurança como práticas governamentais. Tais elementos demarcariam a histórica ocidental a partir do séc. XVIII. Essa compreensão será alterada em *O nascimento da biopolítica*, englobando o modo de conduzir as condutas.

Cumprer ressaltar que a questão da governamentalidade não substitui a analítica do poder, ela estaria inserida na problemática do biopoder e da biopolítica, tema do curso seguinte. O primeiro designa dispositivos e técnicas de poder que visam o corpo e a vida dos indivíduos e o coletivo, como alimentação, higiene, costumes, natalidade, sexualidade. O segundo assinala a gestão da população através dos biopoderes.

Introduzido em 1976, no primeiro volume de *História da Sexualidade e Em defesa da sociedade*, a problemática a respeito do poder sobre a vida marca o início de *Segurança, Território, População*. Para Foucault, o biopoder operou uma ruptura radical nas sociedades a partir do século XVIII, visto que a espécie humana passou a ocupar o centro das estratégias e tecnologias de poder. A proposta do curso de 1978 seria o prolongamento e aprofundamento do curso de 1976.

No entanto, o filósofo abandona essa temática já na quarta aula de 1978 e seu foco incide sobre a história da governamentalidade. Esse deslocamento expressa o interesse do autor sobre a racionalidade que viabilizou o poder sobre a vida e o desdobramento desta na questão do governo, “do governo de si e dos outros”, título dos últimos cursos de Foucault no *Collège de France*. A reflexão incide então sobre a passagem da soberania territorial à organização da população, sobre as mudanças nas práticas governamentais após essa passagem e qual racionalidade irá orientá-las.

O objeto do curso é a possibilidade de uma sociedade de segurança e Foucault investiga suas tecnologias para elaborar um diagnóstico de seu tempo. Nesse sentido, sua abordagem coteja os dispositivos disciplinares e os dispositivos de segurança, para fazer emergir suas particularidades e melhor compreendê-lo.

Além disso, o autor aponta, especificamente, “a correlação técnica entre segurança e população” (FOUCAULT, 2008a, p. 15) e essa correspondência conduz à questão do governo, uma vez que o conceito fisiocrático substituiu, gradativamente, seu sentido tradicional. O governo deixou de ser compreendido como autoridade pública que exerce soberania e passou a ser entendido como instância gestora das populações, exercendo seu poder através da economia.

As aulas finais do curso de 1978 abordam o pastorado cristão, sua transição ao governo dos homens e a razão de Estado, considerando suas tecnologias: diplomacia e política. Esses seriam aspectos centrais desse seminário, a pastoral e a arte de governar.

1.1 Dispositivos de segurança da população

Foucault inicia as preleções retomando o conceito de biopoder, entendido nesse contexto como o complexo de dispositivos de poder que incidem sobre os indivíduos como espécie, isto é, em sua dimensão biológica e viabilizam estratégias políticas de governo. Dando continuidade à analítica dos mecanismos de poder realizada em anos anteriores, o autor reafirma sua recusa em elaborar uma teoria geral do poder e expressa algumas considerações sobre o mesmo.

O interesse do autor estaria voltado para os efeitos do poder, como e por quais meios ele seria exercido e de onde ele viria. Outra importante indicação seria a circularidade do poder, enquanto efeito e causa das relações em determinado campo ou período, de modo que a analítica do poder viabilizaria o exame de uma sociedade, a partir das implicações que os mecanismos de poder suscitariam.

Nas aulas iniciais de *Segurança, território, população*, de 11, 18 e 25 de janeiro, Foucault exprime as particularidades dos dispositivos de segurança, específicos da população. Começa pelos espaços de segurança, diferencia os dispositivos de segurança dos mecanismos disciplinares e apresenta a nova racionalidade governamental cuja técnica de governo seria a liberdade. Em seguida aborda a implantação de uma nova tecnologia política, a normalização nos mecanismos de segurança.

A questão da segurança, sua definição, exemplos e implicações é o tópico inicial do curso. A lei penal, as punições, as correções, as formas de vigilância suscitariam interrogações sobre a quantidade, a natureza, as características dos crimes, assim como que fatores contribuiriam para seu aumento ou diminuição. Outras inquirições: quanto custa à sociedade a repressão à criminalidade, qual o prejuízo que causam e que perdas geram. A estatística desempenharia papel essencial nessas reflexões e auxiliaria na decisão sobre manter a criminalidade num determinado limite aceito.

Esse conjunto de indagações implicam nos mecanismos legais da Idade Média, os mecanismos disciplinares da Idade Moderna e o de segurança, contemporâneo. Este último, que é o interesse principal do autor, seria responsável pelo cálculo sobre a probabilidade de ocorrência de determinado crime, assim como o custo de sua repressão e o estabelecimento de uma média aceitável de incidência.

No entanto, essa caracterização não implica numa superação do antigo pelo mais recente, suprimindo suas particularidades. O surgimento de um elemento não leva ao desaparecimento do anterior. Para o autor, haveria uma continuidade entre os mecanismos, de modo que

haveria certo grau de disciplina no sistema jurídico-legal, isto é, haveria uma dimensão disciplinar na punição. Assim como o sistema disciplinar abrangeria certos aspectos do mecanismo de segurança e este abarcaria elementos de ambos.¹⁰ Conforme o autor, o que se altera é o modo como os sistemas se relacionam e se aplicam, variando o aspecto preponderante de um deles sobre os outros, sem nunca os extinguir.

Exemplificando com casos como a exclusão dos leprosos na Idade Média, a quarentena nos casos de peste, regulamentando e disciplinando horários, alimentação, impondo obrigações e restrições. Exemplifica também com as práticas de inoculação, como nos casos de varíola, com outra abordagem, lançando mão das estatísticas para produzir e levantar dados sobre o contingente populacional de contaminados, sua idade, seus efeitos, sua taxa de mortalidade, riscos e sequelas. Aqui o problema não é mais o da exclusão nem da quarentena e sim a questão das epidemias e seus impactos estatísticos sobre a população.

Assim a tecnologia de segurança, tópico privilegiado do autor nesse curso, reativa e transforma as técnicas legais e disciplinares em seu interior. Em suas palavras, “a segurança é uma certa maneira de acrescentar de fazer funcionar, além dos mecanismos propriamente de segurança, as velhas estruturas da lei e da disciplina” (FOUCAULT, 2008a, p. 14). A eclosão dessas tecnologias de segurança gera transformações nas sociedades ocidentais, de modo que este seria uma das questões que movem o autor: a possibilidade de se falar de uma sociedade de segurança e fazer a história das tecnologias de segurança.

Nessa tarefa, Foucault aponta certas particularidades dos dispositivos de segurança: seus espaços, sua forma de normalização, a relação de sua técnica com a população e seu modo de tratamento do aleatório. Devido ao escopo desta pesquisa, nosso enfoque privilegiará o problema da norma específica da segurança.

O filósofo destaca um ponto partilhado pelos três dispositivos. Embora a soberania esteja de fato circunscrita num determinado território, ela lida com a multiplicidade de sujeitos, de um povo. Por sua vez, a disciplina incide de fato sobre os corpos, no entanto, existe a necessidade da disciplina extrair um resultado ou objetivo da multiplicidade, organizando-a, estabelecendo trajetórias, coordenando-a. Desse modo, o autor extrapola a visão tradicional

¹⁰ “No sistema jurídico-legal [...] é absolutamente evidente que o aspecto disciplinar estava longe de estar ausente [...] poderíamos dizer a mesma coisa propósito do sistema disciplinar, que também comporta toda uma série de dimensões que são propriamente da ordem da segurança [...] Logo, os mecanismos disciplinares não aparecem simplesmente a partir do séc. XVIII, eles são estão presentes no interior do código jurídico-legal. Os mecanismos de segurança também são antiquíssimos como mecanismos [...] se tomarmos os mecanismos de segurança tais como se tenta desenvolvê-los na época contemporânea, é absolutamente evidente que isso não constitui de maneira nenhuma uma colocação entre parênteses ou uma anulação das estruturas jurídico-legais ou dos mecanismos disciplinares”. (FOUCAULT, 2008a, p.10).

que circunscreve a soberania ao território, a disciplina ao corpo e a segurança à população e aponta a multiplicidade enquanto tópico caro às três¹¹.

No que tange à questão espacial, os mecanismos de segurança diferem do soberano e do disciplinar. Enquanto estes tratam do território, da sede do governo e da distribuição funcional dos elementos arquitetônicos da cidade, a segurança visa a produção de um ambiente a ser regulado e hierarquizado com base nos acontecimentos e suas possibilidades. Trata-se da gestão de uma série de fatores a serem estimados e controlados através de estatísticas e dados, que permitam a transformação do espaço próprio da segurança, de acordo com os desdobramentos dessas variáveis.

Assim, a noção de meio é empregada devido à sua importância e relação com os dispositivos de segurança. Foucault o compreende como um espaço onde ocorre a circulação das causas e efeitos, num movimento cíclico entre ambas, uma conduzindo à outra¹². Por ser o ambiente em que a circularidade ganha visibilidade, possibilita a intervenção dos mecanismos de segurança na multiplicidade de indivíduos, na população.

O autor cita um texto de Moheau, *Estudos sobre a população*, por sua primazia em tratar da incidência do poder sobre um meio artificial e natural. Especificamente, a interseção entre a natureza como realidade física, circundante e a natureza da espécie humana, de modo que, ao modificar o meio, a espécie humana seria afetada. Essa seria uma das funções dos mecanismos de segurança enquanto técnica política. Nesse contexto, Foucault lança mão dos conceitos de biopoder e biopolítica, como sinônimos¹³, ao abordar a interferência de um poder em um meio histórico-natural.

Outro aspecto do dispositivo de segurança que analisado, é o tratamento dado pelo governo aos acontecimentos. A escassez alimentar é utilizada como exemplo e o autor faz uma exposição sobre essa problemática, seus desdobramentos e os modos de abordar essa questão. Interessa-nos aqui, a reflexão sobre o advento da doutrina fisiocrática enquanto teoria e prática, que acarretou em transformações nas técnicas governamentais, instaurando dispositivos de segurança.

¹¹ “a soberania, a disciplina, como também, é claro, a segurança só podem lidar com multiplicidades”. (FOUCAULT, 2008a, p.16)

¹² “Por exemplo, quanto maior a aglomeração desordenada, mais haverá miasmas, mais se ficará doente. Quanto mais se ficar doente, mais se morrerá, claro. Quanto mais se morrer, mais haverá cadáveres e, por conseguinte, mais haverá miasmas, etc. Portanto, é esse fenômeno de circulação das causas e dos efeitos que é visado através do meio”. (FOUCAULT, 2008a, p.28)

¹³ “remeterei simplesmente a um texto daquele que foi sem dúvida o primeiro teórico do que poderíamos chamar de biopolítica, biopoder”. (FOUCAULT, 2008a, p.29).

Nesse intento, Foucault utiliza um livro de Louis-Paul Abeille, *Carte de um negociante sobre a natureza do comércio dos cereais*, e faz uma ressalva metodológica: explica sua opção por uma leitura na perspectiva de uma genealogia das tecnologias de poder e não de uma arqueologia do saber. Isto é, o uso do texto visando compreender as estratégias, objetivos e ações políticas que propõem.

Segundo Foucault, Abeille e os fisiocratas idealizaram um dispositivo que fosse capaz de se conectar à realidade dos acontecimentos, visando sua regulação. Nesse raciocínio que ilustra uma nova concepção para lidar com a escassez, tomada como exemplo, cumpre inserir no cálculo dos mecanismos de mercado alguns fatores: a ampliação do mercado, da produção, e dos consumidores, compreendendo e identificando seu comportamento diante das oscilações de preços. Isto é, surge uma análise econômica que integra o mercado e o comportamento econômico da população.

Essa nova concepção exerce a liberdade de criação e desenvolvimento de determinados fenômenos, como a escassez e a carestia, para que haja a auto regulação, necessária para que se exerça algum controle sobre os mesmos. Quer dizer, para não haver escassez generalizada e a morte de grandes contingentes populacionais, seria indispensável e aceitável uma escassez mínima, certa dificuldade na compra alimentos, algum grau de fome. Mesmo que levasse à morte alguns indivíduos. Isto é, haveria um nível tolerável de óbitos. Assim a escassez seria regrada, para não culminar em flagelo, sendo aceitável a morte por fome, de algumas pessoas.

Essa perspectiva implica dois pontos: a população como fissura que possibilita a ação governamental, em termos econômicos e políticos, e a multiplicidade dos indivíduos. No entanto, a pertinência do segundo seria apenas instrumental, estaria atrelada ao primeiro. Sua administração seria condicionada à geração de algum resultado na população, na medida em que seria o objetivo privilegiado pelo governo.¹⁴

Para facilitar sua exposição sobre o dispositivo de segurança concebido pelos economistas e fisiocratas do séc. XVIII, Foucault o compara com os mecanismos disciplinares.

A disciplina operaria num espaço, em parte ou todo, através de delimitações e restrições, insulando determinada área onde o exercício de seu poder seria ilimitado e funcionaria integralmente. Exemplo utilizado pelo filósofo francês, tirado de um estudo elaborado por Delamare, “a polícia disciplinar dos cereais é efetivamente centrípeta. Ela isola, concentra, encerra, é protecionista e centra essencialmente sua ação no mercado ou nesse espaço do mercado e no que o rodeia” (FOUCAULT, 2008a, p. 59). Outra característica da disciplina

¹⁴ “A população é pertinente como objetivo, e os indivíduos, as séries de indivíduos, os grupos de indivíduos, a multiplicidade dos indivíduos, esta não vai ser pertinente como objetivo”. (FOUCAULT, 2008a, p. 56).

seria seu fator totalizante, regimentando os mínimos detalhes, visando não deixar nada escapar de sua ação. Nesse sentido, codificaria as coisas entre o que é obrigatório e proibido. Nas palavras do autor, “uma boa disciplina é o que lhes diz a cada instante o que vocês devem fazer” (FOUCAULT, 2008a, p. 60). Portanto, visa regulamentar o que deve ser feito, sendo proibido o que escapar a essa determinação.

Em contrapartida, os dispositivos de segurança operam de forma oposta, a liberdade é um fator caro a seu funcionamento. Visam a propagação e o desenvolvimento, assimilando inovações e variáveis: “integra-se a produção, a psicologia, os comportamentos, as maneiras de fazer dos produtores, dos compradores, dos consumidores, dos importadores, dos exportadores” (FOUCAULT, 2008a, p. 59). Ampliam e fomentam a expansão, organizando-a, permitindo oscilações e processos que seriam favoráveis à população.

Outro fator de distinção é que o dispositivo de segurança não assume inteiramente uma perspectiva de proibição ou obrigação. Sua funcionalidade incide sobre a realidade, assimila sua produção e seus elementos, regulando-os através de dispositivos específicos,¹⁵ sem abrir mão de certo grau de proibição e restrição. Esse seria um postulado determinante das sociedades modernas: a realidade como objetivo central da política. Segundo Foucault, tal princípio estaria atrelado ao cerne do liberalismo, que concebe a liberdade, mais que uma ideologia, como um dos requisitos dos dispositivos de segurança. Seu funcionamento exigiria certo grau de liberdade de circulação, de movimento, de possibilidade, que viabilizaria o governo dos homens. Seria uma tecnologia de poder regulatória, cuja implementação estaria baseada na liberdade dos homens, na administração de seus interesses, como procedimento de normalização.

Ainda comparando os dispositivos de segurança e o disciplinar, o autor analisa o modo como ambos abordam a questão da norma.

A normalização disciplinar opera na decomposição, percepção, modificação, classificação, adestramento e controle de acordo com as metas estabelecidas. A disciplina teria uma propriedade prescritiva, haja visto que institui um modelo para, a partir dele, circunscrever o normal e o anormal, o apto e o inapto, o capaz e o incapaz. E a norma que seria o valor primordial. Essa característica faz com que o autor compreenda as técnicas disciplinares muito mais como normação que normalização.

¹⁵ “a lei proíbe, a disciplina prescreve e a segurança. Sem proibir nem prescrever, mas dando-se evidentemente alguns instrumentos de proibição e prescrição, a segurança tem essencialmente por função responder a uma realidade de maneira que essa resposta anule essa realidade a que ela responde”. (FOUCAULT, 2008a, p.61).

Ao tratar da normalização do ponto de vista dos dispositivos de segurança, o autor utiliza o exemplo da varíola por seu impacto sobre o contingente populacional, sem distinção entre doentes e não doentes, como fenômeno endêmico e de alta mortalidade. Entra em cena as noções de caso, risco, perigo e crise, que, associados à cálculos de probabilidade e estatísticas, permitem a determinação de um coeficiente de incidência tolerável sobre a população.

Assim seria possível alcançar uma taxa de mortalidade aceita, considerada como norma. No entanto, o dispositivo de segurança refina seu exame, fragmentando a normalidade em seus diferentes segmentos, como idade, região, bairro, etc, para mensurar os casos mais discrepantes e atuar sobre eles para que alcancem o eixo padrão da normal geral. Seu modo de funcionamento identifica o normal, o anormal e as diferentes variações de normalidade. O processo de normalização nesse mecanismo faz com que tais variações operem entre si, visando aproximar o desfavorável ao favorável.

Os mecanismos de segurança teriam a cidade como seu núcleo, pois, a partir do século XVIII esta passou a colocar novos problemas de cunho político e econômico, que exigiram novas técnicas de governo. Especificamente a questão da circulação, entendida em sentido lato: como permitir e controlar a distribuição e o trânsito de pessoas, mercadorias e trocas, de forma segura, privilegiando a segurança da população.

No começo do século XVII as questões sobre a população ganham maior importância com o cameralismo e com o mercantilismo. Até então a relevância era dada para os casos de desastres e catástrofes humanas em que um grande contingente populacional morria. Para os mercantilistas a população seria um elemento fundamental na dinâmica do poder do Estado, constituindo seu princípio de riqueza e força produtiva, adestrada pelo mecanismo disciplinar.

A mudança ocorre a partir do século XVIII, com os fisiocratas, na medida em que a população deixa de ser tomada como um dado bruto e passa a ser concebida como fenômeno de natureza, devido a uma série de variáveis: como o clima, os recursos disponíveis, o volume do comércio, a circulação de mercadorias, os hábitos culturais, os valores religiosos, os meios de subsistência. Economistas e fisiocratas afetariam essa natureza através de um método de poder racionalizado para organizar, acessar e transformar, agindo sobre os fatores cambiantes que incidem sobre a população, como: fluxos de moeda, exportação, importação, oferta de trabalho, alimentação, etc. Desse modo, atuando sobre esses elementos distantes entre si seria possível agir sobre o contingente populacional.

Esse aspecto natural teria outro desdobramento: o desejo, como “aquilo por que todos os indivíduos vão agir. Desejo contra o qual não se pode fazer nada”. (FOUCAULT, 2008a, p. 95). Seria tanto um elemento comum, quanto princípio motor da ação dos sujeitos por mais

distintos que eles fossem seus comportamentos. As particularidades das pessoas as diferenciariam e inviabilizaria a previsão de seus modos de agir. No entanto, esse fator, caro aos indivíduos, possibilitaria a atuação das técnicas de poder e governo sobre a população através do jogo entre desejo e interesse. Segundo Foucault,

o desejo é a busca do interesse pelo indivíduo. O indivíduo, de reto, pode perfeitamente se enganar, em seu desejo, quanto em seu interesse pessoal, mas há uma coisa que não engana: que o jogo espontâneo, ou, em todo caso, espontâneo e, ao mesmo tempo, regrado do desejo permitirá de fato a produção de um interesse, de algo que é interessante para a própria população. (FOUCAULT, 2008a, p. 95)

Através da administração do desejo, permitindo seu fluxo de acordo com limites estabelecidos, seria possível produzir artificialmente o interesse geral da população e conciliar com o interesse individual. Essa seria a brecha por onde a técnica governamental penetraria a naturalidade do coletivo. O problema a ser resolvido pelos governantes seria a gestão do desejo, sua aceitação para que se possa produzir benefícios.

Outro desdobramento da naturalidade populacional é a invariabilidade de eventos que seriam variáveis. Isto é, a regularidade de fenômenos acidentais, ligados a determinada conjuntura ou acaso, e que, portanto, deveriam ser irregulares. Foucault cita um estudo de John Graunt, que analisou a tabela de mortalidade de uma cidade do século XVII, e sua descoberta. O número de óbitos e o número de mortes acidentais teriam certa constância. No caso do suicídio, Graunt não encontrou variação de um ano para outro.

Além disso, a proporção entre homens e mulheres seria restabelecida, pois o nascimento de meninos seria maior que o de meninas, entretanto, a quantidade de óbitos masculinos seria maior que o feminino, de modo que, em certo tempo, haveria o equilíbrio entre ambos. A pesquisa resultou na conclusão sobre a estabilidade de eventos que deveriam ser instáveis. Esses três aspectos da naturalidade da população permitem a Foucault compreendê-la como:

conjunto de elementos, no interior do qual podem-se notar constantes e regularidades até nos acidentes, no interior do qual pode-se identificar o universal do desejo produzindo regularmente o benefício de todos e a propósito do qual pode-se identificar certo número de variáveis de que ele depende e que são capazes de modificá-lo”. (FOUCAULT, 2008a, p. 97-98)

Conforme o filósofo francês, esses fatores inserem a população no campo biológico. Logo, a população passa a ser concebida como espécie humana, entre outros seres vivos, e não mais gênero humano. E, segundo o autor, haveria uma superfície de ação para transformá-la, por meio de cálculos e planejamento, o que expressa a entrada da população no universo de técnicas de poder.

Essa superfície de contato por onde o governo, através dos seus dispositivos de segurança, agiria e modificaria a população seria seu aspecto público. Público sendo o “ponto de vista de suas opiniões, das suas maneiras de fazer, dos seus comportamentos, dos seus hábitos, dos seus temores, dos seus preconceitos, das suas exigências, é aquilo sobre o que se age por meio da educação, das campanhas, dos convencimentos” (FOUCAULT, 2008a, p.98-99). Assim, a população em seu eixo espécie-público inaugura o novo campo de realidades que os mecanismos de poder passam a incidir, o que conduz à questão do governo, tópico que ganha força a partir da quarta aula do curso de 1978.

A aula ministrada em primeiro de fevereiro marca uma virada no cronograma determinado por Foucault pelo autor. O projeto de uma história da governamentalidade surge nessa preleção e opera um deslocamento nas análises que haviam sido estabelecidas. Para o autor Foucault, os problemas colocados pelo surgimento da população remetem à problemática do governamental: governo de si mesmo, das almas, das condutas. Entre os séculos XVI e XVIII proliferam tratados de ciência política, versando sobre a arte de governar. Um aspecto privilegiado pelo filósofo é a questão do governo do Estado e menciona Maquiavel e toda literatura anti Maquiavel que foi produzida sobre esse tema.

Dois autores são citados especificamente, Guillaume de La Perrière e François La Mothe Le Vayer. A contribuição do primeiro é a compreensão de governo entendido como prática múltipla, visto que muitas governanças existiriam no interior do Estado: do patriarca da família aos chefes ou líderes de instituições. A contribuição do segundo é a tipologia dos diversos modos de governo, que seria ligada a uma ciência ou saber específico: a moral trataria do governo de si, a economia estaria atrelada ao governo da família, a política seria associada ao bom governo do Estado.

Foucault frisa o aspecto a ascendente e descendente dessa tipologia, isto é, a forma como os regimes governamentais e seus saberes estariam sobrepostos, no que tange ao governo do Estado. Saber conduzir a si mesmo e sua família seria imprescindível para aquele que quer dirigir o Estado. Da mesma forma que num Estado bem administrado, os indivíduos sabem guiar-se e as famílias são bem orientadas.

Tal continuidade coloca o governo da família, a economia, como elemento fundamental para a arte de governar, insere a economia no interior da política. Conforme o autor, a administração do Estado deve seguir as diretrizes da economia, isto é, exercer um grau de vigilância e controle sobre os habitantes, os recursos, as condutas no mesmo nível que um patriarca conduz sua família e seus bens. Portanto, governar passa a ser compreendido como o exercício do poder em conformidade com a economia.

Essa nova perspectiva produzida a partir do século XVIII, amplia a compreensão de economia, passando de uma forma de governo para um nível de realidade, uma esfera de ação para o governo. Nesse ponto Foucault retoma La Perrière para tratar do objeto e do objetivo do governo.

Segundo a interpretação foucaultiana do autor supracitado, o governo administraria a complexidade existente entre os homens e os elementos que constituem sua realidade. Isto é, a governança da relação entre os indivíduos e as coisas em toda sua heterogeneidade,

as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território [...] em suas fronteiras, com suas qualidades, seu clima, sua sequeidão, sua fecundidade. São os homens em suas relações com outras coisas que são os costumes, os hábitos, as maneiras de fazer ou de pensar. E, enfim, são os homens em suas relações com estas outras coisas que podem ser os acidentes ou as calamidades como a fome, as epidemias, a morte. (FOUCAULT, 2008a, p. 128-129)

Assim, a incumbência do governo seria dispor de tais coisas para obtenção dos melhores resultados, maximizando os benefícios e reduzindo os malefícios, com o intuito de multiplicar a população. Para isso deve-se considerar a pluralidade de finalidades de cada um dos elementos citados, utilizando estratégias e as leis como táticas para alcançar esse fim.

Essa arte de governar, elaborada no século XVI, foi bloqueada no século XVII por alguns fatores característicos desse contexto histórico, como guerras, crises e a mentalidade da época. Além disso, havia um grau de incompatibilidade entre a proposta para o governo do Estado no modelo de governo familiar. Isso porque a noção de economia da época era restrita à gestão de um grupo pequeno: a família e as pessoas da casa.

O desbloqueio surgiu por uma gama de elementos concatenados, tais como, “expansão demográfica do século XVIII, ligada por sua vez à abundância monetária, ligada por sua vez ao aumento da população agrícola segundo processos circulares” (FOUCAULT, 2008a, p. 137). No entanto, a emergência da população e os problemas dela surgidos, associados à aplicação da economia em outra esfera, que não a familiar, fomentaram a liberação dessa arte de governar, assim como a estatística enquanto fator técnico.

Os impactos gerados pelo advento da população operaram um deslocamento na economia e sua meta deixa de ser a família e se volta para o contingente populacional. Com o auxílio da estatística, nota-se as regularidades da população, assim como seus efeitos específicos e fenômenos irreduzíveis: taxa de mortalidade, natalidade, epidemias e sua expansão, a riqueza, o trabalho.

Conforme o autor, “o que faz que a população possibilite o desbloqueio da arte de governar é que ela elimina o modelo da família” (FOUCAULT, 2008a, p.139). Em

contrapartida, outra mudança essencial ocorre: a família passa a segundo plano, ocupando o núcleo da população, deixando de ser modelo para ser um segmento. Todavia, um segmento priorizado pelo governo das populações, na medida em que se torna o centro de ações diretas e indiretas.

Essa arte de governar, com técnicas e táticas inovadoras, age diretamente sobre os campos inerentes à população. Isso porque a finalidade primordial do governo é aprimorar e maximizar as necessidades da população, sendo ela mesma tomada como instrumento e meta, isto é, concebida tanto como sujeito de necessidades e objeto a ser utilizado pelo governo. Esse modo de operar da governança demanda um conhecimento específico, uma ciência política, responsável pelos processos que orbitam seu foco, a população. Esse saber é a economia, a economia política.

Foucault ressalta que essa arte de governar e sua ciência não substitui a soberania e a disciplina. Ocorre uma gestão com base nessa triangulação – soberania, disciplina, governo – em que a população ocupa lugar central. Essa característica leva o autor a mencionar outra possibilidade de título para as preleções, indicando um conceito que abarcaria tais propriedades: história da governamentalidade, entendida como

o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, cálculos e as táticas que permitem exercer de forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo e, por outro lado, o desenvolvimento de uma série de saberes. (FOUCAULT, 2008a, p. 143-144)

Assim, vemos que o conceito de governamentalidade¹⁶ daria conta de nossa era, sendo descoberto no século XVIII. Seus desdobramentos são múltiplos e viabilizam a análise foucaultiana sobre o Estado, que se torna administrativo a partir dos séculos XV e XVI. Para o autor, a problemática sobre o Estado foi supervalorizada, posto que o concebe como uma “abstração mistificada”, em suas palavras, isto é, uma realidade cuja importância seria bem menor do que atribuem. As táticas de governamentalidade permitiriam a compreensão de sua sobrevivência e seus limites.

¹⁶ O conceito de governamentalidade, segundo André Duarte, “instrumento heurístico para a investigação da racionalidade das práticas de controle, vigilância e intervenção governamental sobre os fenômenos populacionais, funcionando, ademais, como recurso analítico para a discussão das práticas de governo de tipo especificamente liberal”. (DUARTE, 2011, p.02).

O autor reconstitui brevemente as economias de poder ocidentais. Inicialmente teríamos o Estado de justiça, assentado num território feudal, erigindo uma sociedade de lei escritas e consuetudinárias. Em seguida, teríamos um Estado administrativo, cuja base seria o território com suas fronteiras, que estabeleceria uma sociedade disciplinada, regulamentada. Posteriormente seria estabelecido um Estado de governo, cuja definição seria outra que não a territorial e sim o contingente populacional, e que utilizaria instrumentalmente o saber econômico para instaurar o controle da sociedade através de dispositivos de segurança. Essas considerações sobre a instauração da governamentalidade levam o autor a explicar seu nascimento, de origem arcaica, a pastoral cristã, objeto das aulas subsequentes.

1.2 Pastorado como técnica de governo

A aula de 08 de fevereiro trata dos elementos da noção de governo, como a ideia de governo dos homens, a organização do poder pastoral e a direção da consciência. Nela o autor destaca as características específicas desse poder: apesar de ser individualizante, incidiria sobre uma multiplicidade em movimento, seria benéfico e teria por meta a salvação do rebanho.

Considerando o teor polissêmico da palavra 'governo', Foucault investiga o tipo de poder que ele implica, para compreender a especificidade do que é governar. A justificativa dada pelo filósofo é que a noção de governamentalidade viabiliza a análise das questões que as noções de Estado e população implicam. Essa tarefa exige um método peculiar, o genealógico, que permita um estudo sobre a tecnologia de poder em seu caráter global, para além do ponto de vista institucional e que substitua o ponto de vista funcional e interno pelo prisma externo, isto é, tático e estratégico.

Ao colocar o Estado em perspectiva, o filósofo pretende destacar as relações de poder das instituições que o compõem e analisá-las por meio de seus campos de saberes e suas tecnologias. Seu interesse é investigar se haveria a possibilidade de se abordar o Estado por fora, para além do aspecto institucional e se essas tecnologias de poder estariam inseridas num ponto de vista global, geral, o próprio Estado. Desse modo, o objeto do curso seria averiguar uma possível analítica exterior ao Estado a partir do conceito de governamentalidade.

Foucault realiza uma breve exposição sobre o caráter polissêmico da noção de governo. Através de dicionários históricos, o autor constata que, antes de adquirir a acepção política a partir do século XVI e XVII, governar estaria relacionado à diversas atividades. Desde dirigir, seguir por um caminho, passando pela ideia de sustento, subsistência, até um

sentido de ordem moral, como conduzir a alma. De modo que, apesar de seu vasto campo semântico, governar não estaria atrelado à uma instituição e sim às pessoas, “nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, nunca se governa uma estrutura política. Quem é governado são sempre pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades” (FOUCAULT, 2008a, p.164). Essa ideia é melhor compreendida pela metáfora do navio e do timoneiro, largamente utilizada na Grécia Antiga.

Aquele que controla o leme, o capitão, designaria a atividade daquele que estaria à frente da cidade, com sua carga de responsabilidade e funções. E o navio representaria a cidade. Nessa analogia, o ato de governar recai sobre o navio, e a cidade, respectivamente. Não são os marujos nem os cidadãos que são governados, estes só poderiam ser governados indiretamente, na medida em que embarcariam no navio e estariam na cidade. Segundo Foucault, a origem dessa concepção de governo dos homens seria encontrada no Oriente e teria duas formas: um poder pastoral e a direção de consciência.

A ideia de um poder pastoral pode ser encontrada no Egito, Assíria, Mesopotâmia e principalmente entre os hebreus. Nessas culturas, o deus é concebido como pastor dos homens, o que designa uma forma de relação entre o soberano e a divindade, visto que o primeiro seria representante do segundo, sendo, portanto, também pastor do rebanho dos homens. Assim, esse tipo de poder seria um poder essencialmente religioso. Para Foucault, essa especificidade é característica do Mediterrâneo, visto que na Grécia a ideia de uma divindade pastoreando os homens nunca existiu. A relação entre homens e deuses não é uma de pastoreio, os gregos não eram conduzidos como um rebanho.

Esse poder de pastor teria alguns elementos peculiares. Primeiramente, ele não é exercido sobre uma territorialidade, posto que incide sobre um rebanho, uma multiplicidade, que se desloca, que se movimenta. Além disso, o poder pastoral tem o dever de fazer o bem, isto é, seu objetivo fundamental é a promoção do bem e não a conquista de territórios ou destruição dos inimigos. Ele visa a salvação do rebanho.

No entanto, essa salvação tem um traço particular: a salvação está relacionada aos meios de subsistência, a alimentação. Desse modo, o poder pastoral seria um poder de cuidado, pois teria uma função de sustento, haja visto que o pastor não se preocupa com ele mesmo, sua atenção é direcionada para os outros, com zelo e dedicação. Por fim, a última característica do poder pastoral é seu teor individualizante, isto é, ele age sobre a totalidade sem prescindir de uma única ovelha. O pastor dirige o rebanho cuidando de cada uma das ovelhas, sem que nenhuma lhe escape.

Esse poder de origem oriental teria sido introduzido no ocidente através da Igreja católica. Em suas práticas, saberes e hierarquia institucional, a igreja diluiu e absorveu os elementos do poder pastoral. Segundo o filósofo, a civilização ocidental cristã foi a mais criativa, conquistadora e violenta e a sua particularidade seria a política concebida como tópico de pastoreio, o homem ocidental foi habituado a suplicar a um pastor por sua salvação.

Nas palavras do autor, a “história do pastorado no mundo ocidental só começa com o cristianismo” (FOUCAULT, 2008a, p.196). Através de um processo em que determinada religião se configura como uma instituição que anseia pelo governo cotidiano das pessoas, incidindo sobre todos os aspectos de sua existência, prometendo a salvação, a vida eterna em outro mundo. Dessa forma teria se formado, segundo Foucault, um dispositivo de poder, que foi aperfeiçoado ao longo de quinze séculos.

O filósofo situa no século XVIII o marco para o término da era pastoral, apesar deste não ter desaparecido completamente. Apesar das diversas guerras religiosas entre os séculos XIII e XVII, o pastorado não foi extinto. A Reforma protestante e a Contrarreforma fortaleceram e reorganizaram o poder pastoral, que se desdobrou em duas vertentes: do tipo protestante, com hierarquia flexível e meticulosa e do tipo católico, controlado e assentado numa hierarquização piramidal.

O autor observa que o pastorado não foi pensado, pelo cristianismo, apenas como instituição ou conjunto de prescrições ou privilégios. Houve um movimento de reflexão com valor filosófico sobre o pastorado, tido por Gregório Nazianzo como a arte das artes, ciência das ciências no que concerne ao governo dos homens. Tal arte doutrinaria as pessoas a serem governadas ou ensinaria a governar da melhor forma. E esse governo pastoral do cotidiano adquire outra conotação na Igreja cristã, pois a relação entre Deus e os homens se torna essencial e engloba as outras relações, institucionalizando leis, práticas, técnicas e procedimentos.

Assim a Igreja manifestaria poderes pastorais, visto que identifica o poder do pastor para com o rebanho. Foucault cita como exemplo os ritos do batismo, da comunhão, da penitência. Segue-se a identificação do poder religioso como poder pastoral. No entanto, um de seus pontos fundamentais é que, no cristianismo, ele permaneceu distinto do poder político, pois se encarregou de gerir o cotidiano dos indivíduos e de seus bens.

O que não quer dizer que não tenha ocorrido interferências entre ambos. Ao contrário, segundo Foucault (2008a, p. 204), “o entrecruzamento do poder pastoral e do poder político será efetivamente uma realidade histórica no Ocidente”. Todavia, malgrado os apoios, conflitos e intermediações entre eles, Igreja e Estado permaneceram heterogêneos, com

especificidades distintas até o século XVIII e o autor considera um enigma, um problema histórico a justificativa para essa divergência.

Para o filósofo francês, um dos aspectos mais fundamentais a ser observado, na história das civilizações, é que “o pastorado no cristianismo deu lugar a toda uma arte de conduzir, de dirigir, de levar, de guiar, de controlar, de manipular os homens [...] coletiva e individualmente ao longo de toda a vida deles e a cada passo da sua existência” (FOUCAULT, 2008a, p.219). Contudo, o poder pastoral não deveria ser relacionado a uma pedagogia, uma retórica ou política, isto é, não teria a função de convencer, ou persuadir as pessoas à revelia de sua vontade. O pastorado é compreendido pelo autor como uma arte de governar os homens, que seria o embrião da governamentalidade do Estado moderno, que surge nos séculos XVII e XVIII.

Nesse sentido, o autor apresenta um esboço, a partir de alguns textos¹⁷ datados entre os séculos III e VI, sobre alguns traços do poder pastoral diferenciando-o do poder político. Considerando as obras analisadas, Foucault extraiu certos elementos constitutivos do pastorado: o objetivo conduzir as pessoas à salvação, submissão à lei, ao mandamento divino e a aceitação e crença na verdade. No entanto, esses três elementos não dariam conta da especificidade do pastorado cristão, segundo o autor, que apresenta desdobramentos dos mesmos para que se compreenda melhor a essência do pastorado cristão. Em sua hipótese, o poder pastoral operaria um deslocamento nos aspectos citados, alterando-os.

Primeiro a questão da salvação. Esta deve ser estendida a toda comunidade e também a cada uma das pessoas. No entanto, o pastor agiria no que Foucault denominou de economia dos méritos e deméritos, isto é, na gestão das ações, trajetórias e aspectos pontuais da ovelha e do rebanho a fim de prepará-los para o julgamento empreendido por Deus, no momento fatídico.

Em segundo lugar, a questão da lei. Para o autor, o pastorado instituiu a obediência pura, isto é, um modo de agir extremamente valorizado que produz um vínculo de dependência absoluta entre a ovelha e o pastor, visto que ele cuida do rebanho. Essa dependência exige uma submissão entre o quem governa e quem é governado numa servidão integral. O autor exemplifica com a vida monástica, que postula variadas provas de obediência imediata, irrefletida e absurda. Essa obediência é desprovida de qualquer finalidade que não seja a humildade e a renúncia à vontade própria. Escreve o autor:

¹⁷ *De sacerdotio*, de João Crisóstomo, *Cartas*, de São Cipriano, *De officiis ministrorum*, de santo Ambrósio, *Liber pastoralis*, de Gregório, o Grande, *Conferências*, de Cassiano, *Instituições cenobíticas* e as *Cartas*, de São Jerônimo e *Regras*, de São Bento. (Cf. FOUCAULT, 2008a).

“obedece-se para ser obediente, para alcançar um estado de obediência” (FOUCAULT, 2008a, p. 234).

Em terceiro lugar, a questão da verdade. Sua relação com o pastorado teria uma dimensão pedagógica, visto que o pastor desempenharia uma função de ensino em relação à sua comunidade. Essa tarefa não se resumiria à propagação de um determinado saber ou conteúdo, implicaria uma educação por meio do exemplo, de sua própria biografia. O ensinamento proposto pelo pastorado cristão teria dois traços distintivos. Em primeiro lugar, postula uma instrução que age sobre a conduta, isto é, que deve ser aplicada incessantemente sobre a vida da ovelha no cotidiano. Em segundo lugar, a direção de consciência, prática obrigatória, permanente, cuja função seria reforçar o vínculo de dependência.

Essas características expressam um governo pastoral do mundo, concebido como o domínio onde a salvação seria edificada pelo homem, na medida em que ele não teria sido feito para viver nessa terra e sim em outro lugar. Ademais, esse governo institui uma economia da obediência que submetia a tudo e a todos, onde a vontade divina se manifestaria através da natureza, permeada por fenômenos extraordinários e sinais enigmáticos. Essa realidade insondável exprimiria castigos, graças e salvações, que, por sua vez, leva à questão da verdade, que teria um duplo aspecto: um saber oculto a ser desvelado e como conteúdo a ser ensinado. Nesse sentido, o mundo seria composto por signos a serem decifrados.

Outro aspecto fundamental do pastorado seria sua forma específica de individualização, que se daria através de uma analítica dos méritos e deméritos, pelo par sujeição/servidão e pela subjetivação, num processo de produção de uma verdade interior. Nas palavras do filósofo francês, “a individualização do homem ocidental durante o milênio do pastorado cristão foi realizado à custa da subjetividade. Por subjetivação” (FOUCAULT, 1994, p. 147). Isto é, o pastorado produzia um efeito individualizante na medida em que fixava identidades. Através da promessa da salvação individual, que exigia subordinação incondicional, a pessoa era vinculada a si mesmo: para ser salva, deveria ser obediente, essa era sua individualidade. Assim alcançaria a verdade, a sua própria. Esse processo incutiria o dogma e cobraria o preço da individualidade: a sujeição. De modo que, a identidade exigia sujeição, que o homem se tornasse sujeito ao pastorado.

Foucault considera o pastorado o prenúncio da noção de governamentalidade, pois compreende o sujeito ocidental moderno como fruto dos procedimentos implementados pelo pastorado, que desdobram o princípio da salvação, da lei e da verdade. Outro fator seria o modo pastoral de constituição do indivíduo, que teria seus méritos avaliados, estaria

submetido a redes de obediência e cuja subjetividade teria sido elaborada por uma verdade imposta.

Na primeira aula de março de 1978, o filósofo aborda o colapso do pastorado e as formas de resistência, dissidência e insubmissão, além de tratar do poder pastoral como um modo do exercício do poder. A partir dessa aula o autor explica a passagem do pastorado à governamentalidade.

De acordo com Foucault (2008a, p.254), o conjunto de práticas do pastorado recebeu o nome de economia das almas, dado por São Gregório de Nanziano. O autor ressalta que o pastorado operou uma transformação na noção de economia em sua acepção originária. Extrapolando o sentido grego da mesma, que teria uma dimensão familiar, a economia das almas incidiria sobre o individual e o coletivo, isto é, sobre cada cristão e toda comunidade cristã. No entanto, o filósofo opta por traduzir *oikonomía psychôn* por conduta das almas, visto que a palavra “conduta” teria um duplo sentido: atividade de conduzir e o modo como alguém se conduz e é conduzido.

Para o filósofo, “essa noção de conduta, com o campo que ela abarca, é sem dúvida um dos elementos fundamentais introduzidos pelo pastorado cristão na sociedade ocidental” (FOUCAULT, 2008a, P.255). E é a partir dela que ele aborda a crise do pastorado e como este seria responsável pelas questões sobre o governo e a governamentalidade.

No caso, o foco do interesse são os pontos de resistência ao poder enquanto conduta, produzidos no interior do pastorado. Isto é, insubmissões, resistências que expressam o questionamento sobre outros modos e possibilidades de ser conduzido, por quem e como, que seriam distintas das insurreições contrárias ao poder político. Contraconduta, nas palavras do autor, “no sentido de luta contra os procedimentos postos em prática para conduzir os outros” (FOUCAULT, 2008a, p.266). O emprego dessa noção permite a análise e identificação das diversas partes que a compõem, sobre os modos de agir tanto no domínio político quanto nas relações de poder, o que abrangeria os loucos, doentes e delinquentes, sem exagerar suas ações ou romantizá-las.

Uma observação vital é a mudança ocorrida entre os séculos XVII e XVIII em que o exercício da governamentalidade objetivou conduzir as pessoas, absorvendo funções pastorais.¹⁸ Aqui, os conflitos de conduta deixam de ser elaborados no domínio religioso e

¹⁸ “A implementação de técnicas pastorais no quadro do aparelho de Estado: tal era: para Foucault, a matriz da razão política moderna. Propunha então chamar com a estranha palavra ‘governabilidade’ o processo que tinha conduzido da pastoral cristã ao Estado de polícia e que se prolongará até nós. O „governo“ não era a simples instrumentalização da força de um Estado cada vez mais compacto, mas uma figura original do poder,

passam a ser produzidos no campo político. A título de exemplo, as deserções num contexto em que a participação na guerra, para defender o país, era considerado um valor cívico importante estabelecido pela sociedade.

Nesse ponto do curso, o autor conclui sua analítica do poder pastoral e passa ao governo político das populações, contextualizando a partir do século XVI, com as revoltas pastorais de conduta,¹⁹ o deslocamento do primeiro para o segundo. Foucault salienta a atmosfera de revoltas e resistência desse momento histórico, como a Revolução Inglesa, a Revolução Francesa. No entanto, o autor ressalta que não ocorreu o desaparecimento do pastorado ou mesmo a transição de suas funções para o Estado. Ocorreu um duplo fenômeno, mais complexo.

Por um lado, o pastorado se tornou mais acentuado, mais presente no cotidiano, na vida material das pessoas. Houve um aumento das práticas de devoção e estreitamento dos laços espirituais com os mentores religiosos, com maior intervenção da espiritualidade na rotina das pessoas. Por outro, adveio uma preocupação maior a respeito da questão sobre como conduzir a si mesmo, para além do exclusivo religioso. Função originalmente filosófica, na Grécia antiga, ausente durante a Idade Média.

Sucedeu uma intensificação de questionamentos sobre a melhor forma de conduzir a família, os filhos, a si próprio, e também em relação ao soberano, às autoridades, bem como rumo à salvação e que adquiriram outras conotações, não mais exclusivamente eclesial.²⁰ Isso porque essas questões se colocaram também no domínio público, posteriormente político, porquanto o exercício do poder soberano passou a desempenhar uma função de condução das almas.

Nas palavras do filósofo, “houve verdadeira intensificação, multiplicação, proliferação geral dessa questão e dessas técnicas da conduta. Com o século XVI, entramos na era das condutas, na era das direções, na era dos governos” (FOUCAULT, 2008a, p. 309). A crise do pastorado, através das contra condutas não expressaram uma recusa ao pastorado e sim a

articulando técnicas específicas de saber, de controle e de coerção. Uma certa racionalização, pois, historicamente definida, das relações de poder”. (SENELLART, 1995, p. 02)

¹⁹ Na aula de 1º de março de *Segurança, território, população*, o autor explora o que ele identificou com as cinco principais formas de contraconduta na Idade Média. São elas: a questão da escatologia, da Escritura, da mística, da comunidade e da ascese. Devido aos objetivos específicos desta tese, não aprofundaremos este tópico.

²⁰ “Para Foucault, as artes de governar que explodem no século XVI e se difundem até o final do século XVIII não são manuais de conselhos ao príncipe ou tratados de ciência política. Elas constituem diferentes possibilidades de governar os outros e de governar a si mesmo. Na pastoral católica e protestante, tem-se o governo das almas e das condutas; na pedagogia do século XVI, o problema do governo das crianças; na política, a questão do governo do Estado pelos príncipes. As questões fundamentais passam a ser: como se governar, como ser governado, como governar os outros, como fazer para ser o melhor governo possível?”. (CANDIOTTO, 2010, p. 10)

busca por outras formas de ser conduzido, como ser melhor guiado e melhor obedecer. Nesse contexto eclode a questão da arte de governar, com a problemática sobre o governo político dos homens, que coloca a problemática sobre a noção de conduta.

Em *O sujeito e o poder*, o autor revela um dos objetivos de suas pesquisas: os diversos modos de sujeição de nossa cultura, a saber, como um indivíduo se transfigura em sujeito. Nesse intento tratou de três formas como se deu o processo: a dimensão científica, na produção de saberes; a segmentação interpessoal; e as formas como os seres humanos se reconhecem como sujeitos. Importante frisar outra conotação da palavra, privilegiado pelo filósofo nesse contexto: sujeição, subjugar.

Nesse sentido, ao estudar esses mecanismos, Foucault encontra no Estado a forma de poder político que ampliou, para todo o continente populacional, a tecnologia de poder para guiar as consciências, o pastorado. Em suas palavras, “governar [...] é estruturar o eventual campo de possibilidades de ação dos outros” (FOUCAULT, 1995, p. 244). Assim, a ideia de conduta ganha uma relevância para sua argumentação, que a concebe, “ao mesmo tempo, o ato de ‘conduzir’ os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades” (FOUCAULT, 1995, p. 244).

Essas reflexões levam a questão da incidência do poder soberano sobre o governo dos homens, sobre o tipo de racionalidade que o soberano deve operar em seu governo. Problema da razão governamental²¹, portanto.

Este teria surgido entre 1580 e 1660 com desenvolvimento da arte de governar,²² que opera segundo uma racionalidade distinta da soberania e do pastorado. A fim de explicitar essa divergência, o autor retoma alguns elementos da arte pastoral, como a salvação, a obediência e a verdade considerando a perspectiva da razão de Estado.

Primeiro tópico, o modo como a razão de Estado trata da salvação. Para abordar essa temática, Foucault utiliza a ideia de golpe de Estado. No início do século XVII essa noção expressava a suspensão da legalidade para que a instituição do governo pudesse agir sobre si mesma, de forma urgente e necessária. A razão de Estado, por sua vez, não seria completamente coesa com o sistema de legitimidade, posto que permitiria certa transgressão das leis, isto é, não estaria totalmente submetida a elas. Há o interesse no respeito e nos usos

²¹ “[C]om o termo racionalidades Foucault entendia os conjuntos de prescrições calculadas e razoáveis que organizam instituições, distribuem espaços e regulamentam comportamentos; as racionalidades provocam uma série de efeitos sobre o real”. (AVELINO, 2010, s/p).

²² “Importa frisar que a arte de governar se articula em torno de um tema importante à análise política: a razão de Estado, a aí não no sentido atual do termo, mas naquele relacionado à racionalidade da atuação estatal”. (MAIA, 2011, p. 65).

das leis até o ponto em que lhes são úteis. Quando não são, cumpre deixá-las de lado. Com que finalidade? Salvar o Estado. Assim, o golpe de Estado manifestaria a razão de Estado, visando sua salvação, independente dos meios utilizados.

Aqui se desdobram três tramas: a necessidade, a violência e o aspecto teatral, todos inerentes ao golpe de Estado. O primeiro, imprescindível a ele, estaria acima da lei, visto que deve prevalecer a salvação a despeito de qualquer outra coisa, de modo que a razão de Estado estaria muito mais relacionada à necessidade do que à legalidade. A segunda, expressa o sacrifício, o transtorno, a injustiça e o malefício que a necessidade de salvar o Estado acarreta, de modo que não haveria o menor constrangimento em associar violência e razão no que diz respeito ao governo. Isto é, a violência do Estado exprimiria sua razão. O terceiro, a dimensão teatral, posto que se deve ocultar os procedimentos do golpe através do segredo, para que a suspensão da legalidade adquira solenidade e adesão, que seja suportável, portanto.²³

Se na arte pastoral a promessa de salvação estava a sujeição a misérias e sofrimentos na ascese, a razão de Estado, em prol de sua salvação, faz suportar graus de violência, tomada como forma de racionalidade estatal. O autor exprime essa concepção a partir do golpe de Estado.

O tópico seguinte, a obediência. Foucault esboça um breve estudo comparativo entre Bacon e Maquiavel. Apresentá-lo está além dos objetivos dessa tese, de modo que, nos interessa é a interpretação sobre a prática política da época que o filósofo francês elabora, ao pesquisar ambos.

Destarte, em seu livro “Ensaio sobre sedições e distúrbios”, Bacon elabora um estudo descritivo e analítico sobre as revoltas e o cuidado que o governante deveria ter para com elas. O autor identifica o povo como a grande ameaça, por não estar tão próximo ao governo quanto os senhores, nem tão distante a ponto de não constituir um risco. Portanto, o povo seria o principal objeto do governo e, para amenizar o risco de revoltas seria imperativo que o governo manipule dois elementos de realidade: a economia e a opinião.

O último tópico, relação entre razão de Estado e verdade. Para Foucault, apesar de, tanto o pastorado quanto a arte de governar acarretarem a elaboração da verdade, elas seriam muito diferentes entre si.

²³ Conforme Foucault, “O teatro clássico, a meu ver, está essencialmente organizado em torno do golpe de Estado. Assim como na política a razão de Estado se manifesta numa certa teatralidade, o teatro, em contrapartida, se organiza em torno da representação dessa razão de Estado sob a forma dramática, intensa e violenta do golpe de Estado”. (FOUCAULT, 2008a, p. 354-355).

Na economia de verdade da pastoral, havia a necessidade do ensino e do vínculo profundo entre o pastor e as ovelhas, conhecendo cada uma delas para fazer emergir a verdade em seu interior, desempenhando um papel de juiz, avalista e testemunha desse processo.

Já a razão de Estado exige outro conteúdo para o exercício do governo: a estatística. Aquele que governa não deve conhecer apenas as leis, deve conhecer o funcionamento do Estado e os fundamentos que o compõem que viabilizam sua manutenção. Cito Foucault, “etimologicamente, a estatística, é o conhecimento do Estado, o conhecimento das forças e dos recursos que caracterizam um Estado num momento dado” (2008a, p. 365). Logo, dados, estimativas, quantitativo e informações sobre recursos, sobre a população, riquezas, taxas e impostos são saberes imprescindíveis para aquele que governa. O que gera a necessidade de produção e sintetização dessas informações, na elaboração de relatórios, num aparelho administrativo fundamental para o exercício do poder.

Ainda sobre a política da verdade na razão de Estado, esta deve lidar com a questão do público, de modo a intervir em sua consciência. Não de forma autoritária visando a submissão e a imposição de crenças. Aqui, o objetivo é a opinião, o modo de agir, o comportamento político e econômico que deve ser manobrado.

Por conseguinte, a analítica empreendida por Foucault sobre a razão de Estado, considerando sua salvação pelo golpe de Estado, o par obediência-submissão e a relação entre produção da verdade e manipulação da opinião pública, tem a população como elemento implícito. No entanto, esse fator não entra no cálculo do governo de forma ativa até fins do século XVII e início XVIII, em que uma série de transformações políticas acarretaram a elaboração da noção de população. Esta teria sido produzida pela interferência de um aparelho utilizado para o funcionamento da razão de Estado: a polícia, hipótese desdobrada na aula do dia 29 de março. Antes dela, o autor trata do primeiro conjunto tecnológico dessa arte de governar, o sistema diplomático-militar e do Estado como princípio de inteligibilidade do real.

Foucault apresentou, até esse ponto do seminário, o avanço de uma arte específica de governar, na Europa, que teria uma racionalidade própria. Essa *ratio* governamental teria no Estado seu princípio e objetivo, visto que produziu um modo analítico de concepção e definição do conjunto de instituições e relações estabelecidas, isto é, a política.²⁴ Além disso,

²⁴ Nas palavras do autor, “o Estado é, essencialmente e antes de mais nada, a ideia reguladora dessa forma de pensamento, dessa forma de reflexão, dessa forma de cálculo, dessa forma de intervenção que se chama política”. (FOUCAULT, 2008a, p. 385).

o próprio Estado, sua defesa e fortalecimento, seria o objetivo estratégico dessa racionalidade governamental, que o elege como critério para leitura da realidade.

No entanto, o autor ainda considera esses aspectos insuficientes para compreender o modo como opera a razão governamental. Sua prática real poderia ser melhor entendida a partir da concorrência existente entre os Estados, na medida em que estes não seriam mais subordinados ou dependentes uns em relação aos outros. Eles se estabeleceriam e se buscariam numa relação de trocas econômicas. Nas palavras do autor:

procuram se afirmar num espaço que é o da concorrência comercial e da dominação comercial, num espaço de circulação monetária, num espaço de conquista colonial, num espaço de controle dos mares, e tudo isso dá à afirmação de cada Estado por si mesmo não simplesmente a forma de autofinalidade de que eu lhes falava na última vez, mas esta nova forma, a da concorrência. Só é possível afirmar-se num espaço de concorrência política e econômica [...] num espaço de concorrência que vai dar seu sentido a esse problema da ampliação do Estado como princípio, fio condutor da razão de Estado.(FOUCAULT, 2008a, p. 392).

Essas relações de concorrência entre os Estados emergiram entre os séculos XVI e XVII e conduziram a novas formas de conflitos, estratégias e formas de pensar sobre os reinos e Estados. Ocorre a mudança de perspectiva sobre a riqueza, as posses e a força do príncipe, fruto de suas alianças e obrigações familiares. Nesse contexto, a riqueza, os recursos, as possibilidades comerciais do Estado é que entram no cálculo da concorrência, que impõe a necessidade de pactos provisórios de interesses.

Ademais, a disputa entre os Estados implica outra mudança: na compreensão sobre a noção de força, novo elemento da racionalidade governamental. Não se trata mais da expansão territorial, na ampliação das heranças e extensão das posses e sim o aumento das forças estatais. “Entramos agora numa política que vai ter por objeto principal a utilização e o cálculo das forças”, escreve Foucault (2008a, p. 396). Essa racionalidade teria outra problemática que não a mera conservação do Estado e assim a preservação de uma dinâmica de força.

Para o filósofo, a partir dessa necessidade, as sociedades ocidentais produziram os dispositivos da polícia e o diplomático-militar. Ambos teriam por função a manutenção das relações de força e seu incremento, sem a perda de coesão ou fratura do conjunto. Essa dupla incumbência será denominada de mecanismo de segurança posteriormente.

A técnica diplomático-militar configuraria um sistema de segurança que teriam o encargo de manter certo equilíbrio entre os Estados, limitando excessos de ambição, mobilidade e fortalecimento sem comprometer a abertura para as trocas comerciais. Foucault situa sua emergência no contexto do fim da Guerra dos Trinta Anos, com o tratado de

Vestefália. O objetivo era alcançar uma paz relativa de acordo com os interesses dos Estados e de sua pluralidade.

Quatro instrumentos são utilizados para a manutenção dessa paz. O primeiro, a guerra, que visa a estabilidade de forças quando esta for ameaçado e não mais exclusivamente por justificativas jurídicas. Segue-se o segundo, a diplomacia, que deixa de ter valor de direito para o estabelecimento de certo equilíbrio, onde cada país teria um representante de seus interesses em negociação com os representantes de outros países visando a conciliação entre esses interesses e o equilíbrio entre as potências. O terceiro instrumento é o estabelecimento de um exército profissional permanente, que teria a função de influenciar as relações diplomáticas, políticas e econômicas visando o equilíbrio e a manutenção das forças. Por fim, o aparelho de informação, que visa descobrir e conhecer o poderio dos aliados e dos adversários e ocultar a sua própria.

Através desse sistema se manteria a estabilidade de forças entre os governos europeus. Esse acordo de Estados com interesses comuns, apesar de sua pluralidade, criou a ideia de uma república europeia.

O segundo conjunto tecnológico da nova arte governamental, a polícia, é analisado pelo filósofo na penúltima aula do curso. A partir dos séculos XVII e XVIII, essa noção adquire um sentido distinto do que estava em voga nos séculos anteriores. Seu objeto seria “o bom uso das forças do Estado” (FOUCAULT, 2008a, p.422) e designa os recursos e o cálculo que viabilizam o crescimento estatal sem comprometer a ordem. A polícia viabiliza o incremento das forças estatais e tolhimento de forças contrárias e, assim, contribui para a balança e o equilíbrio entre os Estados.

Um instrumento é fundamental para essa estabilidade e à sistematização policial: a estatística enquanto saber do Estado sobre si mesmo e sobre os outros. Esse conhecimento organizado e os procedimentos instaurados para desenvolver as forças estatais, combinando-as, permite que os governos acompanhem, conheçam e avaliem uns aos outros. É através das estatísticas que é possível saber o quantitativo populacional e das forças armadas de um país, de seus recursos, etc.

Foucault faz uma ressalva quanto ao projeto de política e sua tarefa no interior da razão de Estado. Apesar de ter uma função universal, fazer crescer a força estatal, tal plano não obteve uma coesão teórica nem a mesma institucionalização nos diversos Estados. Nesse ponto ele apresenta os casos italiano, alemão e francês.

O primeiro, a Itália. Apesar do desenvolvimento teórico sobre a razão de Estado, a instituição policial teve valor insignificante. A divisão territorial, que acarretava na rivalidade

entre as regiões, e que gerou o fraco desenvolvimento comercial, seria um dos fatores responsáveis por essa obstrução, visto que o Estado italiano era muito mais diplomático do que policial.

O caso alemão é o oposto: a fragmentação do território conduziu a uma expansão acentuada sobre a polícia, tanto na teoria quanto na prática. Os Estados alemães tinham sua importância pelo valor experimental das técnicas enquanto as universidades se ocupavam da formação e da produção de saberes sobre administração das forças do Estado. É na Alemanha que surge a ciência política, *Polizeiwissenschaft*, que produziu conteúdo científico sobre a polícia e a noção de Estado de polícia.

Por fim, a França. A institucionalização da polícia não adveio da universidade e não foi objeto de estudos e análises científicas. Foi concebida de forma assistemática, por pessoas que atuavam na administração do território precocemente unificado. Uma concepção de polícia mais prática que teórica, portanto.

Foucault aprofunda sua análise a respeito da noção de Estado policial, utilizando autores como Turquet de Mayerne, Nicolas Delamare e Johann Heinrich Gottlob von Justi.

Do primeiro, Foucault pesquisou a obra *A monarquia aristodemocrática*, onde é apresentada a hipótese da polícia como expressão plena da arte de governar. As práticas policiais apresentadas na obra mencionada iriam desde a instrução de crianças e jovens, seu cadastro num sistema de acompanhamento profissional, cuja recusa os insere numa classificação de vadios, passando pela caridade à saúde pública, contemplando ainda o comércio da província e os bens imobiliários.

Nesse livro Foucault reconhece a teoria e o projeto de plena identificação entre governo e polícia. No entanto, o que é destacado é: “todo um conjunto de controles [...] que tem por objeto os próprios homens, não na medida de um estatuto [...] mas na medida em que fazem alguma coisa [...] na medida em que se comprometem a fazê-lo ao longo da vida” (FOUCAULT, 2008a, p.32). De modo que, o que é essencial para a polícia seria o controle, a fiscalização e a responsabilidade sobre o homem e suas ocupações. Nesse fito, emprega recursos e instrumentos para que tais atividades sejam integradas ao Estado, para contribuir para o aumento de suas forças.

A polícia no exercício de sua tarefa se ocupa de uma série de objetivos. Primeiro, se preocupa com a quantidade de cidadãos e sua relação com os recursos disponíveis, visando sua integração num cálculo de utilidade estatal. Segundo, as condições de subsistência, as necessidades para manutenção do contingente populacional, suas necessidades. Terceiro, a questão da saúde como objeto de atenção e intervenção para que as pessoas tenham condições

de trabalhar. Quarto, regulamentação das ocupações, marginalizando, punindo o ócio e zelar para que os indivíduos trabalhem. Quinto objeto, a circulação das mercadorias produzidas pelas atividades dos homens. Portanto, o domínio essencial da polícia seriam as formas de convivência das pessoas:

O que a polícia abrange assim é, no fundo, um imenso domínio que, poderíamos dizer, vai do viver ao mais que viver. Quero dizer com isso: a polícia deve assegurar-se de que os homens vivam, e vivam em grande número, a polícia deve assegurar-se de que eles tenham de que viver e, por conseguinte, tenham de que não morrer muito, ou não morrer em quantidade grande demais. Mas deve assegurar-se ao mesmo tempo de que tudo o que, em sua atividade, pode ir além dessa pura e simples subsistência, de que tudo isso vá, de fato, ser produzido, distribuído, repartido, posto em circulação de tal maneira que o Estado possa tirar efetivamente daí sua força. (FOUCAULT, 2008a, p.438)

Assim, temos outra categorização de técnicas e objetivos nesse sistema econômico e social que visa o incremento da potência estatal. Perpassaria a vida das pessoas considerando sua felicidade. E a polícia pode ser compreendida, nesse contexto, como o conjunto de intervenções racionais e calculadas, cuja meta seria o incremento das forças do Estado, que extrai da felicidade de seus cidadãos sua força.

A atuação da polícia sobre os mais diversos campos da sociedade foi alvo de uma compilação, publicada por Delamare no século XVIII²⁵. Nela constam seus treze campos de ação, que englobam todo o conjunto social, das ruas e construções, passando pela religião e costumes, até a saúde e a disciplina dos pobres. Ou seja, todo um cuidado com a vida das pessoas, atuando sobre a convivência entre elas.

Outro domínio de ação é a circulação de pessoas e mercadorias, zelando pelo bom andamento das relações comerciais. A polícia “é uma instituição de mercado, no sentido bem amplo”, escreve Foucault (2008a, p. 451), remontando a uma regulamentação da cidade instituído nos séculos XV, XVI. Assim, o aparelho policial viabilizaria a urbanização, sendo inclusive sua condição de existência. Por conseguinte, essa preocupação com a coexistência entre os indivíduos, o zelo com o pleno desenvolvimento das trocas econômicas, com as condições para o bem viver dos homens, tudo isso estabelece o comércio como instrumento da força governamental. Como objeto central da ação da polícia, portanto.

Para o autor (2008a, p. 455): “polícia e comércio, polícia e desenvolvimento urbano, polícia e desenvolvimento de todas as atividades de mercado no sentido amplo, tudo isso vai constituir uma unidade a meu ver, essencial no século XVII e até o início do século XVIII”. Essa expansão da economia de mercado insere a vida humana no universo mercadológico e

²⁵ *Traité de la police*. (Cf. FOUCAULT, 2008a).

das trocas comerciais. Seus efeitos seriam os desdobramentos das relações que culminam em uma nova arte de governar, cuja razão de Estado seria voltada para a elaboração de uma política baseada na competição e na formação de uma ‘cidade mercado’.

Esse modelo de cidade se torna referência a partir do século XVII para balizar a influência governamental no cotidiano das pessoas, considerando seu bem-estar, as relações comerciais e o papel desempenhado pela polícia nesse processo. Isso porque o comércio é concebido como principal recurso da força estatal, sendo o foco privilegiado das ações policiais. Nesse contexto, tais intervenções almejam a ampla disciplina e regulamentação dos indivíduos para facilitar e fomentar a circulação de pessoas e de mercadorias.

Segundo Foucault, esse Estado de polícia foi criticado e desmantelado devido ao problema da escassez alimentar. Os economistas do século XVIII se opõem ao privilégio dado à cidade, visto que o campo e a agricultura devem entrar no cálculo governamental. Assim, outra governamentalidade se faz necessária. Um que opere numa racionalidade a partir da terra também, e não exclusivamente a cidade, e cujo núcleo não seja o mercado, a troca e a circulação de mercadorias e sim a produção.

Os economistas também questionaram a regulamentação inerente ao sistema policial, cujo pressuposto seria a flexibilidade das coisas. A racionalidade deveria atuar e controlar essa maleabilidade para a obtenção dos resultados desejados.

No entanto, esse controle seria inútil e nocivo, haja visto o pensamento econômico da época: “não apenas há certo curso das coisas que não se pode modificar e que [...] tentando modificá-lo, só se faz agravá-lo [...] não apenas as coisas não são flexíveis, como são de certo modo recalcitrantes, elas se voltam contra os que desejam modificar seu curso” (FOUCAULT, 2008a, p.463). Assim, haveria a necessidade de substituir a regulamentação policial por outra, que considere o próprio curso das coisas.

Outro fator que abalou o sistema de polícia foi a tese dos economistas sobre a população. No Estado policial, o contingente populacional era compreendido unicamente como fator quantitativo, no cálculo geral de trabalho e na produção de mercadorias. Quanto maior o número de trabalhadores, mais fácil seria o controle sobre os salários, mantendo-os baixo e, conseqüentemente, baixo também o preço dos produtos fabricados.

Os indivíduos eram considerados súditos aos quais deveriam ser aplicadas a disciplina e os regulamentos. A perspectiva dos economistas rompe com essa visão, ao se opor à baixa excessiva de salários, visto que seria necessário o interesse dos indivíduos em trabalhar e sustentar os preços através do consumo. Além disso, não haveria um valor absoluto sobre a

população e sim relativo, isto é, haveria um número variável de acordo com recursos, com o consumo e com o trabalho disponível.

Por fim, a tese dos economistas sobre a liberdade comercial entre as nações. Diferente do sistema policial, que visava o maior envio de mercadorias para outros países almejando a extração e retenção de ouro, as novas técnicas de governamentalidade promoveram um tipo de regulação entre os países que atuam em seu interior. Instaura-se uma concorrência baseada no jogo de interesses particulares que gera benefícios para a coletividade. Conforme o autor (2008a, p. 466), “o bem de todos vai ser assegurado pelo comportamento de cada um”. E caberia ao Estado viabilizar o fluxo de interesses, regulando-os.

A partir desses fatores, dos problemas de ordem econômica, Foucault ressalta o surgimento de uma nova razão governamental, avessa ao Estado de polícia. Segundo o autor, a crítica ao sistema policial não foi elaborada pelos juristas, daquele contexto. Foram os economistas que empreenderam reflexões sobre uma nova arte de governar, eles foram os inventores de uma nova governamentalidade baseada na razão econômica, atribuindo novas formas e conteúdos à razão de Estado. No entanto, ainda se trata da razão de Estado e da expansão de suas forças, do equilíbrio e da ordem entre os países. Salvo algumas modificações.

A primeira delas, a naturalidade social, pensada pelos economistas como domínio de análises, saberes e intervenções. A convivência entre os indivíduos, as trocas, as relações que surgem quando habitam os mesmos espaços, a isso os economistas nomeiam de sociedade civil, sendo ela o objeto do Estado, cuja responsabilidade seria a gestão da mesma.

Em segundo lugar, a emergência de um conhecimento científico fundamental para o governo: a economia. Imprescindível para o Estado, reivindica sua pureza teórica e sua importância nas decisões do governo, que deve ser orientada por seus saberes.

Em terceiro lugar, os problemas oriundos da população. Cito Foucault (2008a, p. 472): “agora a população vai aparecer como uma realidade ao mesmo tempo específica e relativa”. Salário, trabalho, preços seriam de ordem relativa. Específica no que concerne a dois aspectos: a naturalidade inerente à população e a composição de interesses entre os indivíduos no interior da população.

Em quarto lugar, a naturalidade dos processos econômicos, que impõe ao Estado a tarefa de efetuar suas intervenções não mais como regulamentação e sim como gestão. Instituem-se mecanismos de segurança para viabilizar o curso natural dos fenômenos econômicos, para que não se desviem ou sejam impedidos de seguirem seu fluxo.

Desse modo a liberdade emerge como fator indispensável à governamentalidade. Não se governa efetivamente desconsiderando a liberdade ou certo grau de liberdade, tomada como estratégia e prática de governo. Para Foucault, assim se desarticula o Estado de polícia, com a nova arte de governar, visto que ganha corpo mecanismos econômicos de gestão da população. Com isso a dimensão regulatória e disciplinar do projeto policial, dos séculos XVII e XVIII, é institucionalizada e sua função passa a ser coibir irregularidades e desordem. E a noção de polícia é alterada, adquirindo a compreensão que temos atualmente.

1.3 Biopolítica e neoliberalismo

O curso de 1979 dá continuidade ao do ano precedente e parte da questão sobre a definição do que é o liberalismo, para apresentar a perspectiva da economia política enquanto um princípio de limitação interna da razão do governo. O interesse de Foucault, ao retomar a temática do seminário de 1978, seria a reconstituição da história da arte de governar em sentido estrito: o governo dos homens como prática da soberania política e seu objeto de estudo seria a racionalização governamental.

Nesse enfoque, o filósofo tratou da emergência de uma prática de governo cuja racionalidade seria baseada no Estado, entendido como algo ao mesmo tempo dado e a ser construído. Nas palavras do autor (2008b, p. 06), “o que é governar? Governar segundo o princípio da razão de Estado é fazer que o Estado possa se tornar sólido e permanente, que possa se tornar rico, que possa se tornar forte diante de tudo o que pode destruí-lo”. Aqui Estado é considerado em sua existência e em sua insuficiência, daí a necessidade de exercícios que potencializem ao máximo sua realidade.²⁶

Em *O nascimento da biopolítica*, Foucault, situa no século XVIII uma alteração na razão governamental moderna, que institui um princípio intrínseco de restrição para a arte de governar. Essa regulação estabelece preceitos a serem aplicados em qualquer cenário e os próprios objetivos do governo constituem essa limitação, posto que o cálculo e a elaboração de metas para alcançá-los impõe respeito a essa linha limítrofe. A prática governamental é condicionada por esses propósitos e se restringe a tais ações administrativas e não aos indivíduos e seus direitos, ou mesmo sua liberdade.

Isso porque a governança obedece a uma lógica interna, que determina posições e situa o lugar dos que governam e dos que são governados e o que ambos podem ou não fazer. Por

²⁶ “O Estado é uma realidade específica e descontínua. O Estado só existe para si mesmo e em relação a si mesmo”. (FOUCAULT, 008b, p.07).

consequente, a problemática incide sobre o excesso de governo, isto é, impedir que se governe demais, delimitando o que seria imoderado ou não em termos de ações governamentais. E a economia política seria responsável pela emergência desse princípio limitador, como um cálculo que viabiliza a autolimitação das práticas de governo.

Apesar de seu caráter polissêmico naquele contexto, Foucault define da seguinte maneira esse instrumento intelectual:

Se trata de visar, através dessa expressão, certa análise estrita e limitada da produção e da circulação de riquezas. Ora por economia política entende-se também de forma mais ampla e mais prática, todo método de governo capaz de assegurar a prosperidade de uma nação [...] finalmente, economia política é uma espécie de reflexão geral sobre a organização, a distribuição e a limitação dos poderes numa sociedade. (FOUCAULT, 2008a, p.19)

Seus objetivos remontam às metas postuladas pelo Estado de polícia: enriquecimento estatal, crescimento paralelo entre população e meios de subsistência, a manutenção do equilíbrio entre as nações para que haja a concorrência entre eles. Suas análises e reflexões tratam das práticas de governo em termos de efeito e não legitimidade ou origem. No exemplo dado pelo autor, o que aconteceria quando se cobrasse determinado imposto a determinado grupo de pessoas ou de mercadorias. A razão de governo traz em si tais questões, o que expressa o lugar da economia política: em seu interior.

Outra característica da economia política é sua compreensão específica sobre a natureza. Esta não seria tomada como um campo reservado, cuja ação sobre seria ilegítima. Ao contrário, a economia política concebe o exercício da governamentalidade como natural: “é uma lei da natureza, explicarão os economistas, a de que a população, por exemplo, se desloca para os salários mais elevados” (FOUCAULT, 2008a, p. 22). Desse modo é confeccionada uma perspectiva natural da economia e da ação governamental.

Consequentemente, esse aspecto da naturalidade das ações de governo expressa o teor autolimitativo dessa racionalidade, de modo que suas práticas devem respeitar essa natureza. Assim, a questão que se coloca não é mais sobre a legitimidade ou ilegitimidade e sim do sucesso ou fracasso dos mecanismos governamentais.

Além dessa apreciação, sucesso e fracasso, existe outro aspecto fundamental da arte de governar, que é postulado pela economia política: a elaboração de uma autolimitação baseada pelo princípio da verdade. Isto é, a confecção e articulação de discursos e ações que desempenham a tarefa de legislar e julgar a partir do que é concebido como verdadeiro e falso. Estabelece-se assim um regime de verdade, que Foucault aponta como o objeto do seminário de 1979.

Segundo o filósofo (2008b, p. 49), o regime de veridicção “não é uma certa lei da verdade, mas sim o conjunto de regras que permitem estabelecer, a propósito de um discurso dado, quais enunciados poderão ser caracterizados, nele, como verdadeiros ou falsos”. Seu interesse é justamente a crítica sobre as condições e efeitos que ocorrem o exercício da veridicção. Pouco importa, para a análise política, a origem de determinadas verdades ou erros. O mais relevante seria identificar o ponto de instituição deste ou daquele regime de verdade, isto é, o momento em que dado discurso adquire o poder de dizer alguma coisa como verdadeira ou não.

Conforme o autor, um dispositivo de saber e poder, formado por determinadas práticas e os regimes de verdade, incidiria sobre o real demarcando o que existe ou não, o subordinando em termos de verdadeiro ou falso. E a política e a economia estariam inscritas no real, submetidas a uma regulamentação que julga a partir dos valores verdadeiro e falso. Na relação entre elas, política e economia, que princípio de autolimitação a racionalidade governamental deveria respeitar? Para Foucault, o responsável pela determinação dos limites, cálculos e ações do governo seria o liberalismo. Portanto, no século XVIII emerge uma nova arte de governar, cuja funcionalidade é menos o desenvolvimento do Estado e mais a limitação do exercício de seu poder. Essa arte de governar opera na manutenção do Estado visando seu aprimoramento integral.

Ainda sobre os regimes de verdade, Foucault ressalta a relevância de seu vínculo com a prática de governo. Em sua hipótese, desde os séculos XVI e XVII o governo intervinha, vigiava e regulava um objeto específico: o mercado, que no século XVIII se torna um dispositivo de produção de verdade. Por isso se deve deixá-lo agir com o mínimo de intervenção governamental, para que sua verdade possa ser formulada e apresentada como norma para as ações do governo.

Compreendido como algo sujeito a mecanismos espontâneos e naturais, “o mercado deve ser revelador de algo que é como uma verdade” (FOUCAULT, 2008b, p. 44). Assim, são produzidos preços que servem de medida para avaliar como certa e errada as ações governamentais. Desse modo o mercado institui a verdade como valor para o funcionamento de um bom governo, o que acarreta na necessidade de formular e garantir o respeito a essa verdade através da força da lei.

Por conseguinte, a reflexão sobre a economia política é vinculada ao campo do direito público, posto que emerge o problema sobre como limitar juridicamente o poder público. Segundo Foucault, as respostas vieram de duas vertentes e ambas implicam em concepções de leis e liberdades distintas: “dois caminhos para constituir em direito a regulação do poder

público, duas concepções da lei, duas concepções da liberdade. É essa ambiguidade que caracteriza o liberalismo europeu do século XIX e XX” (FOUCAULT, 2008b, p. 58). Cumpre ressaltar que esses dois procedimentos não são excludentes entre si, são heterogêneos. E por isso coexistem.

A primeira, a via revolucionária, baseia o limite às práticas do governo pelos direitos dos homens. A segunda parte do próprio exercício da governamentalidade, consoante os objetivos estabelecidos e os marcos desejáveis. E a partir disso, define o que seria útil e inútil em termos de intervenção.

Na perspectiva da via revolucionária, a lei é compreendida como signo da vontade coletiva e expressa a liberdade dos indivíduos de optarem sobre o que desejam dispensar e por preservar. Na perspectiva de utilidade, a lei é entendida como efeito da conciliação entre os governantes e governados e estabelece o campo de operação do poder estatal e o nível de independência das pessoas. A liberdade expressa o grau de autonomia dos governados.

Como forma de entendermos melhor a conexão entre as duas vias, malgrado suas distinções, Foucault aponta a lógica da estratégia, que “tem por função estabelecer quais são as conexões possíveis entre termos díspares e que permanecem díspares. A lógica da estratégia é a lógica da conexão do heterogêneo” (FOUCAULT, 2008b, p. 58). Esse prisma possibilita o entendimento sobre como essas duas vertentes conjugaram-se. No entanto, apesar do nexos entre ambas, a segunda perspectiva prevaleceu, haja visto que questionar a utilidade individual, coletiva e geral se tornou o parâmetro de limitação do poder público.

Por conseguinte, a autolimitação da racionalidade liberal opera a partir do valor das trocas comerciais, da veridicção econômica e da utilidade do poder público. O mercado como fonte do regime de verdade imprime respeito a suas práticas e formulações e a utilidade estabelece o critério para as ações do poder público, que só devem ser postas em prática quando e onde for útil. E o interesse seria a raiz tanto da troca quanto da utilidade, de modo que se torna a base da racionalidade governamental. No caso, não mais o interesse estatal e sim os interesses individuais e coletivos, associados à utilidade pública e às vantagens econômicas.

Essa nova razão governamental não incide sobre as pessoas, o território, a riqueza, ou coisas. Sua legitimidade permite apenas que ela aja sobre o que possa interessar à coletividade ou às individualidades, de tal maneira que as ações do governo não atuam mais diretamente sobre as pessoas, sujeitando-as. Para Foucault, o governo seria o que ele chamou de república fenomenal dos interesses. E a questão postulada pelo liberalismo seria a utilidade de um

governo numa sociedade cuja verdade é determinada pelas trocas comerciais, que atraem a atenção coletiva e individual, mobilizando seus interesses.

Foucault identifica nessa nova razão de governo, cuja jurisdição é a utilidade e o mercado sua veridicção, uma ideia essencial para o liberalismo: expansão do progresso econômico baseado na lógica do duplo enriquecimento, o coletivo e o individual. Para que seja assegurado esse aumento das riquezas é necessário expandir o mercado a uma escala mundial. Isto é, todo o mundo é considerado o domínio econômico da Europa, e passa a ser inserido no jogo das trocas comerciais. Essa racionalidade planetária seria uma característica essencial do liberalismo.

Além desse aspecto, o filósofo francês destaca outros atributos dessa nova arte de governar. A primeira é sua proximidade com o naturalismo, posto que a governança deve conhecer profundamente os fenômenos econômicos e preservá-los, de modo que as evidências produzidas pelas avaliações econômicas limitem seu poder e não as liberdades individuais. Isso porque a liberdade, conforme o autor (2008b, p.86), seria “uma relação entre governantes e governados”. E por isso seria consumidora de liberdades e não estaria voltada para o respeito ou garantia das mesmas e seu funcionamento dependeria da pluralidade de liberdades. E se as consome, também deve produzi-las e organizá-las. Assim, o liberalismo atua num duplo movimento, de produção e destruição de liberdades, posto que, ao fabricar esse valor, deve também criar limites e controles para a mesma. Portanto, trata-se de uma racionalidade gestora das liberdades.

O exemplo utilizado por Foucault é a liberdade de comércio, que, para existir, implica numa série de intervenções, organização e controle de certo número de fatores. Para que não exista monopólio, para que existam compradores e vendedores, um grande quantitativo de trabalhadores que não questionem o mercado de trabalho, deve haver intervenções governamentais que produzam a liberdade necessária ao comércio.

Para o autor (2008b, p.88), “a liberdade no regime do liberalismo não é um dado, a liberdade não é uma região já pronta que se teria de respeitar [...] A liberdade é algo que se fabrica a cada instante”. Cumpre estabelecer os graus de liberdade, haja visto que essa arte de governar precisa delimitar os interesses individuais para que não comprometam os interesses coletivos. Também ocorre o inverso, resguardar os interesses individuais dos excessos oriundos dos interesses coletivos. Uma questão de segurança, portanto.

Nessa lógica, o risco e o medo desempenham um papel fundamental, visto que o par liberdade e segurança “está no âmago dessa nova razão governamental – é isso que vai animar internamente, de certo modo, os problemas que chamarei de economia de poder própria do

liberalismo” (FOUCAULT, 2008b, p.89). Daí a necessidade do perigo para o funcionamento dessa arte de governar,²⁷ posto que os indivíduos experimentam em seu cotidiano situações de medo e risco constante.

Outro aspecto dessa racionalidade governamental é sua dimensão disciplinar, considerando seus mecanismos de coerção e controle das liberdades. O governo se recolhe à tarefa de vigilância, recusando qualquer intervenção incisiva até o ponto em que algo afete a vida econômica. Então ele age. O controle é situado no centro dessa arte de governar na medida em que seria o princípio motor da liberdade, justificando mais intervenções com ampliação das liberdades.

Esse fator gera crises de governamentalidade devido ao aumento dos gastos com as liberdades, que, por sua vez, implicam em novas avaliações, projetos e formas de governar. O neoliberalismo, fruto dessas reflexões e transformações, seria compreendido como desdobramento da governamentalidade, considerando especificamente o problema da biopolítica e da vida. Seu objetivo seria fundar, limitar e garantir o Estado. E o autor trata de suas formas alemã e americana.

No caso da Alemanha, a partir de 1948, a economia desempenhou um papel determinante na legitimidade do Estado por viabilizar a criação do direito público, algo formidável devido o histórico recente de privação de direitos durante a Segunda Guerra Mundial. É a liberdade econômica que atribuirá cada indivíduo a possibilidade de ação econômica, que por sua vez, para existir, necessita de consenso político. O neoliberalismo alemão viabiliza, através da garantia de uma série de liberdades, o desenvolvimento econômico e a satisfação das pessoas. Essa estratégia seria responsável pelo aumento da adesão populacional ao Estado e às instituições econômicas.

A liberdade econômica seria fundamental na justificativa e funcionamento das estruturas de poder, desde que garanta frugalidade econômica e bem-estar à população. A economia seria a raiz do Estado alemão e sua versão do neoliberalismo é compreendida por Foucault, não como ideologia ou cálculo político e sim como uma “nova programação da governamentalidade liberal” (2008b, p. 127) que coloca a questão sobre a fundação da legitimidade do Estado pela economia. Nessa tarefa, o neoliberalismo reavalia traços vitais do liberalismo.

Para os ordoliberalis, integrantes da Escola de Friburgo, a experiência nazista exigiu estratégias para os teóricos da economia para alcançar suas metas. O nazismo, com suas

²⁷ “Não há liberalismo sem cultura do perigo”. (FOUCAULT, 2008b, p. 91).

especificidades, como sua inadequação ao dualismo econômico socialismo/capitalismo, a relação entre nacionalismo e fortalecimento do poder estatal, sua influência sobre o tecido social e a demanda por formas econômicas que alimentem o Estado, implicaram em novas técnicas de intervenção pelos neoliberais e uma nova racionalidade.

Se no século XVIII a economia de mercado delimitava as intervenções do Estado a partir de certo ponto e em determinados casos, estabelecendo princípios que, deles em diante não caberia mais intervenções, o ordoliberalismo recusa esse expediente. Devido às fraquezas do Estado e à falta de provas de que tais fraquezas existiriam na economia de mercado, este deveria regular e organizar aquele.²⁸ Conforme o autor (2008b, p. 159), “um Estado sob a vigilância do mercado em vez de um mercado sob a vigilância do Estado”. Essa abordagem, diferente da fórmula liberal, coloca a reflexão sobre como a economia de mercado poderia balizar os princípios norteadores do Estado. Isto é, quais os limites dos poderes sócio-políticos da liberdade de mercado. Para que isso aconteça, a economia de mercado moldar o Estado, uma série de transformações devem ser efetuadas no liberalismo tradicional. Isso que os ordoliberais fizeram.

Por exemplo, a questão da troca. No século XVIII, o princípio da troca era o motor do mercado e o Estado apenas supervisionava as equivalências, não intervinha na liberdade comercial e sim na produção. O neoliberalismo altera o princípio motor do mercado, este deixa de ser a troca e passa a ser a concorrência. Toda uma teorização sobre o mercado é confeccionada, com argumentações que postulam a concorrência como essência do mercado, endossando a racionalidade econômica a partir dos preços que orientam as decisões.

Sobre a concorrência, diferente dos liberais que possuem uma visão naturalista, os ordoliberais a consideram “uma essência [...] um princípio de formalização [...] possui uma lógica interna, tem sua estrutura própria. [...] um jogo formal entre desigualdades. Não é um jogo natural entre indivíduos e comportamentos” (FOUCAULT, 2008b, p. 163). Para que seus efeitos sejam gerados, uma série de artifícios são empregados para atender suas condições. Não há nada de natural nesse processo, visto que a concorrência é o objetivo da razão governamental e por isso devem ser utilizados recursos artificiais para produzi-la. Assim, a política governamental passa a ser orientada e regrada visando a concorrência, sendo “necessário governar para o mercado” (FOUCAULT, 2008b, p. 164). O que subverte a relação estabelecida pelo liberalismo no século XVIII.

²⁸ “em vez de aceitar uma liberdade de mercado definida pelo Estado e mantida de certo modo pela vigilância estatal [...] é preciso inverter inteiramente a fórmula e adotar a liberdade de mercado como princípio organizador e regulador do Estado”. (FOUCAULT, 2008b, p. 158).

Outra transformação é sobre a questão do *laissez-faire*. O neoliberalismo é marcado pela vigilância, pela interferência constante. Foucault cita textos produzidos para o Colóquio Lippmann e autores como von Mises, Röpke, Rüstow, Hayek que produziram propostas de intervenção e ressaltaram a importância da vigilância. Ou seja, o Estado deve agir sobre a economia e a questão colocada pelos teóricos diz respeito ao modo como é feito. Para isso o programa neoliberal define um estilo de ação governamental.

Esse programa trata primeiramente do monopólio, criando mecanismos institucionais para que indivíduos ou o poder público não criem monopólios. Em segundo lugar, o governo neoliberal deve intervir de forma reguladora e ordenadora, intervindo nas condições do mercado. Vale ressaltar que o objetivo não é a preservação do poder aquisitivo ou do pleno emprego. O objetivo principal é a estabilidade de preços para o controle da inflação.²⁹ Além das condições do mercado, é preciso atuar sobre suas condições de existência, a população, as técnicas, o regime jurídico, a terra e o clima.

Em terceiro lugar, a política social. Para os ordoliberais, o crescimento econômico seria a política social fundamental. E por isso questionam a política de bem-estar social, a repartição do acesso aos bens de consumo visto que o mecanismo da concorrência parte da diferenciação e não da igualização, de modo que a desigualdade é necessária. Outro aspecto concerne aos riscos individuais e coletivos, como saúde, velhice, acidentes. Os cidadãos não receberiam garantias da sociedade contra eles. As pessoas não desfrutariam de uma proteção social contra os riscos. O que haveria seria um espaço de ação econômica onde os indivíduos teriam que lidar com tais riscos. Assim, o desenvolvimento da economia possibilitaria aos indivíduos aumentarem sua renda e com ela enfrentar as adversidades. Essa perspectiva justifica a privatização das políticas sociais.

O autor trata dessas características do neoliberalismo alemão e aborda seu desafio de regular globalmente o poder político através de uma economia de mercado. Para isso, as ações governamentais devem regular e ordenar a política social, de modo que a sociedade é tomada como esfera de ação das intervenções do governo. O governo neoliberal não teria nenhuma responsabilidade social para com a sociedade, não deveria atenuar ou tratar os impactos do mercado sobre a população. Sua intervenção na sociedade teria por finalidade, exclusivamente, a expansão da concorrência e seus dispositivos.

²⁹ “a política neoliberal em relação ao desemprego é perfeitamente clara. Não se deve de maneira nenhuma, numa situação de desemprego, qualquer que seja a taxa de desemprego, intervir diretamente ou em primeiro lugar sobre o desemprego, como se o pleno emprego devesse ser um ideal político e um princípio econômico a ser salvo em qualquer circunstância. O que deve ser salvo, e salvo primeiro e antes de tudo é a estabilidade de preços”. (FOUCAULT, 2008b, p.191).

Para além das definições e críticas feitas por Adam Smith, Marx e Soljenitsin, Foucault analisa o neoliberalismo de outra forma. Após destacar os aspectos que divergem o liberalismo de sua forma contemporânea, Foucault aborda o que ele chamou de “armadura original do neoliberalismo”.

O primeiro tópico é a intervenção governamental. A questão aqui não é tratar dos tipos de interferências, seja mais suave, branda ou menos frequente. O ponto é analisar o lugar de aplicação dessas ações: o ambiente social. Este é o objetivo das práticas governamentais, se trata de “uma política de sociedade o que os neoliberais querem fazer”, escreve o filósofo (2008b, p. 200). Ao estabelecer o mercado como fator determinante da racionalidade política, a arte neoliberal de governo introduz o princípio de regulamentação do mercado no interior da sociedade. Assim é disseminada a lógica da concorrência e os moldes empresariais por toda trama social. Foucault compreende a racionalidade neoliberal como uma política da vida e uma política de sociedade, posto que almeja a difusão e generalização do formato “empresa” por todo tecido social.

O segundo tópico trata do problema do direito numa sociedade regulada pelo mercado. Os ordoliberais aplicam na legislação econômica princípios do Estado de direito. Nele as leis limitam e enquadram os poderes estatais e existe a possibilidade de arbitragem judiciária entre cidadãos e o poder público. Nesse cenário, o governo garante as regras do jogo econômico em que os agentes permitidos seriam indivíduos ou empresas. Desse modo é instituída a única via de intervenção estatal: a lei, de modo que seria no campo legal que o poder público poderia agir. Assim seria produzida a ordem econômica. Isso teria uma implicação quantitativa. Nessa sociedade o sujeito econômico é a empresa e num espaço de liberdade que incentiva a concorrência, aumentam os atritos entre os diferentes atores econômicos. Multiplicam-se conflitos jurídicos o que amplia as intervenções judiciárias.

Portanto, a política social no modelo de empresa e os princípios do Estado de direito aplicados à economia viabilizam o funcionamento do mercado concorrencial articulado ao campo jurídico. Conforme o autor, o modelo alemão instituiu as bases para a governamentalidade neoliberal, que foi difundida para outros países. Nosso interesse recai sobre o caso norte americano, especificamente a teoria do capital humano.

Foucault aponta algumas especificidades do modelo americano. Inicialmente, uma questão histórica: o liberalismo desempenhou papel vital na história norte-americana, visto que fundou e legitimou o Estado. Além disso, ocupou os debates políticos determinantes para a formação do país, desde questões econômicas, à escravidão, passando pelo modelo judiciário às relações individuais. Por fim, a oposição à políticas sociais e intervencionistas

como a ameaça ao liberalismo, temas tanto da direita quanto da esquerda político partidária. No entanto, essas características seriam banais, segundo o autor. O que seria de fato fundamental no liberalismo americano é que este seria, mais do que uma técnica de governo, uma relação entre governantes e governados, todo um modo de ser.

O contexto de desenvolvimento do neoliberalismo americano foi de oposição a três elementos: a política keynesiana, os pactos sociais de guerra e o aumento da administração federal. Vale ressaltar que, enquanto o ordoliberalismo postula uma sociedade nos moldes de uma empresa, a versão americana seria uma forma de pensamento, fabricada a partir da generalização do mercado pelo corpo social, produzindo análises econômicas sobre esferas não econômicas. Os efeitos disso seriam a teoria do capital humano e o as pesquisas sobre delinquência e criminalidade, por exemplo.

A teoria do capital humano é fundamental para o neoliberalismo, pois representa a introdução de valores econômicos numa esfera estranha a eles. Foucault se refere inicialmente à questão do trabalho, posto que, em sua interpretação, esse tópico não teria sido profundamente analisado pela economia política, foi restrito à questão do tempo, isto é, como variável, como medida quantitativa e fator de produção. Para o autor, os teóricos neoliberais reintroduzem o trabalho num escopo analítico a partir da economia através do que o filósofo chamou de “mutação epistemológica”. Trata-se de uma alteração no objeto, no campo referencial de estudo. Não mais os mecanismos de produção, troca e consumo. A análise econômica empregada pelos neoliberais investiga a aplicação de determinado capital extraordinário para certos objetivos específicos, ou seja, a racionalidade inerente ao comportamento humano no que tange suas decisões.

Assim, a reintrodução da temática do trabalho em perspectiva econômica não estaria direcionada para os campos da produção ou do capital. O enfoque recai sobre o indivíduo que trabalha e o modo como emprega seus recursos, qual o cálculo utilizado em suas escolhas, isto é, “o trabalho como conduta econômica”, escreve Foucault. Interessa saber quais cálculos e estratégias determinam suas decisões e qual racionalidade o trabalho atende.

Destarte, os teóricos neoliberais decompõem a finalidade do trabalho em salário e este como renda, oriundo de um capital específico entendido como um complexo de atributos adquiridos ou inatos que um indivíduo teria. Dessa forma, o trabalho seria um duplo: renda e aptidão. Conseqüentemente, não seria possível dissociar esse capital de seu detentor, de modo que “o trabalhador é uma máquina, mas uma máquina entendida no sentido positivo, pois é uma máquina que vai produzir fluxos de renda”. Na qualidade de maquinaria, o trabalhador teria um tempo de vida produtiva e devido à sua obsolescência, sua renda oscilaria de acordo

com esse parâmetro. Essa perspectiva desloca visão tradicional de força de trabalho que é vendida no mercado para a acepção de capital-competência, segundo Foucault. Nessa linha, o trabalhador seria empresa de si mesmo, posto que sua renda dependeria dos investimentos, das estratégias e cálculos elaborados sobre si.

O neoliberalismo imprime uma racionalidade sobre a economia e a sociedade, de forma que emerge “uma economia feita de unidades-empresas, uma sociedade feita de unidades-empresas”. Nessa lógica ressurgem o *homo oeconomicus* com um desvio: não mais o homem da troca cujas necessidades determinariam a utilidade de algo, o que refletiria no valor das trocas. A versão neoliberal do *homo oeconomicus* o apresenta como o empresário de si, que produziria sua satisfação no consumo, possibilitado pela renda que seria fruto de seu capital humano, entendido como “o conjunto dos investimentos que foram feitos no nível do próprio homem” (FOUCAULT, 2008b, p. 318). E a razão neoliberal investiga a constituição e o acúmulo desse capital, o que exemplifica a entrada da economia em campos até então estranhos a ela.

Esse capital humano seria constituído pelas características que nascem com os indivíduos e as que são assimiladas ao longo de suas experiências. No primeiro caso, os atributos inatos, chamados de hereditários implicam toda uma discussão ética e política sobre genética. Considerando os desejos dos pais em ter descendentes com bom capital humano, entendido nesses termos, deveriam alcançar determinada renda para ter um cônjuge com boa genética. Esse desdobramento não interessa a essa pesquisa. A racionalidade neoliberal analisa o segundo caso, o investimento na composição de determinadas competências no decorrer da vida, com o objetivo de gerar renda. Investimento escolar, portanto.

Os neoliberais entendem que a produção dessas competências extrapola o conteúdo escolar ou profissional. Existem variáveis que potencializam a constituição do capital humano: o nível cultural dos pais, o tempo que se passa com os filhos, o zelo, cuidados com a saúde, entre outros. Esses cálculos viabilizam a compreensão dessas estratégias como comportamento empreendedor, o investimento na vida para a produção de uma determinada renda.

Nesse ponto o autor insere o fator inovação na teoria do capital humano. Inspirado pelo trabalho de Schumpeter, *La Théorie de l'évolution économique*, que apresenta a exploração e descoberta de novas possibilidades mercadológicas como esfera de ação do capitalismo, Foucault destaca que essa capacidade inovadora seria transformada em renda, oriunda desse capital humano.

Em termos políticos, o investimento nesse capital culminaria no crescimento econômico de um país, de modo que, uma política econômica que visa o desenvolvimento não poderia se ater meramente no contingente de mão de obra ou na aplicação em estrutura física e material. A formação desse capital humana partiria de políticas sociais, culturais, educacionais, campos que deveriam ser problematizados e analisados em perspectiva econômica, visto que essas esferas, para a razão neoliberal, seriam fundamentais na constituição da renda de um indivíduo, que deve ser concebido como um investimento.

Essa racionalização elaborada pelo neoliberalismo teria outro efeito: avaliar os impactos das ações governamentais sobre o mercado, tendo como parâmetros valores como oferta e procura, eficácia, produtividade, custo. Subvertendo o preceito do liberalismo clássico do *laissez-faire*, agora o exercício do poder público fica condicionado às leis mercadológicas. “É uma crítica mercantil, o cinismo de uma crítica mercantil ao poder público”, escreve Foucault (2008b, p. 338), posto que a razão neoliberal instrumentaliza o mercado e a economia numa contestação permanente das ações governamentais.

Agregando as análises econômicas aplicadas ao não econômico e a avaliação em termos de mercado, do poder público, a perspectiva neoliberal elabora sua análise sobre a criminalidade, a delinquência e a justiça penal. Em linhas gerais, o crime é considerado a partir do ponto de vista econômico e da utilidade, de modo que a punição recai sobre o ato, este deve ser julgado pela lei. Nota-se que não há uma definição clara de crime. Pune-se unicamente a conduta que implica no risco de um castigo, sem distinguir um homicídio de uma ameaça verbal. O cálculo legal desconsidera características morais e antropológicas, de modo que o enfoque recai sobre o comportamento econômico do sujeito: o sistema penal trata das condutas.

Nessa lógica, o neoliberalismo não imprime na lei um sentido de reparação, prevenção ou recuperação do criminoso. O que há é “o enforço da lei [...] o conjunto de instrumentos de ação sobre o mercado do crime que opõe à oferta do crime uma demanda negativa.” (FOUCAULT, 2008b, p.348). Isto é, as ferramentas que postulam e viabilizam interdições e elaboram uma realidade política e social. Desse modo as condutas devem estar em conformidade com a sociedade, entendida como produtora de comportamentos a serem consumidos. Cumpre ressaltar que não se trata de uma sociedade exclusivamente normalizadora e disciplinar, pois a intervenção incide sobre o ambiente e não sobre os indivíduos sujeitando-os.

Esses desdobramentos dos usos de uma grade econômica aplicada aos campos não econômicos são aprofundados quando a lógica do *homo oeconomicus* é generalizada ao todo

ator social. O preceito econômico é vinculado às condutas que racionalizam e elaboram estratégias para a aplicação de meios valiosos para objetivos incomuns, “o que é a definição mais geral do objeto de análise econômica tal como foi definida, *grosso modo*, pela escola neoclássica” (FOUCAULT, 2008b, p.366). Assim a possibilidade de análise econômica é expandida a qualquer comportamento racional que empregue artifícios ou táticas com uma finalidade específica.

A radicalização desse pensamento ocorre quando, mesmo condutas que não operam dessa forma, racionalizando os usos de recursos valiosos para fins incomuns, entram no cálculo econômico. Desde que não seja aleatória, isto é, que responda racionalmente a estímulos oriundos do meio em que vive, uma conduta seria passível de ser avaliada por esse viés. Por conseguinte:

o homo oeconomicus é aquele que aceita a realidade. A conduta racional é toda conduta sensível a modificações nas variáveis do meio e que responde a elas de forma não aleatória, de forma, portanto, sistemática, e a economia poderá, portanto se definir como a ciência da sistematicidade das respostas às variáveis do ambiente. (FOUCAULT, 2008b, p.368)

Em vista disso, considerar as reações ajuizadas das pessoas às alterações em seu meio capacita a economia à análise comportamental e o emprego de técnicas comportamentais. Essa perspectiva aponta para o caráter plástico do sujeito econômico, posto que ele responde às variações ambientais, sendo maleável, governável, portanto. Essa figura seria um fator determinante para a engrenagem biopolítica, visto que sua racionalidade individual encontraria ali um campo de possibilidades para realizar seus objetivos. Por conseguinte, seriam agentes na composição dessa racionalidade de governo.

Em sua argumentação Foucault remonta à compreensão de sujeito postulada pelo empirismo inglês, ao tratar do comportamento humano, que não o define com base na liberdade, na dualidade corpo/alma ou em relação ao pecado. Dessa filosofia desponta um sujeito que age no ambiente artificialmente modificado em prol de seus interesses, expressão de sua vontade subjetiva. Ele não contesta as alterações ou almeja mudanças, ele apenas avalia as condições para definir o melhor modo de agir para realizar suas metas. Assim a biopolítica aplica suas técnicas de governo, na produção de regimes de verdade e dos meios necessários para que esses sujeitos econômicos ajam visando a satisfação de seus interesses.

Essa estratégia não conduz diretamente as pessoas, mas afeta sistematicamente sua atmosfera para que reajam, produzindo assim a realidade onde elas adotariam uma conduta econômica para atender seus desejos. Tal comportamento é necessário para essa governamentalidade enquanto os indivíduos se portarem de modo interessado, buscando

formas de adaptação às mudanças em seu meio. O modo de agir do *homo oeconomicus*, um sujeito de interesses, é orientado pela governança, que indica constantemente as decisões e caminhos a serem escolhidos com o incentivo determinados comportamentos e extenua outros através de seus dispositivos e tecnologias: alinha vontades, normaliza desejos, padroniza interesses, fabrica estilos de vida, elabora objetivos³⁰.

No entanto, Foucault afirma que a economia deve orientar o governo sem se tornar sua racionalidade e pontua a distinção entre ambos: a eficácia do governo deve ser avaliada pelo viés econômico. E o domínio de ação privilegiado pela economia seria a sociedade civil, entendida como o espaço habitado por sujeitos econômicos, concebida assim como dispositivo governamental empregado pelo liberalismo. Nas palavras do autor:

O homo oeconomicus é, digamos, o ponto abstrato, ideal e puramente econômico que povoa a realidade densa, plena e complexa da sociedade civil [...] Logo, *homo oeconomicus* e sociedade civil fazem parte do mesmo conjunto, o conjunto da tecnologia da governamentalidade liberal. (FOUCAULT, 2008b, p. 403)

A sociedade civil seria o campo onde se desenrolariam as relações de poder entre governantes e governados, seria o meio artificial em que os dispositivos dessa racionalidade governamental seriam aplicados. Um dos efeitos produzidos seria padronização das condutas individuais. Assim, ambos seriam tecnologias de governo empregadas numa governamentalidade que conduz, num cálculo vital e econômico, a vida de seus governados. Entendidos como sujeitos econômicos, que se orientam rumo à satisfação de seus interesses, a população seria elemento capaz de regular a racionalidade governamental.

Diante do exposto, vimos que os cursos ministrados no Collège de France, entre 1978 e 1979, Foucault empreendeu uma minuciosa análise do Estado moderno. Nesses trabalhos podem-se destacar três esferas de análise: a relevância de saberes e práticas políticas na constituição estatal; o papel das tecnologias de poder, em sua dimensão tanto material quanto simbólica, além das tecnologias de si; por fim, o Estado seria concebido num duplo aspecto, estratégia e efeito de estratégias de cálculos políticos na delimitação entre o público e o privado.

Segundo Lemke (2017, p.40), “o Estado não é somente uma estrutura material e um modo de pensar, mas também uma experiência vivida e corporificada, um modo de existência”. Sua constituição é embasada por saberes políticos, que, associados à verdade,

³⁰ Conforme Mitchell Dean: “Governo é uma atividade racional mais ou menos calculada, realizada por uma multiplicidade de autoridades e agentes, empregando uma variedade de técnicas e formas de conhecimento, que almeja moldar condutas trabalhando através dos desejos, aspirações, interesses e crenças de variados atores para determinados, mas deslocados, fins e com uma gama diversa de consequências, efeitos e resultados relativamente imprevisíveis” (DEAN, 2010, p.18).

instituem normas, padrões, narrativas e visões de mundo na configuração da realidade a ser governada. Para isso são necessárias as tecnologias de governo, na produção de subjetividades e formas de vida, que operam através de mecanismos a condução das condutas. Nesse sentido o Estado seria considerado o resultado e o expediente de relações estratégicas de poder, visto que, estabelece regimes e fronteiras que moldam o corpo social e o ambiente de sua circulação, produção, relação.

Assim, o uso do conceito de governamentalidade é crucial para a compreensão da complexa administração do cotidiano, das liberdades, dos indivíduos, que não é executada exclusivamente pelo governo. Com o neoliberalismo, empresas e instituições econômicas, atores não governamentais, auxiliariam nessa função. Conforme escreve Lazzarato:

as empresas privadas vão investir massivamente, por meio do consumo, do *marketing*, da publicidade, do cinema, da comunicação, etc, no governo não apenas dos indivíduos e dos seus comportamentos, mas também dos componentes pré-individuais, das modalidades de percepção e das maneiras de sentir, de ver, de pensar, etc. Elas não se limitam a fabricar mercadorias, já que elas produzem mundos e os equipam de valores, de estilos de vida e de um inconsciente – instrumentos ‘incorporais’ da governança tão eficazes quanto as técnicas mais corporais”. (LAZZARATO, 2017, p.168-169)

Dessa forma a razão neoliberal produz um ambiente propício ao mercado e seus valores econômicos e harmoniza os indivíduos a seus interesses através de saberes, práticas e comportamentos individuais e coletivos. Constitui uma realidade e uma verdade de pretensão totalizante, com potência expansiva que se lança a todas as esferas do cotidiano e por todo globo. E o *homo oeconomicus* em sua versão neoliberal, distinta da versão clássica, seria a figura ideal a ser inserida num meio sintético. Por responder aos estímulos e variações produzidas artificialmente, seu comportamento é moldado para adequação a essa maleabilidade inerente à lógica e aos riscos do mercado.

Ademais, a racionalidade neoliberal demanda um ambiente propício a seus interesses e de subjetividades alinhadas a seus princípios, aptas a viver e fazer funcionar essa realidade econômica. Com isso o poder não incide sobre os indivíduos e sim sobre as superfícies, eles apenas reagem. Daí a importância dos processos de subjetivação na modelagem de reações, ações e decisões sincronizadas àquele poder.

Ainda sobre essa figura do *homo oeconomicus*, Wendy Brown afirma que sua esta seria orientada de forma hegemônica por preocupações econômicas. No entanto, divergindo de Foucault, não seria o interesse que capturaria as subjetividades, pois este já estaria intensamente ajustado à lógica do crescimento econômico. E de tal maneira que estaria disposto a sacrificar seu próprio bem estar por objetivos maiores (2015, p.83). A prática da

responsabilização adotada pelos governos, que exige que os indivíduos sejam responsáveis pelos cuidados, investimentos e sustento próprio, sem nenhuma proteção social, transforma comportamentos. Estes não devem mais buscar a satisfação de seus interesses, as condutas e escolhas devem visar o desenvolvimento macro da economia ao mesmo tempo em que garante seu próprio sustento.

Outra crítica da autora se refere ao gênero do *homo oeconomicus*. Brown considera os reflexos da normatização e ordenamento do mundo através dessa figura na intensificação da subordinação de gênero. O primeiro ponto está associado às privatizações e ao desmantelamento de estruturas públicas, como transporte, escolas, creches, saúde e auxílios monetários. Segundo a autora, quando tais serviços deixam de ser oferecidos, a responsabilidade pelos custos dos mesmos é transferida para os indivíduos e no caso das mulheres, de forma desproporcional. Isso pelo fato de ainda haver uma cultura e uma mentalidade que as considera responsáveis pelo cuidado de filhos e filhas, os que ainda são incapazes de responsabilizarem sobre si mesmos.

Em seu livro “*Economias barrocas e pragmática popular*”, a cientista política argentina Verónica Gago aborda, entre outros tópicos, o trabalho informal fruto das reformas neoliberais. Em suas análises, a autora pesquisou o modo como populações periféricas na América Latina lidam com as novas formas de exploração, se apropriando e transformando seus dispositivos, no que ela denominou de ‘neoliberalismo de baixo’. Este seria, em sua hipótese:

um conjunto de condições que se concretizam para além da vontade de um governo de sua legitimidade ou não, mas que se transformam diante das condições sobre as quais operam uma rede de práticas e saberes que assume o cálculo como matriz subjetividade primordial, e funciona como motor de uma poderosa economia popular que mistura saberes comunitários de autogestão e intimidade com o saber-fazer na crise como uma autoempresarialidade de massas. (GAGO, 2018, p. 19).

Assim, as táticas de sobrevivência da vida cotidiana expressariam como a razão neoliberal é compreendida pela pesquisadora como um regime de existência. O emprego do conceito de *conatus*, entendido como impulso, esforço, reforça sua argumentação, visto que haveria toda uma dimensão vitalista, afetiva e afirmadora nas dinâmicas neoliberais de baixo para cima. Desse modo, a figura do *homo oeconomicus* seria insuficiente para a compreensão das particularidades latino-americanas e suas subjetividades, que reagem de outro modo à razão neoliberal.

Diferente dos frios cálculos e investimentos do *homo oeconomicus*, a empresarialidade popular produziria saberes e práticas afetivas e vitalistas, característicos dos setores da

economia informal, que colocam novos problemas e exigem atualização das análises de inspiração foucaultiana.

Outra abordagem atual e extremamente aguda é a do filósofo camaronês Achille Mbembe. Ao refletir sobre o tema da biopolítica, onde a vida é colocada no centro dos cálculos governamentais, o autor chama atenção para o outro lado dessa mesma moeda: a necropolítica, uma política aplicada nas margens das sociedades neoliberais, cuja meta é a produção da morte. Nas palavras do autor, equivale à “destruição material dos corpos e populações humanos julgados como descartáveis e supérfluos” (MBEMBE, 2012, p. 135). Nos países situados na periferia do capitalismo, violência e barbárie proliferam em consonância à gradativa redução de direitos e proteção social, que produz uma nova classe, o precariado. Nesses locais emerge um tipo específico de existência: a vida passível de ser retirada, a dos perigosos que oferecem riscos e ameaças aos que estão inseridos na lógica do consumo e do mercado.

Tanto o filósofo camaronês quanto a cientista política argentina apontam os limites do pensamento filosófico foucaultiano, demasiadamente eurocêntrico, visto sua insuficiência na compreensão e mesmo tematização de questões vitais aos países periféricos. Ademais, o desenvolvimento tecnológico e a ampliação do capital financeiro são inovações contemporâneas que impactaram as formas de governo e exigem novas reflexões e atualização para sua análise.

A conclusão desse capítulo aponta para o objetivo do próximo: discutir os desdobramentos que a analítica foucaultiana apresentada neste item produziram. Aqui o objetivo era mais simples: apresentar a genealogia do Estado moderno, suas tecnologias e dispositivos de governo na condução das condutas. As transformações geradas pelo neoliberalismo foram e são constantes e incessantes em várias partes do mundo.

Assim, trataremos das críticas elaboradas por diversos autores e autoras, de diversas partes do globo, no esforço de entender a complexidade e extensão reflexões de Foucault sobre o neoliberalismo e também seus limites. E a partir daí, pensar caminhos e possibilidades para lidar com os efeitos deletérios da razão neoliberal.

2 SOCIEDADE NEOLIBERAL E DESDEMOCRATIZAÇÃO

Morrer é a única maneira de atestar que já vivemos. Talvez para os funcionários da Foxconn e para funcionários como nós a utilidade da morte seja apenas atestar que estávamos sempre vivos em tudo, e que, enquanto vivemos, tínhamos apenas desespero.

*Blog de um trabalhador chinês, depois do décimo segundo suicídio
por salto na Foxconn*

2.1 Introdução

Neste capítulo apresento as críticas ao pensamento foucaultiano no que se refere ao neoliberalismo, através de pensadores contemporâneos, tais como Wendy Brown, Verónica Gago, Pierre Dardot, Christian Laval, Maurizio Lazzarato, Lemke e Toni Negri. Além disso, exponho a analítica que tais autores e autoras elaboraram sobre a razão neoliberal. O objetivo é apresentar a atualização das reflexões propostas por Foucault e fornecer uma perspectiva que viabilize a compreensão de nossa realidade para, a partir dela, que se construa alguma possibilidade de superação dessa racionalidade.

Primeiramente examino o modo como autores e autoras supracitados se apropriaram da crítica foucaultiana. Entre eles há um consenso sobre a relevância do filósofo francês para qualquer trabalho que aborde o neoliberalismo. Seus conceitos de biopolítica e governamentalidade seriam essenciais para a compreensão da política contemporânea, o neoliberalismo e seus desdobramentos. Em seguida abordo a forma como os autores e autoras compreendem o neoliberalismo e descrevem seu funcionamento.

2.2 Biopolítica revisitada

Nos últimos anos o conceito de biopolítica foi amplamente utilizado por intelectuais e pesquisadores de diversas áreas de conhecimento e em diferentes discursos, desde análises sobre o neoliberalismo às questões sobre biotecnologia e biomedicina. O crescimento desses debates expressa um aspecto sintomático de nosso tempo: o aumento do interesse na proteção, otimização e aprimoramento da vida humana numa dimensão político-econômica. Malgrado a pluralidade de usos do termo, tanto à esquerda quanto à direita no espectro político, assim

como em discussões sobre eugenia e racismo, seu significado indica práticas políticas que tratam da vida.

Em seu livro *Biopolitics – an advanced introduction*, Thomas Lemke identifica duas vertentes tradicionais de pensamento que abordam o tema: a política e a naturalista. Na primeira, a vida é concebida como processo e objeto da política, que conduz e regula a mesma. A segunda concede a vida como princípio básico do campo político, o estado é compreendido numa perspectiva organicista e a ciência política recebe forte influência de ideias e fundamentação teórica da biologia.

Para o sociólogo alemão, as duas seriam insuficientes para a compreensão da profundidade e complexidade dos processos biopolíticos, visto que cada uma fundamentaria sua linha argumentativa de forma demasiadamente rígida, ao estabelecer uma posição de superioridade ou inferioridade para as esferas vitais e políticas, o que impossibilitaria a percepção das oscilações, especificidades e limites entre ambas. Assim, o autor destaca uma especificidade fundamental no significado da biopolítica, a saber, sua capacidade de expor os frágeis limites entre natureza e cultura, política e vida e as dimensões morais e legais.

Contrário à leitura exclusivamente naturalista ou política, que estabelecem posições hierarquizadas e sólidas, Lemke aponta a hipótese foucaultiana como a que melhor possibilita uma compreensão da biopolítica. Nela a vida não seria a base nem objeto da política, seria um “fator mensurável, independente e objetivo, assim como uma realidade coletiva que pode ser epistemologicamente e praticamente separada de seres vivos concretos e a singularidade da experiência individual” (2010, p.05). Isto é, a biopolítica incide sobre as características biológicas em escala populacional e não apenas sobre a vida individual: produz normas, padrões, valores e saberes para estudar a vida do contingente populacional e com isso instrumentaliza disciplinas e poderes na condução das condutas numa dimensão individual e coletiva. O autor chama atenção para o uso volátil do referido conceito em Foucault, empregado, pelo menos, de três maneiras distintas.

Primeiramente com a transformação do poder soberano, que modifica o pensamento e as práticas políticas. Em sua pesquisa sobre os mecanismos de poder, o autor analisa o contraste entre poder soberano, que dispõe do direito de vida e morte dos súditos e biopoder, que visa administrar, proteger, desenvolver a vida. Dois fatores, no século XVIII, foram essenciais para a centralidade da vida nos cálculos governamentais: o crescimento da produção industrial e agrícola e o desenvolvimento científico sobre a biologia, medicina, doenças, saúde e o corpo humano.

O conhecimento biomédico sobre fatores nocivos à vida, a fim de preservá-la e resguardá-la, associado ao campo político, justificou um processo de normalização da sociedade. Para Portocarrero, “O que caracteriza a biopolítica das populações, o biopoder, é a crescente importância da norma, que distribui os vivos num campo de valor e utilidade [...] Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de técnicas de poder centradas na vida” (2004, p. 176). O poder sobre a vida disciplina o corpo individual ao mesmo tempo em que regula e controla o corpo populacional, através de um dispositivo específico: a norma. Não se trata mais do direito soberano sobre a vida e morte e sim de comparar, calcular, medir e expandir a espécie humana em graus de serventia e produção. Assim, a multiplicidade é homogeneizada sem prescindir da individualização necessária à preservação da liberdade e autonomia do sujeito, integrando grupos sociais em domínios distintos para o funcionamento orgânico da sociedade. Portocarrero destaca a influência capital no pensamento foucaultiano de Georges Canguilhem e seu trabalho sobre norma e práticas escolares e hospitalares no século XIX³¹.

A importância da vida, sua proteção e expansão levaram as reflexões de Foucault ao segundo uso do conceito de biopolítica, com a passagem dos discursos político-militares do século XVIII aos discursos raciais e biológicos.

Para Lemke o crescimento do racismo moderno e a ideia de guerra racial empregaram mecanismos biopolíticos. Em suas palavras, não seria expressão individual, seria “expression of a schism within society that is provoked by the biopolitical idea of as ongoing and always incomplete cleansing of the social body. Racism structures social fields of actions, guides political practices, and it realized through state apparatuses” (2010, p.44). Desse modo, a noção de racismo criaria uma fresta nos discursos e práticas políticas de cunho vitalista, que permite a divisão na concepção homogênea de espécie humana. No século XIX, prevalece uma concepção monista da sociedade onde a ameaça maior viria de dentro e não de fora, o que legitima estratégias de normatização, purificação e hierarquização dentro da sociedade. Em nome do cuidado, da segurança e do aprimoramento da vida, a morte do outro, inferiores, anormais, doentes, degeneradas, se torna aceitável.

Por último, a emergência da arte de governar liberal. Os cursos no *Collège de France*, de 1978 e 1979 colocam a biopolítica numa perspectiva mais complexa. O autor analisou o conceito de governo, a forma de conduzir as condutas na idade moderna, as noções de razão de estado e as teorias liberais, entendidas como uma forma de governo. Nas palavras de

³¹Cf. CANGUILHEM. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2009.

Lemke, “biopolitics represents a particular and dynamic constellation that characterizes liberal government. With liberalism, but not before, the question arises of how subjects are to be governed if they are both legal persons and living beings”(2010, p.48). Assim, os processos de subjetivação se tornam objeto de interesse do filósofo francês, ao analisar o surgimento da população como corpo social, isto é, em sua dimensão biológica, vital e também o indivíduo em sua liberdade e direitos.

Segundo Lemke, a emergência de uma nova forma de saber, a economia política, suprimiu o mercantilismo com a ideia de uma regulação espontânea do mercado, entendida como natural e que deveria ser respeitada pelo Estado. Por conseguinte, as ações governamentais passam a ser limitadas não mais pela questão da legitimidade e sim pelo sucesso ou fracasso da economia. Essa mudança altera também o entendimento da natureza, que deixa de ser concebida como sagrada e inalterável e passa a ser alvo de intervenções. E a dimensão natural da população demanda formas indiretas de regulação, com menos decretos, controle e dominações e mais influência, estímulo e incentivo.

Assim, a subjetividade se torna alvo dos dispositivos e estratégias governamentais de condução das condutas. Para Lazzarato, “Bios, existence, and life are [...] domains of microphysical power, in which we find struggles, disputes, subjections, and subjectivations” (2013, p.170)³². Tais domínios exigem uma forma particular de governo, capaz ordenar sem dominar totalmente, capaz de promover a liberdade sem perder o controle, capaz de disciplinar sem punição ou aprisionamento, capaz de conduzir sem retirar a autonomia individual.

Em seus cursos *Segurança, território, população e Nascimento da biopolítica*, Foucault elaborou uma genealogia do liberalismo como forma de governo, analisando o vínculo que este produz entre trabalho, economia e política. A entrada da população no cálculo governamental exige uma forma de governar diferente da instituída pelo poder soberano nas sociedades anteriores. Para Lazzarato, “o governo é uma tecnologia humana [...] é exercer uma ação sobre ações possíveis. Governar consiste em agir sobre sujeitos que devem ser considerados como livres” (2009, p. 41). Uma das hipóteses apresentadas pelo filósofo francês foi a oposição liberal aos excessos de governo favorável à liberdade de mercado.

No entanto, qualquer tentativa de compreender a governamentalidade neoliberal contemporânea deve considerar, segundo o autor, o elo entre Estado e mercado, sendo este

³² “bio”, “existência” e “vida” são [...] domínios da microfísica do poder, onde encontramos lutas, disputas, sujeições e subjetivações”. Tradução Livre.

considerado uma norma política sincroniza a sociedade e as pessoas na modulação econômica. Em suas palavras, “o automatismo e a espontaneidade do mercado são fabricados e dependem em grande parte da intervenção do Estado e do sucesso da sua intervenção: a conformação da sociedade à acumulação capitalista” (LAZZARATO, 2017, p.100). Assim a governamentalidade condensa as discrepâncias entre ambos e contorna suas diferenças, visto que sujeita o primeiro ao segundo, reconstituindo seus valores fundamentais. Por exemplo, território, fronteiras, comunidade, nação, direitos e cidadania são elementos caros ao Estado.

O capital, por sua vez, impulsiona um constante processo de desterritorialização, não reconhece fronteiras, promove a concorrência e a individualidade, visa o lucro, juros e exploração. O poder econômico organiza a população e a coloca a serviço, única e exclusivamente do mercado, que se impõe como força política, de onde emana a soberania estatal e a legítima.

Conforme o autor, “o neoliberalismo representa uma nova etapa na integração entre o capital e Estado e entre soberania e mercado; a gestão da crise atual pode ser considerada o acabamento dessa nova etapa” (LAZZARATO, 2017, p.92). De tal forma que atualmente não haveria oposição à soberania e controle estatal, visto que economia e política contribuem para uma soberania do Estado afim aos interesses mercadológicos. As soluções para a crise econômica de 2007 e 2008 demonstram isso: o governo norte americano freou com reestatizações de empresas o efeito dominó que colocou sua economia em colapso e na Europa governos auxiliaram o sistema financeiro com quantias astronômicas.

Essas medidas inviabilizam a hipótese tradicionalmente liberal do Estado mínimo nesse contexto de Estado máximo, cuja interferência é direta, intensa e dobrada: “Uma vez para salvar os bancos, as finanças e os liberais [...] e outra para impor às populações o pagamento dos custos políticos e econômicos da primeira intervenção. Uma primeira vez para os mercados e uma segunda vez contra a sociedade” (LAZZARATO, 2017, p.93). Nessa perspectiva, os dispositivos governamentais do neoliberalismo se tornam altamente centralizadores e autoritários. Especialistas, Banco Central, FMI, determinam práticas, medidas, planos, cortes orçamentários, redução de custos na administração e reajustes do orçamento público.

O Estado é integrado à lógica de mercado e suas responsabilidades sociais com desempregados, minorias e os mais pobres são abandonadas. A crise justifica corte nos gastos sociais e é instrumentalizada como modo de governo, pois domina indivíduos e a sociedade através do endividamento: “a subordinação da sociedade ao capital será integralmente realizada primeiro pela financeirização, em seguida pela economia da dívida” (

LAZZARATO, 2017, p.99). Com a extensão da economia a todo tecido social, a governamentalidade neoliberal alcance seu ápice e não encontra limites para sua atuação. O tipo de subjetividade produzida nessas sociedades extrapola as técnicas disciplinares, o que exigirá um novo tipo de poder, capaz de ser exercido no ambiente aberto da sociedade para toda a população e não mais na esfera fechada das fábricas, escolas e prisões.

Para englobar o contingente populacional a razão neoliberal emprega uma governamentalidade que organiza a sociedade por meio de políticas sociais específicas. Educação, cultura, sistema jurídico e tantos outros processos sociais são absorvidos pelos dispositivos econômicos para, posteriormente, fazer germinar em seu interior o vetor do mercado.

Outro desdobramento desse projeto político é a disseminação, no corpo social, da empresa como modelo de subjetividade, onde os indivíduos só conseguiriam se realizar nessa sociedade caso sigam esse modelo. Relações, futuro, tempo, a existência em si própria, devem ser mediadas pela lógica do custo-benefício, lucratividade, competitividade. Assim o neoliberalismo se configura como uma política da vida e uma política da dívida. Para Lazzarato, a dívida explícita como o capital financeiro garante a hegemonia neoliberal. No capítulo seguinte retomarei e aprofundarei a análise dessa questão.

Envolvido com o problema da distinção entre social e político, Toni Negri elabora a perspectiva biopolítica da produção, entendida como uma nova fase do capitalismo, refletindo sobre as transformações no mundo do trabalho. Em seus livros *Império* e *Multidão*, em parceria com Michael Hardt, os autores analisam a emergência de uma nova ordem mundial, caracterizada pelo entrelaçamento entre política, economia e a lei no que denominaram de Império, uma nova forma de soberania, uma estrutura de dominação global.

Na obra *Império* Negri e Hardt apontam certa insuficiência na metodologia estruturalista adotada por Foucault sobre a biopolítica. Segundo os autores, a perspectiva foucaultiana não deu uma resposta satisfatória sobre a força que anima a realidade social e a dinâmica da produção, desconsiderando o sujeito como móbil da dinâmica política³³. No entanto, em seu livro *Quando e como eu li Foucault*, Toni Negri escreve: “como restaurar a

³³ “Não parece, entretanto, que Foucault – mesmo quando apreendeu vigorosamente o horizonte biopolítico da sociedade e o definiu como campo de imanência – jamais tenha tido êxito em afastar de seu pensamento da epistemologia estruturalista que orientou sua pesquisa desde o início. Por epistemologia estruturalista queremos dizer a reinvenção de uma análise funcionalista no domínio das ciências humanas, um método que efetivamente sacrifica a dinâmica do sistema, a temporalidade criativa de seus movimentos, e a substância ontológica de reprodução cultural e social. Se nessa altura tivéssemos de perguntar a Foucault quem ou o que impele o sistema, ou melhor, o que é o ‘bios’, sua resposta seria inefável, ou não haveria resposta. O que Foucault não entende, finalmente, é a dinâmica real de produção na sociedade biopolítica”. (NEGRI, HARDT, 2001 p.47).

subjetividade e colocá-la dentro daquele novo quadro, sólido de imanência? É aqui que emerge o pensamento de Foucault. Ele enfrenta esse problema e transforma a perspectiva estruturalista em perspectiva biopolítica” (p. 99). Na elaboração de suas hipóteses, os autores revisam e empregam o conceito de biopolítica, que seria responsável pela direção social, econômica e cultural da vida e encontram inspiração nas reflexões deleuzianas sobre a sociedade de controle. Nelas o poder é exercido muito mais pelas de redes móveis e flexíveis de existência do que pela disciplina.

Essa seria a estratégia adotada pela biopolítica, segundo Negri e Hardt: um controle que se estenderia pelas relações sociais, pelos corpos individuais, pela mentalidade, pela população. (CF NEGRI 2000, p.24).

Os autores situam na década de 70 como o período das mudanças mais significativas dos modos de produção, com o capitalismo industrial sendo substituído pelo cognitivo (NEGRI, 2008, p.64). Segundo Lemke, “essa forma de capitalismo distingue-se pelo processo de produção ser informatizado, automatizado, globalizado e pelo trabalho em rede e conduz a uma transformação decisiva no sujeito que trabalha” (2010, p.67). As antigas formas de divisão do trabalho não se sustentam mais. A produção é alterada pelos processos de desenvolvimento tecnológico e as novas organizações de trabalho, que exigem outras capacidades e habilidades de seus colaboradores, desde aspectos emocionais, a criatividade, a linguagem e outros. Essas características configuram o trabalho imaterial, cujos produtos são intangíveis: ideias, saberes, informações, afetos.

A biopolítica, na perspectiva da produção, dissolveria qualquer separação entre as esferas política e econômica e a separação entre produção e reprodução. Para Negri, o trabalho imaterial é biopolítico, pois extrapola a esfera econômica e se espalha pela sociedade como um todo, visto que também cria relações sociais, culturais, política, molda visões de mundo, comportamentos e relacionamentos (2014, p.101). Em suas palavras, “a produção envolvida aqui é a produção de subjetividade, a criação e reprodução de novas subjetividades na sociedade” (2014, p. 101). Nesse contexto as empresas passam então a mobilizar quase todas as esferas da vida e das capacidades intelectuais e sociais dos indivíduos para o aumento da produtividade.

É uma lógica que acaba de tal forma com a antiga cisão entre tempo de trabalho e tempo livre, que o cotidiano, cada brecha e cada espaço de tempo é capturado pela nova razão

de mundo³⁴. Jonathan Crary em seu livro *Capitalismo tardio e os fins do sono*, fala sobre o processo de colonização dos corpos, afetos e até do código genético pela razão mercadológica neoliberal. O imperativo da produção e do consumo aponta para o único reduto em que as pessoas não produzem nem consomem: o sono.

Em sua argumentação, menciona as pesquisas desenvolvidas pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos sobre uma ave migratória, o pardal de coroa branca, que se mantém desperta sete dias, voando à noite, sem descanso. Uma quantia considerável de recursos foi empregada nas investigações sobre o animal com o objetivo de descobrir um modo de aplicar aos seres humanos essa capacidade de reduzir e ou suprimir o sono sem comprometer a produtividade.

Outros esforços têm sido desenvolvidos pelo Pentágono, com experimentos, terapias e técnicas para privação do sono e estimulação cerebral. O objetivo é desenvolver um soldado capaz de atuar em missões sem prazo de duração. Iniciativas como essa explicitam como o corpo humano deve ser capaz de seguir o modelo de máquina na produção. Não seria absurdo considerar o uso militar dessa tecnologia aplicado à sociedade civil, com trabalhadores/consumidores ininterruptos. Curioso é que a prática de privação do sono, como aponta Crary, também é empregada como tática de tortura. O autor cita um documento oficial, o Primeiro Plano de Interrogatório Especial do Pentágono e relata o caso de Al-Qahtani, interrogado por períodos de até vinte horas e recluso num espaço onde não conseguia deitar, aparelhado com caixas de som e forte iluminação.

Esse regime de 24/7 altera e coloca o ritmo da vida humana numa escala inflexível de duração semanal, a serviço do mercado, padronizado pelo desempenho de máquinas. Apesar de não abordar essa escala de trabalho, Negri e Hard tratam da entrada do trabalho no cotidiano, de forma integral, onde a rotina orbita em torno da produção da renda: “Existe [...] a tendência em várias formas de trabalho imaterial, para o obscurecimento da distinção entre horários de trabalho e de não trabalhar, estendendo o dia de trabalho indefinidamente até ocupar toda a vida” (T, 2014, p.100). Na publicidade, no marketing, no meio empresarial e mesmo cultural, com filmes e seriados, não faltam exemplos de elogio e valorização da conduta do *workaholic*, do indivíduo que se dedica e se esforça incessantemente ao trabalho.

³⁴ “mercados atuando em regime de 24 horas por sete dias na semana e a infraestrutura global para o trabalho e o consumo contínuo existem há algum tempo, mas agora é o homem que está sendo usado como cobaia para o perfeito funcionamento da engrenagem” (CRARY, 2016, p.13).

Os efeitos nocivos dessa cultura da eficácia foram abordados pelo filósofo coreano Byung-Chul Han, no livro *Sociedade do cansaço*. Em sua hipótese, cada contexto histórico seria marcado por determinados tipos de doenças, como bacteriológica, viral e atualmente, neuronal. A atualidade seria caracterizada, no que ele chama de paisagem patológica, pela depressão, transtorno de déficit de atenção, síndrome de hiperatividade, transtorno de personalidade limítrofe e síndrome de Burnout. Num cenário movido pela concorrência, competição e eficácia, a exigência de dedicação e trabalho é incessante, que resultam em esgotamento, exaustão e hiperatividade.

Estas, por sua vez, produzem infartos psíquicos, no que o autor chamou de violência neuronal, praticada pelos próprios indivíduos. Conforme o filósofo coreano, “a sociedade do século XXI não é mais a sociedade disciplinar, mas uma sociedade de desempenho. Também seus habitantes não se chamam mais ‘sujeitos de obediência’, mas sujeitos de desempenho e produção. São empresários de si mesmos” (HAN, 2017, p.23). A pressão por uma eficácia crescente, a exigência de iniciativa constante e o imperativo de performances cada vez melhores geram frustração e angústia por cada fracasso. Este tende a ser constante na medida em que o valor do desempenho se torna ideal, inalcançável.

Coerção e exploração têm sua direção alterada. Deixam de vir de fora e são internalizados pelos indivíduos. Essa mudança no sentido é importante para associar a o excesso de trabalho à liberdade. No entanto, essa alteração gera os efeitos patológicos que o autor destaca.

Assim a vida humana se torna um recurso, uma espécie de capital, o alvo de técnicas de intervenção, cálculos econômicos e avaliações de investimento e risco. Biologia e natureza são absorvidas pelo discurso econômico e pensadas em termos de crescimento e desenvolvimento financeiro. Nessa perspectiva, o biopoder regularia a vida social, pairando acima da sociedade, impondo seu ordenamento, situando-a na lógica da produção e reprodução do capital:

O biopoder dá nome a essas capacidades produtivas da vida que são tanto intelectuais como corpóreas. Os poderes de produção são hoje, na realidade, inteiramente biopolíticos; em outras palavras, eles perpassam e constituem diretamente e não apenas a produção mas também todo domínio da reprodução. O biopoder torna-se um agente de produção quando todo o contexto de reprodução é submetido ao mando capitalista, ou seja, quando a reprodução e as relações vitais que a constituem se tornam, elas próprias, diretamente produtivas. O biopoder é outro nome da real submissão da sociedade ao capital, e ambos são sinônimos da ordem produtiva globalizada. (NEGRI; HARDT, 2010, p.386)

Ao abranger o corpo social, o biopoder aplica tecnologias e saberes num processo de interiorização do controle, que deixa de ser externo, como nas sociedades disciplinares, e

passa a ser interno: o indivíduo, sua consciência, sua subjetividade são capturadas e dispostas a serviço da produção. A inteligência, os afetos, relações sociais, a vida se tornam determinantes para o valor do trabalho.

Através de técnicas de normalização, disciplina e controle o biopoder sincroniza corpos, mentes, comportamentos e costumes à lógica da concorrência e do mercado. Os meios de comunicação e a linguagem afetam e captam o imaginário da população. Num governo liberal, o biopoder se ocupa da população, com sua saúde, higiene, bem-estar, alimentação, instrumentaliza a espécie humana como força de trabalho. Assim, a vida é inserida numa dinâmica de capital a ser gerido, produzido e reproduzido.

E o biopolítico “tornou-se central no discurso político quando a natureza da força de trabalho mudou e quando o trabalho industrial (como fonte de produtividade) foi substituído pela atividade social” (NEGRI, 2016, p.93). Para o autor, o capital financeiro, através da tecnologia e da informatização da sociedade transforma os processos de exploração, o trabalho e o salário, que são desvinculados da lógica fabril e se referem às relações sociais e ao tempo de vida empregado. O que exigiu uma política para organizar a vida a serviço do trabalho, no incentivo e inserção quase que completa da existência na lógica da produção.

Segundo o filósofo italiano, durante as décadas de 50 e 60, predominou a discussão sobre o trabalho como atividade social, a produção e a reprodução seriam organizados estruturalmente numa armação que pode ser pensada como a fita de *Maebius*. Sem um lado externo, com discursos e saberes que configuram um ambiente lógico e encerrado em si mesmo. Considerando a metodologia estruturalista, em vigor na época, real e imaginário não seriam concebidos numa perspectiva dialética, a estrutura seria identificada pela relação entre as partes simbólicas e sua lógica interna obedeceria a um princípio de auto regulação, uma estrutura sem sujeito.

Todavia, essa última característica seria altamente problemática. Para Toni Negri “essa hipótese tinha ainda que ser removida ao mesmo tempo que um outro problema tinha que ser colocado: como restaurar a subjetividade e coloca-la dentro daquele novo quadro, sólido de imanência? É aqui que emerge o pensamento de Foucault” (2016, p. 98-99). O filósofo francês assim o fez através da biopolítica, que transformou a perspectiva estruturalista. A autonomia e independência da esfera política sobre o social e econômico se desfaz na composição mista da realidade, perpassada pelo desejo e pelo imaginário das subjetividades, que animam e movem a estrutura.

Conforme o autor, “a biopolítica será percorrida, então, pela ‘*cupiditas*’, pelo desejo; logo, pela *puissance* de agir” (NEGRI, 2016, p. 101). Isto é, o tecido social é confeccionado

pelo desejo que nutre e incita a ação. Nas sociedades contemporâneas, a produção seria organizada pelos estilos de vida, formas de existências em que estaríamos imersos, onde os corpos trabalham, produzem e nesse processo constituem a realidade.

O plano de imanência é interpretado por Negri na formulação de suas hipóteses sobre a relação entre capital, trabalho e vida. Essa noção, empregada por Deleuze e Guattari ao tratarem dos conceitos filosóficos, expressa uma atmosfera indivisível onde os conceitos existem, um espaço e um movimento que dispensa qualquer justificativa exterior. “é uma ida e volta, porque ele não vai na direção de uma destinação sem já retornar sobre si [...] cada movimento percorre todo o plano, fazendo um retorno imediato sobre si mesmo [...] engendrando retroações conexões, proliferações” (2010, p.54-55). Negri então concebe a biopolítica como essa estrutura, constituída através da relação entre capital, trabalho e vida. Em suas palavras:

é ao mesmo tempo que Foucault aceita a centralidade do imanentismo deleuziano, e sublinha seus limites concretos. É aqui que a biopolítica torna-se uma experiência completa: a vida revela as condições políticas de sua produção e reprodução, e a filosofia (tanto quanto a sociologia e as outras ciências humanas) mostra até que ponto essa inter-relação é íntima e profunda. (NEGRI, 2016, p.114).

Assim, a vida seria o sangue que circula pelo corpo político e a espinha dorsal que sustenta o corpo social. As subjetividades alimentariam o processo onde a vida, individual e coletiva, é quantificada e disposta à serviço do trabalho e da geração de renda. Desse modo a biopolítica produz modos de viver, formas de existência e resistência, na medida em que a criatividade humana, sua cognição e seus afetos são capturados e adentram na esfera da produção e reproduzem um mundo e uma realidade afim aos seus desejos.

Para Negri “o capitalismo exercia não só uma função de controle da sociedade, mas que entrava no corpo da vida” (2015, p.60). Em sua análise do presente, ao tratar das transformações políticas e econômicas das instituições democráticas, o autor lança mão do conceito de biocapitalismo. As alterações da sociedade em sua totalidade, da vida individual e coletiva, sujeitas ao imperativo do trabalho, transformado em trabalho imaterial, ou cognitivo, seria outra propriedade do biocapitalismo, onde a sociedade deve funcionar como um metabolismo empresarial.

Com o declínio do modelo de produção fordista, o capitalismo cognitivo proliferou e o mercado financeiro alterou as características do trabalho, ao incidir sobre os comportamentos e os modos de ser através de processos de subjetivação. No capítulo seguinte nos deteremos com maior profundidade sobre o que autores e autoras denominaram de financeirização da vida.

Nesse ponto, após tratar das releituras do conceito de biopolítica, passo às origens da racionalidade neoliberal. Para que seja possível enfrentá-la, é preciso, antes de mais nada, compreendê-la. Uma “questão estratégica universal”, conforme Dardot e Laval. (2016, p.14).

2.3 Razão neoliberal: origens, estratégias e efeitos

A proliferação da subjetividade neoliberal é fruto de vários dispositivos, que atuam de forma incessante e variada na formatação dos comportamentos individuais. Pierre Dardot e Christian Laval realizaram uma profunda análise sobre a gênese do neoliberalismo e seu funcionamento. Em suas pesquisas, afirmam que uma nova razão de mundo foi responsável pela transformação do capitalismo e, posteriormente, pela construção da sociedade neoliberal. As metamorfoses, renovações e estratégias neoliberais tornam definições simplistas, como ideologia e política econômica, insuficientes para o entendimento de seu funcionamento e sua complexidade.

Compreender o neoliberalismo como racionalidade, isto é, através de seus saberes, práticas e tecnologias, é mostrá-lo como engrenagem de uma complexa forma de governo produtora de realidade e assujeitamento. Trata-se de razão que padronizou e generalizou “um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as esferas da vida [...] ele fez surgir um sistema de normas e instituições que comprime as sociedades como um nó de força” (DARDOT; LAVAL, 2016,p.07-08). Apesar dos desastres, tensões e problemas que provoca, sua capacidade plástica de adaptação e fortalecimento é singular, visto que instrumentaliza como modo de governo as crises que produz. Estas não estabelecem limites ou geram seu enfraquecimento, ao contrário, revigoram e ampliam seu alcance.

Isso se deve ao caráter sistemático da razão neoliberal e sua dimensão política, que dificultam o combate à ampliação das desigualdades que engendra. Seu projeto político e social é considerado antidemocrático por Dardot e Laval. O que os autores destacam é a quase impossibilidade de mudança através do sistema político, impregnado pela lógica neoliberal, de modo que o conflito político se mostra como via necessária à ruptura.

No entanto, o sistema neoliberal debilita forças insurgentes, ao confeccionar uma teia de poderes e relações numa textura de proporção global³⁵ e minar quaisquer formas de ações

³⁵ “Oligarquias burocráticas e políticas, multinacionais, atores financeiros e grandes organismos econômicos internacionais formam uma coalizão de poderes concretos que exercem certa função política em escala

coletivas que expressem solidariedade ou o exercício da cidadania. O êxito é alcançado através da generalização da concorrência como norma por toda esfera social, que dispersa as pessoas, ameaçadas constante com o desemprego, imersas em dívidas e condições precárias de trabalho.

Essas preocupações são agravadas com o enfraquecimento dos serviços públicos, um dos principais alvos da razão neoliberal, que aumenta o sofrimento e a angústia de grande parte da população. Sua política incide sobre dispositivos de distribuição de renda, combate à desigualdade, assistências sociais, saúde pública, direitos trabalhistas e meio ambiente. As políticas econômicas e sociais não são concebidas para a satisfação das necessidades básicas da população. Leis, direitos e garantias sociais dão lugar à competitividade e o mercado desempenha função vascular.

Se admitirmos que sempre há ‘intervenção’, este é unicamente no sentido de uma ação pela qual o Estado mina os alicerces de sua própria existência, enfraquecendo a missão do serviço público previamente confiada a ele. ‘Intervencionismo’ exclusivamente negativo, poderíamos dizer, que nada mais é que a face ativa da preparação da retirada do Estado por ele próprio, portanto, um anti-intervencionismo como princípio”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.15).

Como um vírus que infecta um organismo, o neoliberalismo se espalha pela política e corrói o valor do Estado: ao invés de garantir e promover serviços públicos pelo bem-estar da população, sua prioridade passa a ser a liberdade do mercado. Saindo de cena, abre espaço para que as empresas privadas, em regime de concorrência, ocupem o lugar das instituições públicas e ofereçam seus serviços a quem tiver condições e pagá-los. Esse processo atribui ao indivíduo a responsabilidade por cuidados sociais, saúde e educação. Assim as pessoas são avaliadas por essa capacidade de prover a si mesma a satisfação das necessidades básicas: indivíduos de sucesso ou fracassados.

Para melhor compreender a racionalidade neoliberal, cumpre entender suas origens e o que o distingue do liberalismo.

Um dos principais fatores foi a inadequação do liberalismo para compreender e absorver o surgimento de um novo fenômeno, a empresa e suas particularidades: voltada para a competitividade, com múltiplas divisões, gerida por especialistas, com alto nível organizacional e uma hierarquia nos moldes militar. Outro fator foi a pressão dos movimentos operários por legislações trabalhistas e melhores condições de trabalho. De modo geral, o

liberalismo se tornou insuficiente para acompanhar as transformações impostas pelo surgimento das sociedades urbanas e industriais.

Dardot e Laval apontam Herbert Spencer como um dos teóricos mais influentes para o neoliberalismo, visto que duas de suas principais ideias são fundamentais para o mesmo: a luta pela sobrevivência numa dimensão política e o vínculo entre progresso, competição entre os indivíduos e o desenvolvimento comercial³⁶. A concorrência como norma imprime uma lógica de eliminação seletiva, onde os mais aptos e mais fortes sobrevivem, num processo de exclusão dos incapazes, que por ventura poderiam impedir o progresso. Assim, a concorrência é concebida como um princípio natural, “lei implacável da vida e o mecanismo do progresso por eliminação do mais fraco” (2016, p. 53). O que exige uma conduta adequada a essa norma, caso contrário, o indivíduo fracassa.

Além do spenciarismo, crises econômicas e guerras expuseram a vulnerabilidade das democracias liberais e desencadearam a necessidade de uma ampla renovação dos preceitos econômicos vigentes.

O *laissez-faire* foi considerado ultrapassado, até mesmo no campo dos que reivindicavam o liberalismo. Afora um núcleo de economistas universitários irredutíveis, aferrados à doutrina clássica e essencialmente hostis à intervenção do Estado, cada vez mais autores esperavam uma transformação do sistema liberal capitalista, não ara destruí-lo, mas para salvá-lo. (DARDOT; LAVAL, 2016 p.57)

A ideia central era a superação dos antigos dogmas liberais para encontrar uma terceira via, em detrimento do socialismo e do liberalismo clássico. Nesse sentido o neoliberalismo propõe a construção da ordem sócio-política em consonância com a ordem econômica pelo viés da concorrência. Sua lógica visa a produção de circunstâncias propícias à competição que favoreça a sociedade e o Estado seria o construto artificial para a consolidação política desse modelo social.

Dardot e Laval apontam o Colóquio Walter Lippman, em 1938, como marco para o surgimento do neoliberalismo. Seu objetivo era a refundação teórica e intelectual do liberalismo e sua difusão pelo mundo, através de financiamento de acadêmicos, criação de inúmeros *think tanks* e também a oposição às políticas sociais de esquerda e ao coletivismo. Sua ideia central era a concepção de um intervencionismo liberal, considerando a relação entre economia e as instituições sociopolíticas, o que, na hipótese dos autores, restaura a questão da governamentalidade.

³⁶ “Spencer vai deslocar, assim, o centro de gravidade do pensamento liberal, passando do modelo da divisão do trabalho para o da concorrência como necessidade vital. Esse naturalismo extremo, além de satisfazer interesses ideológicos e explicar lutas comerciais ferozes entre empresas e entre economias nacionais, faz a concepção do motor do progresso passar da *especialização* para a *seleção*. (DARDOT; LAVAL, p.53, 2016).

Uma das argumentações que animam o Colóquio é a reação ao coletivismo e a defesa da adaptação ao sistema concorrencial, que refletiria a diferenciação de interesses individuais. Esse sistema expressaria o campo econômico, concebido como essencialmente cambiável e implacável, que deve ser mantido por uma força política específica, a neoliberal, que cria, preserva e difunde a norma da concorrência nas mentalidades e nos modos de vida.

Em outras palavras, o neoliberalismo surgiria da necessidade de uma política voltada para a vida individual e social, com o intuito transformá-los. Nesse processo de adaptação, a educação seria o principal agente dessa mudança. Seria necessário educar o grande contingente populacional para enfrentar os riscos, a concorrência e as capacidades para sobrevivência numa sociedade orientada pela lógica de mercado.

A educação serviria para tornar os indivíduos aptos ao novo estilo de vida. Além da educação, a arte de governar seria determinante para a organização das relações sociais nessa sociedade e a constituição de uma lei comum a todos seria o instrumento que garantiria a conciliação de interesses distintos.

Sobre esse aspecto, a lei, escrevem Dardot e Laval: “é um modo de organização dos direitos e dos deveres recíprocos dos indivíduos em relação uns aos outros, objetos de mudanças contínuas em função da evolução social” (2016, p.95). Assim o governo é exercido através da adesão às obrigações recíprocas entre os indivíduos, constituindo uma sociedade civilizada através do direito civil. Esse princípio garante uma dimensão de liberdade acima de qualquer arbitrariedade ou restrição intrapessoal. Por isso os autores afirmam que,

para Lippmann, a nova governamentalidade é essencialmente judiciária [...] a lei como regra geral visa assegurar obrigações equitativas entre indivíduos com interesses particulares. Todas as instituições exercem um julgamento sobre os interesses. Adotar uma lei é decidir entre interesses em conflito. O legislador não é uma autoridade que ordena e impõe, mas um juiz que decide interesses. (2016, p.96)

Numa lógica horizontal, o direito e a liberdade para buscar a satisfação dos interesses individuais são garantidos pelo respeito às obrigações mútuas e qualquer forma de autoridade é rechaçada. Desse modo são constituídos arranjos que ordenam um universo social rico em conflito de interesses. Na sociedade neoliberal, a justiça teria a função instrumental de controle social, posto que produz e organiza as normas sociais, pelo viés econômico. E pune quem não as cumpre. As sequelas que a razão neoliberal e seu vínculo com a lei deixam na política são devastadores.

Wendy Brown elaborou uma profunda análise sobre o neoliberalismo, seus efeitos políticos e a forma como seu funcionamento desmonta, silenciosamente, princípios vitais da democracia. Em suas palavras, “neoliberalism’s novel construction of persons and states are

evacuating democratic principles, eroding democratic institutions and eviscerating the democratic imaginary of European modernity” (2015, p.28). Seu trabalho é um esforço para compreender as condições de vida atuais e a dinâmica que anima a vida política para viabilizar a formulação de estratégias e formas de resistências essenciais para a sobrevivência de valores democráticos.

Seu livro *Undoing the Demos: neoliberalism's stealth revolution* é imprescindível para qualquer pesquisa que trate desse tema. Em sua hipótese, de inspiração foucaultiana, o neoliberalismo deve ser compreendido enquanto racionalidade de viés totalizante, que converte em econômicos os valores democráticos, suas práticas, instituições, hábitos, vocabulário e cultura³⁷. Isto posto, ideias, desejos e subjetividades associadas à democracia são tragados e reformulados pela razão neoliberal, de tal forma que projetos associados a esse regime político e mesmo o desejo por esse regime desbotam.

Em sua argumentação, a primeira questão abordada se refere à definição de democracia, devido à pluralidade de sentidos atribuídos à mesma. Considerando o imaginário popular, as associações são múltiplas: liberdade, igualdade, direitos, votos, assembleias, livre mercado, direitos humanos, soberania popular. Outro ponto é sua variedade de formas: direta, semidireta, representativa, liberal, social. A etimologia da palavra *demos* e *kratia* comumente traduzida como poder que emana do povo, também gera ambiguidades, visto que na Grécia antiga mulheres, estrangeiros e escravos não eram considerados partes constituintes do povo.

Apesar das ambiguidades, Brown estabelece uma diretriz básica que viabilize um entendimento mínimo sobre a democracia: regime político onde o governo é exercido pelo povo³⁸. E para isso é essencial o poder de decisão popular sobre leis e deliberações políticas e a cooperação com poderes extragovernamentais no governo de suas vidas. Além desses fundamentos, algumas condições são indispensáveis.

Primeiro, disparidade de renda e riqueza minaria qualquer possibilidade democrática, haja visto que valores comuns a todos e o bem público tenderiam a desaparecer gradativamente e enfraqueceria a participação política coletiva. A radicalização das desigualdades segrega os grupos sociais devido ao aumento das desigualdades e diminuição das oportunidades. De um lado haveria uma plutocracia concentrando poder político e econômico e do outro a classe média e trabalhadores perdendo direitos e acesso a serviços

³⁷ “Neoliberal reason, ubiquitous today in statecraft and the workplace, in jurisprudence, education, culture, and a vast range of quotidian activity, is converting the distinctly political character, meaning, and operating of democracy’s constituent elements into economic ones”. (BROWN, 2015 p. 17).

³⁸ “Democracy is the name of the political form in which the whole of the people rule the polity and hence themselves” (BROWN, 2015, p.178).

públicos básicos, como saúde e educação, e contraindo dívidas para pagar por esses serviços na iniciativa privada.

Segundo, a democracia não sobrevive sem uma educação para a cidadania. Mesmo que não participe da política, é imprescindível que as pessoas compreendam e não ignorem as forças que afetam e moldam suas existências e seu futuro. Cidadãos desprovidos de uma educação crítica nesse sentido teriam seus interesses manipulados. Por exemplo, no que se refere à racionalidade neoliberal, ela limita a ideia de autonomia e liberdade em autonomia e liberdade para o consumo e para o mercado. A ideia de cidadania fica restrita ao voto. Valores democráticos são severamente atacados por forças não democráticas e poderes econômicos que apenas fabricam ilusões democráticas enquanto desmontam o estado de bem-estar social e enfraquecem a participação política.

Mesmo estabelecendo alguma base para definir democracia, aceitar as significações controversas é condição fundamental para os objetivos da autora: libertar a democracia de qualquer tipo de restrição e reforçar seu valor político de autogoverno do povo. Essa posição confronta diretamente o fenômeno atual viabilizado pela racionalidade neoliberal, a saber, a conversão da dimensão política de governo para uma acepção econômica, de modo que governar passa a ser entendido como gestão, administração, gerenciamento.

Ao tratar do neoliberalismo Wendy Brown considera suas variações e ambiguidades, descrito por Dumenil e Levy como: “um fenômeno multifacetado, resultado de um conjunto de determinantes históricos convergentes, e é difícil precisar seu início” (DUMÉNIL; LÉVY, 2014, p.17). Portanto, definições formais e exclusivas, como política econômica, forma de governo, fenômeno global seriam insuficientes devido à plasticidade e inconstância do neoliberalismo. A pluralidade de fatores cambiáveis, como aspectos geográficos, práticas, discursos e sua capacidade de reconfigurar-se, deve ser levada em conta em qualquer tentativa de compreensão do neoliberalismo.

A autora destaca outro aspecto que tangencia análises acadêmicas feitas sobre o neoliberalismo. Segundo Brown, os teóricos em suas pesquisas tendem a seguir quatro diretrizes: a primeira seria a intensificação das desigualdades, considerando uma pirâmide social, o topo aumenta seus privilégios e riquezas, o setor intermediário trabalha por períodos mais longos com salários menores, perda de benefícios e redução de mobilidade social e o último estamento viveria em condições de precariedade e miséria; a segunda seriam as comercializações antiéticas, atividades consideradas até então inapropriadas para comércio se tornam possíveis, com exploração humana e degradação; a terceira seria o crescimento do

vínculo entre governos e capital financeiro; por último, a destruição da economia, autores que abordam as crises de 2008 e 2009 e as flutuações geradas pelo capital financeiro.

Essas vertentes críticas de fato tratam dos efeitos deletérios da política neoliberal, no entanto, contrastando com elas, Wendy Brown foca em outra interpretação. Sua perspectiva é herdeira da noção foucaultiana de racionalidade e a autora compreende o neoliberalismo “as an order of normative reason that [...] takes a shape as a governing rationality extending a specific formulation of economic values, practices, and metrics to every dimension os human life”³⁹ (BROWN, 2015, p.30). Por conseguinte, a racionalidade política constitui um campo normativo vital para o exercício de governar, que, em suas especificidades, garante e alimenta relações entre os sujeitos. Todavia é preciso cautela para não compreender a racionalidade política enquanto instrumento governamental: mais do que isso, além de legitimar, é o requisito para a construção e disseminação do universo normativo em que o governo se exercerá.

Sua estratégia difunde amplamente o modelo de mercado para todas as atividades humanas. Configura comportamentos, transformando o campo das ações: do domínio público para o mercado, universo onde as relações sociais devem acontecer. Apesar de sua natureza plástica e inconstante, com variações em suas formas e modo de funcionamento em cada região do planeta, isso torna o neoliberalismo onipresente e que garante sua ampla disseminação.

Tal hipótese é justificada, em primeiro lugar, pela compreensão da razão neoliberal enquanto um conjunto de princípios produtores de subjetividades que integra diversas esferas da vida⁴⁰. Em segundo lugar, o fenômeno da racionalidade política atribui qualidades ontológicas às relações sociais, aos estados, sociedades, direitos, leis, e esses elementos se tornam responsáveis pela organização do mundo, do comportamento humano e do modo como o governo é exercido.

Ademais, a racionalidade política produz discursos e, “when they become dominant, always circulate a truth and become a kind of common sense”. No entanto, o neoliberalismo opera para além desses efeitos, construção do senso comum e da verdade: a razão neoliberal

³⁹ “como uma ordem normativa [...] que assume a forma de racionalidade governamental, estendendo uma formulação específica de valores econômicos, práticas e métrica para cada dimensão da vida humana”. Tradução livre.

⁴⁰ Conforme Wendy Brown: “neoliberalism transmogrifies every human domain and endeavor, along with humans themselves, according to a specific image of the economic. All conduct is economic conduct; all the spheres of existence are framed and measured by economic terms and metrics, even when those spheres are not directly monetized”. (BROWN, 2015, p. 10).

visa cooptar o modo como o domínio normativo legitima o governo e também como estrutura a vida dos indivíduos de um modo geral.

Logo, a produção da subjetividade neoliberal se torna, furtivamente, um tipo de senso comum: “neoliberalism governs as sophisticated common sense, a reality principle remaking institutions and human beings every-where it settles, nestles and gains affirmation”⁴¹ (BROWN, 2015, p, 35). O início é a entrada de um léxico empresarial em conversas do cotidiano: “o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo” (HARVEY, 2014, p.13). As pessoas passam a falar sobre assuntos corriqueiros e da própria vida usando palavras como produtividade, performance, inovação, exponencial, resultado, investimento, *networking*, *mindfulness*, *mindset*, *background*, *coaching*, entre outras. Um dos argumentos de Brown é a absorção da figura do *homo politicus* pelo *homo oeconomicus*, que trataremos no capítulo seguinte.

Nesse fenômeno a empresa é o modelo que orienta pessoas e Estados e não as coordenadas políticas. O comportamento de ambos, pessoas e Estado, deve seguir os moldes empresariais, a saber, aumentar seu capital no presente e investir para que este aumente no futuro, atrair investidores, empreender e arriscar. Dois exemplos ilustram seu ponto de vista.

O primeiro é a radical transformação das universidades, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos: aumento de mensalidades, queda no suporte governamental, expansão do ensino à distância, a disseminação de uma cultura empresarial e a absorção das “boas práticas”, isto é, técnicas de corporativas para resolução de problemas e geração de resultados. Os estudantes veem a si mesmos como investidores, sendo orientados a decidirem pelo curso universitário de acordo como o tipo de retorno salarial que determinada profissão pode oferecer. Assim, as universidades substituem a medida de qualidade educacional por uma avaliação de retorno do investimento financeiro. O critério para a escolha do curso superior é exclusivamente econômico, visto que a finalidade da educação é a produção de capital humano.

O outro exemplo dado pela autora é a raiz das medidas adotadas no segundo mandato de Barack Obama. A despeito dos projetos progressistas e voltados para resolução de problemas sociais, a ideia era anexar tais questões ao crescimento econômico. Isto é, a ampliação de investimentos em saúde, educação e pesquisa, a questão dos imigrantes, do

⁴¹ “O neoliberalismo governa como senso comum sofisticado, um princípio de realidade que refaz instituições e seres humanos em todos os lugares onde se instala, aninha e se afirma”. Tradução livre.

casamento gay, discriminação de gênero entre outros, foram aliados ao desenvolvimento econômico. Tratar desses temas seria aumentar a competitividade norte-americana, atrair investidores e desenvolver uma força de trabalho qualificada.

Brown cita trechos do discurso de 2013, *We the people*, onde Obama relaciona cada uma dessas questões a benefícios econômicos.⁴² A reforma da imigração atrairia empreendedores e talentos que gerariam empregos, investimento em educação reduziria gravidez na adolescência e forneceriam habilidades para que os jovens se tornem mão de obra competitiva no mercado, facilidades para aquisição da primeira casa por jovens famílias movimentaria a economia.

O ponto central dessa linha de raciocínio é o privilégio dado à economia, que passa a legitimar e ser a finalidade do governo. Este deve, fundamentalmente, proteger e amparar o crescimento econômico, que subordina o compromisso político com valores caros à democracia, como igualdade, inclusão, liberdade. Assim o governo deve funcionar da mesma maneira que uma empresa: priorizar competitividade e avaliação de créditos.⁴³ Outros fins se tornam secundários.

Brown sublinha que esses são exemplos das estratégias empregadas pela razão neoliberal na conversão da vida política em vida econômica, de modo que instituições, valores e práticas democráticas são gradativamente desmanteladas. A hegemonia do neoliberalismo, enquanto racionalidade política, imprime na sociedade a economia como valor primordial à todas as esferas da existência humana. Mobiliza, satura e reformula a ideia de governo em governança, como veremos adiante.

E o governo cumpre uma função vital nesse processo: difunde a norma neoliberal e transforma o significado da política. Um desdobramento desse fenômeno pode ser percebido através de uma questão gramatical: a noção de governo, institucionalmente, costuma ser empregada com em dois sentidos, governar e administrar. E o neoliberalismo, em sua dimensão política, produz uma forma de governo que institui um princípio normativo que absorve e orienta comportamentos e instituições numa perspectiva administrativa.

O papel do governo, nessa esfera disciplinar, concentra as regras judiciais, comportamentais, favorece o mercado além de produzir indivíduos adaptáveis a ele. Nesse sentido, falar em estratégias facilita a compreensão do êxito e da expansão planetária da razão neoliberal, visto que empregou, na difusão de sua agenda, dispositivos de poder, generalizou

⁴² Cf, BROWN, 2015 p.25-26.

⁴³ “The conduct of government and the conduct of firms are now fundamentally identical”. (BROWN, 2015, p.27).

discursos e multiplicou práticas que alteraram as regras do funcionamento político e as relações sociais.

Uma luta ideológica foi travada por intelectuais e acadêmicos para deslegitimar e criticar duramente o Estado de bem-estar social, direitos sociais e seguros sociais, o que legitimou a norma da concorrência, como demonstraram Dardot e Laval. Os cidadãos, desprovidos de qualquer seguridade social ou suporte governamental, deveriam assumir os riscos do mercado e, em franca disputa, competirem uns com os outros.

Esse comportamento deveria ser moldado e para isso contou com técnicas disciplinares socioeconômicas na produção de sujeitos que orientariam suas vidas em consonância com a lógica de mercado, a competição e valorização de seu capital humano. Todo esse processo segue uma racionalidade específica que encontra no Estado o responsável pela ampliação da concorrência, pela redução salarial e dos gastos públicos, e restringe direitos considerados onerosos.

Durante a década de 70 surgiram mecanismos econômicos que orientaram as políticas governamentais em todo globo. Para superar as crises do petróleo, o crescimento da inflação e a queda nos lucros das empresas associadas às forças sindicais, uma nova política econômica foi concebida. Sua meta principal era “interromper a indexação dos salários pelos preços e, assim, transferir a sangria causada pelas duas crises do petróleo para o poder de compra dos assalariados em benefício das empresas” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 196). Os efeitos foram o crescimento do desemprego, endividamento, alta de juros que justificaram corte com gastos sociais e desregulamentação de leis trabalhistas.

Esse cenário aumentou a influência do mercado sobre os governos, principalmente da América Latina. O crescimento das taxas de juros e o endividamento desses países viabilizou, através de negociações com o FMI, a imposição de condições que os sufocaria política e economicamente. As privatizações, desregulamentação econômica, redução de investimentos públicos são alguns exemplos.

Para Dardot e Laval, “esse sistema de regras definiu o que poderíamos chamar de sistema disciplinar mundial” (2016, p.197). Banco Mundial, FMI e outras organizações internacionais foram as grandes responsáveis pela difusão planetária da norma da concorrência, que fragilizou economias e submeteu governos aos interesses do mercado. E o Estado desempenhou um papel determinante nesse processo, como vetor e parceiro da razão neoliberal.

No intuito de atrair investidores, os governos ofereceram facilidades fiscais e sociais que beneficiaram grandes corporações. E com isso alimentou uma relação que passou a

aumentar as exigências e restrições aos investimentos públicos e gastos sociais, de modo que os interesses econômicos, ao influenciar as decisões políticas, incidiram diretamente sobre os cidadãos, além de minar dispositivos de solidariedade social.

Dois fatores alavancaram em escala planetária a razão neoliberal: o capital financeiro e a globalização da tecnologia. O pagamento da dívida pública justificou a privatização de bancos, liberação do câmbio e abertura ao mercado financeiro, que se tornou hegemônico em relação aos Estados e tornou os governos reféns de seus interesses⁴⁴.

As privatizações dos serviços públicos incentivaram o crescimento do mercado financeiro, que “foi constituído em *agente disciplinante* para todos os atores da empresa [...] todos devem submeter-se ao princípio de *accountability*, isto é, à necessidade de prestar contas e ser avaliado em função de resultados obtidos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 201). Ocupando o espaço deixado pelo serviço público e visando o incremento de suas ações, o poder financeiro exigiu uma mudança de comportamento das empresas: produtividade e competitividade se tornaram preceitos vitais na gestão empresarial, que logo se difundiram como normas para os indivíduos e para os governos.

As consequências sociais dessa normatização vão desde à deflação salarial, o endividamento à concentração de renda, que submeteram as pessoas a condições precárias de trabalho e à lógica do mercado financeiro. O que levou também a efeitos subjetivos, a saber, a capitalização da vida pessoal: para sobreviver numa sociedade neoliberal, os indivíduos são levados a mudar a forma como se relacionam consigo e a veem a si mesmos como um capital a ser investido incessantemente.

Assim razão neoliberal pulverizou, através do capital financeiro, a concorrência como norma generalizada pelas relações entre governo, sociedade e indivíduos. No entanto, foi gradativa a conversão das mentalidades pela evangelização do mercado. A expansão política e ideológica se deu por meio da publicação de livros e proliferação de *think tanks* que disseminaram suas ideias através de partidos de direita e dos meios de comunicação.

Com verniz moderno, as ideias neoliberais se difundiram com o fascínio exercido pelos empresários e empreendedores nas décadas de 60 e 70. Contrários aos valores de esquerda e qualquer política social e solidária de combate à pobreza e distribuição de renda, investiu contra a socialdemocracia. Conferiu a ele de uma aura negativa e retrógrada, enfatizando os custos e os atrasos que representavam os direitos sociais e trabalhistas.

⁴⁴ “Desde que a ‘globalização’ começou a ser puxada pelas finanças, a maioria dos países viu-se na impossibilidade de tomar medidas que iriam de encontro aos interesses dos detentores do capital”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 200).

Associou o Estado, os impostos e os serviços públicos à corrupção, roubo e pouca qualidade de serviços. A falta de concorrência era e ainda é a principal justificativa dessas críticas.

Além disso, a oposição ao Estado e aos serviços públicos ganhou uma conotação moral: “o grande tema neoliberal afirma que o Estado burocrático destrói as virtudes da sociedade civil: a honestidade, o sentido do trabalho bem feito, o esforço pessoal, a civilidade, o patriotismo” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 210). Ou seja, gratuidade escolar e hospitalar, políticas sociais e de distribuição de renda, desestimulariam o esforço, o estudo, o cuidado com a saúde, incentivariam “vadiagem”, gerariam mais desemprego, geraria a preferência pelo ócio e não pelo trabalho. E os impostos sobre os mais ricos desestimulariam a busca pelo enriquecimento, o esforço e o trabalho pelos mais abastados.

A ideia por trás dessa perspectiva é novo tipo de conservadorismo, na medida em que auxílios sociais são vistos como nocivos aos vínculos familiares, que deveriam ser resgatados. A responsabilidade individual deve ser valorizada novamente, para restaurar a dignidade e a honra pessoal em detrimento de qualquer assistência social. A justificativa é que o Estado de bem-estar social não incentivaria as pessoas ao risco, valor essencial para o mercado, o que enfraqueceria a criatividade, inovação e dissociaria realização pessoal de trabalho e felicidade. O único caminho seria o retorno aos valores tradicionais para superação da pobreza, posto que a prosperidade seria alcançada através da família, do esforço e da fé. O enriquecimento, estabelecido como um princípio absoluto seria o maior estímulo para o trabalho e para esforços cada vez maiores.

Essa moralidade refletiu o movimento de “economização” da vida, isto é, a projeção do raciocínio econômico a outras esferas, como o comportamento humano. As escolhas devem ser avaliadas num cálculo de investimento de capital humano, custo-benefício, e retorno financeiro.

Gary Becker, economista norte americano, foi um dos principais teóricos que difundiram essa perspectiva, que estabelece a economia como ferramenta de compreensão comportamental. Em *Treatise on Family*, o autor considera as famílias um tipo de empresa que deve ser gerida, visto que emprega certa quantidade de recursos, como tempo dedicado às crianças, sua alimentação, ambiente saudável e favorável ao desenvolvimento de habilidades, em vista da produção de resultados e “bens”, crianças saudáveis, autoconfiantes, com habilidades variadas (1993, p.24).

Essa perspectiva tem papel essencial para a racionalidade neoliberal. Nela o indivíduo é concebido não apenas como consumidor, mas também produtor, que quantifica e aplica recursos que não seriam exclusivamente monetários, como tempo e relações sociais numa

tomada de decisão. O que garante uma base teórica que justifica o discurso neoliberal enquanto verdade que é tão repetida que aos poucos é absorvida pelo senso comum⁴⁵.

O funcionamento e sucesso da estratégia neoliberal se justificam na medida em que a economia se torna o princípio regulador das políticas governamentais e das condutas individuais. Segundo Dardot e Laval, “disciplina como técnica de governo próprio das sociedades de mercado” entendida como “um conjunto de técnicas de estruturação do campo de ação que variam conforme a situação em que se encontra o indivíduo” (2016, p.216). Parte estratégica da disciplina não recai na coerção corporal e sim na orientação das condutas na satisfação dos desejos individuais e a razão neoliberal lança mão desse artifício.

O expediente utilizado consiste na arquitetura de um ambiente que incentive constantemente a liberdade de escolha na satisfação dos interesses. E as mentalidades individuais, para seguirem essa lógica, são disciplinadas de três formas.

A primeira é a configuração de um ambiente animado por forças legais e monetárias que fixam regras de ação, estabilizando as atitudes a serem tomadas. As escolhas individuais são limitadas e regradas pela ordem de mercado, sendo essa a única referência a ser considerada nas análises pessoais. A segunda é a transformação das situações de mercado em realidade, isto é, risco e concorrência produzem variações constantes de quase todos os elementos essenciais da vida cotidiana (trabalho, escolas, hospitais, segurança, alimentação, moradia), que são englobados nessa dinâmica. Esse recurso naturaliza mudanças repentinas, que impõe a necessidade de um cálculo nas decisões para a satisfação dos interesses. Finalmente, dispositivos de punição e recompensa são utilizados para reforçar ou sancionar comportamentos. As forças vitais que movimentam esse ecossistema são o sucesso e o enriquecimento.

Os Estados desempenham uma função essencial na difusão da disciplina neoliberal: “é tarefa sua não apenas reforçar a concorrência nos mercados existentes, mas também criar concorrência onde ela ainda não existe. Isto porque o capitalismo é o único sistema capaz de proteger a liberdade individual em todos os domínios” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.223). Por meio de suas práticas, os governos promoveram mudanças globais na legislação social e trabalhistas, e enfraqueceram políticas de proteção social e forças sindicais. Com a justificativa de “aquecer” o mercado e estimular o trabalho, direitos e auxílios foram subordinados a uma lógica de estímulo ou punição, a depender do comportamento do

⁴⁵ “células de pesquisa, inúmeros colóquios, amplas operações de formação de quadros da função pública, produção e difusão maciça de um léxico homogêneo, verdadeira *lingua franca* das elites modernizadoras, acabaram por impor um discurso ortodoxo de gestão” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.231)

indivíduo. Baseada na recusa a uma oportunidade de emprego, alguns países passaram a aplicar uma multa no auxílio-desemprego (2016, p. 22).

Assim se configura todo um sistema de normatização que é interiorizado pelos sujeitos e incita ao aumento constante da eficiência, produtividade, desempenho. Medo, desemprego e precariedade reforçam a adesão à disciplina. Nesse sentido, como uma força gravitacional, as empresas capturam a energia individual e mobiliza o desejo de cada empregado. O domínio das subjetividades estaria no temor do desemprego e na promessa de que sua atmosfera garantiria a realização pessoal, o sucesso, a felicidade, o enriquecimento.

Ainda sobre a disciplina neoliberal, ela produz a privatização da conduta. Responsabilizando cada indivíduo por sua condição e por suas necessidades, como desemprego, doença, saúde, educação, alimentação, estes devem monetarizar suas escolhas, concebendo-as como um investimento de risco para alcançar o bem-estar, trabalho prudente de uma vida inteira. Essa lógica difunde uma mentalidade empreendedora de vencedor e justifica políticas que reduzem investimentos em serviços públicos, como afirmam Dardot e Laval:

O mais importante não é tanto o triunfo da vulgata neoliberal, mas a maneira como o neoliberalismo é traduzido em políticas concretas, às quais afinal é submetida uma parte da população assalariada, e esta às vezes até as aceita, mesmo quando essas políticas visam explicitamente ao retrocesso de direitos adquiridos, de solidariedade entre grupos e entre gerações, e levam grande parte dos sujeitos sociais a dificuldades e ameaças crescentes, inserindo-os sistematicamente numa lógica de riscos”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 242)

Logo, o cerne da estratégia neoliberal é a subjetividade, a orientação dos comportamentos e a inserção das condutas numa realidade artificialmente constituída em que as principais forças ordenadoras são a economia e o mercado. Nesse mundo a vida é dependente de relações econômicas e da concorrência mercadológica. Esse processo seria impossível sem um governo e uma forma específica de política.

Na democracia a relação entre economia e lei seria um dos principais vetores na difusão dos valores neoliberais no que Brown denominou de razão jurídica neoliberal:

on the one hand, law was mobilized to privatize state industries, seduce foreign ownership and investment, secure profit retention, and reduce trade restrictions. On the other hand, popular assemblies and Left parties were outlawed, strikes were criminalized, unions banned [...] laws become a médium for disseminating neoliberal rationality beyond the economy. (BROWN, 2015, p.151)

Assim, os princípios caros ao exercício da democracia sofreriam uma reformulação por meio da lei: direitos políticos, cidadania e democracia seriam concebidos a partir de uma matriz econômica. Nas palavras de Brown, “in doing so, it disintegrates the very idea of the

demos”⁴⁶ (BROWN, 2015, p.152). A autora cita algumas decisões da Suprema Corte norte-americana, entre 2010 e 2011 que ilustram sua hipótese.

O primeiro veredito foi contrário à posição do governo em banir contribuições de corporações aos comitês de campanha de política. A permissão desse financiamento empresarial afeta diretamente as eleições, signo da soberania popular. O segundo parecer autorizou as corporações se livrarem de ações coletivas, importantes contra fraudes e abusos cometidos por grandes empresas, forçando consumidores entrarem com ações individuais. Esse juízo extinguiu qualquer possibilidade de união entre trabalhadores e consumidores para enfrentar legalmente violações cometidas por companhias. O terceiro caso, uma decisão da Suprema Corte de Winconsin apoiou uma legislação que esvaziou o poder de barganha negociação coletiva do setor público; por fim, a Suprema Corte voltou atrás numa ação coletiva sobre discriminação de gênero contra o Wal-Mart Stores (BROWN, 2015, p.152-153). Esses últimos exemplos demonstram a tendências das novas leis de favorecerem o mercado e constranger aglutinações entre trabalhadores do setor público e privado.

Essas medidas desmontam qualquer forma de organização popular de poder e minam a ideia de solidariedade e coletividade. Combinadas com o enfraquecimento de princípios democráticos, a drástica redução de investimentos em educação pública, a substituição da responsabilidade social por eficácia econômica como base para a governança, o poder popular é gradativamente esquecido do que a autora chama de “*democratic political imaginary*”. Nesse imaginário a democracia é desvinculada, silenciosamente, da organização e do poder popular, dissipando a energia política e o vínculo identitário que ela produz. A autora não define claramente o que seria esse imaginário, todavia, creio que se trata de representação que as pessoas fazem da democracia, em como esta é imaginada pela população em geral.

A racionalidade neoliberal concebe o suporte legal para qualquer expressão do poder popular como obstruções do livre mercado. Além disso, serviços e instituições públicas em geral, como saúde e educação, são associados ao socialismo. Um dos efeitos mais chocantes do neoliberalismo é promovido através da lei: sua lógica é disseminada enquanto senso comum e com isso o significado de democracia é mesclado ao mercado, cujos bens estariam associados à economia. Logo, a democracia é concebida exclusivamente como o espaço onde aconteceriam as relações comerciais.

Isso porque as ações governamentais e os serviços públicos sofreram uma metamorfose empresarial com a disseminação de valores e práticas adotadas em empresas

⁴⁶ “ao fazer isso, desintegra a ideia de demos”. Tradução livre.

privadas. A lógica de redução de custos, concorrência, aumento da eficácia e desempenho levaram à mercadorização da instituição pública. Se tornou lugar comum considerar as instituições públicas ineficientes e lentas devido à alta burocratização.

Para a racionalidade neoliberal “a empresa deve substituir a burocracia em tudo que for possível e, quando não o for, o burocrata deve conduzir-se o máximo como um empreendedor” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 300). Essa estratégia desfigurou um dos pilares das democracias modernas: a associação de direitos sociais e serviços públicos à cidadania. Em termos práticos, “os governos neoliberais instrumentalizam os ‘buracos’ criados nos orçamentos para demonstrar o custo ‘exorbitante’ e ‘intolerável’ da proteção social e dos serviços públicos” (2016, p. 220). Dessa forma a tarefa do Estado de gerir o contingente populacional abandona a promoção de serviços públicos e garantia de direitos sociais e passa visar o mercado global. Nesse esforço, a gestão populacional visa torná-la produtiva e altamente empregável e assim contribuir para o sistema global de competição. Trata-se de um governo-empresa, portanto.

A política neoliberal e sua norma reconfiguraram as práticas estatais e o vocabulário da ciência política foi um dos primeiros alvos, para assegurar a constituição de um discurso. Um exemplo claro é a palavra “governança”, termo específico que “tornou-se a principal categoria empregada pelos grandes organismos encarregados de difundir mundialmente os princípios da disciplina neoliberal, em especial pelo Banco Mundial nos países do Sul” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 275). Seu caráter polissêmico justifica seu uso, visto que engloba a esfera empresarial e estatal, em dimensões globais, num esforço individual e institucional na satisfação de interesses diversos e conflitivos.

Um modo de diferenciar governo de governança seria compreender o primeiro enquanto instituição e o segundo como processo que envolve tomada de decisões. Essa especificidade enfraquece a centralização do poder governamental, que é disperso pelo tecido social através de práticas organizacionais da governança. Essa ferramenta converte os procedimentos na gestão do serviço público, tanto pela privatização quanto pelos novos arranjos instituídos. Direitos, leis, regulamentações e outras formas estatais de controle e vigilância são flexibilizados pelas normas estabelecidas, que orientam as atividades administrativas através de diretrizes, facilitações e padrões.

Em 1992 foi criada a Comissão de Governança Global, que entre outras funções, serviu de instrumento de grupos financeiros internacionais no controle e vigilância dos Estados. Por meio de um sistema padronizado de avaliações de risco, produtividade e eficácia, auditorias e relatórios foram elaborados para a homogeneização das políticas governamentais.

A consequência direta desses processos é a reconfiguração do significado de democracia. Entendida como campo agonístico e pluralista de disputas entre perspectivas contraditórias sobre justiça, leis, valores, bem comum, sua força e sentido políticos esmorecem. Inclusão, participação, universalidade, equidade, debates e argumentações sobre princípios e objetivos comuns são postas sob a ótica empresarial da colaboração e consenso, cuja meta é a resolução eficaz de problemas. Em vista disso, a governança reorienta a democracia numa perspectiva meramente procedimental: parceria, integração e colaboração são associadas à prestação de constas, eficiência e consenso. Para Brown, neoliberalismo é indissociável da noção de governança. Em suas palavras:

governance has become neoliberalism's primary administrative form, the political modality and incentives through which it creates environment's, structures constrains and incentives, and hence conducts subjects. Contemporary neoliberalism is unthinkable without governance. It's also key to securing accession to the 'economization' of all areas of life (2015, p.122)⁴⁷.

A governança almeja a concretização de metas e os modos de alcançá-las. Substitui a oposição entre os setores público e privado ao condensar o poder público e o privado numa gestão empresarial da economia, que produz uma norma econômica a ser internacionalizada. Com a oferta de serviços transferida para o setor privado, os Estados atuam numa esfera mais estratégica do que legislativa. Com a concessão de incentivos que garantam a concorrência, qualidade e eficácia, a população teria acesso aos serviços que necessitam, desde que possam pagar por eles. No que se refere à lei, o Estado deixa de ser árbitro e se torna colaborador dos interesses neoliberais.

Seu funcionamento é silencioso e se expande discretamente, sincronizando o governo à economia, os indivíduos às empresas, o que retira o sentido do contraditório e das disputas políticas. Sua energia confecciona a norma difundida pelo tecido social e que reorganiza o mundo e os comportamentos, posto que os indivíduos são integrados num projeto de crescimento macroeconômico e são responsabilizados pelo fracasso ou sucesso do mesmo.

As condutas individuais são orientadas em conformidade com as normas de mercado. Desempregados, trabalhadores e empregados ineficientes seriam responsabilizados pelo decréscimo econômico, gastos sociais são interpretados como causa do aumento da dívida pública e da ruína econômica de um país.

⁴⁷ “governança tornou-se a principal forma administrativa neoliberal, a modalidade política e os incentivos por meio dos quais cria ambiente, estruturas, restrições e incentivos, e, portanto, conduz os sujeitos. O neoliberalismo contemporâneo é inimaginável sem governança. É também fundamental para garantir a adesão à ‘economização’ de todas as áreas da vida”. Tradução livre.

Nesse ponto a tática da governança de delegação de autoridade exerce um papel essencial. A transferência da autoridade, justificada pela crítica à ineficiência do Estado e descentralização do poder, a partes menores leva à responsabilização individual. O Estado reduz investimentos em determinada área, que passa a ser responsabilidade de outra instância, estadual ou municipal, estes são transferidos para localidades que, por sua vez, os redireciona para instituições, como escolas e hospitais. Por fim, departamentos ou setores recebem a determinação e, desprovido de recursos, termina por transmitir aos indivíduos aquela responsabilidade. Para Dardot e Laval,

esse paradigma global de reinvenção do governo apresentou várias faces, conforme o país [...] mas a principal tendência nos países desenvolvidos consistiu em impor um novo modo de racionalização às administrações públicas que obedece às lógicas empresariais. Concorrência, *downsizing*, *outsourcing* [terceirização], auditoria, regulação por agências especializadas, individualização das remunerações, flexibilização do pessoal, descentralização dos centros de lucro, indicadores de desempenho e *benchmarking* são todos instrumentos que administradores zelosos e decisores políticos em busca de legitimidade importam e difundem no setor público em nome da adaptação do Estado à realidade do mercado e da globalização. (2016, p.302)

Assim, o governo-empresa é animado pela concorrência e a administração pública é convertida em administração privada. Com um discurso universal e justificando-se como politicamente neutra e mais eficiente na otimização de recursos, a razão neoliberal, através de suas práticas, encontra pouca resistência. O que difunde o princípio da utilidade e do resultado, que desqualificam valores profissionais ou coletivos que orientariam o funcionalismo público, além de priorizar um critério quantitativo ao invés de qualitativo.

O *benchmarking* é um exemplo de como as técnicas empresariais são absorvidas pelas políticas públicas. Traduzido como avaliações comparativas, é um desses termos de origem empresarial que se expandiu e é usado indiscriminadamente em várias esferas não empresariais.

Juntamente com as boas práticas, traduzem as orientações a serem seguidas para reduzir custos, aumentar a eficiência e tornar uma empresa ou instituição competitiva: desde escolas, delegacias, hospitais, agências, firmas, pois as avaliações corporativas dissociam as práticas dos produtos. Independentemente do que seja produzido ou gerado, redução de gastos e eficácia são os valores primordiais.

Assim, o modelo de gestão padronizada faz com que procedimentos adotados na indústria farmacêutica possam ser aplicados nas instituições públicas, de segurança ou saúde, por exemplo. Isso porque, numa lógica de mercado, as organizações devem ser competitivas

para sua sobrevivência. Sendo a competição alçada a valor fundamental, outros objetivos de instituições não empresariais fenecem.

Validada por experiências de sucesso, as boas práticas e as avaliações comparativas seriam dispositivos da razão neoliberal adotadas por instituições públicas. O que produz certa desorientação nas mesmas, visto que os valores que orientariam seus métodos seriam outros, bem diferentes dos princípios empresariais.

Inseridos numa métrica de cálculo numérico, o serviço público e sua relevância social perdem sentido. As atividades ganham uma conotação quase exclusivamente contábil na produção de indicadores, numa cultura de resultados cujo dogma é a eficácia: hospitais, escolas, delegacias, departamentos de justiça. Isso cria um efeito perverso: altera a concepção sobre o receptor dos serviços, que são tidos como clientes e não mais como cidadãos.

Individualizado e alçado à categoria de consumidor, o cidadão avalia as instituições públicas e a política a partir de seus interesses: “é a própria definição de sujeito político que é radicalmente alterada” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 320). E cresce a desconfiança da população em relação ao serviço público, na medida em que este é despojado de seu grau de importância e respeito, esses servidores são vistos como profissionais que priorizam seus interesses individuais e não o coletivo. Em vista disso, desdobra-se num tipo de despolitização, já que o funcionalismo público é desvinculado de qualquer valor social, de respeito ao direito público, de prestação um serviço à população, de virtude ou confiança. O engajamento do servidor com sua profissão e seus preceitos morais são desfeitos pela lógica do custo-benefício.

Outro elemento desempenhou uma função vital no processo de desdemocratização: o neoconservadorismo. Em seu artigo “American Nightmare”, Wendy Brown analisou o modo como o neoliberalismo e o neoconservadorismo, malgrado suas distinções e aparentes contradições, atuaram conjuntamente para o deletério processo de dilapidação dos valores democráticos nos Estados Unidos. Ambos possuem características antagônicas. Enquanto a racionalidade neoliberal é desvinculada de qualquer moralidade, explora o desejo, sustenta uma governança baseada no modelo empresarial, a racionalidade neoconservadora é extremamente moralizante, regimental, reprime e normatiza o desejo, sustenta uma governança baseada na autoridade da igreja.

Os efeitos dessa aliança produziu a redução das liberdades individuais, aumento da desigualdade e a desvalorização da cidadania através da governança e seus critérios mercadológicos na gestão dos serviços públicos, assim como a valorização de um poder estatal fundamentado em bases morais. Essa simbiose obteve êxito em seus objetivos na

medida em que foi capaz de produzir uma subjetividade alheia à veracidade dos fatos e algo hostil aos rigores científicos e ao conhecimento acadêmico, além de ser indiferente aos pilares da democracia, como liberdade política, igualdade e cidadania.

Segundo a autora, o neoliberalismo fabrica um discurso normativo sobre livre mercado, trocas comerciais e empreendedorismo, além de estabelecer o mercado como organizador da esfera sociopolítica. Com isso o Estado é construído em termos mercadológicos, criando e disseminando políticas que insistem em converter os cidadãos em consumidores e empreendedores. As privatizações exemplificam esse ponto, na medida em que os cidadãos são forçados a garantir a si próprio a satisfação de suas necessidades básicas, como saúde, educação, segurança.

Outro aspecto da racionalidade neoliberal é o incessante estímulo à produtividade e empregabilidade, com a adoção da linguagem e práticas empresariais pelo governo e princípios empresariais ocupando lugar de princípios jurídicos, como vimos anteriormente. O efeito dessa prática é o esvaziamento de qualquer preocupação com igualdade, autonomia política, cidadania e liberdade.

Já o neoconservadorismo seria baseado no desejo de um estado forte, valores familiares, com antigas formas e estruturas de vida, militarismo e patriotismo. Ademais, se opõem às políticas de promoção da igualdade, como ações afirmativas, redução da pobreza. Em sua concepção, ao Estado e a lei cabem à tarefa de orientação religiosa e moral da sociedade. O apoio às ações arbitrárias do governo, contra imigração, censura, políticas de segurança e controle são reconhecidas e justificadas a partir de uma fundamentação moral.

Segundo a autora, “neoconservadorism is also born in part as a response to capitalism’s erosion of meaning and morality” (BROWN, 2006, p. 699). Em vista disso, o atrito entre ambas as racionalidades aumenta quando se trata da política externa, do conflito árabe-israelense e dos gastos com as forças armadas. A tensão é acirrada com os efeitos econômicos da governança neoliberal no cotidiano, como o enfraquecimento de comércios locais, corte orçamentários para auxílio-desemprego, proteções sociais e redução de direitos trabalhistas. Isso porque o neoconservadorismo tem uma base popular e trabalhadora, a classe-média baixa, e cultiva uma estrutura familiar tradicional com forte apelo masculino.

Apesar de valores distintos, tanto o neoliberalismo quanto o neoconservadorismo partilham do mesmo desprezo pelos princípios democráticos, como universalidade, igualdade, liberdades civis, o Estado de Direito. Segundo Brown, estes são dessacralizados e se tornam meros instrumentos. Esse ponto de contato produz um nó entre as duas racionalidades na

medida em que valores como moralismo, estatismo e autoridade, caros ao neoconservadorismo, foram germinados por quatro aspectos da desdemocratização.

Em primeiro lugar, a gradativa proscricção da autonomia política. A democracia foi reduzida ao voto, ao mercado, à propriedade privada e aos direitos formais, isto é, aqueles empregados nos procedimentos de acusação ou defesa jurídica. Assim o neoliberalismo esvazia o sentido da participação política, tornando-a um bem de consumo onde as liberdades e os direitos são concebidos como um produto.

Em segundo lugar, a despolitização de problemas sociais, que são convertidos em responsabilidades individuais cuja solução exige e atende à lógica de mercado. A autora exemplifica: “bottled water as response to contamination of the water table; private schools, charter schools, and voucher system as a response to the collapse of the quality education” (BROWN, 2006, p. 704). O efeito dessa conversão é o declínio da esfera pública com a reorganização da noção da cidadania, com a mídia e a economia endossando a prática de buscar e custear individualmente as resoluções para tais problemas. As privatizações refletem a estratégia neoliberal de deteriorar o setor público.

Em terceiro lugar, a produção de subjetividades moldadas conforme a lógica do empreendedor de si e do consumidor geram cidadãos altamente suscetíveis à autoridade e à governança. A autora menciona as análises foucaultianas sobre o biopoder e a padronização do comportamento alcançada pelo neoliberalismo, na medida em que este exerce sua influência explorando os interesses e necessidades dos indivíduos. Estes, por sua vez, confundem com liberdade suas escolhas individuais circunscritas num determinado ecossistema artificialmente construído.

Em quarto lugar, o estatismo, visto que a racionalidade neoliberal impõe um modelo administrativo que reconfigura as funções do Estado. Suas estruturas democráticas e valores, como prestação de contas, transparência, legalidade, veracidade são substituídas por normas e procedimentos da gestão empresarial.

Para a cientista política o crescimento antidemocrático, gerado pelo neoliberalismo, expandiu o neoconservadorismo para além de uma agenda ou ideologia, tornando-o uma força política com um modo específico de governança e cidadania. Esta força extrapolou os limites entre religião e política e impôs o discurso teológico sobre o político. Esse movimento deslocou a atenção de grande parte das pessoas para preocupações morais e espirituais, a saber, a vida pública, terrena e cotidiana perdeu primazia para a existência espiritual, o que facilitou a aceitação da perda de valores democráticos.

O neoconservadorismo fomenta um poder estatal com preceitos cristãos radicais e debates e discursos políticos adquirem um tom profundamente religioso. Sua força retórica produz uma modalidade de discurso político despojado de qualquer argumentação crítica ou preocupação com fatos ou dados reais. Conforme a autora,

the declaration of what is true, right and good without any necessary reference to facticity has become a well-known neoconservative modality of political truth [...] the rhetorical power of a declarative rather than reasoned or argued truth is buttressed by the neocon defense of truth and moral certainty against what is targeted as the epistemological and moral relativism of the opposition". (BROWN, 2006, p.707)

Assim, o neoconservadorismo fabrica um modo de relacionar-se com a verdade avessa às bases epistemológicas acadêmicas. A verdade declarada carregada de conotação moral teria mais valor e relevância do que fatos e argumentos. Para a autora, essa característica teria um forte vínculo com a verdade interior, "truth from the gut", expressão largamente utilizada nos meios evangélicos norte-americanos para designar o momento da conversão. Expressa o instante em que a certeza divina brota no interior do indivíduo, gerando a plena convicção sobre Deus e seus desígnios, a despeito de qualquer fato ou argumento.

A subordinação a essas verdades declaradas e reveladas e aos portadores da mesma é uma virtude cara ao cristianismo. Além disso, a ideia de pertencimento a uma comunidade religiosa é importante para os cristãos e está assentada em três bases: crença, fidelidade e submissão. Brown aponta que o problema emerge quando esse comportamento se torna uma norma e se repete na esfera política, esvaziando-a de qualquer forma de contestação e argumentação intelectual. Por conseguinte, três pilares da democracia, autonomia, capacidade deliberativa e liberdade são debilitados. E quando um governo se declara bastião da fé cristã, o patriotismo cresce exponencialmente.

A questão política é agravada quando se trata do problema da desigualdade. Segundo a autora, "in contemporary Christian fundamentalism, the relationship of God and his subjects and the phenomenon of church hierarchy itself legitimates inequality as natural, good, and permanent" (BROWN, 2006, p. 708). Esse ponto reflete a conversão de problemas sociopolíticos em teológicos e esvazia o interesse por soluções democráticas. Tais problemas deixam de ser compreendidos do ponto de vista político e são interpretados como espirituais, sendo resultado dos mistérios insondáveis de Deus e o comportamento padrão difundido por esse poder pastoral é a resignação. Assim, um governo teológico que molda a cultura política capitaliza um poder de legitimidade inflige severos danos à democracia.

A combinação das forças neoliberais e neoconservadoras, com a associação de um moralismo com a ética de mercado produz uma subjetividade antidemocrática. Os efeitos são exacerbados quando a esfera pública é modelada por tais racionalidades, com uma cultura política apática ou mesmo avessa a princípios como igualdade, liberdade, direitos civis e sociais.

Wendy Brown utilizou trechos de discursos e entrevistas de George W. Bush para ilustrar suas hipóteses, pois em diversas ocasiões o ex-presidente dos Estados Unidos associou ações políticas à vontade propósitos divinos. Num discurso pronunciado em fevereiro de 2003, no Tennessee, Bush evoca Deus para falar sobre atentado de 11/11, alinhado a uma terminologia religiosa, com várias referências a Deus, fé, ressaltando o espírito cristão da compaixão e do amor na orientação das práticas do governo⁴⁸.

A autora também cita a matéria de Timothy Egan, publicada pelo New York Times, em 04 de junho de 2006. Nessa reportagem o jornalista entrevistou algumas pessoas para saber a motivação de seu voto em Bush. Delia Randall, uma eleitora de 22 anos justificou: “gosto de George Bush porque ele é temente a Deus e é isso que muitas pessoas daqui pensam”. O jovem universitário da maior universidade religiosa do país, Jaren Olsen, afirmou: “eu gosto que ele é à favor da família, que o casamento deve ser apenas entre um homem e uma mulher. E a guerra, precisamos terminar o que começamos”. Outra estudante, Danielle Pulsipher foi categórica: “não tenho certeza de nada que ele tenha feito, mas eu gosto que ele seja religioso – isso é realmente importante”. Já para o gerente de vendas Ron Craft, os jornalistas focavam demais nos aspectos negativos e nas pequenas coisas do governo⁴⁹. Assim, os problemas do governo, como o déficit orçamentário, a Guerra no Iraque e as medidas para enfrentar os devastadores efeitos do furacão Katrina, passavam por uma narrativa redentora pela base de seus eleitores mais convictos. Estes minimizavam tais assuntos e ressaltavam a fé do presidente, seus princípios e valores conservadores, expressos em seus discursos.

Aqui no Brasil a situação é bem semelhante. A forte presença de pastores, pastoras e militares como ministros no atual governo permite a utilização da fundamentação teórica

⁴⁸ After we were attacked on September the 11th, we carried our grief to the Lord Almighty in prayer. Last week, our nation lost seven brave Americans. Laura and I went to Houston. We were so honored to meet the families. There's no question in my mind are finding strength and comfort because of your prayers and because of the Almighty God. In times of tragedy, faith assures us that death and suffering are not the final word; that love and hope are eternal. Religious faith not only comforts, it challenges. Faith teaches that every person is equal in God's sight, and must be treated with equal dignity here on Earth [...]And in America today, people of faith are doing the work of compassion. So many good people are serving their neighbors because they love their God. The spirit of service is vital because the need in America is great. Disponível em: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/02/20030210-1.html>. Acesso em: 30 jan. 2019.

⁴⁹ Disponível em: <https://www.nytimes.com/2006/06/04/washington/04believers.html>. Acesso em: 30 jan. 2019.

proposta pela autora para a compreensão da conjuntura política atual. No que se refere à militarização, patriotismo e neoconservadorismo, o presidente eleito serviu-se de todos esses elementos em sua campanha. Dois elementos não deixam dúvidas quanto a isso: o slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” e sua primeira aparição pública após os resultados da apuração dos votos, transmitida ao vivo via facebook, uma oração com um pastor candidato derrotado ao senado.

Para a antropóloga Rosana Pinheiro-Machado, em conversa com a Calle 2⁵⁰, autoritarismo e conservadorismo orbitaram a recente democracia brasileira e o fenômeno que elegeu o presidente em 2018 representou esses valores. Em suas palavras, “tenho usado o termo ‘bolsonarismo’ pelo que ele representa: esse autoritarismo conservador, violento, organizado e em torno de características brasileiras, especialmente o conservadorismo religioso”. Segundo a pesquisadora, seu discurso ganhou projeção e adesão “via conservadorismo, também explicando coisas muito simples, mas acho que a questão dele é o discurso, da família e do cidadão de bem”. Assim, o uso de um vocabulário teológico, carregado de moralismo e agressividade animou a linguagem empregada por esse corpo político de viés extremista e se propagou por vários setores da sociedade brasileira.

A cientista social Esther Solano analisou o crescimento desse fenômeno e realizou um levantamento sobre as características dos eleitores adeptos do bolsonarismo⁵¹. Os fatores que identificam os votantes ao presidente eleito em 2018 são os problemas com a segurança pública, o medo em relação ao aumento da criminalidade, a dicotomia entre “vagabundos” e “cidadão de bem”, isto é, a insatisfação com políticas públicas que “favorecem” os primeiros em detrimento do segundo, combate à corrupção, sentimento antipolítico, críticas a políticas de combate à desigualdade, oposição ferrenha à esquerda e ao comunismo. O moralismo religioso e o apoio à família tradicional refletem o neoconservadorismo inerente ao discurso bolsonarista⁵².

⁵⁰ Disponível em <https://calle2.com/o-bolsonarismo-e-maior-do-que-bolsonaro-diz-especialista/>. Acesso em: 30 jan. 2019.

⁵¹ Cf. Isabela Kalil. “Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro”. Disponível em: <https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf>. Acessado em: 29 jul. 2019.

⁵² Conforme um dos entrevistados, “a gente tem de falar do que está acontecendo nas escolas, eu não quero que meu filho seja doutrinado e no dia de amanhã vire um maconheiro, esquerdista. Eu quero que ele aprenda valores [...] A gente está numa crise moral”. Já outro eleitor afirma que “orientação sexual deve ser ensinada nas escolas, sim, mas não para alunos tão jovens. Não porque eles podem virar gays, não é isso, mas sim, porque eles podem ficar desvirtuados, pervertidos”. SOLANO. “A crise da democracia e extremismos da direita”. Disponível em <https://www.fes-brasil.org/detalhe/crise-da-democracia-e-extremismos-de-direita/>. Acessado em 20 jul. 2019.

Assim a confluência entre neoconservadorismo e neoliberalismo proposta por Wendy Brown é uma chave de interpretação para a conjuntura política brasileira atual. A descrença no sistema político, o esvaziamento das assembleias e debates coletivos, o enfraquecimento da esfera pública embotam os valores democráticos.

Com a justaposição entre neoliberalismo e a expansão de um moralismo perverso baseado na teologia da prosperidade, as políticas públicas de combate às desigualdades socioeconômicas são gravemente feridas. O esfacelamento de direitos trabalhistas e proteções sociais resultam no surgimento de uma massa de pessoas que se encontram em condições degradantes de trabalho.

2.4 O precariado e o neoliberalismo de baixo para cima

Para o economista Guy Standing a lógica neoliberal, de maximizar a concorrência e a competitividade, deu origem ao precariado. Com os intensos estímulos à flexibilização da legislação trabalhistas e a transferência dos riscos do mercado para os indivíduos, surge um grande contingente de pessoas cujas vidas são marcadas pela instabilidade, insegurança e medo.

Essa flexibilização seria multiforme: salarial, com inclinação para sua redução; de vínculo empregatício, enfraquecendo a segurança do emprego e facilitando rearranjos na estrutura da empresa; de emprego, com a mobilidade de empregados que mudariam de função periodicamente; de habilidades e competências, com o incessante aprendizado por parte dos trabalhadores. Os problemas financeiros e crises econômicas seriam contornados ou enfrentados de acordo com esse critério. No entanto, para o autor, “em essência, a flexibilidade [...] significava, sistematicamente, tornar os funcionários mais inseguros [...] conforme o trabalho flexível se propagava, as desigualdades cresciam” (STANDING, 2017, p. 22). As exigências de uma economia globalizada tornaram os governos colaboradores na obtenção de resultados favoráveis ao mercado e grande parcela da população se viu numa condição de trabalho precária.

Segundo o autor, a definição de precariado passa pela destituição de sete garantias trabalhistas: mercado de trabalho, vínculo empregatício, segurança no emprego, segurança do trabalho, reprodução de habilidade, segurança de renda e garantia de representação (STANDING, 2017, p. 28). Outra característica é a renda insuficiente, que lhes coloca numa posição vulnerável, agravada pela falta de um suporte garantido por direitos trabalhistas. A atmosfera sufocante os torna suscetíveis a efeitos psicológicos perversos.

Para o economista, “o precariado sofre do que, em inglês, chamamos de ‘quatro A’ – raiva (*anger*; em inglês), anomia, ansiedade e alienação” (STANDING, 2017, p. 41). O estímulo a estilos de vida caros e consumistas, a proliferação da cultura do sacrifício, com aumento de horas extras trabalhadas e a entrega quase total à empresa tem gerado um custo psíquico cada vez maior às pessoas. Associados ao medo e à insegurança de sua condição, o precariado vive no limite:

A raiva decorre tanto da frustração diante das vias aparentemente bloqueadas para promover uma vida significativa quanto de um sentimento de relativa privação [...] anomia é um sentimento de passividade nascido do desespero. Ele é certamente intensificado pela perspectiva de empregos simples e desprovidos de carreira. A anomia surge de uma indiferença associada com a derrota constante [...] o precariado vive em ansiedade – insegurança associada não só à oscilação à beira do limite, sabendo que um erro ou um episódio de má sorte poderia pender a balança entre a dignidade modesta e ser um sem-teto [...] a alienação decorre do conhecimento de que aquilo que fazemos não é para o nosso propósito ou para o que poderíamos respeitar ou apreciar (STANDING, 2017, p. 42).

A justaposição dessas tensões afetam a autoestima e a dignidade das pessoas. Essas condições associadas à flexibilização debilita a identidade ocupacional e produz uma série de ocupações despojadas de tradição, memória social, carreira ou códigos de ética profissional. Considerando que os valores éticos são produzidos por grupos com vínculos mais profundos, a instabilidade constante e o medo inerente a ela comprometem a criação e adesão a tais preceitos.

Além disto, os ânimos se acirram pela competitividade incentivada, de tal modo que as pessoas nesse contexto se distanciam de laços solidários e a compreensão política e estrutural que os tornam vulneráveis se turva. O que, por sua vez, facilita sua adesão a discursos populistas e neoconservadores.

A mesma competitividade, a nível macro em escala global exige práticas de redução de custos, contenção de despesas, eficácia e aumento do lucro. Assim as empresas adotam outras relações de trabalho, com a terceirização, contrato temporário ou empregos de tempo parcial. Nesse último caso, mesmo que a nomenclatura indica uma temporalidade laboral menor, as empresas encontram maneiras de fazer com que o empregado produza mais do que o tempo estipulado. O contrato temporário é outra prática adotada pelas empresas para aumentar a hierarquização dos cargos, com tratamentos e status distintos conforme o grau de divisão.

Essas variadas formas de flexibilização debilitam as tradicionais relações de trabalho e impulsionam os indivíduos aos riscos e incertezas do mercado. Nessas condições, o empreendedorismo é concebido como um caminho diante de uma realidade de privatizações,

terceirização e ausência de proteções sociais e trabalhistas. Iniciativas populares de sobrevivência econômica mobilizam forças dinâmicas e inovadores para garantir sua sobrevivência num ecossistema que não lhe dá nenhuma garantia.

Verónica Gago em sua obra “A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular” analisou a noção de neoliberalismo, sua historicidade latino-americana e modo como germinou nas subjetividades das populações de bairros periféricos. Tal enfoque viabilizou sua perspectiva, além da tradicional conceituação feita a partir do topo, isto é, do governo, das empresas, das corporações, das privatizações e desregulamentações.

O objeto de estudo de sua pesquisa foi a feira *La salada*, que, em suas palavras “abriu a possibilidade de consumo popular por meio da pequena escala e permitiu acesso a bens e serviços baratos num momento em que o consumo se tornava o modo mais veloz e dinâmico de inclusão social” (GAGO, 2018, p. 41). Um complexo transnacional de intenso e variado comércio informal, de comidas, roupas a produtos tecnológicos, situado numa região fronteiriça em Buenos Aires. Foi considerado, em 2014, o maior mercado ilegal da América Latina. Uma de suas peculiaridades é sua composição migrante: de origem boliviana, paraguaia, peruana e até senegalesa. Segundo dados oficiais do Instituto Nacional de Estadística y Censos, em 2009, quando funcionava apenas dois dias semanais, o faturamento de *La salada* superou os *shoppings* argentinos, chegando próximo a 15 bilhões de pesos.

O interesse da autora é fundamentar sua hipótese sobre o neoliberalismo de baixo para cima, o que permitiria compreender de sua persistência e seu êxito, na medida em que “consegue ler e capturar – isto é, expropriar – tramas vitais que operam produzindo valor, inventando recursos onde não há, repondo infraestrutura popular diante do despojo e criando modos de vida que excedem as fronteiras do capital” (2018, p.08). Essa perspectiva revelou uma dimensão ambígua de afronta à hegemonia do projeto neoliberal sem rejeitá-lo totalmente. Através de um processo de sincretismo empreendedor, as camadas populares absorveram e transformaram algumas práticas neoliberais ao mesmo tempo em que não adotaram uma postura ‘anticapitalista’.

Em outras palavras, movimentos populares que o contestaram adotaram, por fim, algumas de suas premissas. Assim, a pesquisa de Gago sobre economias populares aprofundou e ampliou o entendimento da razão neoliberal, agora vista em uma pluralidade desconsiderada até então.

A cientista política concebe o neoliberalismo como uma fase do capitalismo, entendido numa dinâmica imanente e vinculado a espaços que criam uma atmosfera empreendedora, encoraja afetos e cálculos com a responsabilidade sobre si mesmo e incentiva a livre-

iniciativa. E nesse ambiente reconfigura valores como liberdade, autonomia, molda subjetividades e produz formas de existência. Estas, apesar das crises econômicas, criam táticas de sobrevivência cotidianas, com variados saberes e atividades populares que resistiram à miséria e à escassez neoliberal.

Ao mesmo tempo dele padeceram e fruíram, extraíram algum proveito no consumo, nas novas formas de trabalho e na produção de renda. Assim a lógica neoliberal foi contagiada por formas populares de fazer e calcular, que viabilizou a hipótese da pesquisadora sobre o neoliberalismo de baixo para cima, definido como:

conjunto de condições que se caracterizam para além da vontade de um governo, de sua legitimidade ou não, mas que se transformaram diante das condições sobre as quais opera uma rede de práticas e saberes que assume o cálculo como matriz subjetiva primordial, e funciona como motor de uma poderosa economia popular que mistura saberes comunitários de autogestão e intimidade com o saber-fazer na crise como tecnologia de uma autoempresarialidade de massas. A força do neoliberalismo pensado dessa maneira acaba se enraizando nos setores que protagonizam a chamada economia informal como uma *pragmática vitalista*. (GAGO, 2018, p.19)

Diante de um quadro social cada vez mais crítico, condições precárias de trabalho e saúde, perda de proteções sociais e falta de estrutura que garanta as condições de competição no mercado, as camadas populares se veem numa condição limite. A autogestão e a responsabilidade sobre si aumentam exponencialmente e exigem também iniciativa, perseverança e inovação constante, atributos essenciais para qualquer empreendedor ou empreendedora. Surgem modos de organização, cooperação e reorganização do trabalho em variadas formas.

Para enfatizar essa potência vital de baixo para cima, a autora emprega o conceito spinozista de *conatus*, associado a esforço, impulso, tendência, para apresentar as estratégias e apropriações periféricas de algumas práticas neoliberais. Estas, por sua vez, proliferam e se enraízam em determinadas regiões por meio de economias informais. Esses aspectos, afetivo e vitalista da pragmática popular, destoam da figura idealizada pelos liberais a respeito do *homo oeconomicus*, pois sua lógica dos cálculos e investimentos não coincide com a potência dinâmica e oportunista do *conatus* popular.

Em sua argumentação, a autora aponta a dimensão molecular da racionalidade neoliberal, alvo de transmutações orgânicas, efetuados pelos atores sociais considerados até então suas vítimas. A relação estabelecida é plural e ambivalente, na medida em que o processo de financeirização alcança e opera dentro do tecido popular sem que este seja um agente passivo.

A pesquisa da cientista política ressalta o caráter polimórfico do neoliberalismo, através da multiplicidade de seus mecanismos que são adaptados e combinados de maneira assimétrica pelas populações periféricas. Em suas análises Gago empregou os conceitos de economia barroca, ensamblagens e *abigarrado* em sua argumentação.

O primeiro refere-se aos formatos informais de trocas, seus artifícios e táticas “microempresariais, com fórmulas de progresso popular, com capacidade de negociação e disputa de recursos estatais e eficazes na sobreposição de vínculos de parentesco e de lealdade ligados ao território, assim como formatos contratuais não tradicionais” (GAGO, 2018, p.29). Considerado de uma perspectiva positiva, a autora define a informalidade como princípio configurador de realidade, por sua inovação constante e suas práticas comerciais dinâmicas e afetivas, atualizadas incessantemente. Seu teor experimental e vitalista expressam seu objetivo de persistir e se afirmar. Ademais, essas economias populares produzem valores insondáveis pelo cânone das teorias econômicas e políticas tradicionais, visto que mesclam estratégias e racionalidades conflitantes entre si.

Conforme a autora, “dizemos ‘economias barrocas’ porque o barroco se refere à mistura” (2018, p. 99). Na feira o consumo é amplamente estendido, visto que os produtos perdem a aura do alto custo e a hierarquia exclusiva das marcas. E também as formas produtivas são variadas, flexíveis e combinadas. Essas microeconomias populares são constituídas por forças laborais plurais e ambíguas, sendo informais e precárias ao mesmo tempo em que são inovadoras e empreendedoras⁵³.

Em *La salada* as concepções de trabalho são fluidas e cambiantes, situadas: “entre momentos de informalidade e aspirações permanentes de formalização, de se tornar beneficiário de subsídios estatais e descansar em redes comunitárias; de transitar, usufruir [...] de relações familiares, de vizinhança, comerciais, comunais e políticas” (GAGO, 2018, p. 44-45). Essas multiplicidades de formas laborais, intensamente exploradas, refletem o impulso vital desejoso de melhorias individuais ou familiares, num contexto redução de investimentos públicos nas políticas de proteção social e flexibilização de direitos, produzidas pelo neoliberalismo.

Nesse sentido a autora emprega a noção de ensamblagem, técnica utilizada na marcenaria para embutir e encaixar peças de madeira, no entendimento das ligações parciais e provisórias entre esses elementos heterogêneos considerados tradicionalmente apartados. Para

⁵³ “Na economia que vai da oficina à feira, existem tensões entre a produtividade e os usos do comunitário, capazes de organizar formas de exploração e negócio, de microempresa e de progresso econômico [...] uma força de trabalho que se vê obrigada justamente a ser oportunista com relação à contingência, e cínica frente às regras universais e fixas para poder sobreviver e prosperar” (GAGO, 2018, p. 61).

Gago o termo “assume a heterogeneidade como regime de existência das coisas. Daí a necessidade, uma vez ou outra, de produzir articulações, contatos, conectores. Nesse sentido, a ensamblagem é uma lógica relacional” (2018, p. 68). Estas produzem novos atores, novas zonas desprovidas de regras tradicionais que demandam novas formas de organização.

A expansão da feira *La salada* e sua multiplicação em menor escala, as *saladitas*, contestam as tradicionais formas comerciais e refletem novas tramas versáteis de economia e trabalho. As modalidades de empreendimentos, relações familiares e auto-organização subvertem parâmetros neoliberais de organização, logística e execução de tarefas e sabotam as tentativas governamentais de regulamentação e controle de fluxos comerciais. Todavia, essas economias periféricas se situam entre a visibilidade e a invisibilidade, entre o preconceito e a aceitação. Seus produtos muitas vezes são pensados numa lógica de legal/ilegal, original/cópia, verdadeiro/falso, associados à clandestinidade e ao trabalho informal⁵⁴.

Partindo da fundamentação teórica elaborada por Foucault, sobre produção de subjetividades e o empresário de si, Gago produz uma análise que evita uma visão exclusivamente vitimista do trabalho informal e migrante⁵⁵. Segundo a autora, inovações na produção e circulação de afetos e mercadorias transformam a relação com o tempo e o trabalho. Novas organizações coletivas surgem para enfrentar a crise, o empobrecimento e a precarização das regiões periféricas, no limite entre a colaboração e a competição.

Nesse cenário, os atores sociais encontraram lugar na figura do microempresário, do empreendedor e assumem os riscos e responsabilidades de serviços considerados públicos até então, como saúde, educação, transporte. E para remediar essa realidade árida, as práticas e saberes comunitárias são adotados como estratégias em detrimento da organização estatal. No entanto, o valor comunitário em *La salada* é marcado tanto por relações afetivas de pertencimento quanto de servidão e exploração.

Nas palavras da autora (2018, p. 111), “na conjunção entre economia informal e neoliberalismo, a noção de comunidade ocupa um papel fundamental”. As transformações

⁵⁴ “é habitual nas ciências sociais associar a economia informal à economia invisível e marginal. Inclusive o termo espanhol, *economia en negro*, isto é, fora dos parâmetros legais e tributários da economia formal, revela esse suposto caráter de economia oculta, nas sombras. Mas essas economias já não podem mais ser consideradas como marginais dada sua capacidade de relação íntima com a heterogeneidade metropolitana (que articula modalidades que vão desde o autoemprego até o comércio ilegal, num *continuum* que, em termos neoliberais, nega o que essas esferas têm em comum, organizando-as de modo segmentado) e pelo fato de revelarem o dilema das cidades sobre a simultânea visibilização e invisibilização da função produtiva dessas economias” (GAGO, 2018, p.48).

⁵⁵ “toda vitalidade envolvida na criação de um espaço de comércio e consumo popular, com suas táticas e hierarquias, transações e apropriações, basicamente se dissolveria se só existissem vítimas – do neoliberalismo, do desemprego, das máfias, etc. Isso não expulsa a violência das relações sociais nem romantiza suas transações, mas também não as considera por uma dimensão unilateral”. (GAGO, 2018, p.44)

neoliberais e o sistemático desinvestimento em serviços públicos produziram uma crise que configurou uma nebulosa rede de informalidade, onde a oficina têxtil é um dos órgãos vitais na produção, venda e distribuição de La salada. Dessa crise emergiu um mundo de relações, formas gestão, produção e inovação populares, indissociáveis de valores comunitários fortalecidos pela migração.

O protagonismo da feira é centrado nos/nas migrantes bolivianos/bolivianas, que se mobilizam e organizam ao mesmo tempo em que se exploram e sujeitam. A condição de migrante, muitas vezes não reconhecida e desprovida de direitos, incentiva o empreendedorismo popular, a inovação e a informalidade, e por vezes é mesclada a atividades clandestinas, contrabando, trabalho por conta própria e microempresas. A autora ressalta que emprega essas palavras em sentido extra moral.

Diante da precarização no mundo do trabalho e das crises econômicas, a formação de um capital comunitário é estratégica na articulação dessa mão de obra dinâmica e flexível à economia urbana. Também na ocupação e redefinição de espaços e na configuração de uma densa rede afetiva, familiar e comercial, cujos saberes e práticas comunitárias relativizam a hegemonia interventora da soberania estatal.

Nessa conjuntura que Gago explicita sua hipótese sobre a relação entre crise e comunidade, que oferece recursos, laços sociais, estrutura, modos de saber e fazer a essa força laboral migrante que produzem novas formas de trabalho. Essa riqueza comunitária frente à precarização do trabalho é capitalizada nas oficinas têxteis. Com o crescimento da informalidade, lar e comunidade emergem como lugares redimensionados no enfrentamento da crise e das condições econômicas. Desses espaços surgem trabalhos associados aos cuidados e à alimentação, impulsionados por diversas iniciativas na obtenção de renda em bairros periféricos⁵⁶.

Os conceitos e argumentos apresentados pela autora apresentam outra perspectiva para a compreensão do neoliberalismo. Este seria usufruído e sofrido por aqueles que seriam suas “vítimas”, na medida em que se apropriariam e modificariam essa racionalidade. A contaminação de lógicas próprias das regiões periféricas pluralizariam as práticas e formas dessa racionalidade. Isto leva à ampliação da plasticidade neoliberal, visto que essas

⁵⁶ “Um conjunto de práticas econômicas comunitárias forma uma rede sólida de ajudas e formas de cooperação, e canalizam um fluxo de dinheiro, prestações de serviços, favores e solidariedades. Articuladas à economia informal, viabilizam todo um circuito de crédito e investimento sem necessidade de requerimentos formais-legais nem de intermediação estritamente bancário-financeira. São parte de uma trama material que torna possível que aqueles que chegam a um país estrangeiro consigam recursos para assentar-se, investir e produzir” (GAGO, 2018, p.310).

economias populares produzem relações e forças que convidam à reinterpretação do mesmo e refletem sua adaptação às áridas condições que cria e impõe.

No terceiro e último capítulo desta pesquisa, analiso o modo como a dívida é empregada como técnica de governo através dos processos de financeirização e da produções de subjetividades alinhadas à razão neoliberal e também sua dimensão neropolítica. A base teórica utilizada é fornecida por Lazzarato, Fumagalli, Mezzadra, Marazzi, Mbembe. A interpretação nietzschiana sobre a relação entre dívida e culpa, apresentada em *A genealogia da moral*, embasa essa interpretação. Outro ponto analisado é o processo de subjetivação que captura e produz desejo, fundamentado conceitualmente por Deleuze, Guatari e Rolnik. Por fim, emprego a preciosa contribuição de Federici sobre a divisão sexual do trabalho para explicitar a dimensão violenta inerente ao capitalismo e a direção sobre o surgimento de novas forças políticas e novas subjetividades necessárias para enfrentarmos o neoliberalismo.

3 FINANCEIRIZAÇÃO DA VIDA, NECROPOLÍTICA E DÍVIDA: PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

A criação monetária influenciada pela financeirização se substancia em um processo de recuperação da rentabilidade do capital que envolve no risco financeiro a vida das pessoas.

Lucarelli

Sob o necropoder, as fronteiras entre resistência e suicídio, sacrifício e redenção, martírio e liberdade desaparecem.

Mbembe

3.1 Introdução

Acreditamos que a razão neoliberal seja responsável por uma política que produz morte, direta ou indiretamente. A estratégia utilizada nesse processo passa por dispositivos de financeirização da vida, do endividamento contínuo, pela captura do desejo e pela produção de subjetividades. Estas seriam fabricadas para sustentar e defender a lógica de inimizade e competição, necessária para a manutenção desse ambiente. Em nossa hipótese, um dos efeitos mais nocivos que a razão neoliberal pode produzir, além da desdemocratização, é o neofascismo.

Inicialmente abordo os processos de financeirização da vida e as crises que engendra, considerando sua dimensão mais nefasta: a necropolítica. A razão neoliberal opera através de estratégias que monetizam o cotidiano a existência individual e coletiva e as submete à norma econômica. As condutas devem ser padronizadas sob o risco de serem excluídas desse ecossistema financeiro.

O processo de exclusão das vidas não rentáveis é realizado por políticas neoliberais que atacam os serviços públicos que garantem direitos. Associado a um discurso empresarial disseminado pela sociedade, sobre meritocracia e de críticas a auxílios sociais, as pessoas sem condições de assegurar cuidados médicos e educação, a si próprio e a seus filhos e filhas, não encontram outra saída a não ser trabalhos precários. Essas vidas precarizadas são deixadas ao sabor das desigualdades que o próprio sistema econômico cria.

Desassistidos, sem cuidar plenamente de sua saúde, sem acesso à educação que viabilize a melhora de condições de vida, são vitimados por uma política de segurança que

opera numa lógica de guerra. Através de uma política que produz miséria e morte, é criada uma atmosfera letal às camadas mais pobres da sociedade. Asfixiados pelo governo neoliberal recorrem a infinitos empréstimos que possam, provisoriamente, dar algum fôlego entre um emprego precário e outro, entre uma crise e outra.

É de suma importância destacar a adesão de uma parte da sociedade civil que apoia a necropolítica neoliberal. Grupos com poder político e econômico e uma mentalidade que mistura valores conservadores e empresariais, adota uma posição de antagonismo em relação às minorias e aos mais vulneráveis economicamente, os vê como inimigos e deseja intervir em seus direitos, promovendo sua exclusão ou mesmo seu extermínio.⁵⁷

Em seguida analiso a dívida como técnica de governo que conduz as condutas através da produção e captura do desejo, cujo imperativo de satisfação constante no presente é projetada no futuro, estimulando assim o endividamento perpétuo.

Aqui encontramos uma das principais estratégias da nova razão de mundo: as crises econômicas são instrumentalizadas como ferramenta de governo das populações e justificam cortes de investimentos em serviços públicos, o que leva a negociação e renegociação de dívidas. É quase impossível conceber uma pessoa no mundo contemporâneo sem alguma dívida. Somos constantemente convidados ou estimulados ao endividamento, seja o financiamento de um carro, da casa própria, dos estudos.

A dívida é outro instrumento utilizado pelo governo neoliberal na condução das condutas, na medida em que por meio dela as populações são docilizadas. Um indivíduo enredado em dívidas se sujeita sem maior resistência a trabalhos ruins e emprega cada vez mais seu tempo livre para gerar a renda necessária para quitar o débito. Desse modo, as disputas e decisões políticas são deixadas em segundo ou terceiro plano, visto que a dívida e a subsistência material é urgente e imediata.

Termino examinando a divisão sexual do trabalho como um dos efeitos das relações desiguais e violentas, enquanto raízes do neoconservadorismo e do neofascismo. Estes, por

⁵⁷ O vereador Fernando Holiday, de São Paulo, filiado ao partido Democratas (DEM), elaborou um projeto de lei que dificulta o aborto nos três casos previstos em lei, a saber, risco de morte da mãe, anencefalia e . O projeto inclui a exigência de um alvará expedido por instituição jurídica, a ser submetido à procuradoria geral do município e que poderia ser cassado ou suspenso. Além disso, há ainda a obrigatoriedade de acompanhamento psicológico por 15 dias consecutivos, cujo objetivo seria mudar a decisão da mulher. Tais atendimentos apresentariam as técnicas de fatiamento e sucção do feto e de exames que demonstrem o funcionamento dos órgãos do feto no ventre da mulher. Creio que não seria forçoso considerar tais procedimentos tortura psicológica. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/26/politica/1561577998_364180.html. Acesso em: 19 jul. 2019. O chamado Pacote Anticrime apresentado pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública ampliou a excludente de ilicitude e concepção de legítima defesa. Em tais casos o policial poderia ter a pena reduzida ou mesmo desconsiderado em caso de “escusável medo, surpresa ou violenta emoção”. Com uma política de segurança pública operando a partir de uma lógica de guerra e combate ao inimigo, as populações periféricas ficariam ainda mais vulneráveis à violência policial.

sua vez, seriam forças contemporâneas constituintes da razão neoliberal. Tal hipótese é sustentada através do primoroso trabalho de pesquisa realizado por Silvia Federici sobre as origens do capitalismo.

Nosso objetivo ao abordar as reflexões da filósofa italiana é explorar a hipótese que, desde suas origens, o capitalismo estaria aliado à violência, ao conservadorismo e ao patriarcalismo. E assim, a razão neoliberal também estaria empregando essa lógica em sua expansão e funcionamento na atualidade, malgrado algumas distinções.

Ao analisar a caça as bruxas, a autora encontra uma relação entre o surgimento do capitalismo e violência contra os movimentos camponeses de contestação da ordem feudal, com forte protagonismo feminino. Nessa conjuntura houve um intenso processo de demonização das mulheres com comportamentos e condutas insubmissas, insurgentes. Seus saberes e poder social foram destruídos pela perseguição, pelo ódio e pelo medo de uma subjetividade feminina potente de vida e transformação: a bruxa. Dessa forma, encontramos nessas subjetividades marginalizadas na Idade Média uma possibilidade antagônica à razão neoliberal.

Nesse esforço o ponto de partida são as críticas propostas por Sandro Mezzadra, Andrea Fumagalli, Achille Mbembe, Maurizio Lazzarato, Suely Rolnik, Deleuze, Guattari e Silvia Federici. A finalidade é empreender uma atualização do pensamento foucaultiano, com autores e autoras que analisam o tempo presente e apontam caminhos possíveis para o enfrentamento e superação da onda neoconservadora e neofascista sincronizada ao neoliberalismo.

3.2 Financeirização da vida e a política de morte

Antes de iniciar uma análise filosófica sobre os processos de financeirização da vida, cumpre responder duas perguntas básicas: o que é e como funciona o mercado financeiro? O mercado financeiro é o ambiente em que produtos financeiros, como ações, fundos imobiliários, títulos públicos, certificado de depósito bancário, títulos de créditos, entre outros, são comercializados pelos participantes. Estes são divididos entre emissores, intermediários e investidores.

Os primeiros são instituições e empresas que emitem títulos de créditos, imobiliários, títulos públicos e ações de empresas e buscam dinheiro dos investidores para financiar seus projetos. Os investidores, pessoas físicas, empresas ou fundos de investimentos, participam com empréstimos em troca de juros ou participação nos lucros. Os intermediários oferecem

mecanismos para conectar as partes acima, além de regulamentar e fiscalizar o mercado financeiro, como o Fundo Monetário Internacional.

O mercado financeiro é dividido em: mercado de crédito, que trabalha com a concessão de crédito para pessoas e empresas; mercado de câmbio, relacionado com a troca de moeda entre diferentes países; mercado monetário, que atua na concessão de créditos a curto e curtíssimo prazo; mercado de capitais, que está mais perto dos investidores e diretamente relacionado à distribuição de valores mobiliários⁵⁸.

Na metade do século XX diversos fatores políticos e econômicos afetaram o mercado: a crise do fordismo, a Guerra do Vietnã, Maio de 68, alta no preço do barril de petróleo, o desenvolvimento tecnológico. Estes exigiram renovações e reestruturações que produziram um novo modelo de acumulação de capital.

Por conseguinte, houve o crescimento de grandes investidores institucionais, que centralizaram a organização da economia planetária. Esta passou a girar em torno da lógica do investimento, posto que as transações monetárias foram direcionadas aos fundos de pensão, títulos de crédito, fundos imobiliários, seguros e fundos de cobertura, que diminuem os riscos de outros investimentos⁵⁹. Este processo tornou a finança “o motor da economia e do poder” (LAZZARATO, 2017, p.39) e subordinou a sociedade às políticas da dívida através da financeirização.

Segundo o economista francês Yann Moulier Boutang, a financeirização superou o campo econômico e atingiu a organização social, que passou a orbitá-la, com a passagem do capitalismo fordista ao cognitivo. Seu impacto na vida cotidiana se desdobra em três esferas, visto que a lógica financeira extrapolou os limites formais de sua definição. Esta passou a englobar, desde atividades industriais, comerciais, de produção agrícola, passando pela gestão dos serviços públicos à biosfera e a noosfera, dimensão que aglutina atividades do pensamento humano, como espirituais e culturais⁶⁰.

Essa especificidade, de incidir tanto sobre a biosfera quanto a noosfera, revela o alcance do processo de financeirização, cujo principal efeito é o neoliberalismo, na hipótese do autor. Duménil e Lévy discordam, como veremos adiante. Para Boutang, “o neoliberalismo [...] é apenas uma consequência subalterna do regime de financeirização. Ora, a

⁵⁸ Cf. CHESNAIS, F. (Org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005. CINTRA, M; GOMES, K. *As transformações no sistema financeiro internacional*. Brasília: Ipea, 2012.

⁵⁹ Cf. BRUNHOFF, S; CHESNAIS, F; DUMÉNIL, G; LÉVY, D. *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010

⁶⁰ Cf. *A financeirização e as mutações do capitalismo*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/544244-a-financeirizacao-e-as-mutacoes-do-capitalismo-entrevista-especial-com-yann-boutang>. Acessado em: 30 mar. 2019

financeirização é ela mesma uma consequência da transformação profunda [...] do advento de um terceiro tipo de capitalismo, o capitalismo cognitivo”⁶¹. Ao enredar o meio em que vivemos e também os saberes, aprendizagens, a linguagem, a saúde física e mental, o autor aponta o teor transformador dessa fase do capitalismo. Essa etapa descobre a dimensão produtiva das relações sociais, dos afetos, da criatividade, de toda uma esfera fisiológica e cognitiva.

Segundo Butang, a nova modalidade de acumulação capitalista foi impulsionada pelo trabalho cognitivo, melhor explorado através das novas tecnologias da informação e comunicação. Captação de saberes e informações, sua organização e disseminação para cooperação, tanto para o setor público quanto empresarial são elementos essenciais para a sobrevivência em mercados cada vez mais competitivos e complexos⁶².

Desse modo, a lógica das finanças se constituiu como uma nova forma de controle social para sincronizar a população às transformações trazidas pelo neoliberalismo. Um marco histórico foi o abandono, por parte dos EUA, das deliberações expressas pela Conferência de Bretton Woods. Este acordo estabeleceu, em 1944, formas de recuperação econômica internacional no pós-guerra, com a utilização de fundos internacionais na manutenção das taxas de câmbio, concessão de empréstimos e simplificação de transações monetárias.

Outro desdobramento seria o estabelecimento de novos valores e paradigmas na produção, pelas convenções financeiras, que impõem novas características ao trabalho, que passa do modelo fordista ao biocapitalismo, ou trabalho cognitivo. Para o economista Andrea Fumagalli, essa transição seria fruto da influência central do mercado financeiro⁶³.

Uma das razões seria o envolvimento cada vez maior da vida com o trabalho, com a linguagem e as relações a serviço dos processos de acumulação. Todo um léxico empresarial é empregado na produção e divulgação de saberes e métodos e toda uma forma de relacionamento organizacional é elaborada na confecção de redes de trabalho cooperativo. A

⁶¹ Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/544244-a-financeirizacao-e-as-mutacoes-do-apitalismo-entrevista-especial-com-yann-boutang>. Acessado em: 05 mar. 2019.

⁶² “O caráter imaterial dos bens produzidos no capitalismo cognitivo induz uma forte especificidade dos bens “informação” ou dos bens “conhecimento” quanto à sua aprendizagem, ao seu uso, à sua amortização, a seu enriquecimento e às condições de sua apropriação exclusiva. Estas características repercutem, por sua vez, sobre a maneira pela qual a informação e os conhecimentos circulam na empresa e na sociedade (prevalece uma horizontalização muito mais forte, que origina um questionamento muito radical das formas hierárquicas aceitáveis), mas também em tensões crescentes sobre a questão dos direitos de propriedade intelectual. Essa característica, que faz emergir, no próprio seio das relações de mercado, o conhecimento como bem público ou bem “livre”, isto é, o livre acesso não é separável da revolução das NTIC”. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/858-yann-moulier-boutang-1>. Acessado em: 5 jul. 2019.

⁶³ Cf. Entrevista com Fumagalli. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/31992-o-comando-bioeconomico-do-trabalho-vivo-entrevista-especial-com-andrea-fumagalli>. Acessado em: 5 mar. 2019.

captura da vida e do tempo livre pela razão neoliberal geram efeitos físicos e psicológicos nocivos, como vimos anteriormente, com Crary e Han.

De acordo com Fumagalli os efeitos da financeirização sobre o sujeito gerariam “um impacto de chantagem e medo, mas também de um consenso [...] chantagem de uma necessidade em um contexto de trabalho cada vez mais individualizado e precário (também do ponto de vista existencial), o consenso do imaginário estereotipado”⁶⁴. Um estereótipo fantasioso é disseminado através de mídias digitais, marcas de produtos e veículos de comunicação em massa. O objetivo é propagar um ideal de vida de sucesso, alcançado exclusivamente através do trabalho e do êxito econômico, e enaltecer o individualismo ao preço da individualidade.

Em seu livro *A crise do neoliberalismo*, Gérard Duménil e Dominique Lévy abordaram a crise econômica de 2007, que começou nos Estados Unidos e se alastrou por todo mundo. O que nos interessa dessa obra é a análise que os autores realizaram sobre o crescimento da renda de capital no período neoliberal, especificamente com o desenvolvimento do mercado financeiro através da globalização. Através de gráficos, estatísticas e tabelas, os pesquisadores apresentam uma análise detalhada sobre a transformação na distribuição de renda e as mudanças sociais que acarretam.

Em linhas gerais, “durante o neoliberalismo, a riqueza financeira aumentou tremendamente em todo o mundo” (DUMÉNIL; LÉVY, 2014, p. 56). Conforme os relatórios da Capgemini-Merril Lynch, o número de pessoas com patrimônio superior a um milhão de dólares (indivíduo de alto valor líquido - IAVL) cresceu 7% em todo mundo e no fim dos anos 2000 a riqueza desse pequeno grupo de pessoas (10 milhões de famílias) atingiu a marca de 41 trilhões de dólares⁶⁵. Em contrapartida, o poder de compra dos assalariados estagnou, as condições de trabalho deterioraram e a proteção social foi gradativamente desmontada, o que atraiu investidores estrangeiros para os países mais periféricos. Esses fatores foram instrumentalizados pelo neoliberalismo, numa escala doméstica, para disciplinar os trabalhadores aos riscos do mercado e numa escala global, com a livre circulação internacional do capital e da ideologia do livre mercado.

Os autores compreendem o neoliberalismo “como a expressão da recuperação do poder e da renda das classes capitalistas” (DUMÉNIL; LÉVY, 2014, p. 63) e as instituições financeiras seriam seus principais agentes, com papel essencial para seu funcionamento,

⁶⁴ Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3309-os-impactos-da-financeirizacao-sobre-o-sujeito>. Acessado em 6 mar. 2019.

⁶⁵ Cf. DUMÉNIL; LÉVY, 2014.

consolidação e expansão. Nos Estados Unidos, as instituições financeiras são compostas por companhias de investimentos, bancos comerciais, empresas que atuavam com fundos de pensão e agências federais de empréstimos e hipotecas.

A revolução gerencial impôs práticas e saberes que impulsionaram níveis maiores de desempenho, eficiência e lucro, o que conduziu à hegemonia financeira, visto que as empresas passaram a ser organizadas visando o mercado de ações e a renda do capital. Além disso, o componente gerencial influenciou tendências sociais ao fomentar possibilidade de realização profissional, sucesso financeiro e acesso ao restrito grupo de investidores.

No entanto, as décadas neoliberais foram marcadas por um agudo processo de endividamento, tanto familiar quanto do setor financeiro. Este alcançou a marca estratosférica de 353% crescimento em relação ao PIB no ano de 2008 (DUMÉNIL; LÉVY, 2014, p. 114). Christian Marazzi aborda essa dimensão perversa na geração de rendimentos promovida pelos processos financeiros. Segundo o autor, estes alcançam autonomia com a sujeição da coletividade à instabilidade tanto no emprego quanto salarial e o declínio de incentivos sociais, cujo principal efeito é o endividamento.

Além disso, seguindo a lógica de maximização dos rendimentos, emprega recursos e técnicas efêmeras e pouco seguras, cujos riscos e consequências promovem regressões sociais cruéis. Em nome do desenvolvimento econômico, direitos e qualidade de vida são sacrificados.

Outro ponto que o economista suíço destaca é a transformação dos sistemas de valoração, que atualmente extrapola os limites físicos da empresa ou da fábrica. Em suas palavras, “trata-se da extensão dos processos de extração de valor na esfera da reprodução e da distribuição; um fenômeno, seja dito de passagem, há muito tempo bem conhecido das mulheres” (MARAZZI, 2011, p.47). O conceito empregado na compreensão desse fenômeno é a bioeconomia ou biocapitalismo, a saber, a produção de valor entrelaçada, de forma parasitária, à vida cotidiana. Assim, formas de controle social são difundidas com o intuito de mesclar exploração e acumulação aos aspectos vitais.

Nesse processo ocorre a transformação do consumidor em produtor de valor econômico. O exemplo usado pelo autor é a empresa de software que disponibiliza uma versão de testes de seus programas para que os usuários experimentem e avaliem, executando um trabalho de melhoria para as empresas.

Em sua hipótese, a mudança na concepção de acumulação de capital viabilizou o incremento dos lucros oriundos da financeirização. Os tradicionais conceitos de capital variável e capital fixo, empregados no jargão econômico, perderam o lugar para a produção

de valor fora dos habituais processos de produção de valor. As tecnologias da informação e comunicação, presentes na rotina das pessoas, ampliam e intensificam a jornada de trabalho para além do tempo formal gasto na empresa ou no local de trabalho. Ademais, o acesso a sites de compras, as interações em redes sociais e mesmo nossa geolocalização são monitorados e monetizados por empresas.

Os conhecimentos e saberes são agregados numa rede de colaboração e criação constante, postos a ser serviço da demanda e da produção, que resultam em crises e endividamento. Conforme o autor,

a financeirização determina de modo fundamental as contínuas inovações, os contínuos saltos produtivos do biocapitalismo, e o faz impondo a todas as empresas, cotadas ou não na Bolsa de Valores, e à sociedade inteira, à sua lógica hiperprodutivista centrada no valor acionário. Os saltos produtivos determinados pela financeirização efetuam-se sistematicamente por meio da ‘destruição criativa’ do capital e de crises cada vez mais frequentes e próximas, crises nas quais o acesso à riqueza social, depois de ter sido requerido instrumentalmente, acaba a cada vez destruído (MARAZZI, 2011, p.54).

Essa determinação molda o mundo e as relações sociais, sincronizando sociedade e empresas na mesma lógica. Sua extensão é global e tende a absorver economias periféricas. Um de seus efeitos é a instrumentalização da crise, empregada como técnica de governo. A partir de 2007 diversas crises sucederam a financeira, que por sua vez afetou o sistema de créditos, gerou falências bancárias, exigiu interferência governamental e instituições econômicas privadas na recuperação da economia em diversos países, sem contar a diminuição de emprego e renda.

Conforme Lazzarato, “o que os liberais visam por meio da crise não é um Estado mínimo, mas um Estado livre da influência da luta de classe, da pressão das reivindicações sociais e da ampliação dos direitos sociais” (2017, p.51). O que expressa a instrumentalização da crise, que é monetizada através da imposição de impostos e das políticas de austeridade à população. Sobre ela recai o sacrifício para o pagamento da dívida gerada pelas crises, direta ou indiretamente, seja através do aumento de impostos, reformas que dilapidam direitos sociais ou privatização de serviços públicos.

Wendy Brown chama atenção para esse sacrifício compartilhado pelos cidadãos, sendo essa uma nova acepção de cidadania produzida pela razão neoliberal. Para a retomada da economia, a criação de empregos e superação da “crise”, reformas sacrificam direitos sociais e trabalhistas, e cada indivíduo é convocado a colaborar para o fortalecimento e recuperação econômica. A redução de investimentos em serviços públicos, como saúde, segurança e educação produz um sofrimento que é aceito e partilhado pelas pessoas.

Conforme a autora, o êxito desse procedimento se dá através da governança, cujas práticas, saberes e critérios dissolvem valores democráticos e unificam os grupos num consenso: o objetivo maior, a economia. Essa tática aumenta a cobrança de impostos sobre os contribuintes, fonte de recursos para manter a economia saudável e salvá-la das “crises”⁶⁶.

Para Marazzi os serviços públicos de bem estar são os primeiros alvos das privatizações por dois motivos: sua posição estratégica no que se refere à demanda por tais serviços e também na administração bioeconômica das condutas.

Os custos sociais dessas políticas que privilegiam o sistema financeiro e revitalizam a economia são enormes e através das privatizações o endividamento se alastra. Por um lado, as intervenções do governo para sanar problemas econômicos aumentam a dívida pública, que é socializada com a população. Por outro lado o cidadão perde o direito a determinados serviços e se torna consumidor, na medida em que deve custear seu acesso aos mesmos.

Com a terceirização, perda de direitos trabalhistas e a precarização, pagar por tais serviços exige a contratação de um ou mais empréstimos e sua quitação exige cálculos de riscos que orientam o modo de agir e de pensar. O que implica na gestão bioeconômica do comportamento, posto que a razão neoliberal cria um ecossistema que exige uma conduta afinada à sua atmosfera.

Para Stefano Lucarelli: “a modernização salarial favorece a rentabilidade da empresa e aumenta o valor dos títulos financeiros, dos quais também dependem os fundos de pensão, os fundos de investimento, os seguros e parte das retribuições dos trabalhadores”⁶⁷. A tarefa da gestão volta-se para manter os lucros financeiros e conta com transformações no comportamento dos consumidores e no trabalho para sua sustentação.

Com isso a produção de subjetividades se torna questão vital na sustentação desse organismo econômico, que, através do processo de financeirização exerce a função de controle social do contingente populacional e o coloca a serviço das novas formas de produção. Portanto, a financeirização seria um dispositivo do biopoder.

Conforme Lucarelli, “o capitalismo contemporâneo é caracterizado por um regime de acumulação que tende a tornar cada momento específico das existências singulares parte do processo de valorização” (LUCARELLI, p.153). E assim exerce um grau de controle social sobre os indivíduos em suas decisões particulares, e sobre a população em sua vida cotidiana. Ambos são monetizados, isto é, são instrumentalizados na produção de riqueza por meio da

⁶⁶ Cf. BROWN, 2018.

⁶⁷ *A financeirização como forma de biopoder*. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3171-stefano-lucarelli>. Acessado em: 7 mar. 2019.

financeirização⁶⁸, que ajusta comportamentos a esse fim ao socializar os riscos e as possibilidades de enriquecimento.

O conceito foucaultiano de biopoder auxilia na interpretação de tal processo quando consideramos esse controle da população e suas diversas relações na produção de riqueza.

Conforme o economista italiano, com o surgimento e proliferação dos mecanismos financeiros, “a avaliação das bolsas torna-se o principal indicador macroeconômico, o cetro e a pastoral que governam tanto o investimento quanto o consumo por meio do efeito-riqueza” (p.160). Aqui a esfera psicológica desempenha um papel vital, tendo em vista que o aumento do efeito-riqueza⁶⁹ acompanha o aumento na bolsa de valores, que afeta o comportamento consumidor mais do que um aumento salarial. Assim, as pessoas são levadas a acreditar que o enriquecimento do mercado financeiro viabiliza o seu próprio, posto que o capital financeiro emprega uma variável mais valorizada que o salário. Esta mede a capacidade das famílias de obterem, através do mercado financeiro, renda que, por sua vez, favorece empresas ao aumentar o valor de suas ações.

Sobre a questão comportamental, Lucarelli afirma que “os efeitos-riqueza que sustentam o mundo financeiro dependem do grau de subsunção não só do trabalho, mas da própria vida, nas finanças (aqui está a essência do biopoder)” (2011, p.162). Aqui o senso comum fomenta valores e necessidades que sustentam determinada posição social, alimentada pela quantidade de tempo e vida aplicados. As relações sociais também são mediadas pela financeirização dado que as convenções sociais, princípios e hábitos da população são moldados a partir do mundo dos negócios. O objetivo é moldar e criar regras sociais para a heterogeneidade de comportamentos, que servem ser homogeneizados de acordo com a lógica empresarial.

As atitudes devem estar sincronizadas com essas “leis naturais” sobre o risco de vida. A sociedade neoliberal produz subjetividades e tece laços sociais que garantem seu funcionamento, além de incidir politicamente sobre a vida, isto é, a população numa acepção biológica.

⁶⁸ “pode-se definir a financeirização, antes de tudo, como o desvio de poupança das economias domésticas para os títulos acionários” (LUCARELLI, 2011, p.159)

⁶⁹ “os efeitos riqueza não representam uma característica inata de todo consumidor, mas dependem da liquidez crescente que os mercados financeiros trazem. Os efeitos riqueza seriam então interpretados como uma transformação das relações sociais, uma característica da população que se torna objeto de biopoder. Num regime de acumulação puxado pelas finanças, o conjunto de técnicas de submissão-subjetivação se torna sempre mais incisivo, enquanto a poupança das economias domésticas é desviada para os títulos acionários. Aqui está o traço do biopoder”. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3171-stefano-lucarelli>. Acesso em: 07 mar. 2019.

Conforme Lucarelli, “a construção de uma biopolítica é determinante para o próprio funcionamento da financeirização como forma de biopoder” (2011, p.174). No entanto, os riscos financeiros são transferidos para a população em virtude do comprometimento dos governos com as corporações e sua rentabilidade, que se sobrepõe a vida das pessoas que não se adequam. Estas se tornam descartáveis, marginalizadas e a política deixa de se ocupar exclusivamente com a vida. Ela também produz morte.

O filósofo e historiador camaronês Achille Mbembe elaborou o conceito de necropolítica, o extermínio lento e gradual de indivíduos considerados insignificantes para a razão neoliberal. Essa racionalidade exige uma mentalidade que o sustente e justifique a invisibilização de vidas que perdem seu valor nas periferias do mundo financeiro, que gera exclusão estrutural e desigualdade, estratificando a sociedade civil.

A efetividade dessa política que fomenta a miséria e a morte conta com a indiferença e mesmo convivência de parcelas da população. Haveria todo um modo de pensar e agir que atravessa e produz discursos e relações: a falsa distinção que antagoniza, “nós” e “eles”, os inimigos. Para o filósofo camaronês, a cultura política contemporânea seria orientada pela lógica da inimizade, cujas raízes remontam aos tempos coloniais⁷⁰. Apesar de seu discurso em defesa da igualdade e da liberdade, as democracias, baseadas no forte nacionalismo e no imperialismo, não conseguiram dissimular a brutalidade inerente a sua sede por expansão econômica. Os violentos processos de descolonização não deixam dúvidas sobre isso.

Nesse sentido, o autor destaca a dimensão bélica da democracia, fruto de sua intrínseca relação com o mercado. Em suas palavras:

a simetria entre mercado e guerra nunca se evidenciou tanto quanto hoje em dia. A guerra estava na base do desenvolvimento tecnológico ao longo dos séculos precedentes. Toda espécie de aparelhos militares continua a desempenhar este papel hoje em dia, juntamente com o mercado, que, por sua vez, funciona mais do que nunca no modelo da guerra – mas agora uma guerra que opõe as espécies entre si, e a natureza, aos seres humanos. Esta estreita imbricação do capital, das tecnologias digitais, da natureza e da guerra, e as novas constelações de poder que ela possibilita são, sem qualquer sombra de dúvida, aquilo que mais diretamente ameaça a ideia do político que, até então, servia de alicerce a esta forma de governo que é a democracia. (MBEMBE, 2017, p.30-31).

⁷⁰ “As sociedades coloniais eram entidades que o sentimento de piedade tinha desertado. Já que elas não se imaginavam como sociedades de semelhantes, eles eram, no direito como nos fatos, comunidades da separação e do ódio. Esse último, paradoxalmente, as mantinha juntas. A crueldade era tão corriqueira e o cinismo era tão agressivo e desprezante, que as relações de inimizade tinham realizado uma internalização mais ou menos irrevocável. De fato, as relações de instrumentalização recíproca entre dominantes e dominados eram tais que já não era mais possível distinguir, com toda clareza, a parte do inimigo interno e a parte do inimigo de fora. Acima de tudo, o racismo era o motor de tal sociedade, ao mesmo tempo em que seu princípio de destruição.” (MBEMBE, 2017, p.102-103).

A dimensão mercadológica dos governos normatiza a competição nas relações sociais e interioriza a lógica da guerra na sociedade. As populações então são reguladas pela inimizade⁷¹, onde grupos, indivíduos, empresas são dispostos num território caracterizado pela escassez de recursos, pelos altos riscos oriundos do mercado financeiro e pela falência de direitos e serviços sociais. A escassez muitas vezes não é de fato real, é parte estratégica que instrumentaliza a crise para justificar privatizações e sucateamento de serviços públicos. O que inflama cada vez mais a competição.

Ademais, ocorre o acirramento de tensões entre os diversos grupos em disputa e pela radicalização do individualismo. A lógica da inimizade se fortalece e discursos segregacionistas se disseminam, permeados pelo desejo de força, de domínio e extermínio do “inimigo”.

Aqui o direito do Estado de matar e sua legalidade em guerra saem da esfera da exceção e se tornam dispositivos reguladores da população nos governos neoliberais. Discursos e práticas racistas, intolerância, a lógica da inimizade e o crescente antagonismo entre “nós” e “eles” naturalizam a morte e a guerra. Num regime político cujos principais valores são liberdade e igualdade.

O autor destaca que o teor cíclico dessas violências enfraquecem a democracia e seus objetivos humanistas, posto que regimes democráticos justificam guerras pela defesa de seus valores. Guerra contra inimigos externos, porém, o governo neoliberal produz também inimigos internos, aqueles que não são rentáveis o suficiente. A política utilizada, com frequência, para lidar com essa parcela da população é a militarização de seu território⁷².

Para Mbembe, essa estratégia produz “modos novos e únicos de existência social, nos quais vastas populações estão sujeitas a condições de vida muito próximas do estatuto de mortos-vivos” (2017, p. 152). Grande parte desse contingente populacional forma o precariado, uma nova classe perigosa, fruto das transformações produzidas pelas políticas neoliberais, que incidiram sobre o mercado de trabalho. Seu principal efeito foi a flexibilização generalizada: salarial, do vínculo empregatício, do emprego, de habilidades e competências. O principal objetivo dessas mudanças era provocar a insegurança nos funcionários e o crescimento da informalidade.

⁷¹ “nas democracias, a luta política consiste cada vez mais em uma luta para saber quem conseguira instalar as medidas mais repressivas diante da ameaça inimiga”. (MBEMBE, 2017, p.43).

⁷² “Viver sob a ocupação contemporânea é experimentar uma condição permanente de “viver na dor”: estruturas fortificadas, postos militares e bloqueios de estradas em todo lugar; construções que trazem à tona memórias dolorosas de humilhação, interrogatórios e espancamentos; toques de recolher que aprisionam centenas de milhares de pessoas em suas casas apertadas todas as noites do anoitecer ao amanhecer; soldados patrulhando as ruas escuras, assustados pelas próprias sombras; crianças cegadas por balas de borracha; pais humilhados e espancados na frente de suas famílias”. (MBEMBE, 2018, p. 68-69).

O que também afetou o padrão de renda com que o precariado vive, ou melhor, sobrevive. As condições de trabalho e vida inviabilizam o custeio pleno e contínuo em educação de qualidade e com saúde de qualidade e bem-estar. Isso porque a questão da renda não se refere propriamente a quantidade e sim à sua continuidade. (STANDING, 2017, p.37). Tendo em vista que os empregos ocupados garantem cada vez menos benefícios, seguros e possibilidades de uma carreira que assegure certo grau estabilidade, o máximo de tempo livre deve ser empregado em atividades econômicas que agreguem alguma renda complementar.

Os efeitos dessa lógica são letais. Guy Standing usa como exemplo o Japão e os casos de morte por excesso de trabalho, o *karoshi*: “o precariado está deslocando o *salaryman*, cuja dor é revelada por um aumento alarmante do número de suicídios e de doenças sociais” (STANDING, 2017 p.37). Essa exposição estratégica à morte e condições debilitantes demonstra os limites da noção foucaultiana de biopoder para pensar a política contemporânea, que emprega recursos materiais e cognitivos para produção da morte.

Foucault utilizou o referido conceito, inicialmente, para investigar a soberania e seu ápice: o poder de decisão sobre a vida e morte. A partir dessa concepção, o filósofo camaronês analisou os critérios utilizados pelas forças políticas atuais na decisão sobre o inimigo a ser exterminado. Em suas palavras, a questão se coloca da seguinte forma: “a guerra é, afinal, um meio de alcançar a soberania como uma forma de exercer o direito de matar. Se considerarmos a política uma forma de guerra, devemos perguntar: que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano?” (MBEMBE, 2018, p. 06). Assim, cumpre examinar o modo como o poder de morte opera na definição das vidas que importam ou não. A ocupação do território palestino por todo aparato militar e tecnológico de última geração ilustram a questão, assim como as ocupações militares de zonas periféricas das grandes cidades, como as favelas no Rio de Janeiro.

Sua hipótese considera que, entre as múltiplas acepções de soberania na modernidade, prevalece atualmente tanto a ideia de razão como um dos fatores essenciais da soberania, quanto a visão normativa de democracia. Para Mbembe a soberania seria, em última instância, o poder para matar. Este pressupõe, para sua legitimação, uma tríade de ideias: de inimigo, emergência e exceção.

Conforme o autor, “o estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar” (2018, p.17). Portanto, haveria um esforço político na criação de situações emergências, de inimigos ficcionais para justificar atitudes excepcionais: o

assassinato, o extermínio. E o racismo seria uma das práticas que fundamentaria essa lógica por sua capacidade de encadear as ideias supracitadas⁷³.

O conceito de biopoder, em sua dimensão foucaultiana, opera a partir de categorias biológicas, alvo e objeto de suas técnicas e dispositivos que segmentariam a população em subdivisões de base biológica, como o termo raça. Para o Mbembe, racismo “é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, ‘este velho direito soberano de matar’. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado” (2018, p.18). Segundo o autor, o Estado nazista exemplificaria a dupla dimensão do poder que protege e administra a vida ao mesmo tempo em que promove a morte ao explorar as ideias de inimigo, ameaça e emergência.

No Rio de Janeiro, o número de mortes por intervenção de agentes do Estado superou a marca de mil óbitos em 2017 e 2018, conforme dados do ISP⁷⁴. Em 2019, o número de mortos por agentes do Estado aumentou 42%, é o maior em 20 anos⁷⁵.

Esses índices evidenciam a necropolítica empregada pelo Estado, onde as políticas de segurança pública privilegiam o confronto e o extermínio do inimigo numa lógica militar de guerra. Essa mentalidade associada ao racismo estrutural vigente na sociedade brasileira produz um ambiente letal para jovens negros, considerando sua taxa de mortalidade, de 86,34 para cada cem mil habitantes em 2015⁷⁶.

No terceiro capítulo de sua dissertação de mestrado, a socióloga e vereadora Marielle Franco⁷⁷ analisou as violações e homicídios no Rio de Janeiro após a implementação das Unidades de Polícia Pacificadora em Comunidades do Estado. Em suas palavras, “as marcas dos homicídios não estão presentes apenas nas pesquisas, nos números, nos indicadores. Elas estão presentes, sobretudo no peito de cada mãe de morador de favela ou mãe de policial que tenha perdido a vida” (FRANCO, 2014, p. 101). O impacto da violência e da morte extrapola a vítima, se estende à família e amigos. Afetam sua vida de uma maneira irreversível. Conceber governos que empregam recursos materiais, econômicos e cognitivos na produção estratégica da morte evidencia a magnitude de nossa situação política e a urgência em superá-

⁷³ “Em larga medida, o racismo é o motor do princípio necropolítico”. (MBEMBE, 2017, p. 65).

⁷⁴ Disponível em: <http://www.ispdados.rj.gov.br/Arquivos/SeriesHistoricasLetalidadeViolenta.pdf>. Acesso em 03 jun. 2019.

⁷⁵ Disponível em: <http://www.isp.rj.gov.br/Noticias.asp?ident=417>. Acesso em: 03 jun. 2019.

⁷⁶ Pesquisa resultado da parceria entre a UNESCO e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0026/002606/260661por.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2019.

⁷⁷ Marielle Franco foi executada em 14 março de 2018 e após mais de um ano de seu assassinato, as investigações ainda não foram concluídas.

la. Marielle Franco se tornou símbolo mundial da luta pela transformação política e pelo enfrentamento desse cenário de terror, desespero e violência.

Em sua análise sobre a *necropolítica*, Mbembe aborda a lógica da colonização e menciona Frantz Fanon ao afirmar que a dominação colonial seguia a administração policial após a conquista militar da guerra racial. Imprescindível para tal processo, a violência colonial teria a estrutura de uma rede, ligada a violências múltiplas: no cotidiano, sobre o passado e sobre o futuro do colonizado. Creio que não seria forçoso associar a mentalidade colonial à razão neoliberal na medida em que a ocupação militar de territórios habitados por vidas precárias e invisibilizadas se tornaram práticas governamentais em diversos países.

Ainda mais se considerarmos a violência e o constante processo de invisibilização promovidos pelas ações estatais nessas áreas, agravados pela redução de políticas públicas que possam garantir o mínimo de dignidade a essas existências. Mbembe denominou esse processo de “ocupação colonial na modernidade tardia”⁷⁸, melhor compreendido pela descrição de Fanon:

A cidade do colonizado [...] é um lugar mal afamado, povoado por homens mal afamados. Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde homens estão uns sobre os outros, as casas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma vila agachada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada. (FANON, 1968 p. 29)

Por meio de critérios materiais e econômicos, governos neoliberais avaliam quais vidas importam e quais vidas não importam. A existência de locais como o descrito acima não deixam dúvida. Principalmente quando comparadas com a descrição de favelas, como as do Rio de Janeiro.

Territórios, zonas, corpos, populações são geridos pelo necropoder⁷⁹ através de dispositivos de confinamento e de eliminação. As liberdades e a igualdade de determinadas pessoas e determinadas regiões é quase inexistente e suas vidas estão submetidas ao poder que mata e que deixa morrer. Políticas neoliberais que reduzem investimentos sociais e privatizam serviços públicos que são direitos comprometem a saúde, a qualidade de vida e perspectivas melhores para milhares de cidadãos.

⁷⁸ Cf. MBEMBE, 2018, p. 38.

⁷⁹ “o necropoder é a articulação e condensação de poder disciplinar, biopolítica e necropolítica [...] Em especial, a necropolítica é o que difere o necropoder dos outros regimes. A originalidade do necropoder está em seu caráter agregador de compor tecnologias políticas diversas, aparentemente até divergentes. Mas que convergem e atuam combinadamente. Em outras palavras, necropoder é o conjunto de tecnologias políticas que atuam para estabelecer a gestão e controle das populações e do indivíduo. Para Mbembe, a necropolítica é a submissão da vida ao poder da morte”. NOGUERA, 2018, p.70.

Nesse sentido, foi através da razão neoliberal que o Brasil produziu o segundo Congresso mais caro do mundo, gastando mais de sete milhões anualmente. Segundo pesquisa realizada pela organização Transparência Brasil, Estados e municípios mais pobres gastam mais em verbas e auxílios parlamentares⁸⁰. Conforme a sessão transparência o site da Câmara, o gasto de todos os deputados com a Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar, em 2019 foi R\$57.250.234,39. A verba de gabinete, usada para o pagamento de secretários e assessores chegou a R\$ 80.934.323,80 nesse mesmo ano⁸¹.

Em contrapartida, a renda média domiciliar no Brasil, em 2018, foi de R\$ 1.373, de acordo com os dados do IBGE⁸². Em 2017 a situação de pobreza atingiu 54,8 milhões de pessoas, isto é, contavam com menos de R\$406 mensais para viver. Se considerarmos os dados do DIEESE, nesse mesmo ano o salário mínimo necessário seria de R\$3.752⁸³.

Outro exemplo dessa política neoliberal que deixa morrer é o esforço gradativo empregado no desmonte da saúde pública, direito social fundamental conforme o artigo 6º da Constituição de 1988, e dever do Estado, no artigo 196. A emenda constitucional 95/2016 impôs um novo regime fiscal, com o congelamento de gastos públicos por vinte anos. A base para ajustes futuros seria o ano de 2017 corrigido pela inflação.

Tal medida reflete o projeto neoliberal de redução do Estado na oferta de serviços sociais à população, transferindo a responsabilidade do Estado para os cidadãos, tendo como pano de fundo a lógica da privatização. Um dos efeitos da redução de investimentos em serviços públicos de saúde é o aumento a receita bruta de empresas privadas de saúde, posto que surgem novas modalidades de planos e clínicas populares⁸⁴.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia analisou os indicadores dos gastos públicos e privados no Brasil entre 2000 e 2014⁸⁵. A comparação por contraste com outros países serviu para aguçar os resultados: “o Brasil foi o país com menor participação do gasto público em saúde, no primeiro ano e no último ano analisado [...] o gasto público é muito baixo para que o País tenha, efetivamente, um sistema universal e atendimento integral” (FIGUEIREDO; PRADO; MEDINA; PAIM.

⁸⁰ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46427803>. Acessado em 12/06/19, 10h.

⁸¹ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/transparencia/gastos-parlamentares?ano=2019#verba>. Acesso em 12 de jun. 2019.

⁸² Cf. IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua – 2018. E Síntese de Indicadores Sociais – Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira 2018.

⁸³ Disponível em: [Consultaqh.educacao.rj.gov.br/ConsultaQHIGestao.aspx](https://www.consultaqh.educacao.rj.gov.br/ConsultaQHIGestao.aspx). Acesso em 13 de jun. 2019.

⁸⁴ Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2018.v23n6/2051-2059/> Acesso em 13 de jun. 2019.

⁸⁵ Cf. FIGUEIREDO; PRADO; MEDINA; PAIM. 2018. *Gastos público e privado com saúde no Brasil e países selecionados*. Saúde Debate. Rio de Janeiro, V. 42, Número Especial 2. p.37-47, outubro de 2018.

2018, P. 37). Levando em conta a relação entre saúde e bem estar e a importância de ambos para o rendimento no trabalho, o desmonte da saúde pública afeta a renda de famílias e sua qualidade de vida. Principalmente com o aumento do número de indivíduos que obtêm sua renda da informalidade, tipo de atividade que exige física e mentalmente muito mais devido à maior exposição a riscos, à falta de seguridade social e medidas de proteção à sua saúde.

Sem direitos garantidos por empregos de carteira assinada, casos de doenças e acidentes aumentam e deterioram vidas. Sendo uma prática que tem se tornado comum em todo mundo, a precarização tem recebido maior atenção de pesquisas acadêmicas no que se refere à saúde e bem estar, numa dimensão epidemiológica.⁸⁶

Em entrevista para a Revista Consensus, um dos principais veículos de comunicação do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, o professor Davide Rasella, do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA comentou sobre alguns resultados do estudo que organizou sobre os impactos do corte de gastos em saúde pública. Um dos efeitos mais alarmantes, segundo o estudo, é o aumento da taxa de mortalidade infantil. Em suas palavras, “a pobreza continua aumentando, e isso afeta fortemente a mortalidade, sobretudo nas faixas mais vulneráveis da população”⁸⁷. Um relatório produzido pelo IBGE em 2018⁸⁸ mostrou que em nosso país 14 milhões de crianças vivem em situação de pobreza, representando 43,4% das crianças entre 0 e 14 anos.

Num contexto de crise econômica, cresce o desemprego, o endividamento, problemas psicológicos e emocionais, pois nesse momento de maior fragilidade o cidadão necessita de cuidados e acesso à saúde pública. Em vista disto, sacrifício, martírio e suicídio se misturam no mundo precarizado produzido pela razão neoliberal. Assim, a partir do momento em que as políticas neoliberais agem para cortar a verba desses gastos sociais, não seria forçoso concebê-la como uma política de morte. Sua legitimidade e mesmo adesão por determinadas parcelas da população conta com um beligerante processo de subjetivação, que antagoniza indivíduos ao radicalizar a lógica do inimigo.

Em *Política da inimizade*, Mbembe afirma que, desde suas origens, as democracias liberais nasceram mergulhadas numa atmosfera mesclada em nacionalismo, racismo,

⁸⁶ Cf. BOHLE, QUINLAN, KENNEDY. Working hours, work-life conflict and health in precarious and "permanent" employment. *Rev. Saúde Pública* 2004; 38:19-25; SANTANA; LOOMIS. Informal jobs and non-fatal occupational injuries. *British Occup Hygiene Society* 2004; 1-11.

⁸⁷ Disponível em: <https://www.conass.org.br/consensus/os-efeitos-ajuste-fiscal-na-saude/>. Acessado em 13 jun. 2019.

⁸⁸ Síntese de Indicadores Sociais – Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira 2018. Acessado em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/ce915924b20133cf3f9ec2d45c2542b0.pdf

xenofobia, ódio e inimizade. Estes mesmos elementos estariam presentes nos processos subjetivação. Em sua hipótese, “só existe democracia liberal com os suplementos do servil, do racial, do colonial e do imperial”. (2017, p. 153). Assim, medo, terror e perigo constituiriam as relações das sociedades europeias desde o século XVI até o XXI.

A primeira guerra mundial é apontada pelo autor como marco do século XX. A produção da morte dessa guerra, de proporções globais, teve uma dimensão industrial. O número de mortes, maximizados pelo uso da tecnologia e armas químicas, como gás de cloro, mostarda e fosfogênico, é estimado em 9 milhões (MENESES, 2014, p.28).

Segundo o filósofo camaronês a fusão entre militarismo e nacionalismo contribui de forma determinante para naturalizar a destruição. O ódio ao inimigo que ameaça sua pátria, seu território, sua família, mobilizou populações na aceitação e produção da morte e extermínio dos adversários. Cartazes e pôsteres de propaganda foram um instrumento estratégico para obter doações, voluntários, divulgar informações pontuais sobre a guerra e na formação de uma identidade nacional, mobilizando crenças e desejos⁸⁹.

Para Mbembe, “o instinto de destruição começa por considerar, do interior, o Outro como alvo”⁹⁰ e esta pulsão seria comum ao colonialismo, ao fascismo e ao nazismo. Apesar das distinções, estas partilhariam um impulso genocida que desumaniza pessoas em larga escala, visto que despoja a morte de sentido humano e mina qualquer possibilidade de piedade com a dor e o sofrimento alheio. Um exemplo disso é o dispositivo de guerra, de origem colonial, empregado por elas: a forma-campo, política radical de desumanização⁹¹.

⁸⁹ “Os cartazes feitos em ocasião da Primeira Guerra frequentemente apresentavam o conflito em termos de uma cruzada, reforçando esta ideia pela exaustiva produção de exemplares concentrados em duas temáticas principais: o alistamento de soldados – que, em alguns países, não era obrigatório¹⁸ – e os empréstimos de guerra. Temas como o recrutamento, os auxílios de guerra, o racionamento de alimentos e outros tipos de matérias-primas, o patriotismo e o ataque às nações inimigas foram exaustivamente explorados, embora fosse a situação específica de cada país dentro do conflito que determinava quais temas seriam explorados com maior frequência. Os órgãos de propaganda procuravam individualizar o inimigo, explorando antigos preconceitos com relação às nações inimigas; neste sentido, o forte sentimento revanchista que permeou a Primeira Guerra serviu de estímulo para a criação de muitos cartazes: ódios, chauvinismos, preconceitos diversos e fobias, oriundos de conflitos anteriores, transformaram-se em rico material explorado pelos governos. Foram produzidos vários cartazes que mostravam as atrocidades decorrentes do conflito, onde cada país beligerante procurava denunciar os atos de violência e de desumanidade de seus inimigos. Este aspecto, que pode ser considerado comum numa situação de guerra, no conflito de 1914 também possuía relação com um profundo sentimento de revanchismo existente entre alguns países. Esta atmosfera de insatisfação e desapontamento estava ligada a episódios como a partilha da África no século XIX entre as nações da Europa (Itália e Alemanha, particularmente, ficaram com territórios pequenos e desvalorizados daquele continente), rivalidades entre as mesmas, acirradas por conflitos anteriores (a Guerra Franco– Prussiana, por exemplo, de 1870-71), e o forte sentimento de nacionalismo e de construção de uma unidade nacional.” BORTULUCCE, Vanessa Beatriz. *O uso do cartaz como propaganda de guerra na Europa – 1914-1918*. **Observatorio Journal**, vol.4 - n°3, 319-333, 2010.

⁹⁰ MBEMBE, 2017, p. 159.

⁹¹ “o campo é um dispositivo de guerra, do qual o governo colonial se serve para reprimir maciçamente as populações civis julgadas hostis, que, genericamente, são mulheres, crianças e velhos, sistematicamente

O filósofo camaronês baseia suas reflexões nas análises de Fanon, sobre as sociedades coloniais como comunidades unificadas pelo ódio, pela segregação e pela divisão dos seres humanos, onde as relações de inimizade estavam entranhadas no corpo social. E o racismo é apontado como o princípio motor dessas sociedades. Dele se origina o medo e em seguida o ódio⁹².

Esse traço colonial estaria presente nas relações políticas atuais. Cito o autor: “Para juntar, é necessário dividir; e toda vez que dizemos ‘nós’, tem que excluir alguém a qualquer custo, lhe tirar alguma coisa, confiscar algo [...] a época, decididamente, está para a separação, os movimentos de ódio, a hostilidade e a luta contra o inimigo” (MBEMBE, 2017, p.53-56). As reflexões do filósofo camaronês descrevem algo presente em diversas partes do planeta, enquanto efeito do conservadorismo. Sua disseminação promove antagonismo, raiva, apelo à pena de morte, redução da maioria penal, fascínio pelo armamento da população, separação, criação de muros nas fronteiras, deportação, prisão e agressões a imigrantes e minorias. Numa palavra: fascismo.

Ao analisar o fascismo, o professor de filosofia da Universidade de Yale, Jason Stanley investigou as diversas táticas e mecanismos empregados na política fascista, cuja exigência central é a desumanização de grupos da sociedade. Incapaz de se colocar no lugar dos grupos minoritários, o indivíduo é envolvido no ódio às diferenças e ao pluralismo, frutos da liberdade. Esta é colocada em xeque e sua relativização promove uma cisão na sociedade: nós e eles.

A divisão entre os grupos sociais fundamenta uma retórica e uma política específica que reforça essa segregação, num processo de retroalimentação. Atitudes, frases e discursos absurdos afirmam a separação social, sem nenhuma base científica ou eticamente tolerável. Essa estratégia é anti-intelectual por excelência, posto que lança mão de notícias falsas, teorias da conspiração e revisionismo histórico. Conforme Stanley, “a educação [...] representa uma grave ameaça ao fascismo ou se torna um pilar de apoio para a nação mítica” (2019, p.48). O objetivo é sabotar a possibilidade de um entendimento comum da realidade

sujeitos à fome, tortura, aos trabalhos forçados e às epidemias [...] a estes modelos de origem colonial, o Terceiro Reich acrescentou uma dimensão crucial, a planificação da morte em massa [...] em todos os campos pairava o sofrimento e, eventualmente, diversas formas de morte – morte lenta por exaustão, trabalho, negligência, indiferença [...] os campos abrigavam uma humanidade declarada inútil, prejudicial, considerada inimiga, supérflua e imbuída de todas as formas parasitárias”. (MBEMBE, 2017, p.163-167).

⁹² “Quem odeia o negro, quem sente medo a seu respeito, ou cujo encontro real ou fantasmagórico com o negro o angustia, reproduz um traumatismo desestabilizador. Não age nem racional nem logicamente. Tampouco pensa. Move-se por um afeto e obedece às suas leis. Na maioria dos casos, o negro é um agressor imaginário. Objeto assustador que desperto a o terror”. (MBEMBE, 2017, p.180).

social partilhada pelos cidadãos. Universidades, pesquisas e pesquisadores são desqualificados, devido à sua capacidade crítica e de contestação dessas técnicas.

A extrema direita brasileira acusa as universidades públicas de serem um antro de orgias, drogas e doutrinação esquerdista e feminista. Conforme circulou por diversos veículos de comunicação, o ministro da educação afirmou que universidades federais promoviam ‘balbúrdia’ com dinheiro público, o que justificaria o corte de investimentos. Fabrício Benevenuto, professor da UFMG e coordenador do projeto Eleições sem *Fake News*, identificou um crescimento de compartilhamento de notícias falsas sobre universidades federais após o anúncio de cortes de investimentos⁹³. Tal prática visa, segundo Stanley, “rebaixar as instituições de ensino superior e empobrecer nosso vocabulário comum para discutir políticas, a política fascista reduz o debate a um conflito ideológico. Por meio dessas estratégias, a política fascista degrada os espaços de informação, obliterando a realidade” (2019, p. 65). Esse discurso está associado ao interesse em privatizar as instituições de ensino superior e promover a redução de investimentos promovidos pela agenda neoliberal.

Segundo Stanley, “a educação fascista exalta disciplinas acadêmicas que reforçam as normas hierárquicas e a tradição nacional” (2019, p.85). No Brasil, a educação está em disputa visando atender a esse interesse. Um exemplo foi a criação de um projeto de lei denominado “Escola sem partido”, cuja finalidade, entre outras, seria fiscalizar e patrulhar as escolas em busca de “doutrinadores” e “esquerdistas”⁹⁴. Uma das diretrizes do projeto proibia a discussão ou ensino qualquer conteúdo que fosse de contrário à religião dos pais. Em tempo, nosso país é majoritariamente cristão.⁹⁵

Ainda sobre as escolas, crescem investimentos para ampliação do número de escolas militarizadas no Brasil⁹⁶. No Rio de Janeiro, as escolas estaduais terão militares reformadas atuando como porteiros e fiscais de estudantes. Além disso, o governador do Estado sancionou uma lei que obriga as escolas públicas e particulares a oferecerem disciplinas sobre

⁹³ Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/universidades-e-fake-news-pesquisadores-analisam-fenomeno>. Acessado em 20 jul. 2019. Segundo Stanley, “Ao rebaixar as instituições de ensino superior e empobrecer nosso vocabulário comum para discutir políticas, a política fascista reduz o debate a um conflito ideológico. Por meio dessas estratégias, a política fascista degrada os espaços de informação, obliterando a realidade” (2017, p. 65).

⁹⁴ “O fascismo consiste na perspectiva dominante, e, assim, durante momentos fascistas, há um forte apoio no sentido de que se denunciem disciplinas que ensinam perspectivas diferentes”. (STANLEY, 2017, p.54).

⁹⁵ Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/585245-transicao-religiosa-catolicos-abaixo-de-50-ate-2022-e-abaixo-do-percentual-de-evangelicos-ate-2032>. Acesso em: 26 jul.2019

⁹⁶ No Distrito Federal o investimento para ampliação de escolas militares foi de R\$ 10 milhões. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/03/mec-garante-r-10-mi-para-projeto-piloto-de-escolas-militares-no-df.shtml>. Acesso em: 26 jul.2019.

‘resistência às drogas’, a ser ministrada por policial militar. Em São Paulo o governador sancionou uma lei que celebra o dia de oração pelas autoridades políticas.

Considerando a escola uma instituição cujo objetivo central é a produção de subjetividades, sua importância é vital para o projeto neoconservador e neoliberal. O modelo de ensino a ser aplicado visa desenvolver habilidades e competências para o mercado, deixando de lado a dimensão cidadã da educação. Ademais, o objetivo da militarização é a produção de uma subjetividade simpática à lógica e aos discursos de guerra, de combate, virilidade, à hierarquia e à subordinação. Aliada à crescente presença religiosa nas igrejas, o conservadorismo se expande e se enraíza na sociedade através das novas gerações moldadas por tal modelo de ensino.

A fragmentação entre “nós” e “eles” também é embasa por uma característica de forte apelo emocional: o elogio de um passado mítico e puro. Aqui o imaginário popular é permeado pela ideia de um líder que exerce o governo como um pai protege e provê a família. A nação é orientada por valores como hierarquia e autoridade. Esse passado é idealizado, seja racialmente, religiosamente ou culturalmente, porém, o aspecto vital é a força da família tradicional e patriarcal. Nas palavras de Stanley:

A masculinidade patriarcal cria homens com a expectativa de que a sociedade lhe permitirá o papel de únicos protetores e provedores de suas famílias. Em tempos de extrema ansiedade econômica, os homens, já preocupados com a percepção de perda de status resultante do aumento da igualdade de gênero, podem facilmente entrar em pânico por conta de demagogia dirigida contra as minorias sexuais [...] A política fascista distorce a ansiedade masculina, acentuada pela ansiedade econômica, transformando-a em temor de que sua família esteja sob ameaça existencial por parte daqueles que rejeitam sua estrutura e tradições. (STANLEY, 2019, p.134)

A família patriarcal, na política fascista, seria ameaçada pelos valores universais como liberdade e igualdade de grupos minoritários. A cultura patriarcal cria um mundo imaginário para os homens onde eles protagonizam a vida social, ocupando papéis de comando, força, autoridade, provedor e protetor. Esse ideal encontra grande reverberação no militarismo, com sua disciplina, hierarquia, apelo às tradições e ao soldado defensor da pátria.

No entanto, o movimento feminista, ao contestar o lugar da mulher nessa sociedade, subverte a masculinidade viril e provedora, e os tradicionais papéis de gênero, se torna um de seus principais alvos. As forças econômicas também contribuem para a insegurança dos homens, posto que crises econômicas e mudanças no mundo do trabalho ampliam o sentimento de humilhação, fracasso e raiva masculina ao inviabilizar esse local de provedor e chefe da casa. No Brasil o número de lares chefiados por mulheres aumentou. Não por acaso, nosso país é um dos mais violentos para as mulheres. Nos três primeiros meses de 2019 mais

de duzentos feminicídios foram cometidos. Segundo dados do ISP, a cada 24h quatro mulheres são vítimas de lesão corporal dolosa⁹⁷. Mulheres provedoras de lares contesta a ilusão patriarcal de chefe de família.

Outro índice da violência no Brasil relacionado à fragilidade da masculinidade patriarcal é a homofobia: no primeiro trimestre de 2018 o país registrou 126 mortes de LGBTs. O ódio a pessoas vistas como ameaça à família tradicional serviu de base para discursos políticos fascistas: nas eleições de 2018 diversos candidatos, candidatas e partidos empregaram a retórica a favor da família tradicional e se posicionaram contra uma paranoica ameaça gay nas escolas. Um exemplo foi o projeto “Escola sem homofobia”, criado para combater a violência e preconceito contra a população LGBT, mas foi denominado por forças conservadoras de “kit gay” e viralizou nas redes sociais, ganhando apoio dos setores mais conservadores da população.

O medo e o ressentimento masculino são capitalizados pelo discurso fascista que explora a emoção fragilizada de homens. Ao perderem seu status ilusório para mulheres e minorias, os homens se veem como vítimas, despojados da suposta superioridade que lhes era reservada no passado mítico⁹⁸.

O problema aumenta quando ocorre o declínio da família patriarcal ideal, ou melhor, a ausência de lugar para essa fantasia masculina, que lança muitos homens num caldeirão emocional de humilhação, fracasso e ressentimento⁹⁹. O que, por sua vez, mobiliza reações e apoios às políticas e discursos que prometem o retorno dessa aspiração, assim como o clamor popular por signos de virilidade, como o apelo para flexibilizar e facilitar o acesso a armas de fogo no Brasil. Associado ao medo generalizado pelo aumento da criminalidade, a sensação de segurança e poder gerada pela posse/porte de uma arma de fogo inebria esse tipo de indivíduo com a imagem de macho dominante. Tais questões nos levam ao conservadorismo.

Para Boaventura de Souza Santos a sociedade civil pode ser dividida em três tipos: íntima, estranha e incivil. A primeira é composta por um grupo dominante associado ao mercado, ao poder econômico e com acesso a recursos públicos devido à sua proximidade com o Estado. São privilegiados hiper-incluídos socialmente, que fruem das três gerações de direitos humanos. A segunda é composta por um grupo que cuja inclusão é relativa, de pouca

⁹⁷ Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/InfograficoDossieMulher2019.pdf
Acesso em 03 jun. 2019.

⁹⁸ “A política fascista se alimenta da sensação de vitimização e ressentimento causada pela perda do status hierárquico”. (STANLEY, 2019, p.94)

⁹⁹ “o fascismo eleva o irracional sobre o intelecto, a emoção fanática sobre o intelecto”. E para Steve Bannon, ideólogo da extrema direita americana, “a raiva e o medo é o que leva as pessoas às urnas”. (STANLEY, 2019, p.47).

ou baixa qualidade e a exclusão é reversível, pode ser atenuada de alguma forma. Fruem moderadamente os direitos civis e políticos, não de forma plena como o grupo acima, e acessam parcamente os direitos socioeconômicos. O terceiro grupo é hiper-excluído e invisibilizado por serem desprovidos de direitos, o que os fragiliza e submete a condições precárias de vida (SANTOS, 2003).

A razão neoliberal e os dispositivos financeiros de governo moldam os círculos dos tipos de sociedade civil, afinando o primeiro e ampliando os seguintes, mantendo o terceiro círculo mais dilatado que os demais. Um dos maiores riscos que essa configuração social pode gerar é o fascismo criado pela sociedade e não pelo Estado.

Pelo fato de não ser um regime político como na década de 40, o fascismo social pode ser considerado uma mentalidade neoconservadora de grupos sociais de alto poder aquisitivo e político, que almejam manter seus privilégios e exterminar direta ou indiretamente, as camadas mais vulneráveis da sociedade e também minorias avessas à seus valores conservadores.

O fascismo social pode ser dividido em quatro formas, conforme Santos: o fascismo do *Apartheid* social, onde as cidades são demarcadas por fronteiras que delimitam os espaços de circulação entre os hiper-incluídos e hiper-excluídos, com algum trânsito para os intermediários. O crescimento de condomínios fechados e das empresas de segurança privada são reflexos dessa mentalidade. A própria ação política é distinta: o privilégio de ações democráticas e respeito a direitos em determinadas regiões e a necropolítica em outras áreas.

A segunda forma de fascismo é o fascismo paraestatal, em que as práticas do Estado, como controle, coerção, regulamentação, são apropriadas por determinados grupos, que contam com a conivência ou indiferença do próprio Estado. Esta modalidade é dividida em duas: contratual e territorial. No primeiro caso, as parcelas mais vulneráveis da sociedade se sujeitam a condições e situações impostas por outro grupo social. O exemplo dado pelo autor é a flexibilização do trabalho e a privatização de serviços públicos. A relação estabelecida se dá entre consumidores e prestadores de serviço ou contratantes individuais, isto é, sem a mediação/fiscalização do governo, o que esvazia a dimensão dos direitos e da proteção jurídica. No segundo caso, grupos com alto poder econômico dominam ou constroem instituições políticas de acordo com seus interesses. O efeito imediato é o surgimento de espaços coloniais. O coronelismo exemplifica esse caso, assim como as milícias do Rio de Janeiro.

A terceira forma de fascismo é o fascismo da insegurança, que mira nas angústias, incertezas, afetos e desejos dos grupos vulneráveis, manipulando seu estado emocional. A

falta de estabilidade, segurança e a precariedade de sua condição impõe a resignação a condições de trabalho e de vida em troca da mínima sensação de segurança ou abrandamento dos riscos. Mais uma vez a razão neoliberal viabiliza essa estratégia, posto que a destruição dos serviços públicos, como saúde, habitação e educação, comprometem o estado psicológico e a saúde mental de muitas pessoas sem condições de custear e acessar esses serviços.

O quarto e último é o fascismo financeiro, que move decisões econômicas de investidores individuais ou de empresas, cujo objetivo é exclusivamente lucrar. A essência especulativa das ações financeiras, aliadas à partilha global de sua temporalidade, garante um poder imenso ao mercado financeiro. Instituições, países e sua situação política em qualquer local do planeta estão suscetíveis às oscilações do mercado. Agências financeiras que analisam riscos e oportunidades em empresas e países detém um poder cada vez maior, na medida em que suas avaliações determinam o fluxo ou não de investimentos.

Os efeitos dessas decisões são implacáveis e inevitáveis para grande parcela da população. Desamparadas pelo poder público, são deixadas à própria sorte e expostas a condições adversas que podem levar à morte, direta ou indiretamente. Essa modalidade de fascismo se estrutura a partir da lógica da financeirização, que leva economias ao colapso e as condições de trabalho e vida se tornam precárias. Nesse contexto cresce o trabalho informal e também jornada de trabalho, sem que a renda acompanhe o mesmo ritmo¹⁰⁰. E com isso a dívida se torna um caminho inevitável.

3.3 Dívida e processos de subjetivação

As sociedades neoliberais empregam, entre outros recursos, a dívida como forma de governo. Seu funcionamento depende da produção de subjetividades capazes de suportar e sobreviver a essa nova razão de mundo. E para isso o desejo tem função vital. Nesse estágio da tese trataremos da relação entre tais elementos na condução das condutas. No entanto, antes de tratar da dívida como técnica de poder, algumas considerações a respeito de sua origem.

O tema remonta a Nietzsche, especificamente, a segunda dissertação de *Genealogia da moral*. A obra segue uma divisão interna dos parágrafos com o seguinte ordenamento: os três primeiros tratam do indivíduo soberano; entre o quarto e o vigésimo primeiro, trata da má

¹⁰⁰ Cf. PINHEIRO MACHADO, 2008. Rosana Pinheiro Machado, “CHINA-PARAGUAI-BRASIL uma rota para pensar a economia informal”, RBCS Vol. 23 n.o 67 junho/2008.

consciência e da violência; e nos parágrafos finais, do vigésimo segundo ao vigésimo quinto, o autor investiga o homem redentor.

O filósofo alemão inicia sua tarefa refletindo sobre a capacidade humana que retirou os indivíduos de sua condição animal. Em sua hipótese, a memória permitiu a realização de promessas, a superação do esquecimento e viabilizou a responsabilidade. Esta, por sua vez, exigiu do indivíduo a capacidade de antecipar os acontecimentos futuros e se tornar confiável e constante no presente.

Esse processo, que contou com esforço intenso sobre a moralidade e os costumes, começou com os indivíduos soberanos, orgulhos do poder sobre si mesmo. São aqueles que teriam a liberdade de fazer promessas e, através de sua vontade e força, garantir o peso e a segurança de suas palavras a despeito de quaisquer adversidades. Tornam-se confiáveis e a interiorização de sua responsabilidade gerou sua consciência¹⁰¹. Para Nietzsche, o processo de consolidação da memória se deu através de sangue e sacrifício, visto que a dor marca, de forma indelével, a memória. Rituais antigos, punições bárbaras, mutilações expressam o valor da dor para a anamnese.

A questão da dívida surge no quarto parágrafo da *Genealogia da moral*. Para o autor, a ideia de culpa teria se originado a partir da dívida e o castigo teria surgido enquanto reparação a partir da equivalência entre o dano sofrido e a dor infligida. Da relação entre credor e devedor irrompeu essa ideia¹⁰². A justificativa é que o indivíduo, sendo livre, teria outras possibilidades de escolha e, ao decidir por determinada ação que tenha gerado dano a outros, seu comportamento deve ser punido e a compensação seria através da dor.

Nas palavras do autor, “fazem-se promessas; justamente nelas é preciso construir uma memória naquele que promete” (NIETZSCHE, 2012, p.49). Assim, as relações estabelecidas e contratadas dependeriam do acordo e do comprometimento das partes envolvidas. Tal regime era marcado pela violência, visto que muitas vezes, sem outros bens para oferecer, o próprio corpo era penhorado e dado como garantia. E sobre ele recaía doses de crueldade proporcionais ao tamanho do débito. Segue-se a configuração de uma esfera de obrigações que origina as noções de dever, culpa e consciência.

¹⁰¹ “O orgulhoso conhecimento do privilégio extraordinário da responsabilidade, a consciência dessa rara liberdade, desse poder sobre si mesmo e o destino, desceu nele até sua mais íntima profundidade e tornou-se instinto, instinto dominante – como chamará ele a esse instinto dominante supondo que necessita de uma palavra para ele? Mas não há dúvida: Este homem soberano o chama de sua consciência...” (NIETZSCHE, 2012 p.45)

¹⁰² Para Lazzarato, “a relação credor/devedor exprime a atividade de adestramento e de formação da subjetividade, antes de ter uma significação ‘econômica’ no sentido do termo”. (2017, p. 82)

Nos parágrafos finais da segunda dissertação, o autor relaciona a dívida que as novas gerações teriam com as gerações fundadoras das comunidades tribais. A saber, os sacrifícios, oferendas e martírio dos antigos teriam assegurado uma série de benefícios e vantagens fruídas pelas novas gerações, o que os colocaria numa espécie de débito com as gerações primordiais. Festas, tributos e homenagens deveriam ser realizados frequentemente, quanto maior a força, o poder e o prestígio da comunidade. O medo ancestral assola os credores e os coloca, de tempos em tempos, diante de um sacrifício de sangue e de familiares. Dessa maneira as relações com os ancestrais são envolvidos numa áurea dívida.

O peso da dívida para com a divindade, o dever de expiá-la e a culpa por não pagá-la foram maximizados com o cristianismo. A moralização cristã das noções mencionadas modifica a relação credor/devedor. Para Nietzsche, o cristianismo, com seus valores sobre castigo eterno e o sacrifício divino para expurgar a culpa da humanidade, incute no indivíduo uma dívida de sua vida com Deus. Desse modo, sua mentalidade, seu modo de ser, sua visão de mundo são carregados pelo peso do castigo e da culpa.

Lazzarato afirma que a relação credor/devedor forjou um mecanismo adotado pelo Estado em seus meios de coerção. Conceber a dívida como técnica de poder na condução das condutas exige que retornemos ao conceito de biopolítica. O contexto político em que Foucault elaborou suas análises mudou bastante até os dias de hoje e o neoliberalismo realizou profundas transformações nas sociedades atuais. Os impactos do mercado financeiro nas políticas governamentais, em todo o globo, são um fenômeno recente e que exige a renovação daquelas análises.

Segundo Lazzarato, um ponto fundamental é o retorno ao conceito de guerra, abandonado por Foucault em prol do conceito de governamentalidade para pensar a biopolítica. Na perspectiva foucaultiana, demasiadamente eurocêntrica, o processo de colonização foi pouco considerado e explorado pelo filósofo francês. Isto impede uma compreensão mais ampla sobre a entrada da vida no cálculo político. No caso, a mesma não é apenas estimulada, maximizada, ela também é destruída, como apontamos acima ao tratar da necropolítica.

Para o filósofo italiano, a guerra seria indissociável do capitalismo, principalmente a partir do ponto de vista das minorias, das mulheres, dos colonizados. Em sua hipótese, a razão neoliberal fomenta violentamente, através da dívida, a divisão entre pessoas, classes, países. Considerando o cenário contemporâneo, é cada vez mais comum o crescimento de partidos políticos e campanhas políticas encampadas pelo discurso da guerra e de combate ao inimigo, interno ou externo.

No artigo *Sujeito e o poder*, de 1982, Foucault distingue guerra e poder, onde as relações de poder se dariam entre semelhantes e a guerra, com os confrontos estratégicos, se daria pela oposição entre adversários. No entanto, o neoliberalismo suprime tais distinções e ambas estariam numa relação de continuidade e reversibilidade e a dívida seria o dispositivo capaz de unir as duas, produzindo relações estratégicas e relações de poder.

Isso porque as situações de guerra terminam com a vitória de uma das partes que domina o derrotado. Este é sujeitado a dispositivos biopolíticos estabilizantes que asseguram sua conduta em conformidade com a estratégia vitoriosa. Assim as relações antagônicas são substituídas por mecanismos de poder, após o domínio de uma das partes. É famosa a frase de Foucault “a política é a guerra continuada por outros meios” (FOUCAULT, 1999, p.22).

A vitória da razão neoliberal produziu novas relações de poder e novas relações entre governantes e governados. Esta se torna uma relação entre credores e devedores e os comportamentos das pessoas são conduzidos pelas políticas da dívida, que reorganiza novas formas de vida, e dispositivos biopolíticos que ordenam estrategicamente as relações entre governantes e governados. Isto é, a política neoliberal de guerra estabelece por meio da governamentalidade, após os confrontos estratégicos, as relações entre governantes e governados para conduzir as condutas do lado derrotado.

Contudo, existe o risco de ameaça permanente: que os governados se tornem adversários novamente dos governantes. Isso porque a liberdade proposta pela governamentalidade está circunscrita no contexto de vitória/derrota de conflitos estratégicos e os indivíduos só são considerados livres até certo ponto. Trata-se da liberdade dos submetidos, dos governados. O indivíduo irá consumir o que está delimitado para ele consumir e irá trabalhar nas condições que estão preestabelecidas, sem alternativas que escapem dos limites do que foi proposto.

Outro aspecto dessa ameaça é que no interior das sociedades neoliberais as relações não seriam exclusivamente relações de poder, que operam na lógica dos governantes e governados, surgem também relações de confrontos estratégicos, que envolvem adversários. Cresce o desejo de guerra quando os dispositivos de controle das condutas falham. Em diversas partes do mundo proliferam discursos de ódio a imigrantes, a minorias, a negros, pobres, mulheres.

Nesse cenário opera as políticas da dívida, que não seria limitada pelos espaços e aos confinamentos, ela extrapola os limites espaciais e confina o tempo, captura a temporalidade. No mundo atual, o tempo pertence à razão neoliberal. O crédito e a dívida produzem uma subjetividade ao circunscrever no corpo uma memória porvir. O tempo futuro é penhorado

para quitar o saldo devedor. E o instrumento utilizado para pressionar os indivíduos a essa prática é a crise.

A sobrevivência no ecossistema neoliberal, marcado pelos riscos do mercado, exige uma subjetividade empreendedora de si e não mais a do trabalhador fordista. Aqui a crise tem função estratégica, serve como justificativa para a redução de gastos com seguridade social, educação e saúde pública. Com políticas sociais depauperadas estrategicamente, o mínimo de qualidade é oferecido às populações, forçando os indivíduos à selvageria da concorrência generalizada.

Para Lazzarato, “a crise é permanente, mudando apenas de intensidade e de nome [...] mudando de nome, troca-se apenas o medo. A crise e o medo constituem o horizonte insuperável da governamentalidade capitalista neoliberal”. (2017, p.11). Nesse contexto, governar é gerir e produzir um ambiente para que os indivíduos ali inseridos reajam às oscilações e mudanças taticamente elaboradas. E o mercado financeiro configura as leis naturais desse ecossistema.

Seu ordenamento é movido por dispositivos biopolíticos que afetam a opinião pública com o objetivo de normatizar, impor e proibir comportamentos através da publicidade, do marketing, dos meios de comunicação. Portanto, criam condições de subjetivação obedecendo ao ciclo que da crise: esta alimenta políticas de austeridade, resultando na produção do medo e da insegurança que mobilizam os indivíduos ao inevitável endividamento para garantir, mesmo que minimamente, sua saúde, competitividade e empregabilidade.

E Lazzarato pergunta: “o que acontece ao homem endividado na crise? [...] ele paga” (p.27). O peso e a responsabilidade das dívidas moldam comportamentos e educam indivíduos para a economia e sujeitam as pessoas ao competitivo mercado de trabalho, mesmo que desprovido, cada vez mais, de direitos e garantias trabalhistas. A estratégia adotada é a reversão da responsabilidade, que passou do Estado para as pessoas com o desmonte dos direitos sociais seguida pela concessão de crédito. Assim:

A dívida constitui uma nova técnica de poder. O poder de controle e de coerção sobre o devedor não vem do exterior, como nas sociedades disciplinares, mas do devedor ele mesmo [...] O controle pela dívida exerce-se em um espaço e tempo abertos, que são o espaço e o tempo de sua própria vida [...] A dívida lança uma ponte entre o presente e o futuro: ela antecipa e exerce um direito de preempção sobre o porvir. A dívida de cada estudante hipoteca simultaneamente seus comportamentos, seus salários e seus rendimentos futuros. (LAZZARATO, 2017, p.66-67).

O trecho acima menciona a condição dos estudantes norte-americanos. Segundo dados do *Federal Reserve*, 54% dos universitários contraíram algum empréstimo para financiar seus

estudos em 2018. O débito inviabiliza a compra de um automóvel ou mesmo da casa própria e pressiona os recém-formados a empregar o máximo de tempo livre que possuem na obtenção de alguma renda, para quitar seu saldo devedor. A porcentagem de pagamento do financiamento varia de acordo com a etnia: nesse mesmo ano 16% de hispânicos estavam com pagamentos atrasados, negros estavam com 21%, enquanto apenas 6% de brancos estavam atrasados¹⁰³.

A citação também expressa o modo como o neoliberalismo confecciona um horizonte de dívidas para as pessoas em condições precárias graças à concessão de crédito. O período de duração do débito exige um comprometimento profundo do endividado. Trata-se de uma modalidade de poder interiorizada, posto que o comportamento, as escolhas e as decisões passam pelo filtro da dívida.

Assim vemos sua importância para a fabricação de uma realidade dirigida pelas leis do mercado e a exigência de subjetividades que suportem o peso do endividamento por quase toda a vida. Isso porque o preço pago extrapola a dimensão monetária. É alto índice de jovens endividados que estão com a saúde mental comprometida¹⁰⁴.

Pesquisas apontam relação entre endividamento e problemas psicológicos como depressão, ansiedade, tendências suicidas, e uso abusivo de drogas e álcool¹⁰⁵. Conforme estudo realizado na Inglaterra, haveria uma relação entre dívidas, preocupações financeiras e saúde mental: 41,7% dos estudantes que foram diagnosticados com alguma desordem psicológica relataram que estavam endividados.

Sobre os estudantes norte-americanos, Lazzarato afirma que representam “o ideal da sociedade financeirizada [...] na fábrica do saber, a divisão de classe não passa mais pela oposição entre capitalistas e assalariados, mas entre devedores e credores” (2017, p.63). Isso porque as políticas neoliberais não visam à redução das desigualdades, a garantia de aposentadorias, aumentos salariais ou seguridade social. Seus projetos aumentam o crédito pessoal para elevar o consumo, aplicações pessoais em seguros e fundos de pensões, financiamento de imóveis. Ao transferir a responsabilidade para os indivíduos, se exime de

¹⁰³ Disponível em: <https://www.federalreserve.gov/publications/2019-economic-well-being-of-us-households-in-2018-student-loans-and-other-education-debt.htm>. Acesso em: 20 jun. 2019.

¹⁰⁴ https://www.huffpostbrasil.com/entry/student-loan-debt-mental-health_1_5cd60660e4b0796a95dc15a0 e <https://www.forbes.com/sites/dianahembree/2018/11/01/new-report-finds-student-debt-burden-has-disastrous-domino-effect-on-millions-of-americans/#4022cf1212d1>. Acessado em 28 jul. 2019.

¹⁰⁵ “A statistically significant relationship was also found between debt and depression, suicide completion or attempt, problem drinking, drug dependence, neurotic disorders and psychotic disorders”. RICHARDSON, ELLIOT, ROBERTS, 2013. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5337246/>. Acessado em 20 jun. 2019. Cf também DRENTEA, P. *Age, debt and anxiety*. Journal of Health and Social Behavior, 41(4), 437-450, 2000.

garantir direitos e contribui para o enriquecimento da elite financeira, ao isentá-la cada vez mais de impostos.

Tal procedimento exprime outra dimensão do capitalismo, que produz não apenas riquezas, mas também pobreza e miséria. Um de seus efeitos é a desterritorialização, que “significa a destruição da terra, do planeta e do ambiente que tornam a vida possível” (LAZZARATO, 2017, p.53). Seu funcionamento começa com a apropriação de território seguida de sua exploração até seu esgotamento. A vida e seu ambiente são drenados até sua exaustão¹⁰⁶.

Conforme o filósofo italiano, “o capital organiza um poder econômico sobre uma população cuja única e verdadeira dimensão é o mercado mundial” (LAZZARATO, 2017, p.94). Para isso a racionalidade neoliberal depende, para o funcionamento das políticas da dívida, da associação entre Estado e mercado. Medidas cada vez mais autoritárias orientam o orçamento público ao pagamento de instituições econômicas e bancos internacionais. Estas organizam a dupla intervenção do Estado: inicialmente para salvar a economia e as finanças da crise e, em seguida, repassando à população cortes e aumentos de impostos na garantia da primeira intervenção. Segundo o autor:

Os neoliberais não se contentam em se opor ao Estado para defenderem a liberdade da sociedade, eles trabalham para moldar e para transformá-lo de cabo a rabo, de maneira que ele possa convir perfeitamente ao capital e à sua acumulação [...] Esse processo não tem nada de espontâneo. Um tal Estado deve ser construído ancorando-o no funcionamento do mercado [...] A economia, em vez de ser o outro do político, é a força que o gera, que o dirige e que o legitima. O mercado, em vez de se limitar a ser um automatismo autorregulador, manifesta-se como laço político fundador, entre outras coisas, da soberania do Estado (LAZZARATO, 2017, p.95-96).

Ou seja, a soberania é gerada pela economia e seu crescimento, tese foucaultiana presente no *Nascimento da biopolítica*. A própria noção de soberania é aqui modificada, posto que não deriva do povo ou da democracia, e sim do desenvolvimento econômico. Este atravessa o Estado e a sociedade. Segue-se o enfraquecimento da esfera política enquanto campo de disputa e defesa dos interesses coletivos, este se torna algo irrelevante. Indivíduos e sociedade devem ser mantidos em conformidade com o mercado, controle exercido pela nova modalidade de soberania¹⁰⁷.

¹⁰⁶ Sobre o neoliberalismo escreve Lazzarato, “seu movimento imanente de desequilíbrio permanente e sua busca sistemática de assimetrias e de desigualdades, que são as condições de sua valorização, quer dizer, da apropriação e da expropriação da produção social, que constituem suas verdadeiras finalidades”. (2017, p.130).

¹⁰⁷ “A governamentalidade se define precisamente como técnica de agenciamento que possui como tarefa principal articular, para o mercado, a relação entre o econômico, o político e o social”. (LAZZARATO, 2017, p.120)

A soberania popular se torna mero engodo para manter o controle dos comportamentos. Partidos, governos, deputados, senadores, a democracia representativa em sua totalidade revela seu objetivo real. O voto enquanto manifestação dos governados possui validade enquanto estiver em conformidade com o mercado e as instituições financeiras, sob o risco de golpes, impeachments e suspensão da legalidade.

Para assegurar a sujeição da população ao neoliberalismo, a financeirização e as políticas da dívida são empregadas para que Estado e sociedade estejam sincronizados com o mercado¹⁰⁸. Sua própria existência depende das intervenções estatais. As condições sociais e materiais são artificialmente produzidas para imprimir na estrutura das relações sociais a lógica da concorrência e a conduta empresarial. As leis econômicas ordenam as condições desse ambiente, incidindo amplamente sobre a educação, o sistema jurídico, a cultura.

Em vista disto, para além da esfera econômica, a dívida se alastra por todo planeta. Cria uma atmosfera asfíxiante, suportável apenas com a aplicação dos saberes e técnicas de administração e gestão da vida, absorvidas em nosso íntimo. Como técnica de poder aplicada aos estudantes, a mesma imprime nos indivíduos uma série de saberes e comportamentos de gestão organizacional, como a avaliação dos riscos em suas decisões, cálculos de investimentos, regras de contabilidade. Jovens têm seus comportamentos adestrados aos moldes empresariais antes mesmo de entrar no mercado de trabalho.

O bom funcionamento dessa lógica exige subjetividades capazes de suportá-la. Em sua obra *Revolução molecular*, o filósofo Félix Guattari expôs algumas reflexões a esse respeito. As ideias desse livro foram amadurecidas e desenvolvidas com maior grau de profundidade em sua parceria com Deleuze e Rolnik. Entre diversas questões abordadas pelo autor, nos interessa sua análise sobre os comportamentos individuais e coletivos. Em sua hipótese, desde a infância os indivíduos teriam seu imaginário e inconsciente influenciados por sugestões coletivas e meios de comunicação em massa, que os preparariam para auto sujeição à produção. Aqui a dimensão afetiva e psicológica seria fundamental, posto que angústia e culpa são citados como dispositivos caros ao processo de internalização do que ele chamou de “modelos sociais dominantes”, responsáveis por disseminar:

uma valorização fervorosa de um mundo imaginário maternal e familiar, entrecortado por valores viris, que tendem a negação e ao rebaixamento do sexo feminino [...] no final das contas, todo um sistema de demanda que perpetua a dependência inconsciente em relação ao sistema de produção [...] o resultado deste trabalho é a produção em série de um indivíduo que será o mais despreparado

¹⁰⁸ “A finança e as políticas da dívida são, à diferença da empresa, dispositivos de governo e de captura imediatamente sociais que agem transversalmente sobre o conjunto de atores da sociedade”. (LAZZARATO, 2017, p.103).

possível para enfrentar as provas importantes de sua vida [...] ele foi, de certo modo, fragilizado, vulnerabilizado” (GUATTARI, 1985, p.13)

A passagem citada é fértil para nossas argumentações por duas razões. A primeira é que expressa o vínculo entre o sistema de produção contemporâneo a um ideal masculino superior ao feminino, que é largamente explorado pelo discurso fascista e neoconservador. O discurso neoliberal a respeito da liberdade se mostra algo ilusório, visto que ainda haveria uma velha mentalidade hierarquizante e misógina. O trecho expressa ainda o modo como a subjetividade masculina é moldada a esse respeito, com a razão neoliberal tornando mais aguda a distinção de gênero. Adiante exploraremos esse ponto, sobre o modo como tal hierarquia seria parte constituinte do capitalismo, desde suas origens.

A segunda se refere à fabricação de subjetividades débeis e fracas o suficiente para se tornarem dependentes do ambiente artificialmente produzido. A fragilização se dá pelo eixo culpabilização, segregação e infantilização. A partir de categorias inibidoras que internalizamos, nos rendemos aos valores estabelecidos para nos referenciar, o que dificulta sustentar nossa singularidade. Outro ponto, associado ao anterior, se refere às hierarquias e escalas imaginárias que mantêm a ordem social. A última radicaliza a produção de uma dependência do Estado, onde o que quer que possa vir a ser feito, deve passar por sua mediação. Este pensa, ordena e organiza a sociedade despojando os indivíduos de qualquer participação substancial. Nesse decurso, aspectos da vida, em toda sua amplitude, devem ser disciplinados para não comprometer o trabalho¹⁰⁹.

Assim, ao tratar da subjetividade, Guattari propõe “a ideia de uma subjetividade de natureza industrial, maquínica, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida” (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p.33). Tomada como matéria-prima, a subjetividade estaria no cerne das produções capitalísticas. De modo que todo um ambiente maquínico, de percepções e visões de mundo, estaria interligado por máquinas de controle e produção, movidas por forças econômicas, financeiras, comerciais que atravessam o corpo social¹¹⁰.

As relações humanas são fabricadas em sua totalidade pelo que Guattari chama de ordem capitalística: modos de ser, de viver, de se expressar, de ensinar, de aprender, de relação com o tempo-espço. Em outras palavras, a organização da vida social, ligação que

¹⁰⁹ Cf. GUATTARI; ROLNIK, 2013, p.49-50.

¹¹⁰ “A ordem capitalística é projetada na realidade do mundo e na realidade psíquica. Ela incide nos esquemas de conduta, de ação, de gestos, de pensamento, de sentido, de sentimento, de afeto, etc. Ela incide nas montagens da percepção, da memorização e na modelização das instâncias intrassubjetivas” (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p.51).

temos com nossas ideias, corpos, afetos e com o mundo é despojada de qualquer indício de singularidade. O que escapa ao comportamento ‘capitalístico’ estabelecido seria chocante. Podemos imaginar o horror de investidores ao pensarem na possibilidade de jovens dedicarem quatro anos de suas vidas estudando Filosofia, Artes, História num curso superior.

Para Lazzarato, nessa linha de raciocínio, o êxito do capitalismo passa pelo fomento a políticas que articulam os campos econômico, tecnológico e social na convergência de subjetividades afins: “no capitalismo, a produção de subjetividades opera de duas maneiras, que Deleuze e Guattari denominam de dispositivos de sujeição social e servidão maquínica” (2014, p. 17). A sujeição social nos individualiza e configura com elementos mais rijos que nos situam num lugar social, como cidadania, nacionalidade e sexo, que orientam nossa consciência e nosso comportamento. Servidão aqui é um termo oriundo do campo tecnológico, da automação e cibernética, e trata do controle e regulação dos segmentos de um sistema. A servidão maquínica desmonta a consciência individual e suas representações e a instrumentaliza como uma engrenagem, um componente de agenciamentos maiores. Assim a subjetividade é segmentada e sua inteligência, afetos, desejos são acoplados em dispositivos maquínicos.

Para o filósofo italiano, a subjetividade seria produzida na interseção entre ambos: “o capitalismo é caracterizado por um duplo regime de subjetividade, a sujeição e a servidão [...] esses dois processos ou tratamentos da subjetividade são complementares, interdependentes e contribuem para o funcionamento do capitalismo” (LAZZARATO, 2014, p.35). Desse modo, estaríamos sujeito ao duplo regime de sujeição e servidão, que nos estratifica em consumidores, trabalhadores, usuários, produtores ao mesmo tempo em que nossos afetos, criatividade, força, vontade e desejo são segmentados e dispostos a serviço do Estado, do mercado, da empresa, das finanças.

Compreender o modo com o capitalismo opera o duplo processo de sujeição e servidão e também a relação entre desejo, capitalismo e subjetividade, seu funcionamento, desdobramentos e efeitos, exige o diálogo com algumas reflexões de Deleuze e Guattari presentes em *Mil Platôs*. Ambos adotam uma linguagem bastante específica que exige cautela em sua exposição. Por essa razão faremos uma apresentação gradual e interessada de alguns platôs. No entanto, cumpre ressaltar que nosso objetivo é utilizar reflexões que fundamentem os argumentos dessa tese, posto que a análise extensa e discussão profunda da obra como um todo, rica em desdobramentos e multiplicidade conceitual, ultrapassa o escopo desta pesquisa.

Começaremos pelo Estado, visto que “é pretensão do Estado ser imagem interiorizada de uma ordem do mundo e enraizar o homem” (DELEUZE; GUATARRI, 2011a, p.48). Uma

das principais teses defendida pelos autores e que atende ao nosso interesse, é que não haveria capitalismo sem Estado. Vimos no capítulo anterior e no início deste como a razão neoliberal dependeria das forças estatais na imposição de sua racionalidade. No entanto, aqui investigaremos essa relação a partir dos processos de subjetivação e da captura do desejo.

No *Tratado de nomadologia*, seguindo a linha argumentativa de Pierre Clastres, os autores se mostram contrários às hipóteses que as sociedades primitivas não teriam capacidade, conhecimento ou desenvolvimento econômico para a constituição de um aparelho de poder tão complexo quanto o Estado. Em suas análises, desconsideram a perspectiva evolucionista do mesmo, que teria se desenvolvido ou derivado das sociedades primitivas.

Tais sociedades teriam dispositivos sociais para inviabilizar o surgimento do mesmo, como a guerra e a prática de não estocar, que impediram a concentração de algum tipo de poder central. No caso da guerra, esta seria “o mecanismo mais seguro contra a formação do Estado” (DELEUZE; GUATARRI, 2012c, p.20). Isso porque as alianças grupais poderiam ser feitas no enfrentamento de um inimigo em comum que concentrou demasiado poder ou desfeitas com o crescimento excessivo dos grupos, a ponto de centralizar o poder e dar corpo a uma estrutura social mais complexa. Assim, o Estado não derivaria da guerra, visto que a mesma mantém os grupos dispersos e segmentados.

Portanto, qual seria a origem do Estado, como as pessoas teriam desejado a servidão, visto que as sociedades primitivas teriam mecanismos que impediriam seu surgimento? E respondem: “o Estado sempre existiu, e muito perfeito, muito formado. Quanto mais os arqueólogos fazem descobertas, mais descobrem impérios” (DELEUZE; GUATARRI, 2012c, p.24). Sociedades primitivas, isto é, sem Estado e Sociedades com Estado imperial. Aqui os autores se referem Estado forma, que tende a se reproduzir em variações e visa ser reconhecida enquanto tal.

Conforme Deleuze e Guattari, “a soberania política teria dois polos: o Imperador terrível e mágico, operando por captura, laços, nós e redes, e o Rei sacerdote e jurista, procedendo por tratados, pactos, contratos” (2012c, p.119-120). O ponto importante dessa concepção é que o domínio e a autoridade estatal seriam exercidos, por meios de seus órgãos de poder, sobre o que ele se apropria e interioriza. Sua forma interior seria um mecanismo de captura do que lhe é exterior. Em outras palavras, o Estado mantém constante relação ao que não é Estado, exemplificado pelos autores como formações religiosas, grandes companhias, bandos ou minorias que resistem ao afirmar sua insubmissão e seu funcionamento para além das leis que estruturam as sociedades centralizadas.

O conceito de segmentaridade é fundamental para o entendimento desse ponto. Por serem desprovidas de mecanismos organizadores como o Estado, as sociedades primitivas não predeterminavam, de forma rígida, identidades e unidades. O que existiria seriam segmentos flexíveis, com certa margem de manobra. No platô intitulado *Micropolítica e segmentaridade* os filósofos retomam a noção antropológica de segmentaridade, habitualmente empregada na distinção entre sociedades sem Estado e sociedades com Estado. Aquelas seriam segmentadas enquanto estas seriam centralizadas no poder estatal. O conceito referido não foi definido formalmente e foi levado ao limite pelos autores para, em seguida, passar à dimensão micropolítica, seu interesse específico.

As chamadas sociedades primitivas seriam consideradas segmentárias por serem desprovidas de um poder central com suas instituições. No entanto, para os autores, nós, que vivemos em sociedades com Estado, também seríamos seres segmentarizados, “por todos os lados e em todas as direções”, de forma binária, circular e linear. A primeira forma operaria por meio de contrastes duais como homem/mulher, empregado/desempregado, ricos/pobres; a segunda forma funcionaria através da ampliação de esferas de ação, como as relações que um indivíduo teria em seu lar, seu bairro, sua cidade, seu país. A terceira vigoraria em linhas retas que se sucederiam de um processo ao outro, como da casa para a escola, depois da escola para o trabalho e assim por diante.

Por conseguinte, nas sociedades modernas haveria também segmentaridade, porém, de outra ordem. A burocracia, a tecnocracia, a divisão do trabalho são dados como exemplo, com suas repartições, setores e hierarquias¹¹¹. A questão passa a ser então a distinção entre os tipos de segmentaridade, presentes nas sociedades primitivas e nas modernas.

Nas sociedades primitivas, sem Estado: “os códigos, territórios, as linhagens de clãs e as territorialidades tribais organizam um tecido de segmentaridade relativamente flexível” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p.92), pois, além da ausência de um poder central, fixo e institucionalizado, estes se ajustariam com mais facilidade às variações de territórios, situações e funções. Aqui a lógica binária seria mais maleável na medida em que as oposições duais seriam resultado de agenciamentos plurais. As esferas de ação, por sua vez, estariam conectadas numa espécie de rede, onde cada círculo reverberaria e afetaria os outros. E a linearidade seria reforçada, alinhada e restaurada em relação às outras linearidades.

¹¹¹ “O sistema político moderno é um todo global, unificado e unificante, mas porque implica um conjunto de subsistemas justapostos, imbricados, ordenados, de modo que a análise das decisões revela toda espécie de compartimentações e de processos parciais que não se prolongam uns nos outros sem defasagens ou deslocamentos” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p.94).

Nas sociedades modernas, “não só o Estado se exerce sobre segmentos que ele mantém ou deixa subsistir, mas possui sua própria segmentaridade e a impõe” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p.93). Aqui a segmentaridade seria rígida na medida em que o sistema binário é fortalecido por relações duais e escolhas polarizadas, a circularidade seria bem demarcada e com os círculos, distintos entre si, ressoando a partir do centro. E pelo fato das linearidades serem fixas, homogêneas e pré-determinadas.

As sociedades primitivas poderiam ser pensadas de acordo com o modelo do rizoma, pensado numa trama, sem hierarquia, sem um núcleo de poder, desprovida de um centro de poder. O funcionamento rizomático se daria através de agenciamentos e da multiplicidade de encontros possíveis. As sociedades modernas seriam pensadas no modelo arbóreo, devidamente hierarquizado, com centralidade, núcleo de poder, e estruturas binárias. Malgrado as distinções, ambas teriam uma relação de atravessamentos: segmentos dos rizomas poderiam enrijecer e se tornar arbóreos e segmentos da árvore poderiam ser flexibilizados a ponto de se tornarem rizomáticos.

Assim, apesar do esforço em distinguir as segmentaridades das sociedades primitivas e das sociedades modernas, Deleuze e Guattari afirmam que ambas poderiam se modificar mutuamente. Haveria aspectos enrijecidos nas segmentaridades sem Estado e características flexíveis nas segmentaridades com Estado. Em suas palavras: “as sociedades primitivas têm núcleos de dureza, de arborificação, que tanto antecipam o Estado quanto o conjuram. Inversamente, nossas sociedades continuam banhando num tecido flexível sem o qual os segmentos duros não vingariam” (2012A, p p.98-99) O leitor fica algo aflito com o movimento de desconstrução e construção de ideias, no entanto, é parte estratégica essencial dos filósofos com os platôs.

Os autores expuseram as diferenças para afirmar, em seguida, a continuidade entre elas e assim passar ao interesse específico do nono platô: a micropolítica e a macropolítica a partir de outro par de segmentaridades: o molar e o molecular, que viabiliza o alcance de aspectos muito específicos nas análises políticas, como o desejo. Em suas palavras:

Toda sociedade, mas também todo indivíduo, são, pois, atravessados pelas duas segmentaridades ao mesmo tempo: uma molar e outra molecular. Se elas se distinguem, é porque não têm os mesmos termos, nem as mesmas correlações, nem a mesma natureza, nem o mesmo tipo de multiplicidade. Mas, se são inseparáveis, é porque coexistem, passam uma para a outro [...] Em suma, tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica (DELEUZE; GUATTARI, 2012, vol.3, p p.99).

O trecho expressa o recurso conceitual para tratar da micropolítica, na medida em que sociedade e os indivíduos seriam perpassados por essas novas segmentaridades, o molar e o

molecular. Estes, apesar de distintos permitiria o estabelecimento de uma correspondência entre segmentariedade e política, em sua dimensão macro e micro.

A molaridade é a medida de grandeza na química que mede grandes quantidades de matéria a nível elementar. Quando Deleuze e Guattari empregam essa noção, tratam de grandes escalas estatísticas compostas por menores elementos, sem se deixar limitar por uma perspectiva binária ou em dicotomias. Seu interesse é captar a rede que perpassa e atravessa corpos, indivíduos em sua dimensão psíquica, a sociedade e o mundo material. Nesse sentido, o molar e molecular estariam ligados. Este último, apesar de se referir a categorias binárias que se desdobrariam numa multiplicidade, como sexo e classe, trata de pequenos grupos e seus detalhes.

Alguns fenômenos sociais seriam melhor compreendidos a partir de uma perspectiva molecular, como a adesão a uma política de guerra e terror ao tráfico de drogas por parte de moradores de periferia ou o apoio de determinadas classes a políticas que a desfavorece. Ao invés de tentar entender tais casos em escala macro, considerando a sociedade como um todo, fazer um recorte molecular facilitaria a análise, ao circunscrever numa escala menor determinadas questões. Assim, o mesmo grupo de pessoas poderia ser examinado tanto do ponto de vista da macropolítica ou da micropolítica, tornando as pesquisas políticas mais profundas.

Considerando as segmentariedades binárias que nos atravessam, como homem/mulher, empregado/desempregado, amigo/inimigo, trabalho/lazer, as distinções nos níveis molar e molecular ampliariam a compreensão por sua maleabilidade, pois a mesma categoria poderia ser analisada a partir de ambas segmentariedades. Se pensarmos em atitudes, gestos, preferências, estilo, “homem” estaria numa dimensão molar se houver rigidez em relação a mudanças de comportamento, suas expectativas e seu modo de agir. Porém, seria considerada molecular se tiver maior plasticidade para variações e quando sujeita a mudanças.

O que nos interessa é a hipótese que as sociedades contemporâneas seriam constituídas por uma multiplicidade de fluxos e segmentariedades molares e moleculares. E a micro e a macropolítica não se restringiriam ao escopo individual ou coletivo. Conforme Deleuze e Guattari: “a diferença não é absolutamente entre o social e o individual, mas entre o campo molar das representações, sejam elas coletivas ou individuais, e o campo molecular das crenças e dos desejos [...] as crenças e os desejos são o fundo de toda sociedade” (2012a, p.107-108). Na medida em que as representações configuram segmentos em sua linearidade, os desejos estariam na ordem dos fluxos de *quanta*, em sua multiplicidade. Cumpre destacar que o contraste entre o molar e o molecular não estaria apenas na ordem de grandeza, como

tamanho ou dimensão. A organização molar se refere a linhas e segmentos enquanto o molecular se refere aos fluxos de *quanta*, noção oriunda da física quântica que trata das quantidades elementares de energia.

O nível molecular revela que as formas de viver e ver o mundo seriam atravessadas por fluxos de desejo, que se criam, multiplicam, modificam e se associam:

“o desejo nunca é separável de agenciamentos complexos que passam necessariamente por níveis moleculares, microformações que moldam de antemão as posturas, as atitudes, as percepções [...] resulta ele próprio de uma montagem elaborada” (2012a, p. 101). Os desejos seriam produtivos, criadores e agenciadores, na medida em que diversos fatores variados estariam vinculados ao desejo inicial, pois este é acompanhado por um conjunto de outros desejos. Por exemplo, o desejo de férias implica também um determinado local, um clima específico, certos lazeres, uma quantidade de sono, etc.

Assim, os comportamentos e as condutas são animados pelo desejo, que produz agenciamentos, que, a partir de uma perspectiva molar e molecular, expressa o acoplamento entre o singular e o heterogêneo, a conexão entre regimes de enunciação e sentido e relações materiais, de corpos, instituições e afetos. Contudo, entre o agenciamento e o desejo, há o rizoma, conceito caro à filosofia de Deleuze e Guattari.

Em breves considerações, o rizoma expressa uma forma aberta de conexão para as multiplicidades, situado no espaço intermediário entre as coisas, operando na produção de conjunções em contraposição à árvore, que exprime estratificação e segmentações hierárquicas. O funcionamento rizomático opera sem um ordenamento específico ou hierarquizado.

Seus princípios de funcionamento se referem à abertura e pluralidade de conexões possíveis que viabilizam heterogeneidades, visto que cada linha do rizoma pode se vincular a quaisquer outras linhas, distintas entre si. Outro princípio é o da multiplicidade, de essência rizomática, pois suas determinações e dimensões se proliferam na medida em que as conexões são estabelecidas. Estas, por sua vez, geram mudanças nos elementos que se vinculam. Para os autores, as multiplicidades são planas, “uma vez que elas preenchem, ocupam todas as suas dimensões: falar-se-á então de um plano de consistência das multiplicidades, se bem que este ‘plano’ seja de dimensões crescentes segundo o número de conexões que se estabelecem nele” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p.25). As multiplicidades emergem de um fora que, pelo cruzamento de fluxos, compõe uma trama de ramificações constituídas por um sistema de permutas. Ademais, existe também a ruptura assignificante, que se refere à territorialização e a desterritorialização, pois explora as discontinuidades e as variáveis que se abrem ao rizoma

partido ou despedaçado, a partir de suas linhas, que territorializam, ordenam, assentam e também desterritorializam¹¹².

Retomando o par desejo/agenciamento:

o que existe são os agenciamentos maquínicos de desejo assim como agenciamentos coletivos de enunciação. Sem significância e sem subjetivação: escrever *n* (toda enunciação individuada permanece prisioneira das significações dominantes, todo desejo significante remete a sujeitos dominados). Um agenciamento em sua multiplicidade trabalha forçosamente, ao mesmo tempo, sobre fluxos semióticos, fluxos materiais e fluxos sociais. (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p.45)

Os autores consideram a simbiose entre desejo e agenciamento como constituintes do processo de construção do real, na medida em que os fluxos de desejo animam e irrigam os agenciamentos, que configura as relações entre corpos, afetos, instituições, enunciados e sentidos. Para além da esfera material, os agenciamentos investem sobre as interações sociais, no contato entre corpos, ferramentas e tecnologias, assim como os signos e expressões determinam a linguagem. A existência de cada elemento mencionado seria possível devido aos múltiplos encadeamentos que estabelece, pois isoladamente não funcionariam. Por exemplo, um instrumento musical cria uma simbiose com o músico que o toca e ambos produzem novos fluxos e possibilidades a partir dessa conexão.

Os agenciamentos possuem um eixo tetravalente, a saber, com quatro ligações. No eixo horizontal, os agenciamentos seguem o par: conteúdo e expressão, com ações e paixões no primeiro e regime de signos e enunciados no segundo. A relação entre eles é de intervenção, pois os enunciados e discursos operam transformações corporais individuais e coletivas¹¹³. Um exemplo empregado pelos autores é a mudança operada num corpo após a sentença do juiz: culpado. Os conteúdos dos agenciamentos operam nos níveis de intensidade e multiplicidade enquanto que as expressões dos agenciamentos operam nos níveis dos regimes de signos, artigos, nomes, pronomes, verbos que demarcam acontecimentos a nível

¹¹² “o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza; ele põe em jogo regimes de signos muito diferentes, inclusive estados de não signos. O rizoma não se deixa reconduzir nem ao Uno nem ao múltiplo. Ele não é o Uno que devém dois, nem mesmo que deviria diretamente três, quatro ou cinco, etc. Ele não é um múltiplo que deriva do Uno, nem ao qual o Uno se acrescentaria ($n+1$). Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes de direções movediças. Ele não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda. Ele constitui multiplicidades lineares a *n* dimensões”. (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p.43).

¹¹³ “entre conteúdo e expressão, se estabelece uma nova relação [...] os enunciados ou as expressões exprimem transformações incorporais que ‘se atribuem’ como tais (propriedades) aos corpos e conteúdos”. (DELEUZE; GUATTARI, 2012c, p. 233).

individual e coletivo¹¹⁴. Esse modo de funcionamento abrange a coletividade e a individualidade.

No outro eixo, vertical, os agenciamentos são estabilizados pela territorialização e desestabilizados pela desterritorialização. Os territórios estão em relação com o que lhe é exterior, com a constante possibilidade de um movimento de ruptura, para fora, que atravessa corpos e é expresso através de enunciados, a desterritorialização. Estas, por sua vez, estão abertas a novas composições, as reterritorializações. O território circunscreve limites e demarcações sobre a terra, onde ocorrem e se estabelecem as relações. Para além de uma definição geográfica e fixa no espaço, o território é um espaço de movimentos que inscrevem e produzem o social a partir de uma relação com a terra. Assim os corpos, os indivíduos, as interações sociais são marcados e codificados por sua relação com a terra¹¹⁵.

Ainda sobre os agenciamentos, Deleuze e Guattari os concebem como maquínicos e de enunciação. Em suas palavras, “não há agenciamento maquínico que não seja agenciamento social de desejo, não há agenciamento social de desejo que não seja agenciamento coletivo de enunciação” (2003, p.139). O agenciamento coletivo de enunciação parte de um regime de signos, que engendra um complexo de enunciados a partir de um corpo social, e põe em movimento uma série de forças. Estas, quando enunciadas, moldam e organizam pensamentos, comportamentos, atitudes, a realidade. No quinto platô, “*Sobre alguns regimes de signos*, os autores afirmam a existência de uma variedade de regimes de signo, a saber, pré significante, significante, contra significante e o pós significante, ou de subjetivação.

O regime significante é afetado por desterritorializações e reterritorializações. Nele o signo opera por uma configuração circular, onde cada signo remete a outro, sucessivamente, num *looping*. A interpretação garante sua circularidade e sua expansão com novos significados. O regime pré significante se refere a sociedades primitivas, de nômades caçadores, com suas codificações naturais, que operam sem signos, circunscritas nos corpos e

¹¹⁴ “As palavras não são ferramentas; mas damos às crianças linguagem, canetas e cadernos, assim como damos pás e picaretas aos operários. Uma regra de gramática é um marcador de poder, antes de ser um marcador sintático [...] A linguagem não é a vida, ela dá ordens à vida; a vida não fala, ela escuta e aguarda. Em toda palavra de ordem, mesmo de um pai a seu filho, há uma pequena sentença de morte – um Veredito, dizia Kafka”. (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 12-13).

¹¹⁵ Em *Micropolítica: cartografias do desejo*, Guattari e Rolnik escrevem: “a noção de território é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que dela fazem a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente ‘em casa’. O território é [...] o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos. O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair de seu curso e se destruir” (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p.388).

nos territórios, através de ritos, danças e ritmos. Suas formas de expressão são segmentadas, plurais, múltiplas e destinadas “a impedir o que já ameaça: a abstração univesalizante, a ereção de significante, a uniformização formal e substancial da enunciação, a circularidade dos enunciados, com seus correlatos e aparelhos de Estado” (DELEUZE; GUATARRI, 2011b, p.72). O regime contra significante é ligado ao nomadismo guerreiro e funciona por signos numéricos, que operam conforme a lógica aritmética e não pela segmentação. Sua preocupação é a distribuição e não a significação.

O regime pós significante, “se opõe à significância com novos caracteres, e que se define por um procedimento original, de “subjetivação” (DELEUZE; GUATARRI, 2011b, p.73). Em contraposição às circularidades surgem pontos, ao invés de significantes, a subjetivação e dos pontos de subjetivação derivam o sujeito do enunciado com sua realidade mental e o sujeito de enunciação com sua realidade dominante. Aqui uma força normatizadora e imanente incide sobre ambos. Os pontos de subjetivação são múltiplos: escola, trabalho, casa, família, estes coordenam os indivíduos.

Para os autores, “o capital é um ponto de subjetivação por excelência” (DELEUZE; GUATARRI, 2011b, p.90). O mundo capitalista anima um processamento em série de normatização, com um sistema de valores financeiros e hierarquias monetárias devidamente dissimuladas que são interiorizadas. Diferente da fábrica e da disciplina foucaultiana, o alvo dos dispositivos e técnicas não é o corpo e sim a subjetividade e o desejo¹¹⁶. O desejo é entendido nessa conjuntura como artificial, como produção. Ou seja, é oriundo de fora do indivíduo e implica agenciamentos a multiplicidades. Em outras palavras, emana do exterior e captura indivíduos numa pluralidade de fluxos, signos e máquinas.

Para além do tempo e do espaço fabril, o processo de subjetivação implica numa formação contínua, na captura integral do tempo e na profusão da linguagem universal, a do mercado. As interações sociais, a cultura, a sociedade são modulados por códigos, enunciados, expressões econômicas e empresariais. Conforme Deleuze e Guattari, “não existe significância independente das significações dominantes nem subjetivação independente de uma ordem estabelecida de sujeição. Ambas dependem da natureza e da transmissão das palavras de ordem em um campo social dado” (2011b, p.18). Vivemos num regime de

¹¹⁶ “Os processos de subjetivação [...], não são centrados em agentes individuais (no funcionamento de instâncias psíquicas, egóicas, microssociais), nem em agentes grupais. Esses processos são duplamente descentrados. Implicam o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser de natureza extrapessoal, extraindividual (sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia, enfim, sistemas que não são imediatamente antropológicos), quanto de natureza infra-humana, infrapsíquica, infrapessoal (sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, de imagens, de valor, modos de memorização e de produção idéica, sistemas de inibição e de automatismos, sistemas corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos, etc) (GUATTARI; ROLNIK, 2013, P.31).

enunciações empresariais, como *feed-back*, criamos *networking*, investimos em coisas não econômicas, temos *mind-set*, *hype*, *desing thinking*, inovação, produtividade, rentabilidade. A vida social como um todo é engolfada numa atmosfera mercadológica que sufoca e guia os indivíduos. E o léxico inicia o processo, cada vez mais cedo. Escolas mais arrojadas divulgam suas diferenças: aulas de *coach kid's* e empreendedorismo para crianças e jovens.

A subjetividade é o resultado desse processo maquínico¹¹⁷ e industrial. Conforme Guattari e Rolnik, “assim como se fabrica leite em forma de leite condensado, com todas as moléculas que lhe são próprias, injetam-se representações nas mães, nas crianças, como parte do processo de produção subjetiva” (2013, p.33). Ou seja, os sistemas produtivos são inconcebíveis sem maquinarias que manufaturam uma miríade de produtos, de alimentos a energias. E o pleno funcionamento do capitalismo reside na fabricação de indivíduos que desejam seus valores, seu estilo de vida, sua visão de mundo.

Deleuze e Guattari concebem a sociedade capitalista a partir da noção de axioma. Em sua concepção as sociedades e as relações interpessoais são animadas por fluxos ordenados pela máquina social que os codifica, legitima e qualifica com suas instituições. A codificação dos fluxos funciona como um uma espécie de molde, formatando-os, com a associação de caracteres a determinado elemento e um significante a determinada conduta. Assim, a codificação é identificação, padronização e registro, de tal modo que os códigos são normas sociais que orientam e ordenam dada sociedade.

Se as sociedades primitivas, sem Estados, codificavam a partir da terra e as sociedades imperiais, com Estado, codificavam a partir do soberano, com o advento das sociedades capitalistas os processos de codificação foram transformados. Três fatores foram essenciais: o surgimento da propriedade privada, os fluxos monetários com o dinheiro se tornando moeda de troca e os fluxos de trabalhadores, a mão de obra livre e assalariada. Com a ruína dos antigos códigos, os novos impõem a aquisição da propriedade, acúmulo de dinheiro e produção de bens.

Sua originalidade reside na axiomática que modula os comportamentos, com a internalização de normas que antes emanadas pelas instituições, que gradativamente se tornam mais maleáveis. Uma rede reverbera a fluidez institucional e visa a produção através da articulação entre a empresa e o indivíduo, entre os fluxos subjetivos e de mercado. O par

¹¹⁷ “as máquinas, consideradas em suas evoluções históricas, constituem (...) um phylum comparável ao das espécies vivas. Elas engendram-se umas às outras, selecionam-se, eliminam-se, fazendo aparecer novas linhas de potencialidades. As máquinas no sentido lato (isto é, não só as máquinas técnicas, mas também as máquinas teóricas, sociais, estéticas etc.), nunca funcionam isoladamente, mas por agregação ou por agenciamento. Uma máquina técnica, por exemplo, numa usina, está em interação com uma máquina social, uma máquina de formação, uma máquina de pesquisa, uma máquina etc” (GUATTARI; ROLNIK, 2013, p.385).

sujeição/servidão efetua concretiza esse processo¹¹⁸. Servidão e sujeição formatam percepções, afetos, aprendizagens, memórias, signos, formas de expressão, interpretações, discursos e representações.

Se essa etapa tratou da produção de subjetividades, cumpre terminarmos este capítulo com o outro lado desta moeda: o capitalismo em sua origem exigiu a destruição de um determinado tipo de subjetividade. Conforme Deleuze e Guattari, capitalismo: “desde seu nascimento esteve ligado a uma repressão selvagem, teve imediatamente a sua organização de poder e o seu aparelho de Estado. Que o capitalismo tenha implicado a dissolução dos códigos e dos poderes sociais precedentes é certo” (Ilha deserta, 2006 p.337). A pesquisa de Silvia Federici sobre a inquisição, a perseguição extermínio das bruxas é o tema tratado a seguir.

3.4 As bruxas e a divisão sexual do trabalho

A etapa final desta tese é centrada nas reflexões da filósofa e historiadora italiana Silvia Federici presentes em sua obra *O calibã e a bruxa*. Escreve a autora: “assim que despojamos de parafernália metafísica a perseguição às bruxas, começamos a reconhecer nela fenômenos que estão muito próximos de nós” (2017, p.418). Uma de suas principais hipóteses é que a o capitalismo teria nascido como uma contrarrevolução, como reação às lutas dos camponeses, dos artesãos, onde as mulheres tiveram um papel determinante, contra o sistema feudal e sua capacidade de acumular riquezas¹¹⁹. Ao estudar as origens do capitalismo, a

¹¹⁸ “Distinguimos como dois conceitos a servidão maquínica e a sujeição social. Há servidão quando os próprios homens são peças constituintes de uma máquina, que eles compõem entre si e com outras coisas (animais, ferramentas), sob o controle e a direção de uma unidade superior. Mas há sujeição quando a unidade superior constitui o homem como um sujeito que se reporta a um objeto que deveio exterior, seja esse objeto um animal, uma ferramenta ou mesmo uma máquina: o homem, então, não é mais componente da máquina, mas submetido pela máquina. Não que o segundo regime seja mais humano. Mas o primeiro parece remeter por excelência à formação imperial arcaica [império egípcio]: os homens não são ali sujeitos, mas peças de uma máquina que sobrecodifica o conjunto”. (DELEUZE & GUATTARI, 2012C, p. 168).

¹¹⁹ “É na luta antifeudal que encontramos o primeiro indício na história europeia da existência das raízes de um movimento de mulheres que se opunha à ordem estabelecida e contribuía para a construção de modelos alternativos de vida comunal. A luta contra o poder feudal produziu também as primeiras tentativas organizadas de desafiar as normas sexuais dominantes e de estabelecer relações mais igualitárias entre mulheres e homens. Combinadas à recusa do trabalho servil e das relações comerciais, estas formas conscientes de transgressão social construíram uma poderosa alternativa não só ao feudalismo, mas também à ordem capitalista que estava substituindo o feudalismo, demonstrando que outro mundo era possível [...] As lutas sociais da Idade Média também devem ser lembradas porque escreveram um novo capítulo na história da libertação. Em seu melhor momento, exigiram uma ordem social igualitária baseada na riqueza compartilhada e na recusa às hierarquias e ao autoritarismo. Estas reivindicações continuariam sendo utopias”. (FEDERICI, 2017, p.45).

filósofa italiana encontrou na exploração do trabalho reprodutivo um de seus pilares¹²⁰. Seu processo de formação necessitou de um modelo familiar de ordem patriarcal, cabendo à mulher o trabalho doméstico, desvalorizado, e também da exploração do corpo feminino enquanto mero reprodutor da força de trabalho.

Se o início dessa pesquisa partiu da analítica foucaultiana sobre poder pastoral, disciplina, governamentalidade e biopolítica para compreender a razão neoliberal, cumpre adotarmos uma perspectiva feminista nessa etapa final. Como aponta Federici, “a análise de Foucault sobre as técnicas de poder e as disciplinas a que o corpo se sujeitou ignora o processo de reprodução, funde as histórias feminina e masculina num todo indiferenciado e se desinteressa pelo ‘disciplinamento’ das mulheres” (2017, p.19). Assim, nosso esforço nos capítulos anteriores encontra no quadro teórico da autora ideias e concepções que complementam as reflexões elaboradas pelo filósofo francês e ampliam o entendimento sobre a razão neoliberal, suas origens e seu funcionamento.

Outra crítica de Federici sobre análises foucaultianas se refere à sua omissão histórica sobre a caça às bruxas, que autora confronta ao conceito de biopoder. Tal comparação contesta a perspectiva foucaultiana sobre a mudança no regime de poder de matar para a ampliação da vida. Para a autora, o surgimento do capitalismo e sua preocupação com a reprodução da força de trabalho seria responsável pelas forças de promoção da vida. E a caça às bruxas demonstrou como a morte também fez parte da estratégia de produção da força de trabalho¹²¹.

Além das críticas à Foucault, Federici se opõe também à Marx, ao tratar do processo de acumulação primitiva, por três razões: sua omissão em relação ao desenvolvimento da divisão sexual do trabalho, a construção da nova ordem patriarcal, que exclui a mulher do trabalho assalariado e a mecanização do corpo proletário da mulher, levando em conta que seu corpo se torna uma fábrica de produção de novos trabalhadores.

A obra supracitada suscita diversas indagações, contudo, a filósofa destaca que “a questão histórica mais importante que este livro aborda é como explicar a execução de centenas de milhares de ‘bruxas’ no começo da Era Moderna e por que o surgimento do

¹²⁰ “a exploração das mulheres havia cumprido uma função central no processo de acumulação capitalista, na medida em que as mulheres foram as produtoras e reprodutoras da mercadoria capitalista mais essencial: a força de trabalho”. (FEDERICI, 2017, p.17).

¹²¹ “a promoção do crescimento populacional por parte do Estado pode andar de mãos dadas com uma destruição massiva de vidas; pois em muitas circunstâncias históricas [...] uma é condição para a outra. Efetivamente, num sistema em que a vida é subordinada à produção de lucro, a acumulação de força de trabalho só pode ser alcançada com o máximo de violência para que [...] a própria violência se transforme na força mais produtiva” (FEDERICI, 2017, p.35).

capitalismo coincide com essa guerra contra as mulheres” (FEDERICI, 2017, p.29-30). Se anteriormente o conceito de necropolítica nos auxiliou a compreender outros desdobramentos políticos para além da ideia de proteção e maximização da vida, a pesquisa de Federici reafirma, a partir da perspectiva feminina, a brutalidade inerente ao capitalismo, desde seus primórdios.

Conforme a autora, “a lição política que podemos extrair de *Calibã e a bruxa* é que o capitalismo, enquanto sistema econômico-social, está necessariamente ligado ao racismo e ao sexismo” (2017, p.37). Ao pesquisar a história do capitalismo, a filósofa encontrou determinados padrões estruturais que geram hierarquias, redes de desigualdades, coação e penúria, mascaradas com discursos sobre liberdade e promessa de prosperidade. Tais padrões perduraram até os dias atuais e se tornaram partes integrantes da razão neoliberal, como vimos anteriormente, quando analisamos a necropolítica, a precarização, as novas formas de conservadorismo e fascismo.

O desenvolvimento do capitalismo confrontou e derrotou as tentativas de estabelecer novas relações de trabalho, de gênero e normas sexuais que os confrontos contra o poder feudal produziram, pois “as lutas sociais da Idade Média também [...] exigiram uma ordem social igualitária baseada na riqueza compartilhada e na recusa às hierarquias e ao autoritarismo” (FEDERICI, 2017, p.45). Apesar de ter colocado o sistema feudal em crise, “o que resultou do final do feudalismo foram as enfermidades, a guerra, a fome e a morte [...] verdadeiros presságios da nova era capitalista” (p.45). E os efeitos foram muito mais nocivos para as mulheres do campo, pobres e trabalhadoras, pois a economia monetária desqualificou seu trabalho doméstico enquanto trabalho, seus saberes ancestrais foram perseguidos, seus corpos foram queimados e sua subjetividade foi demonizada.

Um dos efeitos foi a subordinação das mulheres à condição de servas dos homens, através da instituição de um determinado modelo familiar. Isso porque o regime capitalista promoveu a divisão sexual do trabalho entre a produção (trabalho assalariado, voltado para o mercado, hegemonicamente masculino) e reprodução (reprodução da vida, não remunerado, desvalorizado, naturalizado e relegado às mulheres). Com o advento do Estado, o corpo da mulher foi apropriado e transformado em máquina reprodutora de trabalhadores. As leis e penas sobre o aborto da época, e até os dias atuais, refletem o anseio pelo controle sobre o corpo feminino.

Nesse processo, a caça às bruxas foi uma estratégia essencial para a organização social do trabalho e também para disciplinar a mulher em seu novo lugar na sociedade. Foi testada primeiramente nas colônias e posteriormente levada à Europa. Conforme a filósofa italiana, “a

caça às bruxas buscou destruir o controle que as mulheres haviam exercido sobre sua função reprodutiva e serviu para preparar o terreno para o desenvolvimento de um regime patriarcal mais opressor” (FEDERICI, 2017, p.30). Assim, o início da sociedade capitalista impôs a delimitação de papéis sexuais através de procedimentos de apropriação e sujeição dos corpos e condutas femininas.

Para melhor compreender as transformações sociais geradas pelo surgimento do capitalismo, cumpre fazer breves apontamentos sobre a servidão, relação de trabalho dominante vigente. E apresentar os movimentos de resistência camponesa e sua perseguição pela Igreja Católica, pilar da sociedade feudal.

A servidão foi desenvolvida a partir da falência do escravismo que vigorou na economia romana imperial, quando os senhores de terra foram impelidos a ceder parte de suas terras para escravos e suas famílias, com o intuito de evitar fugas e revoltas. Formaram-se então comunidades auto organizadas, em que tanto o trabalho na terra quanto o trabalho doméstico eram feitos de forma comunitária.

Essas terras comunais eram espaços de trocas de saberes e práticas que fortaleciam os laços coletivos, principalmente entre as mulheres. A divisão sexual do trabalho existente nessa conjuntura não era uma forma de isolamento, posto que os trabalhos realizados pelas mulheres das aldeias não eram individuais, como será posteriormente, no interior da casa.

A lei dos senhores ordenava as vidas e posses dos servos, vinculados a ele pela terra. A condição de servo, apesar de ser demasiadamente pesada, era melhor que a condição de escravo. Os chamados castigos atrozes diminuíram (crucificação, queimaduras e coleiras de ferro) e foi estabelecido um sistema de justiça e punições baseado nos costumes. A mudança mais significativa foi o acesso a terra, em troca do trabalho nas terras do senhor.

No entanto, como escreve Federici, “com o tempo, os servos começaram a sentir como própria a terra que ocupavam e a considerar intoleráveis as restrições de liberdade que a aristocracia lhes impunha” (2017, p.49). Tornaram-se frequentes então tensões, lutas, mesmo ataques ao castelo do senhor e litígios contra abusos dos senhores e pela redução de tributos. No final do século XIV revoltas camponesas se tornaram constantes e cada vez maiores¹²².

Os conflitos entre senhores e servos geraram transformações na relação servil. Uma das medidas tomadas pelos senhores foi a privatização das terras comunais e a privatização

¹²² Segundo Federici, o período de transição do feudalismo ao capitalismo foi: “um período de intenso conflito social, preparando terreno para uma série de iniciativas estatais que, a julgar por seus efeitos, tiveram três objetivos principais: i) criar uma força de trabalho mais disciplinada; ii) dispersar os protestos sociais e iii) fixar os trabalhadores nos trabalhos que lhes havia sido impostos” (2017, p. 162).

das terras¹²³. Outra iniciativa senhoril foi a respeito das relações de trabalho. Se inicialmente os servos ofereciam os trabalhos laborais, estes foram substituídos por contratos e pagamentos em dinheiro.

Tais mudanças afetaram muito mais as mulheres, que foram obrigadas a saírem do campo rumo às cidades, posto que lá encontraram melhores condições e oportunidades de vida:

As mulheres, em todas as classes, também se viram afetadas de um modo muito negativo. A crescente comercialização da vida reduziu ainda mais seu acesso à propriedade e à renda. Nas cidades comerciais italianas, as mulheres perderam o direito a herdar um terço da propriedade de seu marido. Nas áreas rurais foram excluídas da posse da terra, especialmente quando eram solteiras ou viúvas. Consequentemente, no final do século XVIII, encabeçaram o movimento de êxodo do campo, sendo as mais numerosas entre os imigrantes rurais nas cidades (Hilton, 1985, p.212) e, no século XV, constituíam uma alta porcentagem da população das cidades. Aqui, a maioria viva em condições de pobreza, fazendo trabalhos mal pagos como servas, vendedoras ambulantes, comerciantes, fiandeiras, membros de guildas menores e prostitutas. (FEDERICI, 2017, p.63)

As mulheres encontraram nas cidades certo grau de autonomia, haja visto que a subordinação em relação aos homens era menor. Poderiam criar seus filhos e filhas sozinhas ou compartilhar moradia com outras mulheres. Apesar da pobreza em que vivam, gradativamente aprenderam ofícios e passaram a ocupar trabalhos que eram predominantemente desempenhados por homens: ferreiras, cervejeiras, comerciantes, padeiras¹²⁴. Em alguns casos, sua quantidade rivalizava com a dos homens.

Com o crescimento de sua autonomia e independência sua presença aumentou na vida social e na participação de movimentos heréticos. O que gerou uma reação misógina com sátiras populares e narrativas cômicas e com sermões dos padres sobre seu comportamento e insubmissão. Nesse contexto a Igreja Católica criou a Santa Inquisição, com o objetivo de perseguir e destruir hereges. A brutalidade com que foram açoitados deixou poucos registros a seu respeito.

A heresia foi um movimento que representou os anseios populares por uma transformação da economia monetária e pela mudança nas relações feudais¹²⁵. Para Federici, “os movimentos heréticos foram uma tentativa consciente de criar uma sociedade nova [...]

¹²³ “O cercamento físico operado pela privatização da terra e o cercamento das terras comunais foram ampliados por meio de um processo de cercamento social: a reprodução dos trabalhadores passou do campo aberto para o lar, da comunidade para a família, do espaço público para o privado” (FEDERICI, 2017, p.163).

¹²⁴ Cf. WILLIANS, M; ECHOLS, A. *Between Pit and Pedestal. Women in the Middle Ages*. Princeton: Marcus Wiener Publications, 2000.

¹²⁵ O movimento milenarista também foi perseguido e representou uma reação do campesinato, no entanto, se tratou de algo mais espontâneo e menos organizado, sem ter um projeto para uma nova sociedade. Cf. FEDERICI, 2017, p.66-68.

apesar da perseguição que sofreram, persistiram durante muito tempo e tiveram um papel fundamental na luta antifeudal” (2017, p.69). Os valores e demandas desse movimento giravam em torno de redes de apoio, vínculos comunitários, denúncia de abusos, hierarquizações sociais, exploração econômica, corrupção e degeneração da Igreja Católica.

Mesmo com toda perseguição, ameaças e morte, as doutrinas heréticas foram muito difundidas e atraía adeptos de diversas profissões e de várias camadas sociais, das mais populares, incluindo alguns membros mais pobres do clero e até mesmo alguns burgueses. Havia nos movimentos heréticos uma causa comum que facilitou a maior aceitação de suas ideias, que aumentou seu alcance, do campo à cidade. Muitos servos se tornaram burgueses quando fugiram para as cidades em busca de melhores condições de vida, o que não os impedia de se dedicar a terra nos períodos de colheita. Artesãos e trabalhadores nutriam certa solidariedade entre si por estarem sujeitos aos mesmos governantes e relações de trabalho, pois nos centros urbanos a vida ainda era um tipo de servidão. Por terem partilhado, em maior ou menor grau, condições de pobreza e miséria, esses grupos aspiravam mudanças sociais que nivelassem as hierarquias¹²⁶.

Outro fator que contribuiu para a popularização das doutrinas de hereges se referia à sexualidade, em oposição ao rigor e repressão da Igreja. Os cátaros, uma das principais seitas heréticas, desprezava o matrimônio, a procriação, e não considerava a sexualidade um tabu. Isto é, seus membros mais elevados praticavam a abstinência, o que não era imposto a outros integrantes. E determinados heréticos acreditavam no valor místico do ato sexual¹²⁷. Já a Igreja Católica politizou e reprimiu a sexualidade. Tratou como pecado o desejo e considerou um ato sacro a abstinência sexual. E produziu um catecismo sexual que prescreveu toda uma legislação que regravava o ato sexual.

Sobre a perspectiva feminina, “um dos aspectos mais significativos do movimento herético é a elevada posição social que este designou às mulheres. Na igreja as mulheres não eram nada, mas entre os heréticos eram consideradas como iguais” (FEDERICI, 2017, p.83). As mulheres desfrutavam dos mesmos direitos masculinos, de liberdade para pregar e mesmo ministrar sacramentos (cátaros e valdenses). Além disso, possuíam uma vida social em comunidades femininas ou mistas, além dividir a mesma moradia com homens hereges.

Um ponto importante sobre mulheres nas seitas heréticas se refere à autonomia com que exerciam sua função reprodutiva. Estas adotavam métodos contraceptivos e realizavam

¹²⁶ A autora cita documentos da época que expressam o descontentamento e o ressentimento das camadas populares. Cf. FEDERICI, 2017, p.90-91.

¹²⁷ Cf. FEDERICI, 2017, p.77-78.

abortos, práticas toleradas parcialmente pela Igreja, considerando razões econômicas. No entanto, com a drástica redução da mão de obra decorrente da crise demográfica gerada pela Peste Negra, “o controle das mulheres sobre a reprodução começou a ser percebido como uma ameaça à estabilidade econômica e social” (FEDERICI, 2017, p.85). Nessa conjuntura, a dimensão sexual das doutrinas heréticas ganhou maior relevância e foi pervertida pela Inquisição, que passou a acusar as mulheres de orgias, sacrifícios, cultos animais e mesmo adoração a Lúcifer. Gradativamente a imagem do herege se tornou uma imagem feminina e a perseguição aos hereges se transformou em caça às bruxas.

A demonização das práticas contraceptivas estava por trás das acusações de infanticídio, perversão sexual e adoração ao diabo. A partir daí foram criados estereótipos de bruxa: mulher, velha, que se alimenta de vida e destruidora do impulso vital. No entanto, essa imagem extrapolou as barreiras da “velhice”. Mulheres jovens e adultas que viviam sua sexualidade para além do casamento e procriação foram demonizadas, chamadas de libertinas, adúlteras, promíscuas e acusadas de luxúria insaciável.

A caça as bruxas consolidou o surgimento de uma ordem social baseada na autoridade masculina, orientada pela família patriarcal e na submissão da mulher. Tal estrutura deveria ser protegida de certas ameaças, como o poder do desejo sexual, que poderia tornar os homens escravos das paixões despertadas pelas mulheres e assim perderem sua “autoridade”. Por ser um risco à ordem social e para que os homens não fossem arruinados moralmente e desvirtuados pelas mulheres, sua sexualidade foi demonizada e exorcizada.

Num mundo ordenado pelo poder religioso, a transgressão religiosa também é política. A sexualidade e o desejo se tornaram os elos que ligaram as duas subversões. Nesse contexto o mal é causado pelo demônio através do corpo, o principal alvo da tentação para levar ao pecado. O sexo é o principal instrumento de Satã para a danação dos homens, pois através dele que o primeiro homem pecou. Por terem sido criadas a partir da costela de Adão, as mulheres não seriam retas, seriam então ligadas à sexualidade e por isso instrumentos, por excelência, do demônio.

A autora cita *Malleus Maleficarum - o martelo das feiticeiras*, texto escrito em 1484, pelos inquisidores Heinrich Kramer e James Sprenger, extenso e rico material sobre a produção de um discurso de ódio e medo masculino às mulheres. Trata-se de um manual de caça às bruxas.

A obra associa a luxúria feminina ao diabo, este seria capaz de lhe conferir poderes místicos através da cópula. Existe um capítulo inteiro voltado aos efeitos das bruxarias que

comprometeriam a capacidade procriadora masculina¹²⁸. Nele é perceptível a associação entre saberes no uso de ervas e unguentos ao demônio, que emprega as mulheres em suas ações malignas para desvirtuar os pobres homens. E também a relação entre adultério, pecado e bruxaria.

A tese da filósofa italiana é que a classe política da época, preocupada com o declínio populacional, se opôs ao controle de natalidade, ao conhecimento e aos valores comunitários que as mulheres partilhavam a respeito do parto, da fertilidade e da sexualidade. Estes deveriam estar, exclusivamente, a serviço da reprodução da força de trabalho, visto que, nesse contexto o crescimento populacional estava associado à riqueza da nação. Muitas acusações de bruxaria revelam o esforço regulador e proibitivo da sexualidade que não fosse voltada para reprodução. A autora cita o sexo anal, o sexo entre jovens e velhos, a homossexualidade e orgias como práticas condenáveis.

Na hipótese de Federici, a crise populacional foi responsável pela radicalização da perseguição às bruxas e da disciplina estatal na regulação da função procriadora exercida pelas mulheres. A filósofa cita a introdução, nos códigos penais, de penas sobre crimes envolvendo reprodução. Na época houve um crescimento da vigilância sobre as mulheres grávidas para que a gravidez não fosse interrompida. Também aumentou o número de processos e execuções envolvendo crimes de infanticídio¹²⁹.

Assim, a caça às bruxas foi o esforço religioso e estatal de domesticação das mulheres, do governo de suas condutas em conformidade a uma nova ordem social patriarcal. Expressou o processo de disciplina para o trabalho orientada pelo capitalismo, que condenou o sexo fora do casamento, com penas que variam do ostracismo à morte, visto que poderia comprometer a transferência familiar de propriedades.

Para Federici o genocídio dessas mulheres foi uma das etapas fundamentais na consolidação da nova ordem social:

¹²⁸ “E são cinco as maneiras pelas quais o diabo consegue impedir o ato procriativo [...] por ser o diabo um espírito, possui, por sua própria natureza e com a permissão de Deus, poderes sobre as criaturas corpóreas, sobretudo o de promover ou impedir o movimento local. Mediante esse poder é capaz, juntamente com todos os demônios, de impedir a aproximação dos corpos de homens e mulheres [...] Em segundo lugar, o diabo é capaz de inflamar os desejos de um homem para com uma mulher e de torná-lo impotente para com outra; e isto é capaz de fazer sigilosamente, pela aplicação de certas ervas ou de outras substâncias [...] Em terceiro lugar, é capaz de perturbar a percepção de um homem ou de uma mulher, fazendo com um pareça repelente ou horrendo ao outro [...] Em quarto lugar, é capaz de suprimir o vigor do membro viril tão necessário à procriação [...] Em quinto lugar, é capaz de impedir o fluxo de sêmen para o membro [...] uma aflição dessa natureza pode ocorrer ao que vive na graça e na proibidade, embora seja mister que o leitor entenda estamos falando do ato conjugal entre pessoas casadas; já que em qualquer outra situação todos estão igualmente sujeitos a essas bruxarias”. (KRAMER; SPRENGER, 2005, p.329-330).

¹²⁹ Cf. FEDERICI, 2017, p.175-176.

a caça às bruxas constituiu um dos acontecimentos mais importantes do desenvolvimento da sociedade capitalista e da formação do proletariado moderno. Isto por que o desencadeamento de uma campanha de terror contra as mulheres, não igualada por nenhuma outra perseguição, debilitou a capacidade de resistência do campesinato europeu frente ao ataque lançado pela aristocracia latifundiária e o Estado, em uma época na qual a comunidade camponesa já começa a se desintegrar sob o impacto combinado da privatização da terra, do aumento dos impostos e da extensão do controle estatal sobre todos os aspectos da vida social. A caça às bruxas aprofundou a divisão entre mulheres e homens, inculcou nos homens o medo do poder das mulheres e destruiu um universo de práticas, crenças e sujeitos sociais cuja existência era incompatível com a disciplina do trabalho capitalista, redefinindo assim os principais elementos da reprodução social. (2017, p. 297-298)

O trecho acima explicita o processo de subjetivação empregado nos primórdios do capitalismo, através da associação entre Estado e Igreja Católica. A caça às bruxas representou a perseguição de subjetividades livres, revoltosas e potentes, esse genocídio exprime a repressão social às mulheres que resistiram à disseminação das relações capitalistas. A violência foi instrumentalizada no controle dos corpos e de comportamentos das mulheres. Isto é, o capitalismo se origina numa associação a uma ordem patriarcal, que disciplinou as mulheres, despojou-as de sua força reprodutiva e desvalorizou seu trabalho.

A caça as bruxas revela que as acusações se referiam menos a crimes do que a condutas e práticas que precisavam ser eliminados. As bruxas também eram as mulheres chamadas de rebeldes, agressivas, que resistiam, discutiam, afrontavam e insultavam. Tais comportamentos foram fortalecidos pelas lutas camponesas contra o regime feudal e no protagonismo dos movimentos heréticos.

De um modo geral, a sabedoria feminina da época, os costumes e os conhecimentos de camponesas ou trabalhadoras pobres, viúvas, ou velhas foi marginalizada. E a ameaça de arder na fogueira, evento público, foi uma estratégia cruelmente eficiente. Os saberes sobre métodos contraceptivos e controle da força reprodutora foram associados à perversão demoníaca e passaram das mulheres aos homens e ao Estado¹³⁰.

Na Idade Média, devido à pobreza e falta de recursos para cuidados com a saúde as mulheres desenvolveram saberes próprios, que foram transmitidos de geração em geração. Enquanto curandeiras e parteiras populares disseminavam seus cuidados e conhecimentos de ervas entre os mais pobres. Organizadas em redes de apoio mútuo, participaram de revoltas camponesas e se opuseram à centralização e hierarquização do poder sistemático que estava surgindo. Este, aliado à Igreja Católica, promoveu um expurgo de saberes e comportamentos

¹³⁰ “O resultado destas políticas, que duraram duzentos anos foi a escravização das mulheres à procriação.

Enquanto na Idade Média elas podiam usar métodos contraceptivos e haviam exercido m controle indiscutível sobre o parto, a partir de agora seus úteros se transformaram em território político, controlados pelos homens e pelo Estado: a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista” (FEDERICI, 2017, p. 178).

nocivos à sua consolidação. Os modos de viver da grande massa de camponeses, camponesas, trabalhadores e trabalhadoras pobres foi então moldado, por meio da violência, em conformidade com suas exigências.

A opressão experimentada pelas mulheres acusadas de bruxaria, nesse contexto, reflete a importância da subjetividade na sincronização de condutas a uma nova ordem de mundo e sua respectiva legitimação. Nas origens do capitalismo, ocorreu a naturalização e desvalorização do trabalho doméstico, isto é, a criação dos filhos, o cuidado da casa, o preparo das refeições. Este não foi considerado produtivo do ponto de vista do capital. E recusar ou abandonar esse trabalho foi considerado um ataque à família, única “carreira”, como escreve Federici, para a sobrevivência das mulheres diante da nova divisão sexual do trabalho.

Isso porque, se em dado momento as mulheres encontravam alguma oportunidade fugindo para as cidades, a caça às bruxas consolidou a desvalorização do trabalho feminino. Nessa conjuntura perderam empregos que antes desempenhavam, como cervejeiras, açougueiras, parteiras. Forjou-se a mentalidade de que caberia às mulheres apenas o trabalho doméstico ou de baixo status, como fiandeiras, bordadeiras, vendedoras ambulantes. Mesmo quando estes trabalhos eram realizados fora de casa, não eram remunerados o suficiente para que as mulheres pudessem sobreviver dele.

A pesquisa de Federici é fundamental para esta tese, pois demonstra como a violência contra as mulheres seria inerente ao capitalismo, na medida em que foi instituído a partir de valores familiares patriarcais. O genocídio realizado pela caça às bruxas refletiu a instituição de uma disciplina a partir da família centrada no homem e em valores cristãos, que apresentou outro modelo de feminilidade: esposa ideal, passiva, obediente, casta, dedicada às tarefas da casa e de poucas palavras. Nas palavras da autora:

Complemento do mercado, instrumento para a privatização das relações sociais e, sobretudo, para a propagação da disciplina capitalista e da dominação patriarcal, a família surgiu no período de acumulação primitiva também como instituição mais importante para apropriação e para o ocultamento do trabalho das mulheres [...]” (2017, p.193).

A família foi o modelo idealizado para a consolidação das novas relações de trabalho e de novas subjetividades. Ao marido coube a representação do Estado ou da Igreja, enquanto autoridade para controlar e disciplinar seus subordinados, a esposa e os filhos e filhas. O confinamento ao espaço doméstico e familiar explicita que, se violência física foi brutal, não podemos desconsiderar os efeitos dessa violência psicológica, que incapacitou as mulheres para o autocuidado e o autoconhecimento, enfraquecendo sua capacidade de realização e

transformação pessoal e social. Assim, vemos que desde seus primórdios, associado às forças estatais, o capitalismo exigiu a destruição de subjetividades potentes de vínculos comunitários e de transformações sociais.

A figura da bruxa representou a “encarnação de um mundo de sujeitos femininos que o capitalismo precisou destruir: a herege, a curandeira, a esposa, desobediente, a mulher que ousa viver só, a mulher *obeah* que envenenava a comida do senhor e incita os escravos à rebelião” (FEDERICI, 2017, p.23-24). Se atualmente existe um processo, orientado pela racionalidade neoliberal, que cria, produz e molda subjetividades, a origem do capitalismo exigiu a destruição de uma subjetividade específica.

Vemos nos dias atuais o ressurgimento do conservadorismo, cuja radicalização culmina no fascismo, que insiste em agrilhoar as mulheres ao papel doméstico, naturalizado e romantizado. E também na demonização, acusação e perseguição das subjetividades femininas que contestam essa mentalidade e recusam esse papel social. Em pleno século XXI, com todo o desenvolvimento tecnológico da robótica e da inteligência artificial, cresce de forma bizarra uma mentalidade semelhante a que orientou a caça às bruxas¹³¹.

E que lição aprendemos com Federici? Diversos autores, como Negri, Dardot e Laval publicaram recentemente obras que apontam para o comum enquanto possibilidade de resistência. Entendendo o extermínio que foi a caça às bruxas como uma revolução capitalista destruidora de uma subjetividade com valores coletivos, matriarcais, com forte senso de coletividade e potente de força revolucionária, não seria forçoso considerar a oposição à razão e subjetividade neoliberal: devir bruxa em oposição ao fascismo emergente que idealiza um passado machista e de submissão feminina, que valoriza o individualismo em detrimento da coletividade e que sustenta seu discurso com base na deturpação do cristianismo.

¹³¹ “Uma vez mais, muito da violência empregada é dirigida contra as mulheres, porque, na era do computador, a conquista do corpo feminino continua sendo uma precondição para a acumulação de trabalho e riqueza, talvez como demonstra o investimento institucional no desenvolvimento de novas tecnologias reprodutivas que, mais do que nunca, reduzem as mulheres a meros ventres” (FEDERICI, 2017, p.37).

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O tema desta tese é a razão neoliberal e as subjetividades que produz. Nosso objetivo geral foi analisar as reflexões produzidas por Foucault sobre essa temática e desdobrar as possibilidades interpretativas para elaborar um diagnóstico do presente. Nosso objetivo específico foi investigar o funcionamento e os efeitos gerados pelo neoliberalismo, no que se refere à sua forma de governo, e uma de suas principais ferramentas: a produção de subjetividades. Nesse fito, pesquisamos autores e autoras de outras áreas de conhecimento, não só da Filosofia e também da Antropologia, Ciências Sociais e Ciências Políticas, e de várias regiões do mundo, como Estados Unidos, Argentina, República dos Camarões, Coréia do Sul, França, Itália.

Tal opção metodológica é motivada pela necessidade de ampliação de perspectivas para o entendimento de algo tão plural como o neoliberalismo, visto que suas práticas e discursos variam de região para região. Além disso, acreditamos que seja fundamental deslocarmos o eixo de análises acadêmicas para além da órbita masculina, branca, europeia para enriquecer nossa visão de mundo e ampliar os debates, principalmente no que se refere a problemáticas produzidas pela razão neoliberal: violência, racismo e conservadorismo.

O que justifica essa tese é a necessidade urgente de compreensão para viabilizar a transformação do atual estado de coisas, considerando a conjuntura política, econômica e social brasileira. A normalização da violência tornou a morte algo cotidiano. Indivíduos, partidos e políticos defendem abertamente a execução de criminosos e “inimigos”. A ideia de ressocializar um preso perdeu grande parte de seu valor. No entanto, aqui o racismo que estrutura a sociedade brasileira mostra sua face: deve ser executado o crimino preto e pobre, posto que crimes cometidos por pessoas brancas ou de alto poder aquisitivo tem outra repercussão na sociedade. Ademais, a morte é instrumentalizada como forma de governo na medida em que este expõe ao óbito as camadas mais pobres da sociedade, ao reduzir investimentos em áreas vitais, como saúde e liberar o uso de agrotóxicos proibidos em diversos países. O fim de políticas públicas com farmácias populares e a defasagem do sistema de saúde pública deixam os indivíduos desprovidos de qualquer proteção social para manter seu bem estar e sua vitalidade.

A redução de investimentos sociais em educação pública associada à redução dos direitos trabalhistas também contribuem para a exposição dos indivíduos à morte. Contando apenas consigo mesmo para garantir saúde de qualidade e uma educação, para si ou para seus filhos e filhas, que possa gerar melhores rendimentos, as pessoas se submetem a trabalhos

cada vez mais precários. No Brasil, em 2019, o número de trabalhadores informais bateu recorde histórico (24 milhões), o número de trabalhadores sem carteira assinada cresceu (11 milhões), no entanto, o rendimento caiu em 1,5% e o contingente de pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas (7,2 milhões) cresceu 14,2% em relação ao mesmo período em 2018¹³².

A exposição a jornadas de trabalho excessivas são extenuantes e fez mais uma vítima em julho: o entregador de aplicativo, de 33 anos e pai de uma menina de 6 anos, teve um AVC após trabalhar 12 horas seguidas. A Ordem dos Advogados de São Paulo emitiu nota em repúdio ao desmonte das políticas públicas e a fragilização das leis trabalhistas¹³³. Um levantamento realizado pela Associação Brasileira do Setor de Bicicletas constatou que entregadores ciclistas de aplicativos trabalham entre 9 e 12 horas por dia e ganham em média R\$992,00 por mês. A média de idade é 24 anos, no entanto, o mais novo que foi entrevistado tinha 16 anos e o mais velho tinha 59 anos¹³⁴. Os piores efeitos das novas relações trabalhistas recaem sobre as mulheres, devido à cultura patriarcal de nossa sociedade, com jornadas maiores e menores salários mesmo em trabalhos de carteira assinada¹³⁵.

Essa cultura de trabalho em demasia é extremamente valorizada no Japão, que cunhou um termo específico, *karoshi*. Todavia, as sequelas desse costume são fatais: cresce o número de japoneses e japonesas que tiram a própria vida por motivos relacionados ao trabalho ou que morrem por excesso de trabalho¹³⁶. Situação semelhante ocorreu na França, com o suicídio de 60 funcionários¹³⁷ de uma empresa acusada de assédio moral. Assim, diante desses pontos levantados, algumas questões são colocadas: como é possível implementar tal lógica na sociedade? Como as pessoas aceitariam ser governadas desse modo? Quais forças moveriam tais estratégias? Numa palavra: neoliberalismo.

Estudar o neoliberalismo como forma de governo e sua interferência na vida dos indivíduos exige que comecemos por Foucault, por suas análises sobre a condução das condutas, poder, disciplina e seus conceitos de governamentalidade e biopolítica. Assim, o primeiro capítulo desta pesquisa foi dedicado exclusivamente às reflexões elaboradas pelo

¹³² Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24908-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-12-3-e-taxa-de-subutilizacao-e-25-0-no-trimestre-encerrado-em-maio-de-2019>. Acessado em: 18 ago. 2019

¹³³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/oab-classifica-morte-de-entregador-do-rappi-de-desmonte-das-relacoes-de-trabalho.shtml>. Acessado em: 18 ago. 2019.

¹³⁴ Disponível em: http://aliancabike.org.br/pagina.php?id_secao=10&id_page=50. Acessado em: 18 ago. 2019.

¹³⁵ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-03/pesquisa-do-ibge-mostra-que-mulher-ganha-menos-em-todas-ocupacoes>. Acessado em: 18 ago. 2019.

¹³⁶ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45253773>. Acessado em: 18 ago. 2019.

¹³⁷ Disponível em: <http://br.rfi.fr/franca/20160707-apos-suicidio-de-60-funcionarios-empresa-francesa-e-processada-por-assedio-moral>. Acessado em: 18 ago. 2019.

filósofo francês, especificamente em suas obras *O nascimento da biopolítica e Segurança, território e população*. Nessa etapa identificamos no modo de governar contemporâneo a herança do poder pastoral, com suas técnicas, saberes e práticas na orientação dos comportamentos. Outro ponto a ser destacado é a emergência da economia política e do liberalismo, que elaboram uma atmosfera natural para a economia e se torna o critério de avaliação dos governos. Nesse processo, corpos, desejos e subjetividades são um dos principais alvos da racionalidade emergente. Suas estratégias almejam a produção de uma subjetividade sincronizada a seus interesses, de modo que um novo sujeito deve ser produzido, o homem econômico. A vida entre nos cálculos políticos e se torna um de seus principais objetos de interesse.

A figura do *homo oeconomicus* organiza sua vida e orienta suas escolhas como quem administra uma empresa. As decisões pessoais passam por um cálculo de investimentos, tempo e retorno financeiro tendo como referência os riscos e a competitividade do mercado. Aqui a empresa se torna o modelo para o processo de subjetivação. Nesse ponto de suas análises Foucault emprega o conceito de capital humano, que reflete a relação mercadológica do indivíduo para consigo mesmo, tornando-se um empresário de si.

O ponto central da analítica foucaultiana que interessou a essa pesquisa é o modo como a economia se tornou o lugar de verdade e produção da realidade. O término do primeiro capítulo identifica as ideias originárias, valores e o modo de funcionamento de uma força que ordena o mundo contemporâneo: a racionalidade neoliberal.

Apesar de sua originalidade ao abordar o tema, após sua morte o neoliberalismo se desenvolveu e se transformou. Assim, o segundo capítulo tratou da atualização que diversos autores e autoras fizeram da obra foucaultiana, no que se refere a essa questão.

Iniciamos pelo conceito de biopolítica e o debate entre as duas principais correntes de pensamento: a política e a naturalista, conforme apresenta Lemke. Neste ponto nosso interesse era acompanhar o estado da arte e perceber a passagem da dimensão biológica para a subjetiva, no que se refere ao interesse das novas estratégias no governo das condutas. Aqui o nexos entre Estado e economia é expressivo: apesar o discurso pela redução do aparelho estatal, a razão neoliberal é a principal beneficiada pelo mesmo. Mais que benefício, o Estado é necessário para a implementação das estratégias neoliberais. Ilustra esse ponto a dívida e a finança enquanto instrumento biopolítico de gestão da vida cotidiana, assegurado pelo governo.

Ainda sobre a biopolítica, Negri a considera a partir das transformações trazidas pela tecnologia e pelo mercado financeiro, que modificam a produção. O principal efeito é a

sincronização entre trabalho e vida, posto que a aceleração do fluxo de informações e competição do mercado impõem uma exigência constante de renovação e inovação. Os colaboradores devem estar em constante processo de aprendizagem de novas habilidades e competências. Ademais, a produção passa a contar muito mais com a criatividade, a linguagem, saberes, afetos e o tempo. Cada vez mais o tempo livre é considerado um capital para investimento: quanto mais tempo empregado em determinada atividade remunerada, maior será a renda, mesmo que tal crescimento não seja tão volumoso. Desse modo, as relações sociais, culturais, as perspectivas individuais são mobilizados para e pelo mercado, ou seja, a sociedade em sua totalidade e a subjetividade.

Jonathan Crary e Byung-Chul Han investigaram os efeitos dessas novas relações com o tempo e com o trabalho sobre o corpo e a saúde. O primeiro trata de uma economia global de produção ininterrupta e de consumo em tempo integral, oferecendo aos clientes serviços em qualquer horário. Essa lógica coloniza o tempo livre, posto que gera o aumento de horas extras e regimes de trabalho que se expandem para atender a demanda de 24 horas por dia e sete dias por semana. O autor argumenta que a realidade econômica contemporânea, movida pela razão neoliberal, não considera a ociosidade e o descanso do trabalhador lucrativa. Na medida em que a sociedade reproduz os riscos e a competitividade do mercado, proteções sociais e serviços públicos deixam de ser oferecidos, se torna economicamente urgente para o indivíduo viver imerso no trabalho.

Eficácia, produtividade, superação de metas se tornam os motores que animam a vida cotidiana e Han analisou seus efeitos sobre nossos corpos e nossas mentes. Em seu livro *Sociedade do cansaço*, a hipótese central é a produção de doenças neuronais produzidas pelo modo de vida voltado para o desempenho: depressão, transtorno de déficit de atenção, hiperatividade, transtorno de personalidade *borderline* e síndrome de Burnout. Esgotamento, infartos psíquicos, exaustão são normalizados e a própria razão neoliberal cria dispositivos e técnicas para que os indivíduos superem a pressão oriunda do mercado: técnicas de meditação laica, *mindfulness*, método de organização *bullet journal*.

A partir dessa compreensão Dardot e Laval interpretam o neoliberalismo como uma nova razão que estabelece uma ordem planetária e produz uma sociedade animada pela lógica da concorrência. Em sua argumentação, os autores consideraram eventos e crises atuais em suas pesquisas para renovar e desenvolver as reflexões iniciadas por Foucault em *O nascimento da biopolítica*.

Identificando o Colóquio Walter Lippman, ocorrido em 1938, como o germe do neoliberalismo, Dardot e Laval traçam as origens desse movimento que se alastrou por todo o

planeta. Com financiamento privado, criação de *think thanks*, jornais, institutos de pesquisa e subsídios a economistas e filósofos, revitalizaram o liberalismo e expandiram seus valores pelo globo e se infiltraram em escolas e universidades, pautando questões econômicas e problemas políticos a partir desse viés. Um dos principais objetivos era a consolidação de um ecossistema baseado na concorrência e que refletisse os riscos e adversidades inerentes ao mercado. Alcançar a magnitude dessa meta exigiu uma arte de governar específica, capaz de educar os governantes para a vida social almejada e para reorganizar as relações.

A lei é fundamental nesse cenário movido por interesses individuais, visto que os conflitos proliferam. Estes são mediados por uma justiça cuja função é exercer o controle social ordenando as normas sociais a partir de valores econômicos. Para Wendy Brown essa conversão a partir da economia alcança e desfaz, gradativamente, princípios democráticos. Em outras palavras, é através da lei que a razão neoliberal corrói a democracia, a ideia de cidadania e de direitos políticos ao submetê-los a uma matriz econômica.

Inspirada nas reflexões elaboradas por Foucault sobre governamentalidade e biopolítica, a autora considera o neoliberalismo uma racionalidade totalizante, que se expande por todas as esferas da vida social e almeja tornar econômico o cotidiano e coisas não econômicas. No que tange sua hipótese, apesar da polissemia e pluralidade inerentes à democracia, haveria preceitos básicos para sua compreensão: poder popular na deliberação de leis e decisões políticas e cooperação entre instituições governamentais e não governamentais. No entanto, Brown aponta algumas condições para que isto seja possível. A primeira se refere à desigualdade de renda e concentração de riquezas, que minaria o discernimento sobre bens comuns, espaço público e coletividade, com a segregação de grupos sociais. A segunda se refere a uma educação para a cidadania, que reforça valores democráticos e construa práticas e saberes que ampliem o entendimento sobre a política, visto que as decisões tomadas pelos governantes afetam o futuro das pessoas.

A conjuntura atual brasileira reflete bem essa questão: a educação, tanto escolas quanto universidades, estão sendo disputadas e reformuladas por forças cujos objetivos são a militarização das primeiras e privatização das segundas. No primeiro caso a meta é produzir subjetividades mansas, condicionada a hierarquia e autoridade enquanto a segunda visa a produção de subjetividades que se tornem empreendedores de si. Em ambos os casos a ideia de cidadania e sua importância é desconsiderada, sendo considerada apenas um protocolo democrático na hora do voto.

Em sua pretensão totalizante, o neoliberalismo almeja extrapolar uma compreensão relacionada meramente à ordem normativa, que ganharia forma através de uma racionalidade

e de um modo de governo. Ao atravessar com saberes e práticas o cotidiano, relações, instituições, Estados, se torna um princípio ontológico ao produzir discursos com uma gramática econômica com valor de verdade e que se consolidam ao alcançar o senso comum. Assim, a razão neoliberal produz uma realidade. Um exemplo é que se tornou habitual as conversas do dia a dia serem marcadas por um léxico mercadológico, isto é, termos que teriam sua definição e aplicação num universo empresarial saíram desse espaço e se tornaram parte das falas cotidianas.

Outras estratégias são empregadas na condução das condutas através da disciplina neoliberal. Uma delas é o entrelaçamento entre felicidade e sucesso. As forças monetárias que movem o ecossistema neoliberal elevam as escolhas particulares ao nível dos investimentos: os indivíduos devem calcular os riscos e o retorno financeiro, o que expressa a interiorização das normas de mercado. Segue-se que os comportamentos são recompensados ou punidos pelo empobrecimento ou enriquecimento. A dimensão afetiva é fundamental nesses processos, visto que o medo do fracasso, a ameaça do desemprego e a realização pessoal serão elementos considerados nas escolhas e mesmo no esforço em prol das metas das empresas, da produtividade, da eficácia. Isto facilita a penhora de fatias cada vez maiores do tempo.

Isto reflete a forma como o modelo da empresa saiu da esfera econômica e se tornou também referência de técnicas e saberes para os Estados na gestão das populações. Para atrair investidores, governos negociam isenções fiscais e redução de direitos trabalhistas. Com isso reduzem seu papel na oferta e expansão de proteções sociais e serviços públicos, cortando gastos com os mesmos e privatizando-os. Com a renovação do liberalismo e sua disseminação pelo globo, a razão neoliberal promoveu uma cultura empreendedora como ideal, que insiste em convencer as pessoas que direitos e proteções sociais são ruins, são serviços de péssima qualidade e geradores de corrupção. Os custos e responsabilidades sobre saúde, educação, entre outros direitos, devem recair apenas sobre o indivíduo, que deve contar apenas consigo mesmo ou sua família. O efeito imediato é o endividamento na tentativa de arcar com tais serviços e a sujeição a condições precárias de trabalho.

Segundo o italiano Maurizio Lazzarato o endividamento contínuo da população expressa a relação credor/devedor que o governo neoliberal estabelece com os indivíduos, produzindo uma subjetividade que, pela fragilidade e peso de sua condição de endividado, se submete mais docilmente às alterações que este realiza no ambiente social. A questão da dívida remonta a Nietzsche, que abordou o tema na segunda dissertação da *Genealogia da moral*. Em sua hipótese, o fator determinante era de cunho moral, visto que a culpa pesaria na consciência do indivíduo endividado, que seguiria então uma série de obrigações para livrar-

se do peso daquela condição. A partir da interpretação nietzschiana, o filósofo italiano considera a dívida um dispositivo de poder instrumentalizado pelo governo neoliberal na condução das condutas.

Em sua argumentação, Lazzarato remonta às reflexões foucaultianas sobre conceito de guerra, deixado de lado em prol da governamentalidade ao tratar da biopolítica. Para o autor, a violência contra minorias expressa o modo como a guerra integra o capitalismo. Considerando a distinção que Foucault estabelece entre guerra, com confrontos estratégicos contra adversários, e poder, relações entre semelhantes, o filósofo italiano afirma que o neoliberalismo suprime tais distinções por meio da dívida e as emprega conforme seus interesses.

Assim, a razão neoliberal estabelece, por meio da dívida, com a população relações de poder e de confrontos estratégicos. Com o fim de um conflito, os derrotados são submetidos a um regime biopolítico imposto pelos vitoriosos, com o intuito de consolidar uma disciplina que normatize as condutas conforme seus objetivos. Desse modo ocorre a passagem das relações beligerantes e antagônicas para relações de poder. Em outros termos, governantes e governados são postos, estrategicamente, numa relação de credor/devedor.

Aqui as políticas da dívida operam para além dos limites físicos e espaciais, como as fábricas. Seu funcionamento captura o tempo e condiciona as condutas no porvir. Nesse ponto, o autor destaca outra estratégica da razão neoliberal: a instrumentalização da crise e do medo, na medida em que ela pressiona os indivíduos a sobreviverem num ambiente de concorrência generalizada e desprovido de proteções sociais. Os dispositivos biopolíticos moldam os comportamentos com o aumento da austeridade, ameaça de desemprego e risco de recessão financeira. Segue-se a gestão da sobrevivência, cálculos, redução de custos, condições de vida e moradia deterioram, na medida em que o vetor da responsabilidade muda: passa do Estado para o indivíduo o acesso à educação, saúde, entre outros e para custeá-los, o indivíduo se endivida. E o que lhe resta é pagar. Como apontou Nietzsche, assim é criada a moral do culpado, envergonhado por sua condição.

A dimensão moral também foi observada por Wendy Brown ao tratar da crítica ao Estado de bem estar e ao funcionalismo público, que os considera opostos às virtudes da sociedade civil neoliberal, a saber: trabalho, honestidade, esforço, mérito, patriotismo. O acesso a serviços gratuitos, políticas de proteção social e distribuição de renda não estimulariam os esforços individuais, estudos, inovação e incentivaria a vagabundagem, a preferência pelo tempo livre ao trabalho. Logo, as políticas de assistência social devem ser

abolidas para resgatar a honra e a dignidade pessoal oriunda dos empreendimentos individuais, do esforço, dos riscos do mercado.

A superação da pobreza e a felicidade seriam fruto do trabalho individual, alcançado através de muito esforço, com o apoio da primeira e verdadeira instituição da sociedade: a família. Para Wendy Brown, essa moralidade neoconservadora foi essencial no processo de consolidação de valores econômicos no cotidiano, em esferas não econômicas e também nos comportamentos pessoais.

Brown considera o neoconservadorismo um dos principais efeitos da erosão democrática criadas pelo neoliberalismo. Mal grado suas características antagônicas, ambos se complementarizam de uma maneira algo bizarra: o primeiro é baseado no modelo e na autoridade da igreja, operando com através de discursos moralizantes, reprimindo e normatizando o desejo; já o segundo captura e explora o mesmo, colocando-o a seu serviço e segue o modelo da empresa, com suas práticas e saberes. As duas racionalidades são diametralmente opostos aos valores e princípios democráticos, a saber: universalidade, igualdade, liberdades civis, o Estado de Direito.

A autora considera o neoconservadorismo como efeito da desdemocratização gerada pela razão neoliberal, visto que este despojou o significado de participação política, despolitizou problemas sociais transformando-os em problemas de responsabilidade individual, confeccionou subjetividades afeitas a autoridades, consumo, empreendedorismo e reconfigurou o Estado num paradigma empresarial. Estes fatores atuaram em conjunto na consolidação do neoconservadorismo enquanto força política estruturada num determinado modelo de governança que superou a distinção entre religião e política. Seu discurso teológico reforça questões morais e espirituais em detrimento de princípios democráticos.

A importância do discurso aqui é fundamental, posto que essa retórica religiosa se enraíza enquanto senso comum e esvazia o valor do conhecimento científico, ao estabelecer uma nova forma de se relacionar com os fatos e com a verdade. Aversa às bases epistemológicas acadêmicas, a retórica teológica e neoconservadora vincula a verdade à moral e à certeza que surge no interior do indivíduo no momento de sua conversão. O problema surge quando esta relação pessoal, circunscrita numa esfera religiosa passa à esfera pública, política, posto que autonomia, deliberação e liberdade, princípios caros à democracia, são debilitados.

A questão se torna mais aguda quando se trata da desigualdade, visto que problemas de ordem social e política são convertidos em expiações espirituais. Logo, as soluções deixam de ser democráticas e se tornam de ordem divina e a conduta a ser adotada não é a de

participação coletiva e política e sim a resignação. Assim, a simbiose entre a ética de mercado e a moralidade religiosa é fatal para os valores democráticos.

Outro problema surge quando o neoconservadorismo é radicalizado e se torna fascismo. Ao tratar do tema, Jason Stanley elenca uma série de características do fenômeno. A começar pela retórica da segregação, anti-intelectual por natureza, na medida em que difunde notícias falsas, teorias da conspiração e incentivam o revisionismo histórico. Ademais, a fragmentação entre ‘nós e eles’ é baseada num culto a um passado idealizado, mítico, cujos valores centrais são a família patriarcal, o patriotismo e a fé. Tais particularidades expressam aversão aos valores democráticos, como liberdade, universalidade, igualdade. A compreensão dessa questão expressa o papel da masculinidade no imaginário conservador, que romantiza o lugar do homem como provedor, protetor da família e da pátria. O ambiente militar e hierarquizado anima os sonhos dessa subjetividade, que cria fantasias com armas, provas de força e virilidade no combate a um inimigo imaginário.

Num contexto de crise econômica, as mulheres trabalham e sustentam suas casas enquanto muitos homens ficam desempregados, o que lhes causa ansiedade, depressão e ressentimento com a autonomia e empoderamento feminino. A retórica fascista capitaliza e explora essa fragilidade ao colocar a família patriarcal sob ameaça. Assim, muitos homens passam a apoiar discursos e políticas que restaurariam seu lugar social.

Os efeitos nocivos do neoconservadorismo e do fascismo estão associados a outra face da moeda biopolítica, a necropolítica, que expressa a política que deixa morrer ou mesmo que mata diretamente indivíduos considerados inimigos internos, os precarizados que não são rentáveis para a sociedade neoliberal. A lógica da inimizade, cujas raízes remontariam aos tempos coloniais, animaria a mentalidade hostil que vigora nas democracias, na medida em que sua expansão econômica contou com grande parcela de violência ao sincronizar mercado e guerra.

Para sobreviver no ecossistema neoliberal, movida pela concorrência generalizada, os grupos se tornam antagônicos e entram em disputas por territórios, mercados e força política. Como dito acima, a instrumentalização das crises, reais ou não, incentiva a competição e a individualidade. As tensões são inflamadas e a lógica do inimigo exige separação, exclusão ou até mesmo sua morte, com o crescimento vertiginoso de intolerância religiosa, xenofobia, racismo, misoginia. Neste ponto as ações governamentais que teriam legitimidade em situações de exceção se tornam a norma. Assim, o poder que defende e promove a vida também promove e produz morte, direta ou indiretamente. Se considerarmos os cortes de gasto com programas sociais como farmácias populares e o sistema único de saúde, que atente

gratuitamente a população, não seria forçoso concluir que os indivíduos, invisibilizados, sem tais serviços, são deixados ao sabor da morte. O que os forçaria a se tornem empreendedores de si e entrem na competição do mercado. A originalidade e relevância das reflexões elaboradas por Mbembe exige que análises e pesquisas sobre a biopolítica tratem também dessa outra dimensão.

Se Wendy Brown elaborou uma rica e profunda crítica ao neoliberalismo por esfacelar os princípios democráticos, Mbembe aponta para a dimensão letal das democracias liberais, que produziram morte e foram animadas por nacionalismos, racismos e xenofobia. Em vista dessa discussão, como defender ainda a democracia? Esta é uma questão que surge após o esforço desenvolvido nesta tese e aponta para novas possibilidades de pesquisa e desdobramentos.

Em nossa conclusão provisória, acreditamos que a partir das análises desenvolvidas nesta tese, determinados princípios democráticos são inegociáveis e que a crítica deve ser um exercício de aprimoramento constante. Assim, o resgate de valores comuns aos diferentes grupos sociais deve orientar a renovação democrática. Acreditamos que práticas e saberes voltados para a coletividade, a organização de grupos de ajuda mútua que restaure laços de solidariedade, o resgate de valores matriarcais são essenciais para superar o pesadelo da razão neoliberal.

Ao estudar as economias das feiras populares de Buenos Aires, Verónica Gago captou a ambiguidade do neoliberalismo de baixo para cima, isto é, o modo como novos modos de vida surgiram nas periferias produzidas pela razão neoliberal, que afrontou sua hegemonia sem recusá-lo em sua totalidade. Em sua hipótese, as camadas populares se apropriaram de saberes e práticas empresariais, operando uma espécie de sincretismo empreendedor ao lidar com as dificuldades e a miséria geradas pelo capitalismo.

Diante das condições de escassez promovida pelo governo neoliberal, desenvolvem táticas de sobrevivência, perseverança, iniciativa, autonomia, responsabilidade sobre si. Em reação à atmosfera árida que retira proteções sociais e a ameaça constata de pobreza, as economias populares produzem novas organizações coletivas, entre a colaboração e a competição, para remediar essa realidade. Além disso, produzem saberes e práticas comunitárias, de auto-organização, cooperação que reorganizam as formas de trabalho. Movidos por uma potência vitalista, essa figura se distingue da frieza e racionalidade do *homo oeconomicus*, idealização liberal. O ponto explorado pela autora é a dimensão ativa, e não passiva, na recepção dos processos de financeirização pelas camadas populares, para além de uma interpretação que as vitimize.

Criando e misturando artifícios microempresariais, com negociações constantes e atravessadas por laços afetivos, a informalidade se mostra uma opção para o progresso econômico popular. Dinâmicas e renovadas constantemente, essas práticas comerciais colocam em xeque cânones conceituais da tradição que se referem ao comércio, à logística, à economia e à administração. A destruição dos serviços públicos impõe a exigência de formas de colaboração, posto que o valor comunitário se torna uma saída estratégica, na medida em que oferece laços de solidariedade, oportunidade, estrutura e saberes para a execução das atividades.

Assim, o neoliberalismo seria recebido numa mistura entre sofrimento e fruição por aqueles e aquelas que seriam suas ‘vítimas’. O ponto aqui não é a romantizar a precariedade e sim destacar a dimensão ativa na recepção e apropriação de preceitos neoliberais, que seriam reconfigurados e transvalorados com princípios de coletividade, comunidade, autogestão. Estes mesmos princípios foram alvo de uma violenta perseguição nos primórdios do capitalismo.

Silvia Federici, em sua obra *Calibã e a bruxa*, considera o capitalismo uma força contrarrevolucionária diante da crise do sistema feudal, antagônico às lutas camponesas, com forte protagonismo feminino. Em sua hipótese, a constituição do capitalismo exigiu um modelo familiar patriarcal que desqualificou o trabalho da mulher, tomando seu corpo como mera fábrica de mão de obra, empregada na reprodução da força de trabalho.

Conforme a autora, a perseguição às bruxas representou a demonização e o genocídio de uma subjetividade potente, insubmissa e resistente à autoridade e à moral cristã, que insistiu em encerrar a vitalidade feminina na esfera doméstica. Com a divisão sexual do trabalho, reconhecido pelo salário, as atividades desenvolvidas pela mulher foram gradativamente sendo cerceadas e tornando-a cativa do homem e do lar. A caça às bruxas foi uma das estratégias empregadas para disciplinar as mulheres para seu novo lugar na sociedade capitalista que emergia. Até então as mulheres trabalhavam em comunidades auto organizadas nas terras comunais e as tarefas eram consideradas para a família e para a coletividade, sem a divisão sexual voltada exclusivamente para o lar. Assim, havia um espaço para trocas coletivas de saberes e práticas que fortaleciam laços comunitários. O homem não tinha poder sobre a mulher, visto que ambos garantiam o sustento da casa.

Com o fim das terras comunais e a partida em massa das mulheres para as cidades, estas conseguiram independência e um grau maior de liberdade ao compartilhar casas e ocupar ofícios como parteiras, cervejeiras, costureiras. Sua participação em movimentos heréticos, que criavam redes de apoio sem hierarquias sociais ou de gênero, reforçavam laços

de solidariedade e denunciavam corrupção da Igreja e exploração econômica, era de protagonismo ou de igualdade com os homens.

Uma das características de maior importância para as mulheres nas seitas heréticas era a liberdade com que exerciam o controle de seu corpo. Métodos contraceptivos e práticas abortivas não eram julgadas e condenadas moralmente. Contudo, a peste negra que assolou a Europa culminou numa drástica redução da força de trabalho, o que serviu de pretexto na radicalização e perseguição organizada pelo Tribunal da Santa Inquisição, que considerou a autonomia da mulher em relação ao seu corpo uma ameaça à estabilidade econômica.

Assim uma nova ordem social foi criada, organizada a partir da figura masculina, que chefiaria a família. O papel da mulher se restringiu à criação dos filhos e ao cuidado do lar. Para Federici a caça às bruxas representou a colaboração entre Igreja e Estado na imposição de uma nova organização da sociedade, na destruição de saberes e modos de vida alternativa aos ao que impunha o capitalismo que surgia e na asfixia de uma subjetividade constituída à partir da coletividade, do comum.

Por conseguinte, foi possível explorar a dimensão violenta e letal inerente ao capitalismo, desde suas origens. E também compreender o modo como a razão neoliberal produziu e instrumentalizou o neoconservadorismo na dissolução da democracia. O resultado é a criação de uma sociedade baseada na competição, que produz desigualdade e morte.

O término desta pesquisa expressa a urgência por novas subjetividades, novas formas de organização social, novas formas de fazer política. O modo como a razão neoliberal organiza as populações reflete um descontentamento, de grande parte da sociedade, com o mundo, uma revolta com as condições de vida que são produzidas e com a realidade sufocante que a dívida e a generalização da concorrência impõem.

No entanto, tais afetos têm sido mobilizados para retroalimentar a razão neoliberal. Ao invés de agregar, segregar. Mal grado a pluralidade de perspectivas que analisamos, com autores e as autoras de diversas partes do globo, concluímos que os primeiros passos para a construção de novas razões de mundo, comecem pela transvaloração dos valores neoliberais. Em sentido nietzschiano, de destruição e criação, orientado por valores como solidariedade, comunidade, comunitário, comum, colaboração, igualdade, liberdade. Redes afetivas elaboradas diretamente, cotidianamente por pessoas e não empresas, por coletividades e não por corporações financeiras. Por uma vida não financeirizada, por um tempo livre para ser dedicado a si mesmo e à construção incessante desse novo mundo porvir.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inês. **Foucault para além de Vigiar e Punir**. *Revista de Filosofia Aurora*, Curitiba, v. 21, n. 28, p. 39-58, jan./jun. 2009.

AVELINO, Nilo. **Governamentalidade e arqueologia em Michel Foucault**. *Revista brasileira de ciências sociais*. São Paulo, v. 25, n. 74, s/p, 2010.

BECKER, G. **Treatise on Family**. London: Harvard University Press, 1993.

BOHLE, QUINLAN, KENNEDY. **Working hours, work-life conflict and health in precarious and "permanent" employment**. *Rev. Saúde Pública*, p. 19-25, 2004.

BORTULUCCE, Vanessa Beatriz. *O uso do cartaz como propaganda de guerra na Europa – 1914-1918*. **Observatorio Journal**, vol.4 - nº3, 319-333, 2010.

BROWN, Wendy. **American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservadorism and Democratization**. *Political Theory*, Vol. 34, nº. 6, dec., pp. 690-714, 2006.

_____. **Undoing the demos: neoliberalismo stealth revolution**. *Zone/Near Futures*, 2015.

_____. **Cidadania sacrificial**. Neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2018.

BRUNHOFF, Suzanne; CHESNAIS, François; DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique; HUSSON, Michel. **A finança capitalista**. São Paulo: Alameda, 2010.

CANDIOTTO, C. **A governamentalidade política em Michel Foucault**. *Filosofia Unisinos*, 11, jan/abr, 2010.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CRARY, Jonathan. **24/7: capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Ubu Editora, 2016.

DARDOT, LAVAL. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo editorial, 2016.

DEAN, Mitchell. **Governmentality: power and rule in modern society**. SAGE, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a Filosofia?** São Paulo: Editora 34, 2010.

_____. **Kafka: para uma literatura menor**. Lisboa, Ed Assírio e Alvim, 2003.

_____. **Mil Platôs**. Volume I. São Paulo: Editora 34, 2011a.

_____. **Mil Platôs**. Volume II. São Paulo: Editora 34, 2011b.

_____. **Mil Platôs**. Volume III. São Paulo: Editora 34, 2012a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Volume IV. São Paulo: Editora 34, 2012b.

_____. **Mil Platôs**. Volume V. São Paulo: Editora 34, 2012c.

DRENTEA, P. **Age, debt and anxiety**. *Journal of Health and Social Behavior*, 41(4), 437-450, 2000.

DUARTE, André. **Foucault e a governamentalidade: genealogia do liberalismo e do Estado Moderno**. In: *SelectedWords*, 2011.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ELLIOT, P; ROBERTS, R; RICHARDSON, T. **The relationship between personal unsecured debt and mental and physical health: a systematic review and meta-analysis**. *Clin Psychol Rev*. 33, dec, 2013.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. São Paulo: Elefante, 2017.

FOUCAULT, Michel. *Omnes et singulatim: vers une critique de la raison politique*. In: **Dits et Écrits: 1954-1988**, Vol. IV. FOUCAULT. Paris, Gallimard, 1994.

_____. *Sujeito e o poder*. In: **Foucault, Uma Trajetória Filosófica**. DREYFUS; RABINOW. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Resumo dos cursos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. *Diálogos sobre o poder*. In: **Ditos & escritos II**. FOUCAULT, M. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FUMAGALI; MEZZADRA. **A crise da economia global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GAGO, Verônica. **Razão neoliberal: econômicas barrocas e pragmática popular**. São Paulo: Elefante, 2018.

GUERÓN, R. **A axiomática capitalista segundo Deleuze e Guattari. De Marx a Nietzsche, de Nietzsche a Marx**. *Rev. Filos., Aurora*, Curitiba, v. 29, n. 46, p. 257-282, jan./abr. 2017

HAMANN, Trent. **Neoliberalismo, governamentalidade, ética**. *Foucault Studies*, nº06 2009.

HARVEY, David. **Breve história do neoliberalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

KALIL, Isabela. **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro**. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, outubro de 2018.

KRAMER, H.; SPRENGER, J. **Malleus Maleficarum**: o martelo das feiticeiras. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2005.

LAZZARTO, Maurizio. Enunciation and Politics: A Parallel Reading of Democracy. In: **Foucault, Biopolitics and Governmentality**. Estocolmo: Södertörn Philosophical Studies, 2013.

_____. Biopolítica/Bioeconomia. In: **Poder, normalização e violência**. PASSOS, Izabel. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LEMKE, T. **Biopolitics**: and advanced introduction. New York: New York University Press, 2010.

_____. **Foucault, governamentalidade e crítica**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2017.

MACHADO, Rosana Pinheiro. **China-Paraguai-Brasil**: uma rota para pensar a economia informal. RBCS Vol. 23 nº 67, junho/2008.

MAIA, Antônio. **Do biopoder à governamentalidade**: sobre a trajetória da genealogia do poder. *Currículo sem fronteiras*, v.11, n.1, p.65, janeiro-junho de 2011.

MBEMBE, Achille. **Necropolitics**. *Public Culture*, 15, p. 11-40, 2003.

_____. **Política da inimizade**. Lisboa: Editora Antígona, 2017.

MENESES, Filipe Ribeiro. **Os limites cronológicos da I Guerra Mundial**. *Revista Relações Internacionais*, jun, 2014.

NEGRI, Toni; HARDT, Michael. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Multidão**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

NEGRI, Toni. **Quando e como eu li Foucault**. São Paulo: n-1 edições, 2016.

_____. **Biocapitalismo**. São Paulo: Iluminuras, 2015.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NOGUERA, Renato. **Dos condenados da terra à necropolítica**: Diálogos filosóficos entre Frantz Fanon e Achille Mbembe. *Revista Latinoamericana do Colégio Internacional de Filosofia* n. 3, 2018.

OKSALA, Johanna. Neoliberalism, and Biopolitical Government. In: **Foucault, Biopolitics and Governmentality**. NILSSON, Jakob; WALLENSTEIN, S. Estocolmo: Södertörn Philosophical Studies, 2013.

PAOLO ADORNO. A tarefa do intelectual: o modelo socrático. In: **Foucault: a coragem da verdade**. GROS, F. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

PORTOCARRERO, Vera. **Instituição escolar e normalização em Foucault e Canguilhem**. *Revista Educação e Realidade*, jan/jun, 2004.

SENELLART, M. **A Crítica da Razão Governamental em Michel Foucault**. *Tempo social*, vol. 7, n. 1-2, outubro de 1995.

SANTANA, V; LOOMIS, D. **Informal jobs and non-fatal occupational injuries**. *British Occup Hygiene Society*, p.1-11, 2004.

SANTOS, Boaventura. **Poderá o direito ser emancipatório?** *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, nº 65, p. 3-76, 2003.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

WALLENSTEIN, S. Introduction: Foucault, Biopolitics, and Governmentality In: **Foucault, Biopolitics and Governmentality**. NILSSON, Jakob; WALLENSTEIN, S. Estocolmo: Södertörn Philosophical Studies, 2013.

WILLIAMS, M; ECHOLS, A. **Between Pit and Pedestal. Women in the Middle Ages**. Princeton: Marcus Wiener Publications, 2000.

VEIGA-NETO, Alfredo. Governamentalidades, neoliberalismo e educação. In: **Foucault: filosofia & política**. CASTELO BRANCO, Guilherme; VEIGA-NETO, Alfredo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.